

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARCOS NICOLAU SANTOS DA SILVA**

**ENTRE BREJOS, GROTAS E CHAPADAS: O CAMPESINATO  
SERTANEJO E O EXTRATIVISMO DO PEQUENO NOS CERRADOS DE  
MINAS GERAIS**

**BELO HORIZONTE - MG**

**2011**

MARCOS NICOLAU SANTOS DA SILVA

ENTRE BREJOS, GROTAS E CHAPADAS: O CAMPESINATO  
SERTANEJO E O EXTRATIVISMO DO PEQUI NOS CERRADOS DE  
MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do espaço

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Minas Gerais - Brasil

Junho - 2011.

S586e  
2011

Silva, Marcos Nicolau Santos da.  
Entre brejos, grotas e chapadas [manuscrito] : o campesinato sertanejo e o extrativismo do pequi nos cerrados de Minas Gerais / Marcos Nicolau Santos da Silva – 2011.  
xvi, 277 f.: il.(color.)

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.

Orientadora: Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Área de Concentração: Organização do espaço.

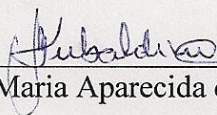
Bibliografia: f. 248-259.

Inclui anexos e apêndices.

1. Cerrados – Minas Gerais – Teses. 2. Minas Gerais, Norte – Teses. 3. Pequi – Teses. 4. Vale do Jequitinhonha (MG) – Teses. I. Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

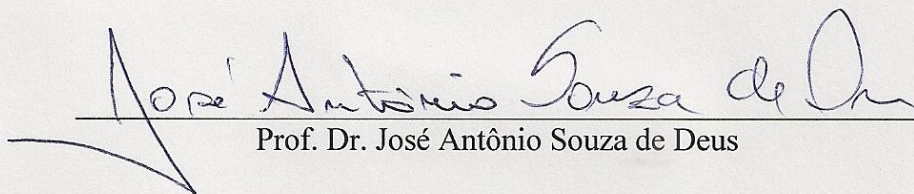
CDU: 91(213.54)

Dissertação defendida e aprovada, em 27 de junho de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



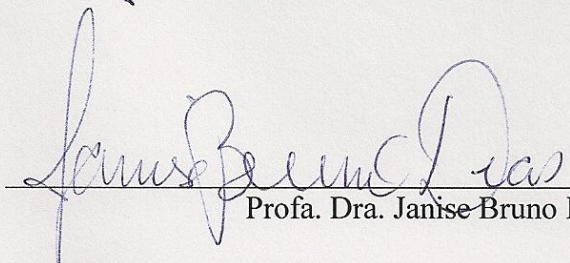
---

Profa. Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini



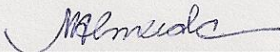
---

Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus



---

Profa. Dra. Janise Bruno Dias



---

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

*Dedico este trabalho à memória do colega e amigo José Ferreira Mota Júnior que,  
sertanejo como eu, soube apreciar o pequi...*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais um objetivo alcançado.

À minha mãe, Ilda, pela compreensão nos momentos distantes e pelo acolhimento quando chegava em casa. Também pelas palavras ao telefone sempre importantes para revigorar as forças. Ao meu irmão Jamilson pelas “ajudinhas” e outras coisas... Aos demais irmãos e familiares que torcem por mim.

À minha orientadora, Professora Cidinha, por ensinar-me a olhar para o sertão que há em mim. Pela sua generosidade, amizade, pela preocupação em saber se eu estava bem, pelos trabalhos de campo, passeios e por me permitir conhecer um pouco mais de sua vida e família. Muito Obrigado!!!

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Terra & Sociedade pela amizade, pelos diálogos e debates e os auxílios: Raphael, Ludmila, Lussandra, Patrício, Gerson, Mariana, Virgínia e, aos demais, minhas desculpas pelo esquecimento.

Aos colegas da pós-graduação, especialmente o Wilson, a Luciana, a Majaci, o Waldemir, o Aléx, a Bartira, a Iracilde, a Maura, pelas conversas e os trabalhos de campo.

Ao Prof. José Antônio e às professoras Janise e Maria Luiza do IGC/UFMG que contribuíram com suas valiosas observações no Seminário de Dissertação.

Ao Márcio, meu colega, amigo e irmão, que além de dividir o apartamento e as despesas, dividiu suas qualidades, seus esquecimentos, os passeios, o carro, entre outras tantas coisas... e também compartilhou das minhas qualidades e manias.

À Gelda, a qual também dividiu muita coisa comigo e presenteou-me com a sua amizade, seus valores e suas histórias.

Ao Elisson, pela colaboração durante a etapa de entrevistas em Minas Novas.

Ao Gabriel, do Laboratório de Geoprocessamento da Unimontes, pelo auxílio com os mapas.

À Adriana, revisora do texto, que fez suas preciosas correções em cima da hora.

À minha querida amiga Derlene que sempre me apóia.

À Antônia Márcia, pela amizade, incentivo, pelas conversas ao telefone e pelos convites para participar das bancas de TCC de seus orientandos. Assim como à professora Yara Araújo pelos mesmos convites de bancas.

Aos meus estimados camponeses sertanejos, lavradores e lavradoras, os quais abriram suas portas, porteiras e corações e pelas suas preciosas informações, com destaque para as localidades onde essa pesquisa aconteceu: comunidade rural Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar; comunidades rurais Guarda Mór, Olho D'água, Riacho D'antas, Riacho dos Santos e a Vila São José, em Campo Azul; e às comunidades rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas.

A todos aqueles que me ajudaram ao longo da pesquisa no campo e fora dele nesses dois últimos anos. Recebam meu sincero agradecimento, ainda que anônimo, mas não menos importante.

*O sertão é dessas cousas que se não descrevem e só se compreendem vendo.*

*Caminhoá, s.d., p. 3031.*



## RESUMO

O Cerrado brasileiro é rico em biodiversidade de fauna e flora. Diversas são as populações, em seus vários ambientes, que fazem uso principalmente de seus recursos vegetais. Dentre as riquezas vegetais, encontra-se nos Cerrados, o extrativismo do pequi como uma importante atividade que dinamiza a economia no campo e na cidade. Nesse sentido, o Norte de Minas Gerais se destaca no cenário nacional de extrativismo do pequi. Além da importância econômica, o pequi também possui relevância alimentar, ecológica e cultural. O Vale do Jequitinhonha também tem significativa produção de pequi, embora esse potencial seja sub-aproveitado. Assim sendo, o objetivo central desse trabalho é analisar as estratégias agroextrativistas, especialmente concernente ao pequi, utilizadas por camponeses sertanejos de territórios dos Cerrados do Norte de Minas Gerais e do Alto Vale Jequitinhonha que atuam de forma complementar à agricultura. A questão principal da pesquisa foi saber se o pequi é um recurso de propriedade comum nos territórios estudados. Os territórios da pesquisa contemplam: a comunidade rural Cabeceiras do Mangaí, no município de Japonvar; as comunidades rurais Guarda Mór, Olho D'água, Riacho D'antas, Riacho dos Santos e a Vila São José, em Campo Azul; e as localidades de Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa em Minas Novas. Utilizaram-se os métodos descritivo e experimental aprofundados com a descrição dos fenômenos, observação e pesquisa de campo. Realizaram-se 15 entrevistas em propriedades camponesas de cada município, sendo a amostra total composta por 45 famílias. O material de coleta de dados baseou-se em questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas; gravação de entrevistas com o objetivo de conhecer a história dos camponeses e dos lugares; e registros de relatos orais no diário de campo, com a intenção de obter-se uma maior riqueza de detalhes. Os resultados da pesquisa apontam que o pequi é um recurso de propriedade comum nos territórios estudados, sobrepondo-se à propriedade privada da terra. As regras de uso do pequi são, portanto, baseadas a partir de lógicas costumeiras, configurando um território de uso aberto e coletivo. Além de complementar a renda, o pequi para alguns camponeses sertanejos de Campo Azul e Japonvar gera dinheiro extra ou é a principal renda durante o ano. Nesses dois municípios ficou constatada a existência de atravessadores entre os camponeses e os compradores das cidades que subordina e explora o trabalho dos catadores de pequi, impondo-lhes o preço local do fruto. Em Minas Novas, a comercialização do pequi é menor e, ainda, não há problemas significativos quanto ao atravessamento, o que sugere-se maior investimento em associações e cooperativas para dinamizar a produção e comercialização. Neste município, o pequi tem significado de uso maior que o de troca, diferente da situação de Campo Azul e Japonvar. Sugere-se a reconversão agroextrativista das terras públicas e devolutas das chapadas de Minas Novas ocupadas por eucalipto, consoante previsto no Programa Pró-pequi. Além disso, é necessário viabilizar atividades eco-produtivas com base na exploração sustentável dos Cerrados de Campo Azul para substituição do carvoejamento de mata nativa. Por fim, defende-se tornar o pequi e seus derivados como patrimônio cultural sertanejo com registro no livro de saberes do IPHAN.

**Palavras-chave:** Cerrados; Pequi; Território; Campesinato sertanejo; Recursos de uso comum.

## ABSTRACT

The Brazilian Cerrado is rich in biodiversity of flora and fauna. Several are the population in their various environments, which make use mainly of its resources vegetables. Among the vegetables riches, find in the Cerrado, the extraction of pequi as an important activity that stimulates the economy in country and city. In this sense, the North of Minas Gerais stands out on the national stage of extraction of pequi. Besides the economic importance, the relevance pequi also has food, ecological and cultural. The Vale of Jequitinhonha also has significant production pequi, although this potential is underused. Therefore, the main objective of this study is to analyze the strategies agroextractivists, especially regarding the pequi, used by peasants in territory of the Cerrado Region of North Minas Gerais and of the Vale of Jequitinhonha that act in a complementary way to agriculture. The main issue the research was know if the pequi is a common property resource in the territories studied. The areas of research include: a rural community Cabeceiras of Mangaé, in the municipality of Japonvar; rural communities Guarda Mór, Olho D'água, Riacho D'antas, Riacho dos Santos and the Vila São José, in Campo Azul; and the localities Cachoeira of Fanado and Cachoeira of Lagoa, in Minas Novas. The research used descriptive and experimental methods with the detailed description of the phenomenon, observation and field research. Was carry out 15 interviews in rural properties in each municipality, and the total sample consisted of 45 families. The material data collect was based on semistructured questionnaire with questions opened and closed; recording of interviews in order to know the history of peasants and places,;and record oral histories in the field daily, with the intention of obtaining a greater wealth of detail. The survey results indicate that the pequi is a common property resource in the territories studied, overlapping the private ownership of land. The usage rules pequi are therefore based from usual logics, setting a land of open and collective use. Besides additional income, the pequi to some sertanejos peasants of Japonvar and Campo Azul generates still extra money or is the main income for the year. In these two borough, was established the existence of middlemen between peasants and buyers of cities that explores the work of peasants pequi, imposing the local price of the fruit. In Minas Novas, marketing pequi is smaller and, yet, no significant problems to the crossing, which suggests a higher investment in associations and cooperatives to increase production and marketing. In this borough, pequi has meant greater use of the exchange, unlike the situation Japonvar and Campo Azul. It suggest the conversion agroextrativista public lands of the Minas Novas covered with eucalyptus, as provided for in the Pro-pequi. Furthermore, it is necessary to make eco-productive activities based on sustainable exploitation of the Cerrados of Campo Azul to replace the charcoal production from native forest. Finally, advocates become pequi and its derivatives as a cultural heritage with backcountry record in the book of knowledge IPHAN.

**Keywords:** *Cerrados; Pequi; Territory; Sertanejo* peasantry; Resources in common use.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Tipos de território.....	48
FIGURA 2 -	Venda de pequi às margens da rodovia BR-135, Mirabela/MG.....	99
FIGURA 3 -	Variedade de produtos da agricultura camponesa, Minas Novas.....	103
FIGURA 4 -	Alimentos da agricultura camponesa em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.....	106
FIGURA 5 -	Criação de animais por uma família camponesa em Campo Azul.....	106
FIGURA 6 -	Espaço de horta comunitária em Cabeceiras do Mangaiá, Japonvar....	110
FIGURA 7 -	Os símbolos da lavoura camponesa, Japonvar.....	115
FIGURA 8 -	Mangabeira em uma propriedade rural de Campo Azul.....	140
FIGURA 9 -	Sucupira branca em propriedade rural de Campo Azul.....	141
FIGURA 10-	Faveira e seu fruto secando numa propriedade camponesa em Japonvar.....	142
FIGURA 11-	Cadeia de comercialização da Favela.....	143
FIGURA 12-	Pequizeiro florido. Botões e flores. O pequi.....	146
FIGURA 13-	Frutificação de pequi temporão antes da troca de folhas – Campo Azul.....	147
FIGURA 14-	Calendário fenológico do pequi e do pequizeiro em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.....	148
FIGURA 15-	Amostra de adubo orgânico da casca do pequi.....	153
FIGURA 16-	Folhas em decomposição e flores caídas embaixo do pequizeiro.....	154
FIGURA 17-	Dinâmica ampliada de comercialização do pequi norte mineiro.....	161
FIGURA 18-	Moradia improvisada por camponeses na chapada de Campo Azul.....	165
FIGURA 19-	Camponeses aguardando a passagem dos caminhões.....	165
FIGURA 20-	Venda de pequi às margens da BR-135 no início da safra 2010-2011.....	168
FIGURA 21-	Compradores locais de pequi na Vila São Cristóvão – Japonvar.....	169
FIGURA 22-	Caixas de pequi de compradores regionais na cidade de Japonvar....	170
FIGURA 23-	Carregamento de pequi em Japonvar com destino à Goiânia.....	170
FIGURA 24-	Sede da COOPERJAP e alguns dos produtos comercializados.....	173
FIGURA 25-	Óleo de pequi e peça de artesanato produzidos em Cachoeira do	

	Fanado.....	177
FIGURA 26-	Dinâmica de comercialização do pequi e do óleo em Minas Novas...	178
FIGURA 27-	Território rural de Cachoeira da Lagoa margeado pelo eucaliptal da empresa ArcelorMittal.....	200
FIGURA 28-	Lagoa Grande situada na Vila de mesmo nome.....	205
FIGURA 29-	Carvoejamento oriundo de mata nativa em Campo Azul.....	209
FIGURA 30-	Paisagens das chapadas de Campo Azul: períodos de chuva e seca...	213
FIGURA 31-	Barragem e técnica de esgoto na comunidade rural Cabeceiras do Mangaí.....	217
FIGURA 32-	Alternativas para armazenar água e recuperação de recursos hídricos.....	218
FIGURA 33-	Pequizeiro morto em uma propriedade rural de Campo Azul.....	221
FIGURA 34-	Pequizeiro no meio do eucaliptal da ArcelorMittal – Minas Novas...	223
FIGURA 35-	O pequizeiro na vida das pessoas – cidade de Japonvar.....	239
GRÁFICO 1-	Condição jurídica das propriedades camponesas.....	90
GRÁFICO 2-	Tamanho médio das propriedades camponesas (em hectares).....	92
GRÁFICO 3-	Divisão de tarefas entre as famílias camponesas.....	97
GRÁFICO 4-	Origem das sementes plantadas.....	105
GRÁFICO 5-	Destino e formas de produção de farinha de mandioca.....	112
GRÁFICO 6-	Uso de adubo entre as famílias camponesas.....	114
GRÁFICO 7-	Dinheiro obtido com a venda do pequi.....	155
GRÁFICO 8-	Significado da renda do pequi para os camponeses sertanejos.....	157
GRÁFICO 9-	Preço médio do pequi in natura vendido nos territórios de estudo.....	162
GRÁFICO 10-	Problemas causados pela seca.....	212
GRÁFICO 11-	A seca altera a rotina de trabalho na roça.....	214
GRÁFICO 12-	Percepção da quantidade anual de chuva.....	215
GRÁFICO 13-	Percepção camponesa sobre a regularidade da chuva.....	216
GRÁFICO 14-	Locais de coleta do Pequi.....	227
GRÁFICO 15-	Regulação da coleta de Pequi.....	231
MAPA 1-	Localização do território rural Cabeceiras do Mangaí – Japonvar.....	35
MAPA 2-	Localização dos territórios rurais de estudo – Campo Azul.....	37

MAPA 3-	Localização dos territórios rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa – Minas Novas.....	38
QUADRO 1-	Esquema dos extremos entre território funcional e território simbólico.....	56
QUADRO 2-	Distribuição dos cultivos agrícolas em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.....	101
QUADRO 3-	Calendário de coleta extrativista dos frutos dos/nos Cerrados.....	138
QUADRO 4-	Ciclo produtivo do pequiheiro no Norte e Nordeste de Minas Gerais.....	146

## LISTA DE TABELAS

1 -	População dos municípios estudados por situação de domicílio.....	39
2 -	Formas de acesso a terra em comunidades rurais dos municípios de Campo Azul, Japonvar e Minas Novas – MG.....	91
3 -	Composição nutricional de 100g de polpa de pequi.....	150

## LISTA DE SIGLAS

CAA-NM -	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CODEVASF -	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONAB -	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERJAP -	Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF -	Instituto Estadual de Florestas
IPHAN -	Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONG -	Organização Não Governamental
PAA -	Programa de Aquisição de Alimentos
PRÓ-PEQUI -	Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado
SEBRAE -	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE -	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>26</b>
1.1 Análise do referencial teórico.....	27
1.2 Aspectos metodológicos .....	29
1.3 Os territórios estudados .....	32
<b>2. O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE .....</b>	<b>40</b>
1.1 Do espaço ao território .....	41
2.2 A atualidade do conceito de território .....	45
2.3 Afinal, o que é o território? .....	53
2.4 Concepções de território.....	62
<b>3. O CAMPESINATO NOS CERRADOS DO NORTE DE MINAS GERAIS E DO VALE DO JEQUITINHONHA .....</b>	<b>72</b>
3.1 Aportes teóricos do campesinato.....	73
3.2 Terra, trabalho e família em Minas Novas e no Norte de Minas Gerais.....	87
3.2.1 Terra propriedade e terra patrimônio.....	89
3.2.2 A terra de trabalho e o trabalho da terra .....	93
3.2.3 A produção “para o gasto” e os valores camponeses. ....	107
<b>4. CAMPESINATO SERTANEJO E SABERES TRADICIONAIS NOS CERRADOS.....</b>	<b>118</b>
4.1 Entre as Minas e os Gerais: o campesinato sertanejo.....	121
4.1.1 <i>As Minas e os Gerais</i> na história .....	122
4.1.2 “O sertão é do tamanho do mundo”.....	130
4.1.3 O campesinato sertanejo: uma interpretação .....	133
4.2 Um campesinato de saberes e sabores .....	136
4.2.1 Roendo o pequi por todos os lados.....	145
4.3 O “negócio” do pequi .....	151
4.4 Feiras e mercados: o pequi em todos os lugares.....	158
4.4.1 Campo Azul: o melhor pequi .....	163



4.4.2 Japonvar: o pequi mais famoso .....	166
4.4.2.1 Breves considerações sobre a COOPERJAP.....	171
4.4.3 Minas Novas e o Fanado: o território do pequi .....	175
4.5 O pequi e os saberes tradicionais dos camponeses sertanejos.....	179
<b>5. OS CERRADOS, O PEQUI E OS RECURSOS DE USO COMUM.....</b>	<b>189</b>
5.1 Cerrados: suas gentes, seus ambientes .....	190
5.2 Tristes Cerrados: a modernização nos “Gerais”.....	195
5.3 A percepção da seca no sertão mineiro .....	211
5.3.1 A seca, o eucalipto e os impactos ao Pequi/Pequizeiro.....	220
5.4 O pequi e os recursos de uso comum .....	224
5.5 O pequi como patrimônio cultural sertanejo. ....	234
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>248</b>
ANEXO A – Lei Municipal que regulamenta a coleta e preservação do pequizeiro em Japonvar .....	260
APÊNDICE A – Glossário .....	262
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista .....	264

## Pequí – A Riqueza do Cerrado

Autor poeta repentista Jason de Moraes – Montes Claros – MG.

Um livro eu já escreví  
Foi um sucesso danado,  
Falando sobre o pequí,  
A riqueza do cerrado.  
Agora vai uma poesia,  
O livro foi esgotado.  
Quinhentos exemplares,  
Eu vendi para o estado.  
E agora nesta festança,  
Eu ofereço esta lembrança,  
Para ele ser preservado.

O pequí já escolheu,  
Um lugar rejeitado  
Ele não gosta de cultura,  
Sua produção é no cerrado.  
Para ver se os homens,  
Lhes deixa sossegado.  
Mas seu tronco é robusto,  
E ele é condenado.  
Mas ele tem essa sina,  
De ir para a usina,  
Em carvão transformado.

É a pura covardia,  
E um crime sem fiança,  
Quem derruba um pequizeiro,  
Não tem perseverança.  
É uma riqueza natural,  
Que enche nossa pança.

E é forte prá danar,  
E aumenta nossa sustança,  
A lei foi assinada,  
Mas precisa ser executada,  
Enquanto existe esperança.

Não só o pequizeiro,  
Deve ter proteção.  
É a nossa ecologia,  
Que está em extinção.  
Socorrer enquanto é tempo,  
De ficar por recordação,  
O que já foi destruído,  
Não tem recuperação.  
Agora temos que lutar,  
Para a semente não acabar,  
Com o Fogo, Machado e Carvão.

Aos órgãos credenciados,  
Por a lei em ação.  
IEF e IBDF,  
E toda população.  
Em vez de uma multa,  
Bota ele na prisão,  
Assim eles respeitam,  
As belezas do sertão.  
Que tem que ser preservada,  
Tem que ser respeitada,  
É a nossa obrigação.

## *INTRODUÇÃO*



**Artista: Walmir Alexandre**

**Exposição: *Ser tão Minas: Do Grande Sertão à Pampulha*  
Montes Claros – MG, Outubro de 2011.**

A agricultura é a atividade principal das populações tradicionais, inclusive entre os camponeses. No campesinato, as atividades que complementam a agricultura e a criação sempre estiveram presentes, variando a intensidade do uso e da exploração dos recursos naturais de acordo com as necessidades internas da família e do local no qual ela está inserida. No campesinato sertanejo, não é diferente, pois os recursos disponíveis nos Cerrados são aproveitados pelos camponeses para garantir sua alimentação, e ainda há a possibilidade de transformar os recursos em fonte de renda. O extrativismo segue do espaço rural ao espaço urbano, alimentando e gerando renda no campo e na cidade.

O extrativismo do pequi é uma das mais importantes fontes de renda no Norte de Minas Gerais, sobretudo na economia informal. Também auxilia os camponeses de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, que comercializam o fruto na feira da cidade. O pequi, além de produzir renda, produz cultura, visto que vários são os eventos regionais promovidos a partir desse fruto mais generoso de nossos Cerrados. É o caso da Festa Nacional do Pequi, ocorrida geralmente entre os meses de novembro e dezembro em Montes Claros; a Festa de São Sebastião, em Campo Azul, comemorada no mês de janeiro, auge da safra de pequi no município. Em Japonvar, não há festa na época do pequi, mas a cidade é considerada a Capital Nacional do Pequi e o fruto é referenciado na Festa do Biscoito entre junho e julho. Além disso, o pequi encontra-se nas músicas, poesias, lendas, histórias, arte e no artesanato regionais.

Antes, portanto, de seguir com a justificativa, vamos mostrar nossas primeiras apreensões quando iniciávamos a etapa de coleta de dados em Japonvar, resultado de conversas e entrevistas as quais registramos no nosso diário de campo.

No dia 14 de abril de 2010, após hospedar-me adequadamente em Japonvar, partir para o campo. Passei na propriedade de um camponês já conhecido, nosso entrevistado mais idoso, para combinar o dia e horário de realização da entrevista. Mas, espontaneamente, o camponês logo começa a falar e parece que ele contava a história da formação deste sertão mineiro com facilidade, e tudo apenas para explicar um pouco da sua história de vida.

No momento, disse a ele: não se preocupe, voltaremos a conversar e vou gravar tudo que o senhor contar! Mas ele insistiu. Precisava contar-me que suas terras pertenciam a um grande proprietário, um coronel do sertão, que tinha vários jagunços ao seu comando. Époça em que dizia ele: “um cara que engraçasse com uma moça ou casava ou estava morto”. Époça em que a lei e a ordem eram na ponta da “garrucha”. Tal história me lembra

Guimarães Rosa narrando as aventuras do ex-jagunço que se tornara o mais famoso personagem de “Grande Sertão: Veredas”.

Deixamos este primeiro camponês com a vontade de continuarmos ouvindo suas histórias e tamanha sabedoria e partimos para a primeira entrevista da pesquisa. Era um outro lavrador, o qual, mesmo com apenas 46 anos, revela grandes e importantes informações à pesquisa. Acredite, parece que, apesar de esta ser a primeira entrevista, a pesquisa já daria bons resultados. Mas, é importante controlar a ansiedade, pois ainda haveria muitas portas, porteiros, cancelas e corações para serem abertos.

Fiquei pensando nesse dia: por que será que decidi estudar Japonvar, um município, dentre os três, com vários estudos sobre o pequi? Porém, sábio é o pesquisador que consegue ir além da aparência e revelar as tramas sociais presentes na organização do território camponês. Um território onde o econômico é cultural. Um território onde as cercas são apenas limites, sem fronteiras rígidas nem fronteiras inibidoras da sociabilidade e a solidariedade. O território aqui, pelo que revela o camponês, é aberto. E nesse espaço, esses camponeses vivem e entendem que ele é sua vida e sua vida é ele. Camponeses, como o nosso primeiro entrevistado, os quais plantam suas hortas e roças, criam seus animais e se alimentam disso.

Mas não é só isso, o pequi aqui parece ter vida própria. É ele que ajuda as pessoas a construírem suas casas, suas famílias e, mais que isso, o pequi é “comido” o ano todo, no sentido simbólico da palavra. Após a safra, o dinheiro guardado é usado durante todo o ano. Com ele, faz-se a feira dos mantimentos não produzidos nas roças. Para o entrevistado, o pequi não é só renda complementar, é a principal renda da casa. Pequi também cuida dos filhos dos camponeses, pois ele estimula as crianças e jovens a fazerem a coleta. Ora, criança adora seus “dinheirinhos”!

Quando cheguei à casa deste camponês, pensei que havia café secando no terreiro em frente a casa. Era favela, ou fava-d’anta, secando para ser vendida. As indústrias nacionais e os laboratórios estrangeiros já descobriram o potencial desse fruto para medicamentos. É um outro produto do extrativismo dos Cerrados.

Entender os termos locais na lida da produção agroextrativista foi outro ponto fundamental, assim como compreender os significados dos termos grotas, boqueirões, brejos, chapadas, carrascos e tabuleiros, tanto em Japonvar quanto em Campo Azul e Minas Novas. Alguns deles, mais tarde, ajudaram a formar o título dessa dissertação.

Os territórios rurais das Cabeceiras do Mangaí e das comunidades adjacentes estão situados no complexo ecossistêmico das Veredas, popularmente conhecido como

brejos. Nessas áreas, são plantadas as roças, especialmente o arroz, o feijão e o milho. Todavia, os brejos são muito encharcados, o que levaria à inviabilidade do plantio. Assim sendo, é realizado o “esgotamento”, termo local que significa abrir canais superficiais para o escoamento do excesso de água do terreno e poder realizar o plantio. Para o feijão e o milho, é feito o esgotamento, com a intenção de “enxugar” o solo, já que essas culturas não suportam muita água. No concernente ao arroz, realiza-se o esgotamento, entretanto a água é represada, porque, depois que a semente germina e a planta cresce um pouco, ela retorna com a água para inundar a terra. O arroz necessita de muita água para produzir.

No fundo do quintal da propriedade, havia uma horta comunitária, cujo espaço foi cedido pelo pai do entrevistado para que algumas mulheres da comunidade fizessem seus plantios. Mais uma evidência de que o território camponês é solidário.

Antes, porém, desse relato, meu interesse em estudar o extrativismo se deu através da convivência com os frutos do Cerrado, comuns em nosso cotidiano na cidade de Montes Claros e também pela redação de um pequeno trabalho apresentado no Encontro Nacional de Geografia Agrária, em fevereiro de 2009, na Universidade de São Paulo, cujo tema abordado foi “Territorialidades do Pequi: Montes Claros e o Norte de Minas Gerais em questão”. No trabalho, desenvolvemos um estudo sobre os vendedores de pequi do centro da cidade de Montes Claros, em que abordamos os aspectos socioeconômicos da economia informal na cidade e as relações ambiental e cultural do pequi no Norte de Minas Gerais. A apresentação do trabalho despertou o interesse de minha orientadora e dos demais participantes do encontro. Diante disso, foi levantada, ainda naquele Encontro, por minha orientadora, a possibilidade de estudar no mestrado a importância do pequi no espaço rural.

O Cerrado brasileiro é rico em biodiversidade. No que tange aos recursos vegetais, esse bioma apresenta grande número de populações que fazem uso, tanto no meio rural quanto no urbano, dos frutos nele presentes. Optamos por considerar o(s) Cerrado(s) no plural, pois há diversos ambientes ou subsistemas que o compõem: as Matas ou florestas subúmidas, os Campos, o Cerradão, o Cerrado propriamente dito, as Matas Secas, Veredas, Ambientes Ciliares e Várzeas. Existem também nos Cerrados vários grupos sociais que se caracterizam por um modo de vida específico: vazanteiros, barranqueiros, chapadeiros, cerradeiros, veredeiros, extrativistas, quilombolas, índios, camponeses, quebradeiras de coco, artesãos etc.; sem mencionar ainda a variedade de espécies animal e vegetal que compõem cada subsistema dos Cerrados.

Diante do exposto, este trabalho se justifica pelo interesse e pela importância de analisar os camponeses do sertão mineiro dedicados à coleta dos frutos nativos dos Cerrados, principalmente o pequi, e como o extrativismo deste fruto atua de forma complementar à agricultura camponesa.

Há alguns estudos que enfocam apenas os aspectos econômico e/ou biológico do extrativismo do Pequi no estado de Goiás e no Norte de Minas Gerais: Chévez Pozo (1997), Almeida *et al.* (1998), Macedo (2005), Carrara (2007), Aquino *et al.* (2008), Azevedo (2008), Correia *et al.* (2008), Deus, T. (2008), Oliveira (2009) e Silva (2009). Outros estudos, a exemplo de Azevedo (2008) e Afonso e Carvalho (2009), no Norte de Minas Gerais, também já foram desenvolvidos baseados nas instituições coletivas, a exemplo das cooperativas atuantes na agregação de valor e transformação do produto.

O Norte de Minas Gerais, indubitavelmente, é uma das regiões dos Cerrados que possui a maior importância no extrativismo do pequi. Tal importância não se configura apenas do ponto de vista econômico, mas também alimentar, cultural e ecológico. O material e o simbólico se interagem. O significado econômico do pequi é ao mesmo tempo cultural.

Procuramos estender o nosso campo de pesquisa para o município de Minas Novas, no Alto Vale Jequitinhonha, com o objetivo de analisar a relação do campesinato e do extrativismo naquela região também de Cerrados, onde o pequi tem importante valor de uso para os camponeses, mas que ainda não se enveredou como uma atividade econômica significativa, como no Norte de Minas Gerais. Além disso, a própria inexistência de pesquisas específicas relacionando o pequi e o campesinato no Alto Jequitinhonha despertou nosso interesse.

Estamos diante, portanto, de três territórios com pontos comuns e diferentes ao mesmo tempo: em Japonvar, onde é um dos principais municípios nacionalmente conhecido pelo desenvolvimento da atividade extrativista do pequi, optamos por estudar a comunidade rural Cabeceiras do Mangaí, na qual está a fábrica da Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar – COOPERJAP. Este é o único município, dentre os três estudados, que possui uma cooperativa para os catadores de pequi. Já havendo estudos abordando tal instituição, decidimos fazer o caminho inverso, priorizar o foco de estudo nas famílias camponesas, fazendo um tipo de estudo de dentro para fora, em que começamos analisar o extrativismo do pequi entre os camponeses para depois entender a relação deles com a cooperativa.

Em Campo Azul, nosso território de pesquisa abrangeu as seguintes localidades rurais: Vila São José, Guarda Mór, Olho D'água, Riacho Dantas e Riacho dos Santos. Campo Azul é um município com um dos frutos de melhor qualidade, mas nem por isso a atividade extrativa do pequi está tão estruturada como em Japonvar. Em Campo Azul, também não há estudos sobre o pequi e o campesinato.

Em Minas Novas, também não identificamos estudos específicos sobre o pequi. É um município de potencial produtivo nativo, entretanto possui uma fraca inserção econômica regional. Os territórios foram as comunidades rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa.

Conforme se pode observar, nosso foco de pesquisa principal no extrativismo dos Cerrados é o pequi e suas relações com o campesinato. Não obstante, também buscamos, nos trabalhos de campo, identificar os demais frutos coletados pelos camponeses nos Cerrados, com o objetivo de elaborar um calendário extrativista.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as estratégias agroextrativistas, especialmente concernente ao pequi, utilizadas por camponeses sertanejos de territórios dos Cerrados do Norte de Minas Gerais e do Alto Vale Jequitinhonha que atuam de forma complementar à agricultura. Os objetivos específicos são:

- Discutir o processo de modernização do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha iniciado na década de 1970, durante o governo militar, bem como as consequências socioambientais e as ameaças aos recursos naturais de uso “comum” a partir da privatização dos Cerrados;
- Identificar os produtos extrativos dos Cerrados utilizados pelas famílias camponesas nos municípios de Campo Azul e Japonvar, Norte de Minas Gerais, e no município de Minas Novas, Alto Vale Jequitinhonha;
- Comparar as formas de uso e de inserção no mercado dos produtos do Cerrado pelos camponeses do Norte de Minas Gerais e do Alto Vale Jequitinhonha, assim como a relação das famílias camponesas de Japonvar com a Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar – Cooperjap;
- Analisar os saberes alimentares camponeses com o pequi e os recursos naturais dos Cerrados, bem como as relações culturais e simbólicas envolvidas.



Algumas questões norteadoras são fundamentais para orientar nossa pesquisa. A questão central que norteou o trabalho parte de uma indagação pessoal. Antes mesmo de realizar o reconhecimento dos territórios de estudo, em cujo momento era esboçado o projeto de pesquisa dessa dissertação, refletia sobre uma localidade rural do município de Montes Claros chamada Lagoinha, a qual instigava minha imaginação desde a infância, pois nela era [e ainda é] comum os moradores da cidade de Montes Claros se deslocarem para coletar pequi, inclusive meus familiares.

Com isso, a imaginação se tornou um campo fértil e não hesitava em fazer meus próprios questionamentos: que território é esse onde qualquer pessoa pode catar pequi gratuitamente? Não há cercas? Onde estão os donos das terras? São terras comuns?

Além de roer o pequi por todos os lados, podendo até apreciar o sabor dolorido de seus espinhos, a convivência com o fruto sertanejo ainda não me permitia entender os territórios para além da imaginação. A imaginação em si não é um método científico na tradicional academia. Nesse sentido, comungávamos do mesmo questionamento de Hissa (2002, p. 116): “como avaliar as possibilidades da criação (da crítica, da leitura, da interpretação, da combinação ou do arranjo) sem que tenha a sua disponibilidade?”.

O referido autor sustenta que a imaginação é a capacidade de representação de imagens desenvolvidas pelo espírito. A imaginação é uma capacidade inerente ao ser humano. Para Hissa, a imaginação é, primeiro, um estado de espírito potencializado que mobiliza ou desencadeia a criação. O autor completa ainda que, como um estado de espírito, a imaginação permite o sujeito criar, inventar, interpretar e combinar.

Então, se a imaginação nos condiciona a todos esses aspectos, logo ela é um método válido e pode ser utilizada na sustentação de nossos primeiros questionamentos e hipóteses. À imaginação, estão atreladas também nossas experiências, nosso “olhar físico” e o “olhar interior”, etc. Dessa forma, nossa primeira questão almejou saber se o pequi nos territórios de estudo é um recurso de propriedade comum ou não.

Com as primeiras visitas prévias e o início dos trabalhos de campo, era possível responder à nossa questão matricial, a qual foi ganhando cada vez mais contornos à medida que entendíamos as práticas costumeiras e as relações simbólicas com o uso do território camponês do pequi. Território este que se revelou para além das cercas e do território-propriedade.

Outras questões secundárias, não menos imaginativas, foram importantes para se pensar a pesquisa, a saber: o pequi no Norte de Minas Gerais teria de fato um valor de

troca mais significativo que no Alto Vale Jequitinhonha? A COOPERJAP está organizada adequadamente para trabalhar com os camponeses e distribuir as sobras de forma igualitária? Os pequizeiros do meio das plantações de eucalipto em Minas Novas produzem? As plantações de eucalipto prejudicam a coleta de pequi nos territórios rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa? Por que o pequi do Norte de Minas Gerais é mais valorizado que o do Alto Vale Jequitinhonha?

Assim sendo, algumas hipóteses podem ser formuladas, objetivando responder às questões:

- O pequi é um recurso de propriedade comum nos territórios camponeses estudados, independente do significado da propriedade capitalista;
- A ocupação das chapadas em Minas Novas pelas empresas de reflorestamento de eucalipto na década de 1970 alterou as relações dos camponeses das comunidades Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa com os recursos naturais, ocasionando vários problemas socioambientais;
- Além de um significado material, o extrativismo dos recursos naturais dos Cerrados, especialmente do pequi, é histórico e representa um valor simbólico-cultural para as populações rurais do Alto Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais;
- O extrativismo do pequi no Norte de Minas Gerais possui maior significado econômico para as famílias camponesas, enquanto, no Alto Vale Jequitinhonha, o fruto possui maior valor de uso que de troca;
- A gestão e divisão das sobras oriundas da produção da COOPERJAP não têm sido distribuídas de maneira igualitária entre os cooperados, gerando conflitos e exclusão de agricultores familiares.

Com base no exposto acima, essa dissertação está organizada da seguinte forma: primeiro, apontamos alguns dos pressupostos teóricos e a metodologia utilizados na pesquisa e a delimitação dos territórios de estudo; em seguida, abordamos o conceito de território, sua importância atual e a concepção de território utilizada; o terceiro capítulo apresenta algumas discussões teóricas acerca da teoria do campesinato e os resultados da pesquisa nos territórios de estudo; no quarto capítulo, damos sequência às discussões sobre o campesinato, incorporando a noção de “campesinato sertanejo” e a dinâmica econômica

e cultural do pequi no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. No final, discutimos os impactos socioambientais da entrada de capital nas regiões e o pequi como um recurso de propriedade de uso comum e coletivo. Quanto à última assertiva, percebemos ser a comercialização do pequi, entre os camponeses, uma atividade mais distante dos reflexos da ambição desenfreada impulsionada pelo capitalismo.

## *CAPÍTULO 1*

### *ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS*



**Artista: Walmir Alexandre**

**Exposição: *Ser tão Minas: Do Grande Sertão à Pampulha*  
Montes Claros – MG, Outubro de 2011.**

## 1.1 Análise do referencial teórico

A elaboração desse trabalho envolve vários aspectos teóricos e metodológicos, que demandam a investigação de um objeto pesquisa, principalmente quando este se refere a “sujeitos” historicamente debatidos, acadêmica e politicamente, como é o caso dos camponeses. Num primeiro momento, tratamos de fazer um esforço teórico de situar o debate acerca do conceito de “território”, especialmente no âmbito da Geografia, mas também buscando relacioná-lo às perspectivas teóricas de outras disciplinas, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a História.

O território é um dos conceitos hoje mais utilizados no âmbito acadêmico das Ciências Sociais e no plano político voltado ao planejamento das políticas públicas. Essas incursões, política e acadêmica, geram uma vasta polissemia e, às vezes, até uma banalização do conceito, devido ao seu uso exagerado. É uma categoria de análise central nos estudos geográficos da América Latina da atualidade. Utilizamos autores que mais se debruçaram sobre tal temática nos últimos anos, entre eles destacam-se Rogério Haesbaert (1995; 1997; 2006; 2007; 2008), Claude Raffestin (1993), Marcos Saquet (2007; 2009), Milton Santos (1996; 2006; 2008), Marcelo de Souza (1995), entre outros.

O objetivo é demonstrar como o território se reveste em um agrupamento teórico situado entre concepções materialistas e idealistas, buscando entender como várias dimensões sociais estão interligadas e coexistem num mesmo território. São dimensões situadas entre o econômico, o político, o cultural e o natural (ou ecológico), as quais, a nosso ver, estão presentes e interligadas quando analisamos os territórios do campesinato sertanejo.

O território envolve todas as dimensões sociais, mas as análises acadêmicas estarão priorizando uma ou mais dimensões pelo posicionamento teórico, metodológico e filosófico do pesquisador. Vamos tentar nos aproximar de uma abordagem relacional, considerando haver uma relação entre as várias dimensões sociais em um território, pois seria muito pretensioso de nossa parte nos posicionarmos diante de uma abordagem integradora. Isso porque, embora a abordagem integradora seja a mais ideal numa pesquisa geográfica, reconhece-se a dificuldade para os pesquisadores atingi-la.

Num segundo momento, abordamos o campesinato partindo de teóricos mais clássicos, Kautsky (1972), Chayanov (1974), Teodor Shanin (2005; 2008), José de Souza Martins (1981), até autores mais envolvidos numa perspectiva social e antropológica, a

exemplo de Margarida Moura (1986), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), Garcia Júnior (1983), Antonio Candido (1977), Carlos Rodrigues Brandão (1981; 2004; 2007), Ellen e Klaas Woortmann (1990; 1997; 2004). Isto é, partimos do campesinato numa concepção econômica para uma abordagem cultural.

Introduzimos ainda o “campesinato sertanejo” como uma categoria de análise específica do modo de vida formado nos sertões de Minas Gerais e baseado nos recursos naturais dos Cerrados. Não é uma categoria nova, muito menos um invenção acadêmica, mas uma (re)construção a partir das teorias do campesinato. Dessa maneira, buscamos demonstrar como se formou o campesinato no sertão mineiro, região de tal forma negligenciada pela história das Minas Gerais, ideologicamente centrada na mineração dos períodos colonial e imperial, que parece ser um lugar independente ou inexistente.

Fizemos uma revisão sobre os Cerrados e seus diferentes ambientes. Destacamos também acerca das populações tradicionais que vivem neles. Levantamos a problemática da modernização nesses ambientes regionais e o impacto socioambiental nos territórios das populações sertanejas. Um outro momento fundamenta-se na teoria “Tragédia dos Comuns”, de Garret Hardin (1968), a fim de entendermos a problemática em torno dos recursos naturais de uso comum, colocando em questão a propriedade da terra e questionando o porquê de não podermos considerar o pequi um recurso de propriedade privada, mesmo estando ele confinado às cercas da propriedade capitalista.

Dessa forma, tratamos de mostrar como é feita, nos Cerrados mineiros, a gestão dos recursos naturais, especialmente o pequi, entre os camponeses. O território do campesinato sertanejo é aberto, pois nele há relações de solidariedade e reciprocidade, que extrapolam o vínculo familiar e estendem-se à comunidade, sobretudo no que tange ao uso dos recursos naturais dos Cerrados.

Uma ampla revisão bibliográfica sustentará o desenvolvimento das ideias relativas ao campesinato, servindo, ainda, de aporte teórico e metodológico na definição da concepção de território que estamos estudando no Norte de Minas Gerais e Alto Vale Jequitinhonha. Não estamos delimitando territórios como são geralmente desenvolvidos os trabalhos acadêmicos e os espaços de ação da governança, pois acreditamos ser o modo de uso do espaço pelos camponeses que define seus territórios, isto é, um território aberto, semelhante aos territórios humanos. A nosso ver, o território, no sentido político, é, nos dias atuais, muito mais um instrumento de dominação do que de liberdade e de autonomia para os camponeses construírem seu próprio futuro. Por isso, abdicamos de delimitar

nossos territórios de estudo dos limites dos espaços da governança, e optamos por nos referirmos aos territórios das comunidades rurais sertanejas, cujos limites e fronteiras são flexíveis, abertos, sinônimo de liberdade, autonomia e solidariedade.

## 1.2 Aspectos metodológicos

O texto é um produto do pensamento organizado, de como ele se organiza para atingir um objetivo. Da mesma forma acontece com o texto da pesquisa científica. A ciência moderna está pautada nas ideias de rigor, precisão, objetividade, verdade, estabilidade, ordem, etc. Tudo o que foge a essa lógica racionalizada dos paradigmas da ordem corre o risco de ser considerado *não-científico* (HISSA, 2002).

O mesmo autor assegura: “o método diz respeito às concepções amplas de interpretação do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosófica, lógica, ideológica e política que fundamentam a ciência e os cientistas na produção do conhecimento” (HISSA, 2002, p. 159). Para o autor, a conceituação de método não deve ser avaliada exatamente no sentido operacional da palavra. Assim, as metodologias necessitam ser mais flexíveis, a fim de se adaptarem aos projetos e às pesquisas.

Isso nos permite incluir outras categorias do pensamento, intrínsecas aos métodos e metodologias, também referenciadas pelo autor, por exemplo: imaginação, improvisação e liberdade. Dessa forma, estamos suscitando a criação. Os métodos e metodologias científicos não podem ser tomados como paradigmas limitadores da liberdade de criar, de imaginar e de improvisar.

Hissa (2002, p. 167-168) discute ainda a importância do experimento na ciência moderna. Segundo o autor, para a ciência, o experimento seria “entendido como o pré-requisito do acerto”, algo “introdutório” e “provisório”. Nesse sentido, o projeto de pesquisa não se encaixa nas ideias de transitório, provisório, experimentado, sujeito a mudanças? Quando começamos nossas idas ao campo de pesquisa desde a elaboração do projeto, a cada novo evento uma alteração ocorria naquilo que havíamos *projetado*. Tal fato, porém, ocorreu também ao longo do desenvolvimento da pesquisa, da aplicação das entrevistas, a cada observação, percepção, ao sentir os objetos e sujeitos estudados, as histórias contadas. Enfim, especialmente na pesquisa experimental, e o trabalho de campo é uma delas, estamos susceptíveis a ter de lidar com aquilo que não estava projetado.

Nesse momento ou em situações semelhantes, o pesquisador precisa saber utilizar a improvisação, indispensável ferramenta metodológica na prática da liberdade de criação.

Por outro lado, é necessário mencionar, nosso trabalho se desenvolveu pautado na pesquisa descritiva e experimental, utilizando-se de métodos de descrição e observação aprofundados, associados ao levantamento de campo em cada território já mensurado.

Antes da realização dos trabalhos de campo, foram feitas visitas prévias nos municípios de Campo Azul, Japonvar e Minas Novas, a fim de identificar os territórios agroextrativistas com os quais iríamos estudar. Além disso, buscamos ainda (re)conhecer as famílias camponesas e as lideranças locais para estabelecer uma relação de proximidade e, conseqüentemente, facilitar a obtenção de dados e entrevistas quando fôssemos efetuar o trabalho de campo definitivo.

A primeira visita a campo para reconhecimento dos territórios de estudo foi realizada no mês de julho de 2009 nas comunidades rurais de Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas<sup>1</sup>. A outra localidade reconhecida foi a comunidade rural Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, no mês de outubro de 2009. Por fim, visitamos a Vila São José, em Campo Azul, no mês de janeiro de 2010. Definidos tais territórios, a próxima etapa da pesquisa foi a realização do trabalho de campo, ocorrida no mês de abril de 2010 em Japonvar e Minas Novas. Posteriormente, concluímos as entrevistas no município de Campo Azul, em julho de 2010.

Depois de já ter realizado mais de 60% da pesquisa de campo, restava apenas Campo Azul. No entanto, quando fizemos a visita prévia, não foi possível identificar que as propriedades rurais no entorno da Vila São José não seriam suficientes na sustentação do trabalho de campo. Quando já estávamos em campo, percebemos que muitos moradores da vila possuíam propriedades rurais e eram extrativistas de pequi, mas não se encaixavam nos nossos critérios de análise, ou seja, deveriam morar na propriedade camponesa.

A partir disso, tivemos de “improvisar” nova estratégia, a qual não estava prevista no projeto de pesquisa. Do contrário, caso não improvisássemos, todo o planejamento e investimento financeiro estariam perdidos. Assim, optamos por realizar a

---

<sup>1</sup> Trabalho de campo proporcionado pelo Projeto de Pesquisa “Mapeamento e análise das estratégias de reprodução social complementares da agricultura camponesa no recorte territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Terra & Sociedade – Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa – IGC/UFMG. Financiado pela FAPEMIG.



pesquisa de campo aleatoriamente<sup>2</sup> visitando as propriedades camponesas, sem poder agendar previamente, como fizemos nos outros territórios de estudo. Além da vila São José, as entrevistas foram realizadas em outras quatro comunidades: Guarda Mór, Olho D'água, Riacho Dantas e Riacho dos Santos. Ao todo, realizamos 15 entrevistas nessas localidades. Por tal mudança no percurso do projeto, não realizamos, nesses territórios, entrevistas gravadas, mas fizemos anotações dos relatos orais, que compõem o diário de campo. Segundo Marafon (2009, p. 389), no diário de campo: “é necessário efetuar o registro das observações, das entrevistas e desenhos efetuados, pois o diário de campo é mais que um simples registro de fatos, ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade”.

Em todos os territórios estudados, optamos pelo uso da Amostragem Aleatória Simples. Os elementos que compõem a amostra foram selecionados aleatoriamente, buscando, através de visitas prévias e posteriores de campo, identificar em cada comunidade as famílias ativas na coleta do pequi. Para escolhermos as famílias a serem estudadas, contatamos, inicialmente, lideranças das comunidades e/ou pessoas mais velhas, a fim de que pudéssemos ter a noção das primeiras casas que visitaríamos. A partir daí, e buscando evitar maiores influências na seleção das amostras, as próprias famílias entrevistadas indicavam os outros sujeitos extrativistas.

O critério na escolha das amostras baseou-se nas famílias que complementam as atividades agropecuárias com o extrativismo dos Cerrados, especialmente a coleta do pequi. Identificamos alguns sujeitos durante a pesquisa em Japonvar e Minas Novas, principalmente os membros mais velhos das comunidades, para a realização de entrevistas livres gravadas<sup>3</sup>. Acrescentaríamos ao trabalho, a partir das narrativas orais, as histórias de vida e do território, a percepção do tempo, do espaço e da seca, as migrações, a influência de agentes externos, como as empresas de reflorestamento.

Cabe salientar que os relatos orais gravados e/ou registrados no diário de campo foram transcritos e mantidos na linguagem coloquial, fazendo-se o mínimo de correções, com o objetivo de manter-se a originalidade, sem, portanto, ter a intenção de ridicularizar os sujeitos da pesquisa. Por conseguinte, não revelamos a identificação dos camponeses entrevistados, apenas destacamos o sexo, a idade e a localidade de residência dos mesmos.

---

<sup>2</sup> Para a realização de parte da pesquisa em Campo Azul, contamos com o auxílio de um morador da Vila São José, que nos levou às comunidades rurais mais distantes. A companhia desse morador facilitou, inclusive, a relação com muitas famílias camponesas, favorecendo a obtenção de dados.

<sup>3</sup> As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos camponeses e do presidente da COOPERJAP.

Em Cabeceiras do Mangaí, entrevistamos 15 famílias, o correspondente a aproximadamente 20% das famílias da comunidade. Neste território, procuramos entrevistar uma variedade de sujeitos, desde as famílias camponesas que coletam o pequi até os comerciantes locais e regionais que compram daquelas famílias e vendem aos compradores de outras cidades. Além disso, realizamos uma entrevista livre, com gravação de voz e com perguntas previamente elaboradas, com o presidente da COOPERJAP, pois a fábrica de processamento dos frutos dos Cerrados está localizada neste território.

Em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas, também foram entrevistadas 15 famílias, correspondendo a cerca 19% do total de famílias das duas localidades juntas. Nos territórios em questão, entrevistamos quase todas as pessoas que utilizaram o pequi da safra 2009-2010 na comercialização, já que aqui o número de pessoas envolvidas e o fluxo comercial são diferentes dos territórios extrativistas do Norte de Minas Gerais.

Dois abordagens são utilizadas, uma qualitativa e outra quantitativa, de maneira que a obtenção de dados se fez por meio de um questionário com questões abertas e fechadas, cujo levantamento de dados mensuráveis tem o objetivo de elaborar gráficos, tabelas e quadros sobre a estrutura das famílias camponesas estudadas, sua propriedade, sua produção e a dinâmica econômica do pequi. Os dados qualitativos são utilizados para interpretar e refletir sobre o modo de vida das famílias camponesas, seus aspectos culturais, suas relações econômicas e a sua relação com a natureza, de forma que possa identificá-las com o seu território e evidenciar as características de existência de um campesinato sertanejo.

A propriedade de cada família camponesa visitada foi pontuada com uso de GPS (Global Positioning System), o que gerou os mapas de localização dos territórios amostrais da pesquisa.

Após finalizar a pesquisa de campo, todos os dados foram tabulados em planilhas do Microsoft Excel, transformados em gráficos, tabelas, quadros e, depois, interpretados qualitativamente nos resultados da pesquisa. Todas as gravações de áudio foram transcritas, formando um banco de informações qualitativas para o estudo e trabalhadas ocasionalmente com algumas falas e relatos orais dos entrevistados no conteúdo das análises.

### **1.3 Os territórios estudados**

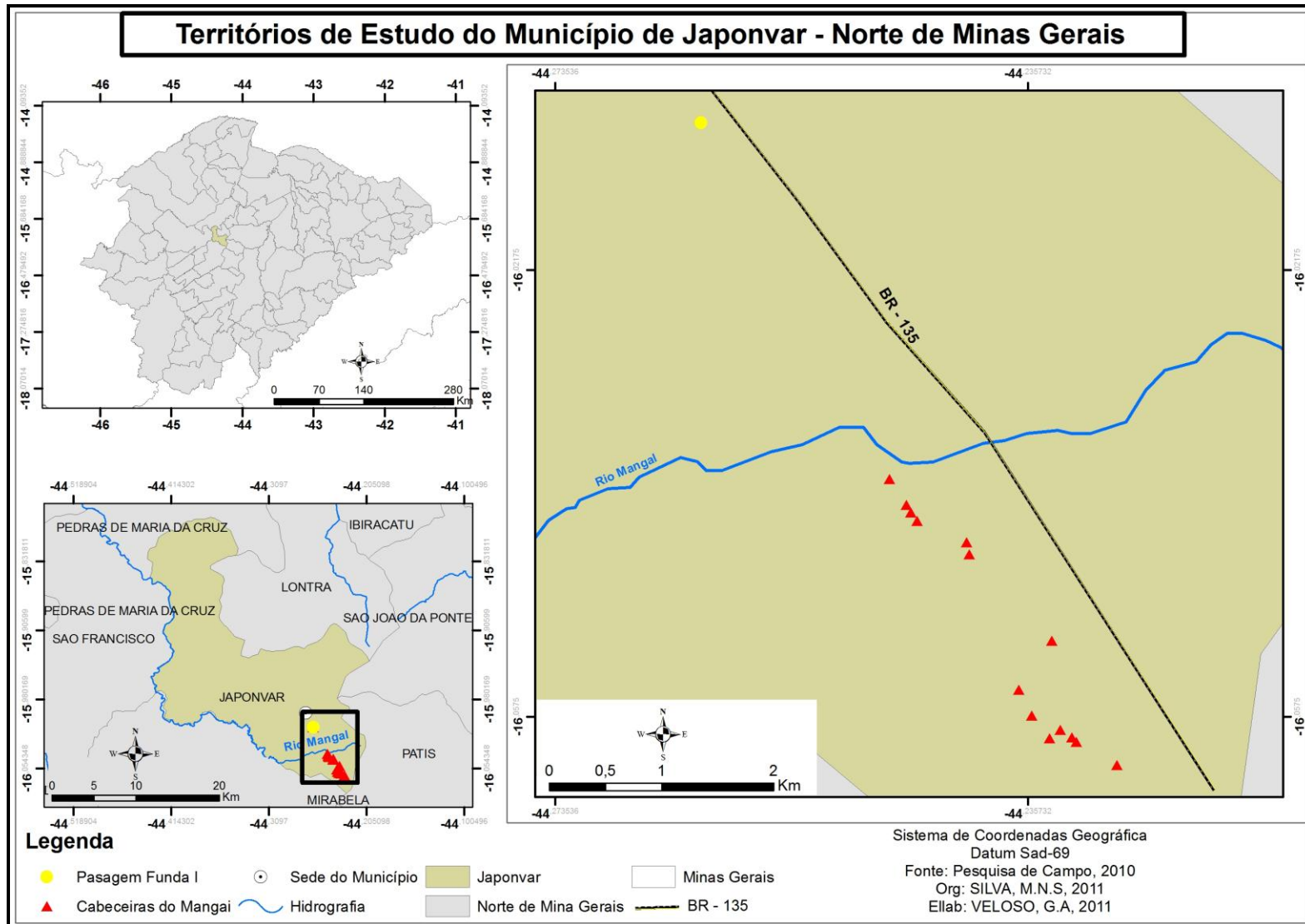
Por nossa análise partir de uma realidade social materializada nos territórios, o caminho em que buscamos nos posicionar baseia-se numa abordagem voltada mais ao conteúdo relacional do território. Nesse sentido, procuramos combinar o binômio materialismo-idealismo, manifestado no entendimento dos territórios camponeses estudados, por exemplo a relação existente entre os aspectos econômicos, políticos, culturais e ecológicos.

O próprio ato de escolha do pesquisador ao eleger uma área de estudo já delimita um território em si. No nosso caso, não pretendemos delimitar ou definir os territórios estudados, tradicionalmente feito nos trabalhos acadêmicos, os quais são escolhidos geralmente com base na divisão oficial de comunidades, distritos, cidades, municípios, etc., ou ainda quando o pesquisador faz sua própria delimitação do espaço e o define como um território.

Território aqui também não se define somente pelas comunidades rurais às quais nos referenciamos pelos seus nomes – Cachoeira da Lagoa, Cabeceiras dos Mangaí, etc. São as práticas de apropriação/dominação e de uso material e simbólico-cultural do espaço que definem os territórios. Ao adotarmos esse entendimento de território, estamos, a nosso ver, procurando libertá-lo da prisão conceitual e metodológica imposta pelas delimitações oficiais e, às vezes, também acadêmicas. Acreditamos, assim, estar contribuindo para pensar o território como significado de liberdade, onde as pessoas e seus grupos constantemente (re)constroem, (re)produzem seus espaços e se identificam com eles e com o mundo. O território não é para ser uma prisão, e sim um espaço onde as pessoas e seus grupos vivem a liberdade de escolha e de autonomia para aquilo que elas querem em seu futuro.

O território, para o camponês do sertão, é primeiramente a posse da terra, pois é com base nela que o campesinato produz a sua existência. Da terra, o camponês retira indiretamente o alimento que vai para a sua mesa e para o mercado. Diretamente, o camponês retira da terra os recursos do extrativismo, os quais vão também para sua mesa e/ou são comercializados. No território camponês, existem relações de solidariedade e reciprocidade entre os moradores e entre eles e a natureza. O território camponês é dotado de significados, refletidos também na imaterialidade. São valores éticos, de honra, religiosos e de parentesco. O território do camponês é a morada, o trabalho, a produção e diversas manifestações envolvendo sua vida, é um espaço onde a vida acontece plenamente.

Os mapas que seguem não servem para delimitar territórios, mas identificar os espaços onde a pesquisa foi realizada. O MAPA 1 identifica as propriedades camponesas onde foram realizadas as entrevistas no território rural de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar. Também destacamos a propriedade de um de nossos entrevistados mais idoso, localizada na comunidade rural Passagem Funda I.



MAPA 1 – Localização do território rural Cabeceiras do Mangaí – Japonvar.  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A comunidade rural Cabeceiras do Mangaí está localizada no povoado Vila São Cristóvão, distante aproximadamente 6 quilômetros da sede municipal. Conforme se observa no MAPA 1, tal comunidade encontra situada às margens da rodovia BR-135, na porta de entrada do município, ligando-se, ao Sul, à cidade de Montes Claros<sup>4</sup>, principal polo urbano-regional, dando acesso também, pela mesma rodovia, à capital estadual, Belo Horizonte.

A localização privilegiada- cortada pela rodovia federal e o entroncamento rodoviário para outros municípios- faz com que Japonvar tenha uma das mais significativas coletas de pequi do Norte de Minas, além do importante reconhecimento regional e, por vezes, até destacado em âmbito nacional.

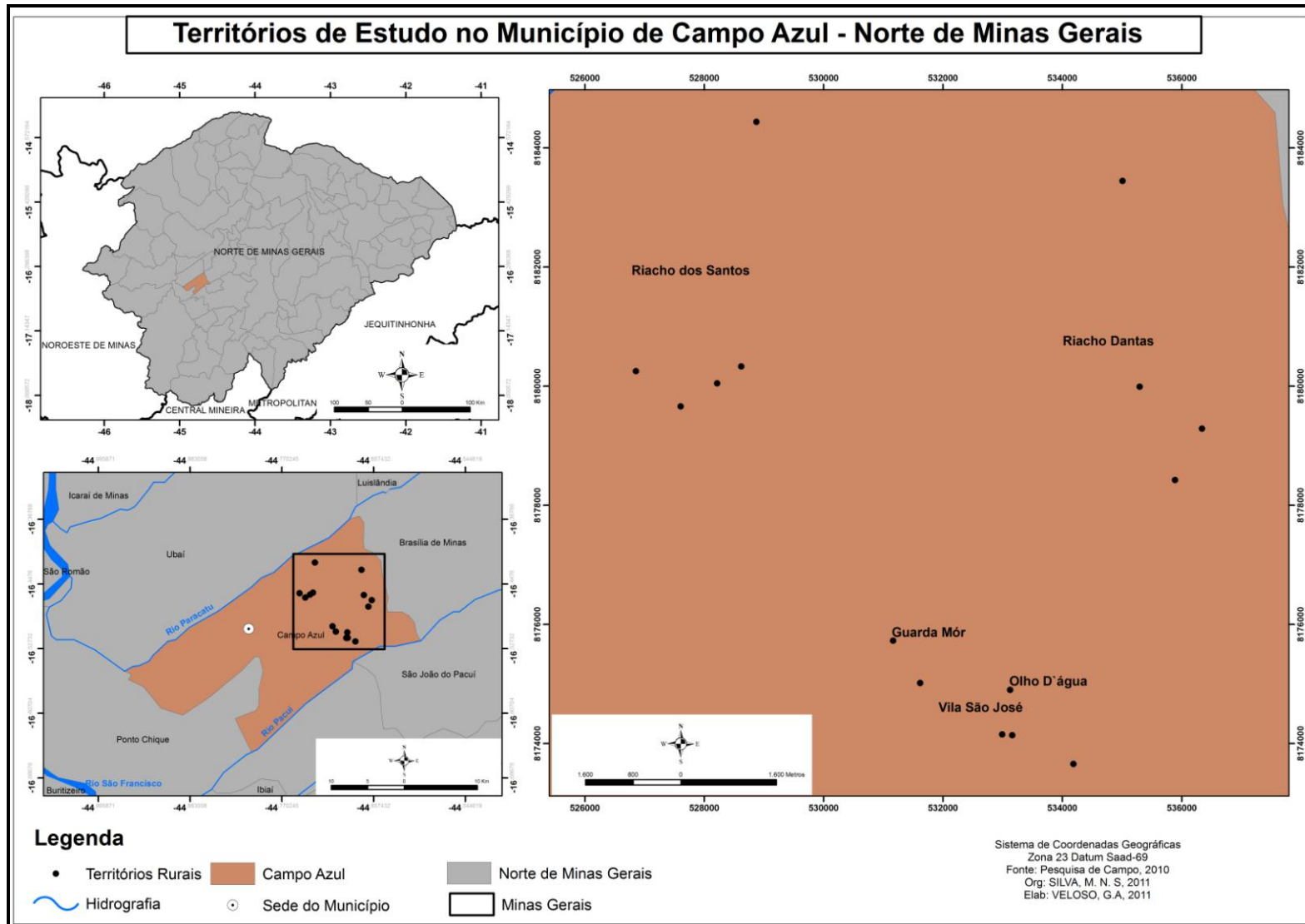
Já o município de Campo Azul se situa a oeste de Montes Claros, saindo pelas rodovias BR-365 e MG-145. Está cerca de 148 quilômetros da principal cidade do Norte de Minas Gerais. Possui uma área total de 510,93 km<sup>2</sup> e também pertence à microrregião de Montes Claros. Campo Azul é circundado pelos rios Pacuí e Paracatu, fazendo parte da bacia do Rio São Francisco. É um pequeno município, e a maior parte de sua população se encontra na área rural. O nosso território de pesquisa compreende as unidades camponesas situadas no entorno da Vila São José, localizada a 15 quilômetros da cidade, e mais quatro comunidades rurais: Guarda Mór, Olho D'água, Riacho D'antas e Riacho dos Santos (MAPA 2).

O terceiro território de estudo situa-se no Alto Vale Jequitinhonha, no município de Minas Novas e compreende as comunidades rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa (MAPA 3). De acordo com Agostinho de Jesus (2007, p. 72), o município se situa na faixa intermediária entre as regiões administrativas do alto e do médio Vale do Jequitinhonha, a Nordeste do estado de Minas Gerais. Para efeito de localização, estaremos, neste trabalho, considerando a localização estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no “Programa Territórios Rurais”, que insere Minas Novas no Alto Vale Jequitinhonha.

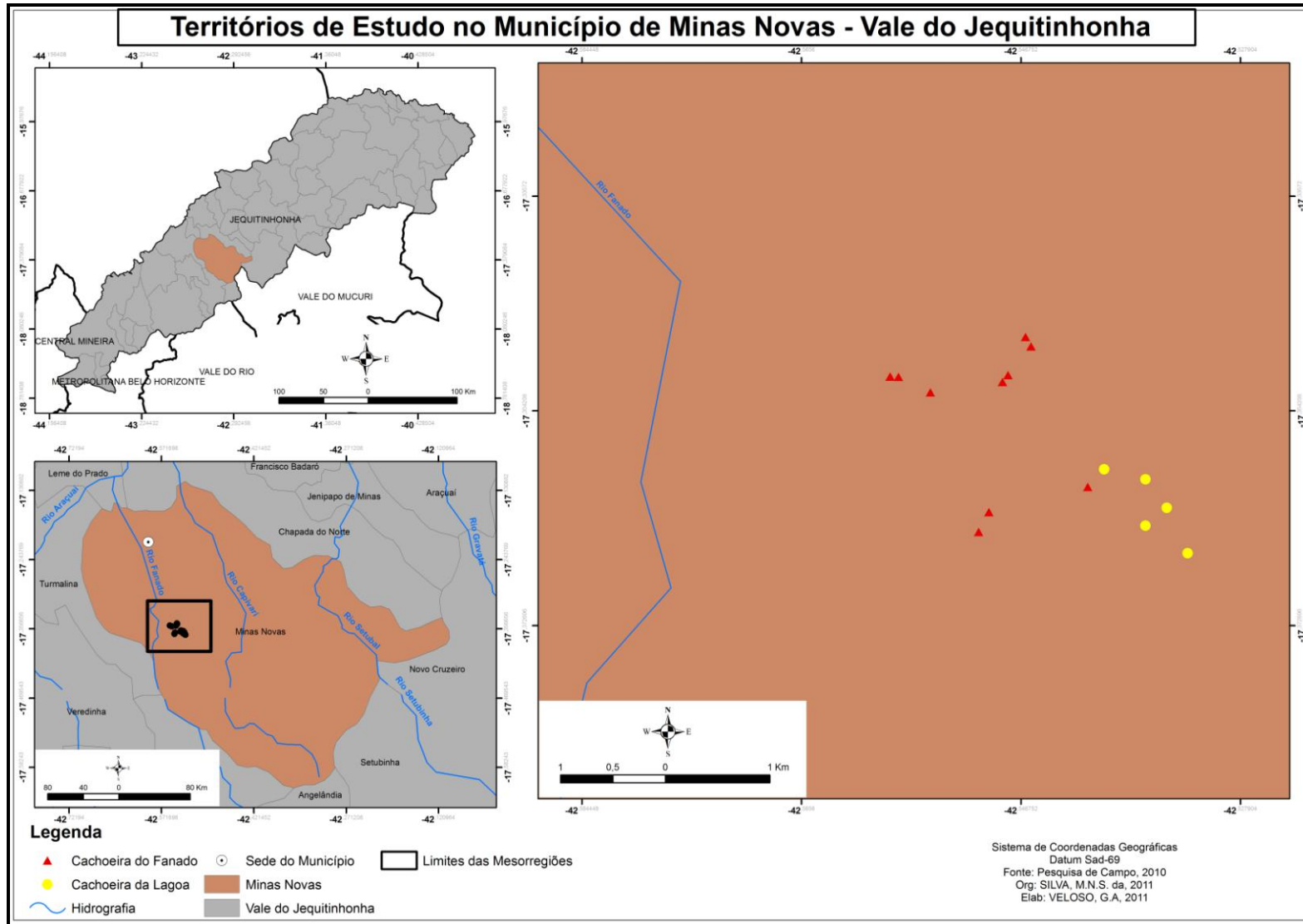
Inserido na microrregião de Capelinha, Minas Novas apresenta uma divisão municipal “formada por 05 distritos, 14 povoados e 122 pequenas localidades. Suas comunidades situam-se ao longo de uma rede hídrica formada pelas bacias hidrográficas dos rios Araçuaí, Fanado, Capivari e Setúbal”. Nossos territórios rurais de pesquisa situam-se na bacia hidrográfica do rio Fanado, conforme mostrado no MAPA 3.

---

<sup>4</sup> Fazemos referência a Montes Claros porque é a maior cidade do Norte de Minas Gerais e o principal mercado consumidor regional dos frutos dos Cerrados, principalmente o pequi.



MAPA 2 – Localização dos territórios rurais de estudo – Campo Azul.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



MAPA 3 – Localização dos territórios rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa – Minas Novas.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



A seguir, apresentamos uma tabela esboçando a população dos três municípios estudados de acordo com a situação de domicílio. Na TAB. 1, é importante mostrarmos o elevado percentual de população rural encontrado em todos os municípios estudados. Em Campo Azul, 63% da população do município residem no espaço rural, enquanto em Japonvar este percentual se eleva para próximo de 70%. Em Minas Novas, cujo município é o maior em termos de espaço físico e contingente populacional, o número de habitantes do espaço rural é maior ainda – 75%.

TABELA 1  
População dos municípios estudados por situação de domicílio.

<i>Município</i>	<i>População Total</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>	<i>Percentual de Pop. Rural (%)</i>	<i>Contagem Populacional (*)</i>
Campo Azul	3.574	1.322	2.252	63	3.828
Japonvar	8.121	2.577	5.544	68	8.232
Minas Novas	30.646	7.730	22.916	75	30.578

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000); (\*) Contagem da População (2007).

Essa tabela sugere ser necessário o investimento em políticas públicas, na geração de emprego e renda no meio rural de todos esses municípios, tendo no extrativismo de pequi e outros frutos dos Cerrados uma importante atividade.

## *CAPÍTULO 2*

### *O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE*



**Artista: Walmir Alexandre**

**Exposição: *Ser tão Minas: Do Grande Sertão à Pampulha*  
Montes Claros – MG, Outubro de 2011.**

Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como o Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como o Celso Furtado quis falar a economia –, o território também pode aparecer como uma voz. E, como do território não escapa nada, todas as pessoas estão nele, todas as empresas, não importa o tamanho, estão nele, todas as instituições também, então o território é um lugar privilegiado para interpretar o país.

*Milton Santos. In: Caros Amigos, 1998, n. 17.*

## 2.1 Do Espaço ao Território

Espaço, território, região, lugar e paisagem são as cinco principais categorias de análise da Geografia, sendo que, em qualquer estudo geográfico, haverá uma ênfase maior ou menor em uma ou mais dessas. Optar por uma delas não significa abdicar das outras, mas corresponde a dar mais clareza e significados para o conceito que elegemos como central no estudo. Não é possível falar de território desconsiderando as demais categorias centrais do estudo geográfico. Por exemplo, de forma bem geral, podemos falar que o território é um produto do espaço, só se tem um território porque há nele uma base que o precede, que é o espaço; noutra constatação, o território assume hoje a dimensão (numa perspectiva de conceito integrador) e a importância que eram dadas à região no passado. Por que não falarmos ainda de um território-lugar, que surge das relações com o espaço vivido, a partir das relações de pertencimento e identidade? E uma paisagem (natural), a despeito de uma unidade de conservação, não seria também considerada um território?

Um conceito pode sofrer ainda influências de várias abordagens teóricas, como a estruturalista ou pós-estruturalista, quer seja uma concepção mais materialista, quer seja ela mais idealista. Além disso, não podemos descartar a influência das escolas ou correntes de pensamento, das áreas e das subáreas de uma mesma disciplina/ciência que, no caso da Geografia, privilegiam uma ou outra vertente teórica e categoria de análise. É importante ressaltar que cada enfoque depende também de um contexto histórico específico. Uma forma bem simples para esclarecer algumas das considerações apontadas anteriormente é tomar como unidade de análise a bacia hidrográfica, independente da escala – bacia, sub-bacia ou micro-bacia. Nos estudos em Geografia Física, a bacia hidrográfica é considerada uma unidade de paisagem, com todos os seus atributos físicos, sejam eles o relevo, o clima, os solos, a vegetação e a hidrografia; nos estudos, sobretudo em Geografia Humana, a região era o conceito integrador que melhor compreendia a bacia hidrográfica. Há, portanto, hoje, uma tendência crescente tanto no plano acadêmico quanto político-

administrativo em considerar a bacia hidrográfica como uma unidade territorial. Neste último caso, o território é concebido para fins de estudo ou mesmo visando à gestão ambiental e socioeconômica.

Como visto, um mesmo objeto de estudo pode ser analisado sob a ótica de três conceitos diferentes, embora cada um esteja contextualizado em períodos, abordagens teóricas e políticas distintas. Uma explicação plausível para isso é dada pelo professor Milton Santos (2008), o qual afirma que todo conceito é híbrido. Dessa maneira, os conceitos se metamorfoseiam e se adaptam a cada realidade teórica ou prática.

O território é o conceito central mais utilizado atualmente em muitos países da Europa e na América Latina, inclusive no Brasil. No caso dos geógrafos, a primeira coisa a ser feita é apresentar a sua categoria de análise central, ainda que as outras não sejam esquecidas. Neste trabalho, priorizamos um enfoque maior no território, não apenas por ser ele o conceito mais trabalhado entre os geógrafos brasileiros, nem pela vasta bibliografia nacional e internacional disponível, mas porque encontramos no território uma flexibilidade em ser tratado como categoria de análise e da prática. Vemos o território para além de fronteiras e limites definidos, pois acreditamos que aqueles que delimitam os territórios acabam delimitando a sua capacidade de reflexão teórica e fechando fronteiras que não se fecham, porque o território é aberto, sendo, assim, sinônimo de liberdade.

Antes de discorrer mais sobre território, gostaríamos de pensar um pouco no espaço, que é a base primeira de organização da sociedade. Toda sociedade está organizada sobre um espaço e, à medida que ela produz o seu espaço, ela passa a construir o seu território. “Do Espaço ao Território” é somente uma forma sugestiva de explicar o território a partir do espaço, e não implica nenhuma tentativa de demonstrar a passagem de um conceito ao outro.

Indubitavelmente, toda sociedade possui e está em um espaço, embora não possamos afirmar que toda sociedade possui um território. Uma sociedade pode até viver sem território, mas não pode viver sem espaço. E temos muitos casos de sociedades ou grupos humanos sem territórios ou, no dizer de alguns teóricos, desterritorializados. O espaço é o quadro geral de referência da sociedade. Podemos dizer também que o território é o quadro específico de organização societária. Cada sociedade investe física e simbolicamente em um espaço. Este ato que vários autores, entre eles Lefebvre, denominou de “produção do espaço” é a própria produção do território em si, que se dá, nos termos de Raffestin (1993), pela apropriação de um espaço. Mas o território não é somente apropriação. É mais que isso. Talvez a apropriação seja a primeira forma de

produção do espaço. O que nos ensina Raffestin é que “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O debate sobre a relação espaço-território na obra “Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin (1993), é central. A terceira parte do livro, na qual o autor define o que é o território, é iniciada pela distinção entre espaço e território. Para ele, o espaço é anterior ao território: “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator territorializa o espaço” (p. 143). Podemos apreender que é a apropriação do espaço que forma o território, seja ela física/concreta ou abstrata/simbólica. A produção do território se dá a partir do trabalho. Quando o autor defende que o território é uma ação realizada por um ator, ele quer dizer que o território é uma produção, podendo ser realizada por qualquer indivíduo, pelo Estado, por empresas, ou mesmo, por uma instituição. O território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

E continua o autor:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

É muito comum encontrarmos, inclusive na Geografia, uma confusão em distinguir espaço e território. Ora alguns autores afirmam que o território é o espaço, ora afirmam ser justamente o contrário. Assim sendo, o próprio Raffestin, em uma recente entrevista<sup>5</sup>, comenta sobre a diferenciação que faz em seu livro citado anteriormente e afirma:

Não fazer a distinção entre o espaço e o território é como não fazer a diferença entre o mineral de ferro e uma ferramenta feita pelo homem. Entre os dois se intercalam numerosas etapas e numerosos processos que fazem as culturas intervirem no sentido antropológico do termo. Eu considerei o espaço, de forma axiomática, como aquilo que era dado e o território como o que era produzido, a partir do espaço, pela ação humana, o que restitui todo seu valor ao trabalho

<sup>5</sup> RAFFESTIN, Claude. Entrevista. *Revista Formação*, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 1-5. 2008.

(energia informada) e à cultura como programa complexo próprio a cada sociedade (RAFFESTIN, 2008, p. 3).

Embora o autor continue a insistir na diferenciação entre os dois conceitos, notamos que alguns pontos permanecem semelhantes em sua definição atual em relação à publicação de 1980 (data da publicação francesa), enquanto que percebemos mais explicitamente a incorporação de outros elementos ao seu discurso. O espaço continua a ser aquele referencial “dado”, matéria-prima e já preexistente a qualquer ação; e o território é o resultado de uma ou várias ações, ou seja, aquilo que é produzido no espaço pela ação humana e todo o seu valor é atribuído ao trabalho e à cultura. Se, por um lado, Raffestin continua a reafirmar seus posicionamentos anteriores, por outro, ele insere de forma mais clara o papel da ação humana e da cultura na produção do espaço e do território. Enquanto verificamos mais ênfase nas concepções anteriores do autor sobre os mecanismos do poder, da produção do espaço e dos modos de produção, agora é mais uma vez o trabalho e recentemente a cultura que conformam o território.

Utilizando-se de uma abordagem dialética, Moreira (2006, p. 78) considera o entendimento do espaço a partir do recorte, de modo que a análise do espaço se dá por meio de seu recorte. O ponto de partida é do recorte para o todo do espaço, e deste para o todo da sociedade. Por isso, a relação é dialética, pois, neste movimento, o autor afirma que tudo se faz numa relação triádica, em que “vai-se do recorte (o singular) para o espaço (geral), daí se retornando ao recorte, que já não é recorte-singular do começo, dado vir do espaço geral em seu retorno, sendo assim agora o real-concreto”.

O ponto chave salientado pelo autor é que o recorte espacial representa o princípio do conceito do território, mas não é um recorte banal. É, pois, um recorte qualificado por seu sujeito. Não faria sentido falar de um recorte – entendido aqui como território – sem considerar o domínio qualificado pelo seu sujeito (o homem). “Falar da relação entre espaço e recorte é uma forma teórica geral de falar da relação entre espaço e território” (p. 79). Moreira esclarece ainda que uma grande confusão conceitual entre espaço e território ocorre no ato de eleger o território, em vez do espaço, como referência teórica da organização geográfica da sociedade, uma vez que a geografia, sob influência de Kant, é uma ciência da análise do homem, da natureza e da sociedade.

Para Andrade (1996), o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, por ele estar muito ligado à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área. Numa perspectiva semelhante, Souza (1995, p. 78) afirma que o

território “é fundamentalmente um espaço *definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (grifos no original).

Santos (1996) inicia seu breve texto chamando atenção para o fato de que a noção de território com a qual convivemos é herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros. Dessa forma, o autor afirma que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1996, p. 15). O que distingue o território do espaço é o seu uso, ou melhor, os seus vários usos. O autor completa: “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (p. 16), ou ainda, “sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 20). Por isso, Milton Santos (1996) defende ser importante o entendimento do território para afastar o risco de alienação, da perda do sentido da existência individual e coletiva e, portanto, afastar o risco de renúncia ao futuro. O território é um híbrido, de múltiplas relações, o que ele tem de permanente é ser o nosso quadro de vida.

## **2.2 A atualidade do conceito de território**

Pesquisando em um dicionário escolar, encontramos designações bastante vagas para explicar o termo “território”. Numa primeira definição, o termo se refere a uma “extensão considerável de terra”, na qual percebemos que há uma imprecisão quanto à abrangência dessa porção de terra e que não se refere a objetos e sujeitos que compõem o território; a segunda definição afirma ser o território “a área de um país, província, etc.”, isto é, ele é entendido como um espaço de domínio jurídico-político que se manifesta na divisão entre país, estados e municípios. Por último, o território é definido como a base geográfica do Estado, correspondente a solo, rios, lagos, baías, portos, entre outros, sobre a qual exerce ele a sua soberania. Significa uma definição muito condizente com os países que fizeram a organização do seu Estado nacional, buscando identificar seus recursos naturais e suas fronteiras. Também é uma definição bastante política, concreta, a qual vai ao encontro da formação dos Estados, sendo, portanto, o território no sentido do poder. Conforme se vê, não há explícita, nas três definições, nenhuma referência humana ou social ao termo território.

Na teoria do Estado, o território é uma das condições para a existência e o reconhecimento de um país, sendo os outros dois a nação e o Estado. Assim sendo, o

Estado é formado por um território, seu povo e seu governo. A nação é a coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e, conseqüentemente, o Estado, conforme explica Andrade (1995). Esse mesmo autor acrescenta que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20).

De forma bastante ampla, Santos e Silveira (2001, p. 19) afirmam “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Os autores continuam afirmando, num sentido mais restrito, que “o território é um *nome político* para o espaço de um *país*” (grifos no original), isto é, “a existência de um país supõe um território”. Mas os autores advertem que “a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado”. Dessa forma, “pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território” (p. 19). É importante destacar que, apesar de os autores utilizarem-se de uma definição mais ampliada e outra mais restritiva e política para explicitar o que é território, isso não reflete integralmente suas concepções; são apenas noções teóricas que orientam a construção da categoria “território usado”, a qual será também por nós esmiuçada no próximo tópico.

Haesbaert (1997) afirma que território tem sido uma expressão ambígua: pode ser desde um espaço social qualquer até o espaço de sobrevivência de algumas espécies animais; o território pode ter tanto um sentido abstrato, como o “território da filosofia”, quanto muito concreto, o “território dos Estados-nações”.

Parafrazeando Le Berre (1992, p. 618), Haesbaert (1997, p. 32) aponta que o termo originário do latim *territorium* é derivado de *terra* e já constava nos tratados de agrimensura referindo-se a um “pedaço de terra apropriada” e só se difundiu na Geografia no final dos anos 1970.

Devemos lembrar que o conceito de território já figurava entre os geógrafos do século XIX, principalmente retratando a natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira. A própria noção de “espaço vital” defendida por Ratzel no final do referido século ratifica o propósito do desenvolvimento civilizatório das potências imperialistas, trazendo consigo uma visão “naturalizada” de território, a qual afirma e reafirma as atuais teses racistas que defendem uma ligação entre espaço e grupo étnico-cultural (HAESBAERT, 1997). Ratzel já afirmara:



embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (RATZEL, 1990, p. 73-74 apud HAESBAERT, 1997, p. 34).

Dessa assertiva emana a noção de poder que se vincula ao território na perspectiva clássica da Geografia Política, ou mesmo da ciência política. Vale lembrar, mesmo hoje, diante das várias e mais atuais concepções adotadas por geógrafos e cientistas sociais, que território não é poder, mas este está contido nele. Em qualquer nível ou escala aos quais estejamos nos referindo, o poder será sempre um componente do território, seja ele manifestado em maior ou menor grau.

De acordo com Andrade (1995, p. 19), “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”. Acrescentemos, também, que hoje a ideia de poder se associa cada vez mais quando nos referimos aos grupos menos favorecidos: índios, quilombolas, extrativistas e aos moradores das favelas, entre tantos outros. Todos se caracterizam por um modo de vida próprio e uma forma específica de produzir seus territórios, porém a intensidade do poder é relativa e marginal em relação ao poder do Estado e das grandes empresas, sobretudo, as transnacionais.

Um outro ponto constantemente observado é que todo território tem nome. Se pegarmos como exemplo um de nossos territórios de estudo, vamos perceber a possibilidade de localizá-lo tanto numa escala macro quanto micro. Isso porque o território (ou territórios) contém nomes que o identificam. Numa ordem decrescente da escala, temos o território brasileiro como marco de nossa jurisdição político-territorial; posteriormente, nos vemos dentro do estado de Minas Gerais e, por conseguinte, no Norte de Minas Gerais e suas microrregiões. Na sequência temos o município de Japonvar, com seus distritos, vilas e a sua cidade; por fim, nosso território de estudo é a comunidade rural Cabeceiras do Mangaí. Essa alternância de escala permite identificarmos qualquer território, pois cada um deles tem um nome e, além disso, as pessoas conseguem situar-se dentro deles, bem como identificar seus próprios territórios.

Um território de uma comunidade rural pode ser identificado por um morro ou serra que divide duas ou mais comunidades, ou bacias hidrográficas, pelo corte e contorno das estradas, pelos seus recursos naturais, pelos santos padroeiros, por nomes de pessoas que foram importantes para o lugar, etc. No nosso caso, o território é identificado pelas

diversas nascentes e Veredas que compõem o conjunto das cabeceiras que ajudarão formar, à jusante, o rio Mangaí. Isso é interessante porque, quando perguntamos um camponês se o pequi era para ele o símbolo da cultura local, foi respondido: “Sim. Porque quando se fala que mora no Fanado já pergunta se é da terra do óleo [de pequi]” (Camponês, 45 anos, Cachoeira do Fanado). O território camponês nesse caso é identificado pelo recurso natural transformado – o óleo de pequi – que se vincula a um tipo de territorialidade, de sentido de pertencimento a um lugar, portanto, sinônimo de identidade.

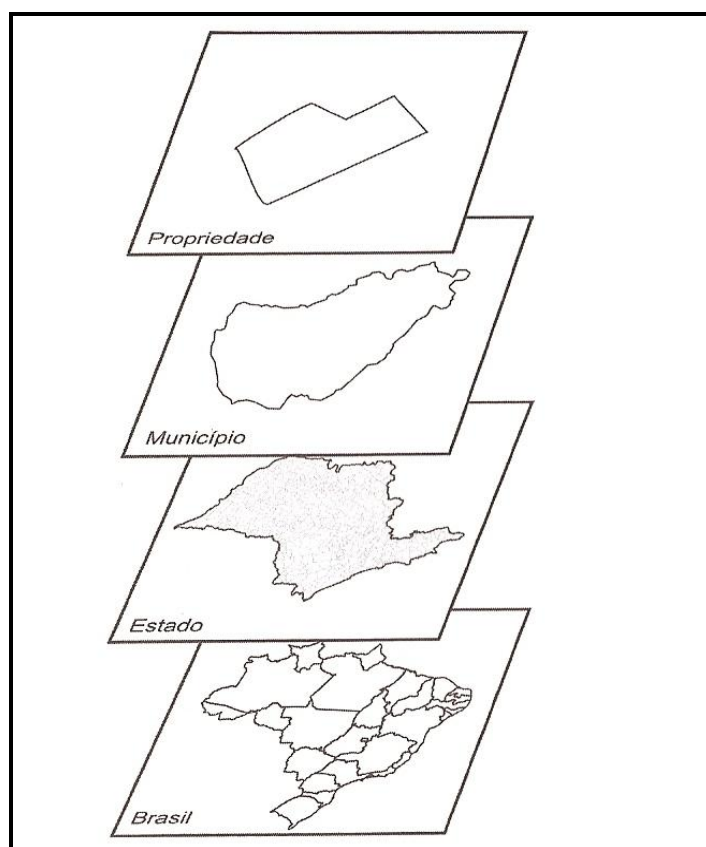


FIGURA 1 – Tipos de territórios

Adaptado: Bernardo Mançano Fernandes; Eduardo Paulon Girardi.

Fonte: FERNANDES, B. M., 2008.

A primeira figura ilustra a tipologia desenhada por Fernandes (2008), apontando dois territórios distintos: o primeiro território é formado pelos espaços da governança em diferentes escalas (nacional, regional, estadual, municipal, distrital). Já o segundo território é formado por diferentes tipos de propriedades particulares. Apesar da distinção, o segundo território continua sendo uma fração do primeiro território (municipal), este, por sua vez, é uma fração do território estadual e, conseqüentemente, uma fração do território nacional.

Segundo o autor supracitado, através dessa tipologia, podemos compreender as

conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios. Tais modelos são baseados no agronegócio, por um lado, e no campesinato, pelo outro. Nessa perspectiva, a disputa por estes territórios produz o segundo território dentro do primeiro, mas a disputa não se resume a isso, pois a disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território.

A explicação mais plausível para entender tal disputa territorial vem do fato de que, embora existam lógicas ou modelos de desenvolvimento distintos – agronegócio e campesinato –, a disputa se processa no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e também está no espaço geográfico nacional. Temos, portanto, uma multiterritorialidade, a qual acontece em várias escalas do espaço geográfico, e ela é reflexo de diferentes e contraditórias formas de produção dos territórios. Ou seja, o território não pode ser compreendido de forma una, pois ele é múltiplo. Como afirma Fernandes (2008, p. 282), “o território é uma totalidade mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas como espaço da governança- um tipo de território- e ignorar os outros tipos de territórios”.

Nos últimos anos, temos verificado uma efervescência no debate em torno do conceito de território. Acompanhado de uma valorização no plano conceitual, sobretudo acadêmico, desde o final do século passado, geógrafos e demais cientistas sociais têm despendido enormes esforços para colocar o território no centro de suas principais questões. A Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Psicologia e, por último, a História debruçaram suas análises e voltaram seus olhares para o território.

Nunca se falou tanto em processos espaciais como os de des-re-territorialização, nem tampouco em estudos de territorialidades específicas ou mesmo de uma economia espacial ou territorial. Mas, talvez, o motivo pelo qual tenha colocado o território em uma posição de destaque seja o seu caráter funcional ou operacional. Ele passa a ser um conceito prático, especialmente pela sua aplicabilidade nas políticas públicas, voltado para o planejamento e ordenamento do território. Apesar de o conceito de território ser utilizado em vários países da Europa há pelo menos vinte anos, seu uso, no Brasil, é bastante recente.

Podemos constatar sua aplicação no Programa Saúde da Família, cujo significado é delimitar a área de abrangência do programa; nos projetos “Territórios da Cidadania” e “Territórios Rurais”; na governança participativa; na demarcação dos territórios indígenas; no reconhecimento e na titulação dos territórios coletivos quilombolas, entre outros exemplos. Quiçá isso pode ser um dos motivos pelo qual o território tenha mais se

aproximado do estatuto de conceito, porque o *status* de conceito lhe “permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção, conforme pontua Raffestin (1993, p. 143).

Porém, o conceito de território não reapareceu de forma positiva e com o devido valor científico que tem hoje. Primeiro porque os teóricos que reviveram o conceito de território fizeram-no justamente para falar de sua morte; e segundo, porque, depois de esclarecidas as confusões, não é só o território que ganha importância interpretativa, mas, junto com ele, o espaço. O principal geógrafo brasileiro que tem rebatido as polêmicas teses sobre os discursos dos “fins” (do território, da geografia, da história), criticado e fornecido importantes contribuições à análise do território e dos processos de T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) é Rogério Haesbaert (1995, 1997, 2006a, 2006b, 2007).

Para Haesbaert (2006a), muitos autores, vislumbrados com a globalização, começaram a verificar que os processos dominantes oriundos desta teriam feito imperar a noção do mundo desenraizado, móvel, dos fluxos e das redes, principalmente aquele das grandes corporações transnacionais, e, em contrapartida, teríamos o mundo mais controlado e enraizado dos Estados-nações e dos grupos étnico-culturais. Em todos os seus trabalhos mencionados acima, Haesbaert critica as teses finalistas dos teóricos, tais como: Virílio sobre a desterritorialização; Fukuyama e o fim da história; Castells e a sociedade em rede; ou Badie sobre o fim dos territórios. Ademais, o autor esclarece que, mesmo entre o conceito mais difundido hoje na Geografia- o território-, a maioria dos trabalhos focaliza a sua destruição, isto é, a desterritorialização, no entanto sem deixar claro que concepção de território encontra-se por trás desse processo.

Como já destacamos em outro lugar (SILVA, 2009), a crescente expansão das redes, de uma suposta aceleração do tempo imposta pelas transformações nos campos da ciência, da informática, da comunicação, da robótica, tentam apresentar concepções dicotômicas de separação entre o tempo e o espaço, a história e a geografia, em que a aceleração do tempo no período recente anularia o espaço. Mas Milton Santos (2008[1996], p. 202-203) nos adverte: “a idéia de que o tempo suprime o espaço provém de uma interpretação delirante do encurtamento das distâncias, com os atuais progressos no uso da velocidade pelas pessoas, coisas e informações”. Diante dessa ponderação, o referido autor ainda afirma que, no momento atual, aumenta em cada lugar a frequência dos eventos, e o espaço “se torna mais encorpado, mais denso e mais complexo”.

Não só o território como também o espaço ganham relevância nos estudos contemporâneos, especialmente no final do século passado. “A reação às incômodas intromissões pós-modernas não escapa aos ‘fiéis do tempo’ nem à própria história. Esta passa a ser a última das ciências sociais a incorporar a noção de espaço como categoria analítica e teórica do cerne de suas questões sociais” (SILVA, 2009, p. 3).

Haesbaert (2007) critica a postura adotada pelas outras Ciências Sociais, além da Geografia, que promoveram de um momento para outro uma “redescoberta” da dimensão geográfica ou espacial da sociedade, todavia, contraditoriamente, mais para afirmar seu enfraquecimento ou, no caso do território, seu desaparecimento, do que para demonstrar sua relevância.

Segundo Haesbaert (2007), por muito tempo, filósofos e cientistas sociais negligenciaram o espaço em suas análises, e somente a crise “pós-moderna” contemporânea, a começar por Michel Foucault, teria alertado para a importância de se considerar a dimensão espacial da sociedade. Em análise semelhante, Moreira (2006) analisa a troca da história pela geografia no projeto de Foucault, que afirma sobre a necessária presença do espaço na teoria social referente à organização da sociedade. Já Soja (1993), em seu livro “Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, inicia o primeiro capítulo citando a análise que Foucault faz entre a história e a geografia, entre o século XIX e o final do século XX:

A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história (...). A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz intersecções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço (FOUCAULT, 1986, p. 22 apud SOJA, 1993, p. 17).

Já dissemos em outro trabalho que o que se reafirma no final do século XX é a importância interpretativa do espaço. A chamada era “pós-moderna” é o período, sobretudo, de análise do espaço, não apenas do espaço pelo espaço, mas tomado na indissociabilidade, isto é, sem a separação do tempo (SILVA, 2009).

Considerando as análises espaço/tempo, história/geografia e espaço/território, Milton Santos (2006, p. 13) afirma: “a geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é

o território”. O autor, mais adiante, no mesmo texto, utiliza-se do exemplo da nação e do Estado Nacional para buscar entender o território. Para Santos, primeiro vem a ideia de nação, e em seguida a de Estado Nacional, pois tais ideias decorrem de uma relação tornada profunda, porque um faz o outro, a nação faz o Estado Nacional e vice-versa. O autor compara tal movimento à famosa frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (p. 14). Santos (2006, p. 14) afirma que da mesma forma “é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe”.

Fernandes (2008, p. 276), para chegar ao território, analisa primeiro o espaço, lembrando que o conceito de espaço defendido pelo autor é o mesmo daquele expresso por Milton Santos (2008[1996]), o qual corresponde ao conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, indissociável, solidário e contraditório. Para Fernandes, não há como separar os sistemas, os objetos e as ações, porque eles se completam no movimento da vida, já que as relações sociais produzem os espaços, e os espaços produzem as relações sociais. Assim, completa o autor: “o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, visto que o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Esse movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios”. Na verdade, tal movimento indissociável entre tempo e espaço reafirma a geograficidade de que fala Milton Santos. A Geografia sempre considerou o tempo em suas análises, mas o destaque que ela atinge no final do século passado foi um momento ímpar para o autor, por a geograficidade ser a afirmação de uma Geografia associada à História. É desse movimento dialético entre espaço e tempo, Geografia e História que se produz(em) o(s) território(s).

Se por um lado, o insistente debate e a aplicação do conceito no plano prático têm proporcionado um papel relevante, por outro há uma banalização e redução do conceito a simples delimitações de espaço, sem fazer jus à sua perspectiva histórica e social. O uso intensificado levanta, muitas vezes, questões como se o conceito tivesse virado moda (*fashion concept*), conforme salientado por Fernandes (2009).

Consoante Haesbaert (2006a), a modernidade radicalizada ou a pós-modernidade dos nossos dias não só não decretou a morte do espaço, ou da Geografia, como também recupera, em novas bases, mais complexas e híbridas, velhas noções, retomadas com novo ímpeto na própria dinâmica concreta da sociedade. “Metafórica ou literalmente, nunca se falou tanto em ‘território’, ‘região’, ‘lugar’... O espaço está na ordem do dia” (p. 141). Contudo, no concernente a território, um fato é certo, o uso do conceito se intensificou

bastante, ainda que seja para se referir a ele apenas como limite ou base geográfica das relações sociais.

### **2.3 Afinal, o que é território?**

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13). A fim de fugirmos um pouco da praxe, decidimos recomeçar diretamente por uma citação. O professor Milton Santos nos apresenta uma noção de território que abarca uma totalidade, entretanto não é uma totalidade capaz de nos levar à compreensão do território como unidade. Temos vários tipos e concepções de território, permitindo-nos entender a manifestação de uma multiterritorialidade, e admitir uma unidade para o território é cair em um equívoco que limitaria a nossa capacidade de análise dos processos socioespaciais aos quais nos referimos.

Poderíamos dizer que o território é a universalização da vida, pois é nele e a partir dele que todas as realizações humanas acontecem, isto é, onde a vida dos homens plenamente se realiza. É por isso que nada escapa ao território, tudo e todos estão nele, ele é a base físico-geográfica da sociedade e mais os objetos e as ações que o animam. O território é o espaço geográfico (a natureza e os homens) em movimento. Portanto, o território é uma totalidade dialética. Dessa forma, a contribuição do referido professor para a análise do território é entendê-lo como *território usado*, não o território em si. Considerando o território em si, estaríamos nos referindo apenas ao conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Para Santos, o território usado compreende o chão mais a identidade, e esta “é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. De acordo com o autor, “o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 14).

De forma bem resumida e clara, Plínio de Arruda Sampaio define o território baseando-se na ideia norteadora do seu plano de reforma agrária, proposto no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O autor salienta que um assentamento de reforma agrária não é uma terra para uma produção sem limites, um assentamento precisa evidentemente produzir, mas ele é fundamentalmente uma terra de viver, é um lugar de vida. Neste sentido, o território “é um espaço geográfico onde uma comunidade humana

põe um nome e faz uma história. Penso ser essa a ideia que inspira fundamentalmente o nosso plano” (SAMPAIO, 2004, p. 330).

Soares (2009, p. 62) entende o território como o espaço de interações dos subsistemas naturais, construído e social. Dito isso, o autor adverte que não é só o entorno físico onde se desenrola a vida humana, animal e vegetal e onde estão contidos os recursos materiais, mas o território compreende também a atividade do homem que modifica o espaço, acrescentando-se aí a identidade. Já Porto-Gonçalves (2006[2001]) afirma que o território não é algo anterior à sociedade nem é compreendido externamente a ela. O território é espaço apropriado e instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele.

Assim sendo, é fácil compreender o território neste sentido quando tomamos como exemplo o caso das comunidades quilombolas hoje, as quais estão em processo de reafirmação étnico-racial e territorial, afirmando-se culturalmente e reivindicando a demarcação de seus territórios e titulação de suas terras historicamente apropriados. O território, nessa perspectiva, é condição primordial para a (auto)afirmação cultural dos quilombolas. A questão indígena no Brasil, outrossim, envereda-se por caminhos semelhantes, cujo território é espaço de apropriação material e cultural, base física (chão), material (fonte de recursos) e imaterial (cultos e representações simbólicas). Além disso, a identidade desses grupos é outro ponto explorado por eles para assegurar e conquistar seus direitos. Sobre esse assunto, Deus (2008, p. 60) ratifica que está em curso a

consolidação de processos de organização e manifestação coletivas de grupos étnicos, culturais e religiosos por vezes minoritários, mas que, emergindo como contraprojetos refratários à marcha da globalização e coesos em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas, exercem expressiva influência no cenário cultural e social contemporâneos.

O referido autor afirma ainda que a emergência de movimentos sociais (ou identidades coletivas) diversos, entre eles os índios e os quilombolas, vem superando, pelo menos em termos de visibilidade e influência, outros segmentos e formas de luta sociais mais clássicas, a saber: operários, estudantes, moradores de bairros etc. Além disso, esses movimentos sociais demonstram “o quanto é relevante a busca política de um espaço próprio, que reivindica a diferença e recusa a fatalidade de uma sujeição dissolvida em um tipo (ou padrão) único de comportamento” (DEUS, 2008, p. 60-61). Ainda com relação às identidades coletivas, gostaríamos de abrir parênteses para o que atesta Porto-Gonçalves (2006), quando ele afirma que, diferente do que muitos acreditavam, a globalização seria



sócio-culturalmente homogeneizadora, ao contrário ela se mostrará estimuladora “da coesão étnica, da luta pelas identidades e das demandas de respeito às particularidades (...)” (DIAZ-POLANCO, 2004 apud PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47).

Voltado mais para uma perspectiva da identidade territorial, Haesbaert afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Apesar da ênfase mais voltada para a questão da identidade territorial, a assertiva do autor transita pelo entendimento do território como apropriação que vai do sentido abstrato ao concreto, considerando tanto o poder “simbólico”, que se manifesta no espaço de vivência dos grupos sociais e também é uma forma de apropriação, como demonstrada por Raffestin (1993), quanto ao poder “concreto”, relacionado à apropriação material e ao domínio do espaço e dos indivíduos.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2007, p. 95-96), ratificado em Haesbaert (2008, p. 20), afirma: “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. O autor acrescenta que como um “*continuum*”, se compreendido a partir de um processo de dominação/apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações (que é, também, e sobretudo, uma multiplicidade de poderes). É pelo viés da multiplicidade que compreendemos o(s) território(s), pois “devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2008, p. 21).

O território é, ao mesmo tempo e em diferentes combinações, funcional e simbólico; mesmo quando um território é mais “funcional” ele também possui alguma carga simbólica, por menor que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre um caráter funcional. O peso dessas características do território, funcional e simbólica, é sempre variável, pois o *território funcional* sempre contém o simbólico e o *território simbólico* sempre contém o funcional. Haesbaert (2008) propõe um esquema genérico dos extremos do *continuum* entre funcionalidade e simbolismo, expresso da seguinte forma:

QUADRO 1: Esquema dos extremos entre território funcional e território simbólico.

<b>Território funcional</b>	<b>Território simbólico</b>
Processos de dominação	Processos de apropriação (Lefebvre)
“Territórios da desigualdade”	“Territórios da diferença”
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Territórios como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: HAESBAERT, R., 2008.

É interessante destacar que, embora o esquema genérico apresente uma caracterização aparentemente dicotômica, podemos notar lógicas distintas entre as posições, nas quais os territórios funcionais corresponderiam a uma racionalidade de controle mais concreta, ligada aos valores de troca, de produção e do território como fonte de recursos, isto é, o território do capital e da desigualdade. E os territórios simbólicos de lógicas mais abstratas privilegiam os valores de uso, o significado da moradia, os valores dos recursos associados aos componentes simbólicos fundamentais à manutenção da cultura, e compartilham as diferenças. Tais características têm mais a ver com as sociedades mais tradicionais hoje – isso não retira a perspectiva relacional entre os diferentes territórios. Reafirmemos novamente que tanto os territórios funcionais quanto os territórios simbólicos são indissociáveis, um não existe sem o outro, mas o que vai reforçar sua característica, mais funcional ou mais simbólica, são os processos de territorialização, sejam eles de dominação ou apropriação, respectivamente. Haesbaert (2008, p. 23) simplifica em quatro os grandes objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo, a saber:

- abrigo físico, fonte de recursos ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira);
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Outro ponto importante é referente ao que Santos e Silveira (2001) chamam de configurações territoriais ou àquilo que Raffestin (1993) denomina de sistema territorial. Para os primeiros, “(...) quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 247). Ademais, é preciso considerarmos que estamos nos referindo ao território vivo, e nele há os fixos, isto é, tudo aquilo que é imóvel, e os fluxos, o que é móvel. Mas o território revela também as ações passadas e presentes, porém já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. Nessa perspectiva, os autores supracitados afirmam “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, ou seja, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (p. 248). Todavia, as configurações territoriais são apenas condições, sua significação real advém das ações realizadas sobre elas.

Para Raffestin (1993), o sistema territorial é composto de malhas, nós e redes; é o que o autor chama de “essencial visível” das práticas espaciais, a despeito de esses três elementos nem sempre serem observáveis, pois podem estar vinculados a decisões. As malhas, os nós e as redes, consoante atesta o autor, são organizados hierarquicamente e permitem assegurar o controle sobre aquilo a ser distribuído, alocado e/ou possuído, além de imporem e manterem uma ou várias ordens e, por fim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. São sistemas constitutivos do invólucro no qual se originam as relações de poder. As malhas ou tessituras, num sentido mais geral, implicam a noção de limite. Raffestin (1993, p. 153) afirma que o desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção do território”. Conclui o autor: “a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes” (p. 154). Destarte, a tessitura tanto é a área quanto inclui também a noção de limite, no sentido zonal, este sendo diferente da noção de limite linear como tradicionalmente a concebemos. Temos vários tipos de tessituras: de origem política ou econômica, sendo a primeira resultante de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, e não se desfazem ou não se apagam tão facilmente; já a segunda resulta de um poder de fato, de ações contínuas, como no domínio econômico, e são mais fáceis de serem desfeitas ou apagadas. A dimensão de uma malha,

portanto, não é aleatória, por cristalizar todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais.

As malhas não são homogêneas nem uniformes, são dinâmicas, pois estão inseridas no conjunto formador do sistema territorial. Nas malhas estão a população e os outros elementos da organização territorial, ou seja, os nós ou nodosidades territoriais, também chamados de “marco”. Estes são “conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 156). Além de locais de poderes, os pontos são ainda locais de referência, cuja posição se determina de forma absoluta ou relativa.

Os pontos que simbolizam a posição de atores ou as localizações territoriais específicas são ligados por redes. A rede é um sistema de linhas que desenham tramas; ela pode ser abstrata ou concreta, invisível (redes de rádio, telefonia, televisão, bancárias...) ou visível (como as rodovias, ferrovias...). As redes são sempre infraestruturas no território, partindo ou ligando pontos precisos específicos. Toda rede, assim como as malhas e os nós, revela a imagem do poder, e também revela um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal, na realidade (RAFFESTIN, 1993).

Diante do exposto, o referido autor afirma que o sistema territorial é um meio e um fim. “Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas, como fim, conota uma ideologia da organização. É, dessa forma, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias”. Continua o autor no mesmo parágrafo: “como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Outra questão fundamental nessa abordagem é sobre a territorialidade, já que partimos da ideia de que não existe território sem territorialidade. Ela se manifesta tanto na materialidade (objetiva) das coisas que estão no território quanto na imaterialidade (subjetiva) dos homens em relação ao seu território. São objetos, ações, mas também são sentimentos vinculados à nossa existência em uma porção do espaço habitado. “É a descoberta de que primeiro se pertence a um território *lato sensu*, para depois se pertencer a uma sociedade” (RAFFESTIN, 1993, p. 184).

Andrade (1995, p. 20) aborda que a territorialidade pode ser interpretada tanto pela consideração daquilo presente no território e, por conseguinte, está sujeita à sua

gestão, como também, e ao mesmo tempo, através do processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, “de integrar-se em um Estado”. A concepção do autor, embora trabalhe as duas realidades, objetiva e subjetiva, da territorialidade, dá ênfase ao vínculo com o Estado nacional, porém devemos reforçar o fato de a territorialidade ocorrer em qualquer nível de escala, desde a mais pessoal até a mais geral, isto é, de uma territorialidade comunitária à territorialidade nacional, ou quiçá, continental, como a territorialidade latino-americana no nosso caso.

Santos e Silveira (2001, p. 19), por sua vez, combinam a palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, e “esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado”. Para os autores em questão, a territorialidade se estende aos próprios animais (e inclusive foi a primeira forma de territorialidade estudada pelos naturalistas), como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Se uma parte da territorialidade, aquela referente ao espaço de vivência e de reprodução, foi por nós herdada do estudo da territorialidade animal, Santos e Silveira (2001, p. 19) afirmam, adicionalmente, “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”. Com relação ao território e à passagem da territorialidade animal para a humana, abordaremos-los, de maneira mais ampla, no próximo tópico, no qual discutiremos as concepções de território, mais especificamente, na abordagem idealista.

Uma vez perspicua a ênfase numa abordagem relacional durante todo o seu trabalho, Raffestin (1993, p. 160), considerando ser a vida tecida por relações, declara: “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade–espaço–tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Prossegue o autor nas próximas páginas querendo demonstrar que a territorialidade é dinâmica devido à sociedade e o espaço estarem suscetíveis de variações no tempo. A associação à ideia de tempo demonstra a dinâmica da territorialidade. A territorialidade, de acordo com Raffestin, “aparece constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”. Ela também “é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). Por fim, Raffestin, apoiando-se em Edward Soja (1971), aponta três elementos que compõem a territorialidade: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Para autores como Solinís (2009), é a partir do processo de territorialização que emerge a qualidade da territorialidade. A territorialidade, nessa perspectiva, seria a

qualidade do território ou do processo de territorialização, sendo que, segundo o autor, “é uma qualidade relacional dependente tanto do tipo de vínculos que a natureza dos corpos envolvidos possa chamar a estabelecer-se, quanto dessa mesma natureza” (SOLINÍS, 2009, p. 267). Esmiuçando um pouco mais essas ideias,

(...) a territorialização não se dá exclusivamente de uma só forma, e a territorialidade não é eterna. Ambas são sempre diferentes e dependem do tempo que as produz. Também são funções dos vínculos que as configuram e concretizam no território (...). Mais claramente, dependem da formação social e das relações sociais, legítimas ou não, que lhes dão forma (SOLINÍS, 2009, p. 268-269).

Conforme o autor, o território é um construto histórico-social que possui uma qualidade resultante do processo que o produz e se refere de maneira aberta a relações concretas, materializadas, localizadas, enraizadas. “Falar de territorialização é fazer referência à relação homem-espço a partir da materialidade da ‘terra’ (...) que reúne os elementos dispersos em um âmbito através do qual se veem as coisas juntas como se veem na realidade” (p. 269). Segundo o autor, conforme os laços com este âmbito de realização, a territorialização se revela, primeiro, porque há princípios de organização social modelando e explicando sua própria territorialidade no interior de um grupo; segundo, porque há técnicas e formas moldando o *habitat* ou marco construído, em uma relação mais ou menos estreita com o conceito de lugar; e terceiro, a sua vinculação com o lugar é o resultado de um longo processo de enraizamento que recobre as mais diversas naturezas (...) das quais a cultura dá conta globalmente graças ao conceito fundamental da identidade (SOLINÍS, 2009, p. 269-270). “A construção social do território não é alheia à sua composição física nem às suas marcas culturais” (p. 274).

Numa abordagem cultural, Bonnemaïson (2002, p. 107) aponta que a territorialidade se apoia sobre uma relação interna e sobre uma relação externa, ou seja, “é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território ‘que dá segurança’, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação”. A territorialidade nessa concepção é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira, consoante salienta o autor.

Candiotto e Santos (2009) chamam a atenção para a existência de outras territorialidades além daquelas mais subjetivas, como é mais comum entre os autores contemporâneos. Segundo eles, as firmas/empresas também possuem territorialidades,

físicas, políticas, econômicas e até sociais. Essas territorialidades, assim como a territorialidade humana, extrapolam o espaço físico, estendendo suas áreas de atuação e de influência, bem como as áreas comerciais por elas estabelecidas. Sobre o assunto em questão, Souza (1995) critica o caráter dessas territorialidades que se destacam por seu caráter de “controle territorial”. Conforme o autor, é preferível designar esse conteúdo com o termo *territorialismo*, o qual corresponderia mais a uma estratégia. Retomando CandiOTTO e Santos (2009), seu posicionamento com relação ao assunto tratado é o mais comum, considera a territorialidade vinculada à subjetividade, sobretudo relacionada a um plano mais psicológico, mas nem por isso os autores deixam de reconhecer a influência das técnicas, do modo de produção e dos grupos sociais, incluindo aí as empresas, e todos associados às temporalidades:

As territorialidades são impressões simbólicas/subjetivas das relações sociais e, portanto, produzem e são produtos dos territórios num processo cíclico. Elas representam mudanças e/ou permanências e estão ligadas às temporalidades. As territorialidades são influenciadas pelas técnicas e pelo modo de produção, mas manifestam-se na cultura, no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e grupos sociais (CANDIOTTO e SANTOS, 2009, p. 323).

Saquet (2009) assevera ser o território produto social e condição, e a territorialidade também significa condição e resultado da territorialização. “O território é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes”. Conforme apontado em outro lugar, “a territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade(s) e no(s) território(s), no movimento relacional-processual” (SAQUET, 2007, p. 164). A territorialidade não é o poder em si, no entanto “corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, *do* e *no* espaço geográfico com suas edificações e relações”. Na sequência, o autor dissecou sua análise afirmando: “a territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, (...) de maneira múltipla e híbrida” (SAQUET, 2009, p. 90). Notamos que a abordagem de Saquet sobre o território e a territorialidade é relacional também, mas o destaque ressaltado por nós é pela consideração feita por ele aos “processos” como mecanismo que dá movimento, dinâmica, à vida cotidiana das pessoas, dos grupos e aos lugares.

De modo bastante semelhante, Haesbaert (2008, p. 21) sustenta: “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais”. Citando Sack (1986), o autor continua seu raciocínio concordando que a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar”.

A fim de finalizar esta seção, deixamos claro que ainda há muitas lacunas na discussão território/territorialidade, especialmente no concernente à territorialidade humana. O território é um espaço de muitas relações, o que ele tem de comum é ser o nosso quadro de vida. Ele será sempre, e primeiramente, um espaço de dominação/apropriação; dominação no sentido de que ele envolve todas as forças e todos os poderes (controle territorial, econômico ou político), e de apropriação tanto material quanto imaterial. O território pode ser desde o nosso corpo, a casa, a rua, o bairro ou a comunidade, a cidade, o município, o estado, o país, o continente..., até elementos de domínio mais subjetivos e abstratos (símbolos). O território é recurso, entendido como o recurso “abrigo” ou os próprios “recursos naturais”. É valor de troca e de uso; território é natureza e cultura, espaço e sociedade; é forma, função, conteúdo e símbolos; são redes, pontos e malhas; são objetos e ações; são fixos e fluxos; é o estático e o movimento. Território é limite e fronteira, pode ser delimitado ou não. Eis o território, esse objeto e conceito tão complexo de nosso tempo e de nossa disciplina.

## **2.4 Concepções de território**

É importante primeiro considerarmos que o conceito de território pode ser compreendido em diferentes abordagens e cada uma delas envolve uma concepção diferente, muitas vezes associada à orientação teórico-metodológica e filosófica do pesquisador. Queremos dizer que cada pesquisador se alinha a uma ou mais de uma concepção de território, porque hoje é mais comum o entrecruzamento de posições filosóficas do que a abordagem baseada em uma única e bem estruturada corrente filosófica, como é o caso do materialismo histórico. Mesmo assim, vamos notar, no desenvolver das ideias, o movimento relacional dos teóricos, mesmo aqueles com suas posições filosóficas mais definidas, fazendo a leitura do território tanto em abordagens materialistas quanto idealistas. Mas isso não basta! É preciso também considerar que cada



indivíduo, cada grupo social, cada empresa etc., tem uma experiência de uso diferente com o território, implicando diferentes formas de apropriação e representação do espaço geográfico produzido material e imaterialmente. As concepções de território que apresentaremos são baseadas, principalmente, nos trabalhos de dois geógrafos brasileiros que mais têm debatido essa temática na atualidade. Haesbaert (2007[2004], 2006b) trata de abordar as várias concepções de território com o objetivo de entender o processo de desterritorialização contemporâneo. Já Saquet (2007), por sua vez, debruça sua abordagem sobre a literatura internacional, especialmente tentando resgatar as contribuições italianas, tão pouco estudadas, na perspectiva final de propor uma abordagem territorial (i)material. Ademais, as contribuições de outros autores são intercaladas à medida que discorreremos sobre as principais concepções de território.

Haesbaert (1997) agrupa as diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes básicas: a jurídico-política aborda o território como um espaço delimitado e controlado por um determinado poder, especialmente estatal, como pode ser visto em trabalhos clássicos da geografia política como os de Ratzel; representa a abordagem mais difundida tradicionalmente, embora não seja exclusivamente relacionada ao poder político do Estado. A abordagem cultural (muitas vezes chamada de culturalista) prioriza a dimensão simbólica e subjetiva; o território, nessa perspectiva, é concebido como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Já a abordagem econômica (muitas vezes economicista), apesar de menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território compreendido como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. Em trabalhos posteriores (HAESBAERT, 2006b, 2007), o autor acrescenta uma outra abordagem, mais antiga e hoje pouco difundida nas Ciências Sociais: a natural ou naturalista. Nela, o território é visto a partir das relações entre sociedade e natureza, principalmente vinculando-se o comportamento “natural” humano ao seu ambiente físico; a concepção de território utilizada aproxima-se do mundo animal em seu “equilíbrio” entre o grupo e os recursos do meio, a exemplo da territorialidade animal.

Nos dois últimos trabalhos mencionados acima, Haesbaert reorganiza a conceituação de território em dois conjuntos teóricos: o binômio materialismo-idealismo e o binômio espaço-tempo. O primeiro é desdobrado de duas perspectivas de território, sendo uma delas denominada “parcial”, a qual enfatiza uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural). As dimensões natural, econômica e política ou jurídico-política estão mais vinculadas à concepção materialista, enquanto a cultural é mais

direcionada para a abordagem idealista. Uma ressalva deve ser feita: embora Haesbaert (2007) situe a dimensão política na concepção materialista, ela não deixa de transitar diretamente com a concepção idealista, e o próprio autor reconhece isso, chamando sua proposta de “divisões arbitrárias”. O binômio espaço-tempo está estruturado em dois sentidos: o primeiro diz respeito ao território no sentido mais absoluto ou relacional, seja incorporando ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-concreta (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação). O segundo trata se o território é um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).

A vertente predominante na análise do território é a materialista, até mesmo pelo fato de a origem do conceito estar relacionada ao espaço físico. Como já apontamos que a palavra território, etimologicamente, se deriva do termo latino *terra*, cujo significado é “um pedaço de terra apropriada”, não é de se estranhar sua difusão a partir dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Além disso, na concepção materialista, estão situadas as chamadas posições “naturalistas”, nas quais a territorialidade é reduzida ao seu caráter biológico, instintivo ou geneticamente determinado. Noutra direção, diretamente ligados a uma perspectiva social, encontramos aqueles que consideram o território como uma base material (econômica), centrados, especialmente, nas relações de produção, como é o caso de muitos marxistas.

Dentro da perspectiva materialista, a primeira concepção de território que abordaremos é a naturalista. Como matriz do conceito de território, temos nesta concepção sua raiz mais primitiva. O território surge com base na ideia de que é um espaço de defesa de um determinado animal, tanto no sentido de buscar um espaço para sua proteção, quanto no sentido de assegurar sua reprodução física e de controle e acesso às fêmeas. Mesmo voltado mais para uma perspectiva idealista, Bonnemaïson (2002) afirma que o conceito de território surgiu no meio científico a partir da etologia; foi através do estudo da vida social dos pássaros *toutinegras* que o ornitólogo inglês Elliot Howard, em 1920, observou que os pássaros têm uma sociedade territorial e deduziu que os conflitos entre indivíduos se assentam na delimitação de um território exclusivo, determinando uma hierarquia social e o acesso às fêmeas. Raffestin (1993, p. 159), citando Howard (1920), atesta que a territorialidade foi definida como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”.

Da territorialidade dos pássaros, tal ideia foi transplantada para outros animais e, inclusive, para o estudo do comportamento humano. Um problema nessa compreensão se deve ao fato de, nas sociedades animais, o território estar ligado à ideia de apropriação biológica, ou seja, ele é exclusivo, pelo menos, para os membros de uma mesma espécie e é limitado por uma fronteira, o que implica a noção de um espaço perigoso. Já entre as sociedades humanas, a concepção de território é diferente. Entre os animais, o território é um espaço fechado, entre os grupos humanos, ele não é obrigatoriamente fechado. No interior do território, os grupos humanos vivem uma certa relação entre o enraizamento e a mobilidade, a qual é variável de acordo com os estatutos sociais, os gêneros de vida, as épocas e os tipos de sociedade.

Segundo Haesbaert (2007, p. 45), o autor que levou mais longe a tese da territorialidade animal para o comportamento humano foi Ardrey (1969, p. 15), sendo o território por ele definido: “(...) *uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um animal ou grupo de animais defende como uma reserva exclusiva*. A palavra é também utilizada para descrever a *compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço*” (grifos nossos). Destacamos na definição do autor trechos que reforçam a leitura neodarwinista aplicada à territorialidade humana. O autor cogita a ideia de uma porção do espaço possuída/apropriada, mas defendida de forma compulsiva (uma espécie de ação pelo instinto), e, ao se referir aos seres animados, equivocadamente os homens são incluídos. Ademais, a própria consideração de uma reserva exclusiva, bem comum aos animais, limita e naturaliza as relações humanas com o território, já que o território humano não é exclusivamente fechado.

Para escapar de um possível “determinismo ambiental ou geográfico”, no passado, muitos estudiosos, incluindo os geógrafos, procuraram fugir das questões que discutiam a relação natureza e sociedade. Foi nesse embalo que a natureza foi reinventada através de concepções como ecologia, meio ambiente, biosfera, todos separados do homem, como se fosse possível separar espaços humanos e espaços naturais. Entretanto, devemos lembrar que, mesmo hoje, ainda se insiste em separar os homens e a natureza, ficando esta confinada em espaços fechados, ditos unidades de conservação, onde é praticamente vedada a mobilidade e a intervenção humanas. Isso quando não chegamos a casos extremos como o deslocamento da moradia da população dessas áreas, simplesmente determinado pela vontade dos governantes em criar uma área de proteção dos recursos naturais. Sem querermos aqui negligenciar o importante papel das ações para a proteção da natureza, é preciso criticarmos os processos arbitrários de criação de unidades de

conservação, sobretudo de proteção integral, sem considerar a existência de população dentro delas. Em muitos estudos, como é o nosso caso, a dimensão material do território (“natural”) ainda se revela um dos componentes fundamentais nas análises, mas é importante que “nunca” seja considerada de forma dissociada da análise da sociedade. É importante, sim, que os estudos não entrem pelo viés do determinismo ambiental nem busquem uma naturalização das questões sociais, mas que sejam cada vez mais considerados no campo dos “híbridos” (sociedade-natureza).

Haesbaert (2006b, p. 46) atesta que, para um marxista ortodoxo, o território numa perspectiva materialista seria compreendido pelas relações econômicas ou de produção. O autor ressalta que isso não é privilégio apenas dos geógrafos, pois alguns antropólogos, cuja ênfase está no simbólico-cultural, ao se reportarem ao concreto, inserem-se também na concepção material. É o caso de Godelier:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112 apud HAESBAERT, 2006b, p. 46-47).

A designação aponta para a natureza como fonte de recursos materiais necessários ao uso de um determinado grupo social. É bastante comum essa referência em trabalhos de antropólogos e demais cientistas sociais, os quais estudam comunidades tradicionais cujo vínculo com a natureza ainda é grande. Mesmo alguns autores defenderem que a concepção de território como fonte de recursos ou simples apropriação da natureza esteja parcialmente superada, vale frisar que há diversas comunidades, especialmente nos Cerrados de Minas Gerais, como é o caso do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, que possuem intrínseca relação com a natureza, utilizando-se dos galhos e madeiras para fazer a lenha, extrativismo e coleta de frutos e plantas nativos, morando próximo aos cursos d’água (grotas) para aproveitar a fertilidade dos solos para a agricultura, etc. Isso implica não apenas as relações de uso com o território, mas permite também as relações de troca, constituindo, em muitos casos, uma fonte de renda.

Apesar de termos nessa concepção material uma vertente minoritária de trabalhos que privilegiam a posição econômica na elaboração do conceito de território, o mais comum hoje é o cruzamento de abordagens. Entretanto, devemos salientar que o próprio agravamento e a ênfase com relação aos problemas ambientais contemporâneos têm levado, tanto no plano teórico quanto prático, a uma valorização cada vez maior do

controle de recursos, por exemplo a água, os solos agricultáveis e os produtos florestais. Isso é passível de intensificar os conflitos territoriais em várias partes do globo, como já vem ocorrendo.

O território na concepção jurídico-política ou, simplesmente, política, conforme já expomos, é um dos conceitos mais fundamentais. Embora tenha adquirido uma amplitude de análise que vai das fronteiras políticas do Estado-nação à perspectiva simbólico-cultural, a definição de território é associada tradicionalmente aos fundamentos materiais do Estado. De acordo com Saquet (2007), parafraseando Gottmann (1973/2005), a ideia de território já existia desde o século XV, relacionando-se a questões políticas, por exemplo a dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, que possuíam soberania territorial. Já a partir do século XVI, intensifica-se a difusão de doutrinas políticas reforçando a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos. Destaca-se, neste período, também, a ocupação e apropriação do Novo Mundo, que, para além do significado político do “descobrimento”, correspondia para os Estados europeus na dominação e na exploração econômica dos recursos dos novos territórios, que inclusive incrementou a potência e a solidez dos Estados imperialistas.

Haesbaert (2007, p. 68), baseando-se nas análises de Claude Raffestin e Robert Sack, afirma “parece haver um consenso de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território”, isto é, devemos dizer que, diante das outras concepções, é na dimensão política que há um maior consenso entre os autores em definir o território como “um espaço delimitado e definido por e a partir das relações de poder”, consoante já demonstramos em Souza (1995). Levando a definição ao extremo, Gomes (2008, p. 37) atesta: “o território só existirá quando o poder for construído a partir do controle sobre esse espaço”, ou ainda de forma muito sintética, “o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados” (p. 38). A territorialidade, para o autor, também tem definição semelhante: “é a estratégia específica pela qual se opera o controle ou o domínio sobre esse espaço” (GOMES, 2008, p. 38).

Tradicionalmente, a Geografia, ao contrário da Antropologia, sempre buscou enfatizar mais a dimensão material do território. Numa perspectiva idealista, o território é associado à cultura. De acordo com Haesbaert (2006b, p. 49), na Geografia, a leitura cultural ou simbólica do território ainda é minoritária, visto que os geógrafos têm

apreendido essa análise principalmente a partir dos conceitos de paisagem e lugar. Mesmo minoritária, a vertente cultural do território cada vez mais ganha força na Geografia pela sua crescente abertura aos estudos da territorialidade de grupos humanos específicos, denominados hoje de “populações tradicionais”. Além disso, a constante associação entre território e identidade é outro ponto fortalecedor do debate atual, porque o território é “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996, p. 14 apud HAESBAERT, 2006b, p. 51).

Para Bonnemaïson (2002, p. 97), “assim como a ideia de cultura caminha par a par com a ideia de etnia, toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade. Não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física e culturalmente num território”. Haesbaert (2006b) destaca que hoje o território reforça sua dimensão como representação, valor simbólico, porque há uma revalorização da dimensão local. Ademais, o autor diz que a abordagem utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Continuando seu raciocínio, Haesbaert (2006b, p. 72) cita Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), quando os autores afirmam: “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico”.

Há muitas críticas com relação à noção de territorialidade trabalhada na abordagem cultural, principalmente em relação ao enraizamento territorial ou à apropriação quase biológica dos grupos ou sociedades ditas tradicionais com seus territórios. Contrariamente a essas noções de que o enraizamento pressupõe a imobilidade e a apropriação biológica, Bonnemaïson (2002, p. 99) mostra que “a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira”. O território pode ser tanto fechado quanto aberto aos aliados e vizinhos, não obstante, na maior parte das vezes, ele é uma alternância entre um e outro. É esse movimento que temos visto nas comunidades rurais onde estudamos a dinâmica das famílias de agricultores com o extrativismo dos frutos dos Cerrados, especialmente o pequi. Existe uma alternância entre as cercas que dividem as propriedades e constituem os territórios individuais fechados e o uso dos recursos naturais que pressupõe o território aberto, entre os vizinhos e suas comunidades. O território é muito mais um núcleo que une os homens do que um limite que os separa ou uma

fronteira, no sentido geopolítico do termo, “é um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro” (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Em direção semelhante, Almeida (2010, p. 44) expõe: “a territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também enfatiza o sentimento de pertencimento a um dado território”. E continua a autora, “[...] território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2010 [2005], p. 44). É interessante a colocação da autora quando ela se refere ao tipo de apropriação do território “expressado” por meio de significados e relações simbólicas. A autora chama-nos a atenção para o fato de que as relações simbólicas são representações das coisas do mundo real, e não como elas costumam ser tratadas nas concepções mais materialistas, como representações irreais, totalmente abstratas e abstraídas da realidade.

Destacamos também a abordagem de Marcos Saquet (2007), que, mesmo se situando entre aqueles que defendem uma concepção relacional, não deixa de apontar sua visão (i)material do território, considerando tanto os processos socioespaciais, contextualizados em tempos históricos que coexistem com as relações entre sociedade e natureza, quanto a imaterialidade de nossa vida diária. Segundo o autor, “esta relação dialética entre ideia e matéria está no seio da relação espaço-tempo e da constituição do território, no vivido (...)” (SAQUET, 2007, p. 131).

Atualmente é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as diversas dimensões sociais: natural, política, econômica e cultural. Disso resulta numa visão integradora do espaço em suas múltiplas perspectivas. A abordagem integradora assume grande importância na Geografia, pois ela é uma das disciplinas que mais busca trabalhar o espaço social de forma integrada para compreender os processos oriundos da relação sociedade-natureza. Se a análise do espaço geográfico é múltipla, não há como entendê-lo se não considerarmos suas dimensões de forma integrada. Apesar disso, os trabalhos dos geógrafos têm priorizado uma ou mais dimensões sociais em detrimento das outras – normalmente a econômica –, devido à complexidade que é analisar todas as dimensões numa perspectiva geográfica. A abordagem integradora, mesmo com uma vocação pretensiosa, não se caracteriza por uma visão totalizadora nem por uma forma coesa de conceber as múltiplas dimensões sociais.

Nessa perspectiva, conforme já afirmamos, o território hoje assume o papel e a importância outrora dados à região na perspectiva clássica da Geografia como o grande conceito integrador. Haesbaert (2006b) diz que dificilmente encontramos um espaço capaz de integrar de forma coesa as várias dimensões sociais. Para o autor, esse é o fato pelo qual alguns defensores de uma visão totalizante ou integradora de território advogam a sua superação. Diante disso,

sobririam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural (HAESBAERT, 2007, p. 76).

Reforçando ainda mais a noção integradora, esse mesmo autor mostra que o território, numa perspectiva histórica, pode ser generalizável a ponto de abranger toda a história humana, ou ser visto de forma mais restritiva, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais. Haesbaert posiciona-se claramente em uma abordagem integradora do território, na verdade o autor se situa numa concepção “híbrida”, entre dimensões materialistas e idealistas, especialmente voltada às questões políticas e culturais. Além disso, devemos ressaltar também que, certamente, Haesbaert seja um dos geógrafos brasileiros que mais tem contribuído com o debate recente sobre o território e seus processos ditos des-re-territorialização, sobretudo no referente à renovação teórico-metodológica e ontológica dos conceitos.

Na perspectiva relacional, uma das abordagens que já se tornou clássica para a análise do espaço e do território foi a de Claude Raffestin (1993). Mais uma vez retornemos ao autor para reforçar essa ideia. Segundo Raffestin, o espaço tem duas faces: uma é constituída por superfícies, distâncias e propriedades, correspondendo ao plano da expressão; a outra é o plano do conteúdo, também constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, cujo significado é dado pelos atores sociais. Assim sendo, é “o espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações, que possui estreita relação com o espaço real. Para o autor, esse é “o espaço relacional ‘inventado’ pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real ‘dado’” (RAFFESTIN, 1993, p. 48) (grifos do autor). O autor ainda inscreve a produção do território associada ao poder na problemática relacional. “Todos nós



combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Haesbaert (2006b), por sua vez, afirma que, no sentido relacional, o território não significa apenas enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Por ser relacional, o território inclui o movimento, a fluidez, as conexões. Numa crítica à ênfase exacerbada da dimensão simbólica, o mesmo autor (2007, p. 92) aponta: “há quem diga que o caráter simbólico do território está se tornando cada vez mais presente, em detrimento de sua dimensão material, mais objetiva”. Continuando, o autor ressalta que é como se o território e o próprio poder que o envolve pudessem ser definidos única e exclusivamente pela sua dimensão mais concreta.

O território não se define por apenas uma das dimensões sociais, concreta ou simbólico-cultural, mas pela relação entre ambas. O que de fato tem acontecido é que a emergência hoje de grupos culturais mais ou menos organizados em torno de ideologias ou em espaços que garantam a manutenção de suas identidades culturais tem se manifestado de forma mais contundente nos territórios como estratégia de luta, de reprodução socioeconômica e de conquistas de direitos até então esquecidos pelas políticas públicas sociais. Não acreditamos que isso chegue a ser uma sobreposição da dimensão idealista sobre a materialista, até porque, quando se valorizam os aspectos simbólico-culturais, conseqüentemente, a materialidade do território, com todos os seus atributos (físicos, econômicos e políticos), também são ressignificados.

Sintetizando, Saquet (2007, p. 118) diz: “o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir”. A abordagem relacional é, pois, bastante trabalhada entre os geógrafos, já que sempre estamos buscando relacionar nossos objetos (e sujeitos) de pesquisa em relação a alguma coisa, aos objetos, às formas e aos processos socioespaciais. Integrar todas as dimensões sociais – natural, econômica, política e cultural – é uma questão complexa, mas relacionar, por exemplo, a dimensão econômica com a cultural é uma possibilidade e uma realidade que tem permeado o trabalho de muitos geógrafos.

### CAPÍTULO 3

## O CAMPESINATO NOS CERRADOS DO NORTE DE MINAS GERAIS E DO VALE DO JEQUITINHONHA



**Artista: Walmir Alexandre**

**Exposição: *Ser tão Minas: Do Grande Sertão à Pampulha*  
Montes Claros – MG, Outubro de 2011.**

### 3.1 Aportes teóricos do campesinato

O campesinato instigou diversos e importantes estudos desde o século XIX, contemplando áreas como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a História, como também influenciou e sofreu influências de muitas correntes filosóficas. Eis o que vamos procurar explorar em breves e contextualizadas abordagens teóricas.

O campesinato e o camponês, apesar de serem termos, categorias e/ou conceitos já bastante conhecidos no meio acadêmico, ainda possuem conotações que causam uma certa estranheza. Também são, não raras vezes, acrescidos de uma grande polissemia, tornando uma tarefa cada vez mais difícil defini-los. Mario Grynszpan (2005)<sup>6</sup> considera que ao mesmo tempo em que o termo camponês parece ser dotado de uma sensação de familiaridade, de reconhecimento, o que dispensa esclarecimentos adicionais, sendo camponês “quem habita e trabalha no campo”, por outro lado, ele é um termo sociológico e seu uso não se faz sem um esforço significativo de conceituação, de especificação, de diferenciação, pois “camponês é uma forma determinada de estar no campo”. Dessa forma, ora esses termos transitam pelo viés de uma definição precisa, ora por uma longa imprecisão envolvendo teóricos de várias áreas do conhecimento.

De maneira mais cautelosa, Grynszpan (2005) pontua que é necessário considerar alguns elementos comuns e interligados envolvendo o conceito de camponês. Primeiro, o camponês é aquele que possui acesso a uma parcela de terra para produzir. Segundo, essa produção se faz, fundamentalmente, com base na força de trabalho familiar. E terceiro, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo. Diante desses elementos, perguntamos: se para ser camponês é necessário ter uma terra, como fica a situação de diversos trabalhadores sem terra no Brasil? E os grupos de trabalhadores que não vivem mais exclusivamente da terra e que retiram uma parte ou o total de sua renda em trabalhos urbanos? Se a produção camponesa tem base no trabalho familiar, como considerar os pequenos agricultores que empregam mão-de-obra de terceiros? Por que não pensarmos também nas relações entre os membros de comunidades camponesas? Isso porque, dependendo do número de indivíduos que a família possui, da quantidade de trabalho a ser desenvolvido e das relações de parentesco ou de vizinhança, quantas famílias não trocam o dia de trabalho, constituindo assim uma espécie de reciprocidade?

---

<sup>6</sup> GRYSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 72-75.

Chegamos à conclusão de que a complexidade que envolve o universo interno e externo ao campesinato é muito grande, e não é possível analisar uma determinada realidade social do campesinato de forma estanque. Faz-se imprescindível considerar a dinâmica interna e externa do campesinato, bem como as constantes mudanças e contextos nos quais ele está inserido. Por isso, o conceito de campesinato deve ser analisado de acordo com as características mais gerais que lhe aplicam e com a realidade específica de cada grupo estudado, não as tornando camisas-de-força, mas como ferramentas teóricas que permitem dar conta dessa complexidade.

O camponês é referenciado por um repertório linguístico variado de palavras, podendo ser designado por outros ou ele mesmo se definir. Em Roma, *paganus* designava o habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado. De origem latina, *pagus* pode significar um território rural ou uma aldeia camponesa. Dessa forma, resultou a palavra *pago*, a qual designa no Sul do Brasil o campo onde se nasceu, o rincão de origem. Da palavra *paganus* derivou-se também *payan*, no francês, e *peasant*, no inglês – ambas significando exatamente camponês. No Português, *paisano* identifica o que não é militar. Resultou também em *pagão*, não-cristão, aquele que precisa ser convertido. Na Alemanha do século XIII, havia seis derivações para o camponês: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e, no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis. Quando o camponês assume sua condição de subalterno, ele se vê como o pobre e o fraco da sociedade, identificando como antônimos a esta categoria os proprietários de grandes extensões de terra, os profissionais do Estado e, até mesmo, os habitantes do meio urbano. No momento em que ele se identifica socialmente, recusa qualquer designação humilhante, reconhecendo-se como aforante, agregado ou sitiante. Especificamente no Brasil, os trabalhadores temporários rejeitam a designação *boia-fria*. A palavra *camponês*, que deriva de *campo*, não é mais rica em conteúdo do que *lavrador*, cuja raiz vem da palavra latina *labor*, a qual quer dizer *trabalho*, mas que possui a conotação de esforço cansativo, dor e fadiga. Já Chayanov encontra na palavra russa *tyagostnost* a construção de uma teoria importante à compreensão do que é o camponês, na qual a ideia de sofrimento e de sacrifício envolvendo o trabalho ocupa lugar central (MOURA, 1986).

Verificamos, durante nossa pesquisa, que a grande maioria dos sujeitos entrevistados se define como “lavrador”. Com poucas exceções, alguns se consideram “trabalhador rural”. Até mesmo aqueles membros de família que trabalham fora temporariamente, seja em atividades agropecuárias ou não, autodenominam de “lavrador”.

Quanto às mulheres, as quais estão mais vinculadas ao trabalho doméstico, elas se identificaram ou foram identificadas por seus cônjuges ou pais como “lavradoras”. O fato de os filhos e/ou os maridos morarem e trabalharem externamente à propriedade rural não lhes retira seu vínculo com a terra e com o trabalho nela. Já nos casos em que os filhos das famílias camponesas foram identificados pela profissão que de fato exercem nas cidades onde moram, percebemos que são laços já rompidos com o trabalho e a vida na roça, e, normalmente, a própria constituição de outra família (casamento) e o trabalho urbano não permitem mais serem considerados lavradores, ou no nosso dizer, camponeses. Apesar desse rompimento, o vínculo familiar continua a existir, porém de forma ampliada, devido ao casamento dos filhos, o que muda é somente o local de morada e a profissão. Outro ponto a ser tratado ainda é que, através da identificação como “lavrador”, os camponeses conseguem determinados direitos sociais ou políticas públicas, por exemplo o processo de dar entrada no pedido de aposentadoria e os financiamentos. Utilizar o termo camponês, conforme temos feito, não retira a mesma riqueza de conteúdo e de significados do termo “lavrador” no Brasil.

Desde o final do século XIX, foram produzidos trabalhos que se tornaram clássicos da literatura sobre o campesinato, apoiados, sobretudo, no forte viés do materialismo histórico vigente no período em questão. Os principais trabalhos são os de Lenin, Kautsky e Chayanov. Posteriormente, o campesinato como temática reaparece na década de 1970 e ressurgiu novamente dentro das concepções do materialismo histórico. Faz-se necessário discorrermos um pouco sobre os teóricos clássicos e outros mais recentes, que também se tornaram importantes trabalhos acerca do campesinato, especialmente o brasileiro.

Os estudos de Lenin consistiram na diferenciação social do campesinato e também no processo chamado por ele de “descampesinização”, os quais foram tratados em sua obra clássica sobre “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”. Para ele, fundamentado na concepção marxista, a base da formação do mercado interno na produção capitalista é o processo de desagregação dos pequenos agricultores em patrões e trabalhadores agrícolas. Tal processo, denominado descampesinização, produz a destruição do “velho campesinato” e faz surgir novos tipos de população rural: a burguesia rural, constituída pelos também chamados camponeses acomodados, e o proletariado rural, que corresponde à grande massa de pequenos produtores e de trabalhadores agrícolas assalariados. Neste segundo tipo, estão tanto os camponeses pobres, os quais dispõem de alguma parcela de terra, quanto aqueles totalmente desprovidos dela (HEYNIG, 1982).

Diante disso, Heynig (1982) afirma que a descampesinização e a diferenciação da produção parcelar estão determinadas pela penetração do mercado e da concorrência capitalista no agro através da agricultura comercial e pela destruição da produção parcelar. Também são determinados pelo empobrecimento do antigo camponês pobre, devido às vantagens “naturais” que sobre eles exercem a grande exploração, uma vez que a produção agrícola está sujeita à concorrência e à lei do valor capitalista.

Segundo o mesmo autor, citando Lenin (1950), sobre a base econômica concreta da revolução russa, há dois caminhos possíveis no desenvolvimento capitalista da agricultura: a antiga economia de proprietários, ligada ao direito de servidão, conserva-se transformando com lentidão em uma economia capitalista, tipo “junker”. E a outra é a destruição através de uma revolução da propriedade dos latifundiários e de todos os pilares principais da velha “superestrutura” correspondente, dando lugar ao desenvolvimento da pequena fazenda camponesa, que, por sua vez, progressivamente irá se decompondo com o avanço do capitalismo. Os dois caminhos apontados por Lenin levariam, segundo Heynig, a um processo de descampesinização e de substituição do sistema de pagamento de trabalho para o de salários, possibilitando a formação de um proletariado agrícola, além de fomentar a acumulação de capital e a concentração da produção baseada no trabalho assalariado. Dessa forma, na concepção de Lenin, a expropriação do camponês pelo capitalismo seria uma tendência geral e, portanto, inevitável.

Karl Kautsky, em sua obra “A Questão Agrária”, faz uma análise macro, ou seja, analisa a estrutura por fora do campesinato, abrangendo as formas como o capitalismo chega ao campo. A obra, publicada em 1898, foi inspirada pelo marxismo. Isso fica visível quando o autor declara nas páginas iniciais ser um adepto dessa concepção e de seus mestres – Marx e Engels. Consoante Kautsky, a principal contribuição de “O Capital” é o método dialético.

Kautsky (1972) trabalha a ideia de que o capitalismo pode chegar ao campo e não se apropriar do camponês, ele pode recriar ou ressignificar o campesinato ao seu modo. Diferente de Lenin, ele entende que não é uma tendência geral a expropriação do camponês pelo capitalismo. O autor fundamentou suas análises nas últimas estatísticas da agricultura na Alemanha e na Inglaterra para o período em questão, buscando averiguar a concepção de alguns teóricos que afirmaram que o futuro, na agricultura, não pertencia à exploração capitalista, mas sim à exploração camponesa. Diante disso, Kautsky questionou essa tendência e afirmou:

Não deveríamos esperar nem o fim da grande exploração nem o da pequena e que, se encontrávamos aqui, num dos pólos, a tendência universalmente verdadeira para a proletarização, encontrávamos também, no outro pólo, uma oscilação constante entre os progressos da pequena exploração e os da grande (KAUTSKY, 1972, p. 12).

O autor chegou a essa conclusão porque cada vez mais a agricultura, camponesa ou capitalista, desempenhara um papel menos significativo na sociedade, frente à importância crescente da indústria naquele período. Logo, a ideia central do seu livro passa a ser a industrialização da agricultura, ou seja, a forma como a indústria penetrava no campo.

Kautsky, ao tentar formular uma teoria universalmente verdadeira para a evolução agrária, cai nas concepções do evolucionismo, embora sua consciência aponte para um ponto fundamental: as tendências da evolução social e as da evolução agrícola são essencialmente as mesmas em todos os países, mas os estados que as criaram são extremamente diferentes nos diversos países, podendo variar inclusive entre as regiões, em virtude de várias condições geográficas, de clima, de solo, de passado histórico e, até mesmo, de poderio das diferentes classes sociais.

Sem maiores pretensões de responder se a pequena produção tem um futuro dentro da agricultura, o autor considera importante investigar as transformações experimentadas pela agricultura ao longo da produção capitalista. Para ele, “deve-se investigar se e como o capital se apodera da agricultura, a revoluciona, se e como arruína as antigas formas de produção e de propriedade e cria a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1972, p. 21). Tais questões permitiriam, segundo o autor, responder se a teoria de Marx é aplicável ou não à agricultura.

O desenvolvimento do sistema capitalista se deu primeiramente na cidade, como espaço, e na indústria, como atividade. Ainda na Idade Média, a vida econômica da família camponesa se bastava inteiramente ou quase inteiramente a si própria, ou seja, eram produzidos a subsistência alimentar, a casa, os móveis e utensílios, alguns instrumentos de trabalho e o vestuário. Os “braços”, a força de trabalho, o gado e a economia doméstica eram a base da existência camponesa. Tudo isso formava o pequeno patrimônio do camponês. A revolução econômica, pautada na indústria e no comércio, essencialmente urbanos, invade e transforma a organização da vida camponesa, invertendo, portanto, seu modo de vida e impondo necessidades impossíveis de serem satisfeitas pela indústria camponesa. Quanto mais a indústria capitalista avança, mais se dissolve a indústria

doméstica camponesa, aumentando a necessidade de dinheiro, a fim de o camponês cultivar a terra.

Nem as más colheitas, o fogo e a espada (neste caso, entende-se como a luta contra a invasão de suas terras) conseguiram separar o camponês de sua terra. Dessa maneira, a inserção forçada do camponês ao mercado, sujeito às crises, pode levar a separá-lo inteiramente da terra, tornando-o um proletário. Para Kautsky (1972), a indústria urbana lança o gérmen da dissolução da família camponesa, na qual, no início, a propriedade do camponês continha a terra necessária para alimentar a sua família e, quando fosse o caso, pagar a renda aos senhores.

Reportando novamente à Idade Média, havia um entrave para a exploração capitalista da terra, visto que o sistema de cultivo ocorria sob a forma de três rotações, além do empecilho do uso comum das pastagens e a maneira como era gestada a propriedade privada da terra. Ocorria, ainda, entre a maioria das aldeias a proibição de vender ou fazer sair de outra forma o que era produzido, nem os frutos da terra podiam ser produzidos ou consumidos fora da aldeia. O cultivo da terra feito no interior dos lotes de cada família era de domínio privado (Marx chama essa forma de cultivo de campesinato parcelar), já as pastagens eram de uso comum para toda a comunidade. Contudo, inúmeras foram as ações limitando cada vez mais as terras de lavoura para os camponeses, bem como as reduções das áreas de uso das pastagens e florestas, as quais refletiram inclusive na sua alimentação (KAUTSKY, 1972).

O aumento da população, entre outros fatores, favoreceu a passagem para um sistema de exploração mais elevado na Inglaterra, exigindo uma extensão dos recursos alimentares. Na Inglaterra, os fundamentos da agricultura feudal foram destruídos por uma série de revoluções, compreendendo desde a reforma de Henrique VIII até a Revolução Gloriosa de 1688. Abria-se e consolidava o caminho ao desenvolvimento de uma agricultura capitalista, substituindo a exploração das pastagens pela cultura de plantas forrageiras. Apesar do pioneirismo inglês, tornara-se praticamente impossível introduzir tais resultados no continente europeu como um todo, sem revolucionar as condições de propriedade existentes (KAUTSKY, 1972).

Com o surgimento do mercado e de suas necessidades, a produção comunal passa a ser um entrave, porém o mercado funciona como um instrumento desagregador da forte comunidade territorial existente até então no domínio da produção camponesa. O mercado desequilibra as relações nas aldeias, uma vez que alguns companheiros de aldeia



produziam apenas para o consumo pessoal e outros começavam a produzir um excedente (KAUTSKY, 1972).

Paulatinamente, ocorre a fragmentação daquilo que impedia a mudança para o modo de exploração capitalista via estabelecimento da propriedade completa da terra, divisão da pastagem comum, supressão da comunidade territorial e da coerção de afolhamento, destruição das parcelas de terras, reunindo-as em uma superfície contínua cujo proprietário de terras deveria ser absoluto. A cidade também produziu a revolução no campo, pois foi nela onde se formaram as classes revolucionárias contra o poder feudal. Com efeito, quanto à burguesia e às revoluções, ilegais e violentas ou legais e pacíficas, o resultado foi o mesmo em toda parte: “a supressão dos encargos feudais por um lado, dos restos do comunismo primitivo do solo por outro, o estabelecimento da propriedade privada absoluta da terra. Estava aberto o caminho para a agricultura capitalista” (KAUTSKY, 1972, p. 51).

Várias transformações orientadoras da agricultura moderna vieram transportadas da cidade para o campo, aproveitando das conquistas da ciência moderna, da mecânica, da química, da fisiologia vegetal e animal. Além disso, mais uma vez a Inglaterra foi pioneira. É na Inglaterra que se desenvolve a domesticação dos animais e sua consequente exportação para outras regiões e países. Também é lá que surgem as máquinas agrícolas, apesar de os Estados Unidos desenvolverem posteriormente o maquinismo agrícola (KAUTSKY, 1972).

É no contexto da modernização russa que Chayanov (1974) desenvolve sua teoria sobre o campesinato, mais precisamente a economia camponesa. O autor supõe que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, pois não se podem determinar os custos de produção pela ausência da categoria salário. Dessa forma, Chayanov constrói sua teoria diferente da teoria da empresa capitalista.

Chayanov era um subjetivista, ou seja, ele não estava preocupado em formular leis gerais de uma ciência econômica. Sua análise consistia em entender a lógica da economia camponesa via trabalho da família, sendo que o fim a ser atingido é a satisfação das necessidades da família. Diferentemente, a economia capitalista possui uma característica objetiva: a força de trabalho é definida sob a forma do capital variável e suas combinações com o capital constante estão determinadas pela obtenção de uma taxa de lucro. Segundo Chayanov (1974), alguns mecanismos operariam por trás do trabalho familiar: o tamanho da família e a relação existente entre os que trabalham e os que não trabalham; os recursos e os meios de produção disponíveis, terra e ferramentas de trabalho,

e a intensidade do trabalho. Sintetizando, o ponto central da teoria de Chayanov seria o balanço entre consumo familiar e a exploração da força de trabalho, isto é, o número de “bocas” que a família camponesa precisava alimentar *versus* o número de “braços” que ela teria disponível para trabalhar. De maneira similar, Wolf (1970, p. 28) defende que a unidade camponesa não é somente uma organização produtiva (de trabalho), “ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto ‘bocas’ para alimentar quanto ‘mãos’ para trabalhar”.

Tanto Kautsky quanto Marx focaram suas análises na macro estrutura do sistema capitalista e na forma como este impera sobre o modo de produção camponês. Já Chayanov considera a micro estrutura a partir do interior da economia camponesa, cujo modo de produção consistia em teorias mais regionais. Um ponto importante na obra de Chayanov é o fato de o camponês evoluir, ainda que de forma subjetiva, pois tal evolução é caracterizada pelo grau de intensidade de seu trabalho e a quantidade de bens em que este se traduz, ou seja, os resultados gerados a partir do trabalho do camponês e de sua família.

Uma questão fundamental dos dias atuais quanto à reprodução social do campesinato é que, quando a família do camponês se expande através do matrimônio, acaba por faltar terras suficientes à reprodução material da nova família formada. Na época de Chayanov e, especificamente, no caso russo, o sistema de distribuição de terras era feito pela comuna, e, quando havia a fragmentação da família camponesa, poderia ser solicitada diretamente à comuna uma parcela de terra.

Há uma clareza em Chayanov quanto à situação da economia camponesa frente às observações já presentes em sua época, as quais refletem no período atual. Para o autor, a unidade econômica camponesa “em muitos países sofre a influência do capital financeiro, que lhe tem feito empréstimos, e coexiste com a indústria organizada ao modo capitalista e, em alguns lugares, também com a agricultura capitalista” (CHAYANOV, 1974, p. 42). Assim sendo, a empresa camponesa possui inter-relações sociais muito complexas com todos os elementos da economia atual. Os financiamentos para os pequenos agricultores no Brasil é um exemplo de inserção da economia camponesa ao modo capitalista.

Recorrer aos trabalhos clássicos que interpretam o campesinato é de fundamental importância no contexto atual. Mesmo sabendo que o campesinato na Europa preexistiu ao desenvolvimento do capitalismo, por ter origem essencialmente no feudalismo, no qual o camponês detinha uma parcela de terra para cultivo (própria, comunitária ou nas terras dos senhores feudais), essa leitura é o ponto inicial para qualquer estudo que venha a ser

desenvolvido sobre o campesinato. Já que na Europa o desenvolvimento do capitalismo provocou a expropriação camponesa da terra, no Brasil, como lembra Oliveira (1991, p. 49), “foi o próprio capital que instituiu a apropriação camponesa da terra, como consequência evidente da crise do trabalho escravo”. O autor observa também que a apropriação camponesa da terra é resultado das contradições e da lógica do capital, conseqüentemente o camponês é também fruto da história atual do capitalismo no país.

Segundo José de Souza Martins, ao contrário do camponês europeu que já possuía sua terra,

o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-possesores é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro, quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1981, p. 17).

Guimarães (1989), a fim de entender a formação da pequena propriedade camponesa no Brasil, analisa como se deram os processos de constituição da propriedade fundiária aqui e na Europa. Segundo o autor, enquanto no velho continente a propriedade latifundiária surge e se desenvolve a partir das ruínas da propriedade camponesa, no Brasil, diferentemente, a propriedade latifundiária foi implantada primeiro, e a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a se decompor. Tais processos aconteceram para dificultar o acesso a terra pelas populações mais pobres, caso contrário, se elas se tornassem produtores independentes, não haveria braços suficientes para trabalhar nas propriedades dos latifundiários. A terra no regime de sesmarias não era uma mercadoria, era um privilégio para aqueles que possuíam dotes de nobreza ou fartura de dinheiro para tal merecimento. Mesmo quando a terra pôde ser vendida, não foi facilitada aos pobres devido aos preços exorbitantes colocados sobre ela.

Guimarães está entre aqueles autores que defendem que a terra no Brasil possui relações feudais, fundada sobre o sistema colonial de sesmarias e sacramentada no sistema escravista de plantação. Nesse sentido, o autor afirma: “a terra-privilégio é uma categoria histórica do feudalismo e sua transformação em terra-mercadoria exige um longo processo que só termina com a existência em larga escala das relações mercantis” (GUIMARÃES, 1989, p. 111).

Contrariamente à ideia de Guimarães, Gorender (1994, p. 23) diz que a propriedade da terra, desde o século XVI, quando foi distribuída em sesmarias, sempre foi uma propriedade alodial, isto é, isenta de encargos feudais. Quem adquiria essa terra, por sesmarias ou depois pela compra, não precisava pagar os inúmeros tributos feudais como era feito na Europa. “Isso não existiu no Brasil. E a propriedade da terra também, desde o início da colonização brasileira, era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos (...)”.

Um ponto importante discutido por Guimarães (1989) é que o surgimento oficial da pequena propriedade no Brasil se dá no início do século XIX com a entrada dos imigrantes europeus no país (sobretudo de origem camponesa), mas a gestação de uma classe camponesa é anterior a isso. Os camponeses oprimidos já estavam presentes às margens das sesmarias, ou como agregados aos engenhos e fazendas, porém o acesso a terra jamais acontecia de forma permanente, geralmente eram expulsos pela expansão das plantações ou das criações dos grandes senhores, e quando lhes eram concedidos pequenos tratos de terra, era com a finalidade de mantê-los subjugados, como mão-de-obra de reserva, dentro ou próximo dos latifúndios.

Já no livro “O Cativo da Terra” (1981), o campesinato é abordado sob a ótica do regime de colonato. É valorizando, sobretudo, as perspectivas sociais e políticas do trabalho nas fazendas de café que José de Souza Martins insere o camponês na história do Brasil. Os colonos eram imigrantes vindos da Europa para o Brasil expropriados dos meios de produção e de suas terras pela Revolução Industrial. Os imigrantes eram vistos pelos cafeicultores paulistas como a possibilidade de reproduzir novamente a escravidão. Antes dos colonos, o trabalho nos cafezais e na abertura das matas era realizado pelos agregados (índios, negros, mestiços), posteriormente é realizado pelos colonos, cuja mão-de-obra é mais cara. Contudo, Martins (1981) retoma o camponês a partir da figura do parceiro e de sua análise sobre o colonato, recriando o campesinato no país.

O colono ou trabalhador livre veio substituir o escravo libertado no século XIX, tanto pela Abolição da Escravatura em 1888, quanto por outros meios pelos quais os escravos já teriam se libertado, gerando uma crise de “cativo”. O trabalhador livre diferia do escravo pela sujeição da sua força de trabalho ao capital, este representado pelo proprietário da terra, mas, por outro lado, ambos (colono e escravo) se assemelhavam pela expropriação dos meios de produção. Além disso, a condição de cativo definia o processo de coerção do escravo, já o trabalhador livre possuía a mesma condição jurídica que seu

patrão. A extração da força de trabalho se dava a partir de uma troca aparente de salário-por-trabalho (MARTINS, 1981).

Martins (1981, p. 19) coloca um ponto que remete a pensar as relações capitalistas de produção, visto que o trabalho do colono não era realizado de forma individual, pois a ele se acrescentava o trabalho da mulher e dos filhos, portanto o trabalho familiar. Para o autor, “a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção”. Martins conclui, inclusive, que a expansão do capitalismo não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

Outra observação significativa no tocante ao colono é que também o governo incentivou a vinda de imigrantes para o país, estabelecendo-os em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade, cujas terras eram geralmente incultas para o café ou a cana. Todavia, eram propícias para a produção de alimentos, a saber: a mandioca, o milho, o feijão e o arroz. O objetivo principal era formar mão-de-obra para as fazendas de café. Dessa forma, os colonos foram responsáveis por parte da alimentação do país e, mais tarde, constituíram-se como parte da burguesia agrária (MARTINS, 1981).

De acordo com Guimarães (1989), mais importante que a do colono, visto que este mais tarde também a incorpora, é a figura do *posseiro* ou *intruso*, principalmente o posseiro ou intruso nativo. Segundo o autor, os intrusos e os posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa, pois, no início, as invasões se limitavam às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois se avançaram para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas e, por fim, seguiram-se para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. “A força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se” (GUIMARÃES, 1989, p. 114). O referido autor explica:

É verdade que nem sempre a *posse* serviu à pequena propriedade, não se ignorando que através dela também se constituíram vários latifúndios. Mas, se ao latifúndio estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, à pequena propriedade quase não restava, durante os três primeiros séculos, senão uma única via de acesso: a *posse* (GUIMARÃES, 1989, p. 114) (Grifos no original).

Desde a sua constituição, a posse da terra se tornou numa importante estratégia para o estabelecimento da propriedade camponesa, como ainda é fundamental no presente momento, haja vista a imensa quantidade de posseiros compondo a estrutura fundiária brasileira. Sobre o assunto em questão, Oliveira (1991, p. 50), inspirando-se em Marx, diz: “a propriedade/posse da terra é básica e fundamental para a existência desta forma de exploração na agricultura [camponesa]”.

Após fazermos um sintético esforço para situar o campesinato tanto na sua origem (Europa) quanto na sua reprodução pelo mundo, mais especificamente no caso brasileiro, retomemos novamente as suas definições e características. A abordagem já empreendida revela a leitura do campesinato como modo de produção, principalmente contraposto ou paralelo ao desenvolvimento e expansão do sistema capitalista, e também privilegia concepções mais voltadas ao materialismo histórico, especialmente valorizando a dimensão econômica do campesinato e da família camponesa. Nesse embate teórico, o campesinato/camponês se revela mais como uma classe. Entretanto, é fundamental abordarmos também outras dimensões que, destarte, fundamentam o campesinato, por exemplo os aspectos sociais, culturais e ecológicos.

O campesinato não se define (se é que podemos especificamente defini-lo) ou ser entendido apenas pelo viés econômico. Então, é necessário buscar interpretações sociológicas, antropológicas e geográficas para auxiliar nossa análise. Nesse sentido, recorremos a Shanin (2005, p. 1), o qual afirma que todo “camponês é uma mistificação. Para começar, ‘um camponês’ não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”.

Questionado se o campesinato seria uma classe, Shanin (2008), com base no antropólogo chinês Fei Hsiao-Tung, respondeu: “campesinato é um modo de vida”. De acordo com ele,

o quanto este “modo de vida” pode dar origem a uma classe é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição (SHANIN, 2008, p. 37).

Modo de vida comumente se associa ao já esquecido gênero ou estilo de vida; é um conceito bastante variável e, de certa forma, alguns autores tratam que o mesmo

antecipou o próprio, e mais difundido, conceito de cultura. Este último se difunde a partir do século XX, assumindo diversos significados cuja amplitude não nos permite mais relacioná-lo ao modo ou gênero de vida sem que estejamos simplificando sua abordagem.

Entre os geógrafos, o autor pioneiro da noção de gênero de vida é Paul Vidal de la Blache, em 1911, e foi revisado por seu discípulo Max Sorre. Dessa forma, Sorre (2002) salienta a riqueza que abarca o conceito de gênero de vida, podendo compreender a maioria ou a totalidade das atividades de um grupo e mesmo dos indivíduos. O autor associa inicialmente o entendimento dessa noção a uma combinação de técnicas, as quais envolvem elementos materiais e espirituais- processos transmitidos pela tradição e graças aos quais os homens asseguram uma posse sobre os elementos naturais.

Nesse sentido, podemos afirmar que, quando Shanin define campesinato como um modo de vida, ele atesta que o campesinato compreende a totalidade das atividades desenvolvidas pela família, que envolve o cultivo agrícola, a criação de animais, as relações com a terra e com os recursos naturais, o parentesco, a religião, as relações sociais com a comunidade e todas as crenças e os costumes que dizem respeito ao universo material e simbólico do camponês. Campesinato é uma tradição, ou seja, uma transmissão de processos, práticas, valores e saberes que se repetem ao longo do tempo e que garantem aos homens uma apropriação e uma relação com os elementos naturais, sociais e espirituais.

De acordo com Pereira de Queiroz (1973), a descrição das características do campesinato, já abordadas por diversos autores, e em várias regiões diferentes, permite chegar a certos traços que o definem: o camponês é um trabalhador rural cujo resultado primordial é o sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente; é sempre policultor; dificilmente cultivará grandes extensões de terra. Emprega preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, utiliza mão-de-obra familiar. A autora acrescenta ainda que, economicamente, o camponês se define pelo seu objetivo de plantar para o consumo, sendo que, sociologicamente, o campesinato constitui sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação econômica, política e social. Moura (1986, p. 10) corrobora com a autora acima quando indica também: “o campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar, a posição do camponês é marcada pela subordinação (...)”.

A partir das características citadas acima, Pereira de Queiroz (1973) afirma ser impróprio falar em “sociedades camponesas”, como trata Wolf (1970), pois, se o campesinato é sempre subordinado, não existiram nunca sociedades camponesas, já que as

sociedades se caracterizam sempre pelas suas camadas dominantes. Para a autora, o campesinato seria uma camada intermediária da população rural brasileira, colocada entre os fazendeiros e os escravos no período colonial, e entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra no período pós-colonial. É válido apontar o fato de a autora considerar a relação do campesinato com a terra, mesmo não sendo proprietário dela, como os fazendeiros, mas também não é aquele desprovido dela, como no caso dos escravos e dos trabalhadores sem terra. O camponês, de algum modo, deve pelo menos usufruir a terra para ser definido como tal, segundo a autora. Maria Isaura Pereira de Queiroz ainda afirma, no que se refere à caracterização étnica do camponês (ou sitiante tradicional como também denomina a autora), que ela é a mais variada possível, como em toda a população brasileira.

Para Delpeuch (1989), as diferentes definições de uma agricultura camponesa estariam centradas em torno de alguns componentes, e haveria uma variação de peso, em maior ou menor grau, sobre um deles: a forma de organização da produção e de seu contexto econômico, na qual haveria uma combinação entre a exploração familiar e as organizações profissionais (as cooperativas, por exemplo); equilíbrio entre os sistemas econômico, social e ambiental; a autonomia para tomada de decisões sejam elas técnicas, econômicas ou culturais; a relação com o território motivada pelo camponês deter o conhecimento do seu meio físico, onde exerce um controle sobre ele; e a reprodução a longo prazo de um modo de produção eficiente, racional, cujo contexto econômico é pelo camponês controlado para permiti-lo viver da terra.

Diante do exposto, o autor defende que uma agricultura camponesa só terá interesse e futuro se ela oferecer uma vida atrativa para a população do campo, especialmente aos jovens. Há cinco condições consideradas necessárias à agricultura camponesa consoante Delpeuch, sobretudo de cunho político: **1.** O direito de uso da terra para aqueles que dela dependem para viver, que seria via reforma agrária ou concessão de direitos de uso, dependendo de cada país, além de inibir a cultura extensiva; **2.** Vinculação às organizações profissionais fortes e solidárias, que podemos exemplificar com as associações e cooperativas de economia solidária no Brasil envolvendo camponeses e outros grupos sociais; **3.** Estabelecimento de espaços econômicos regionais protegidos, que fomentariam a acumulação de capital para os pequenos produtores familiares; **4.** Priorizar a pesquisa agrícola para avaliar as potencialidades ambientais e elaborar modelos técnicos (no caso do Brasil, a pesquisa agrícola valoriza mais o empresariado agrário em detrimento do segmento familiar); **5.** E a existência de um pacto social favorável à agricultura camponesa, via política pública para este grupo.



Sevilla Guzmán e González de Molina (2005, p. 78), baseados numa perspectiva agroecológica, afirmam:

o campesinato é, mais do que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “camponesidade”.

Os autores resgatam e situam o conceito de campesinato dentro de um marco teórico que não só valoriza o modo de produção camponês, como também o vincula a partir de sua relação com os recursos naturais de cada território. Em cada lugar, o campesinato vai coexistir de acordo com o ecossistema no qual está inserido, compreendendo a fertilidade natural da terra, a disponibilidade de água, os recursos energéticos (madeiras e lenhas), os alimentos naturais (frutos nativos), entre outros.

Com base nesses últimos autores, há, no campesinato, uma importante integração entre os ecossistemas locais, os cultivos agrícolas e a pecuária, formando os agroecossistemas que asseguram a reprodução física da família camponesa. No entanto, outras categorias como as tradicionais terra, trabalho e família – as quais se unem a outras também fundamentais como honra, reciprocidade, parentesco, solidariedade etc. – são imprescindíveis para a reprodução social do campesinato. Assim, natureza, sociedade e cultura formam a tríade sem a qual não é possível entendermos o campesinato de maneira mais ampla. Eis o que vamos procurar mostrar no próximo tópico quando analisarmos a dinâmica do campesinato nos territórios rurais estudados à luz do referencial teórico.

### **3.2 Terra, trabalho e família em Minas Novas e no Norte de Minas Gerais**

Ellen e Klaas Woortmann (1997) afirmam que a etnologia das populações ditas “primitivas” enfatizam a presença de um saber próprio que não se confunde com uma razão prática, embora conduza a resultados práticos. Para os autores, esse saber “se aproxima de um modelo cognitivo ‘holístico’, um modelo de ordenação do mundo e, nele, da natureza sobre a qual se trabalha” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 13).

Com tal inclinação, na obra *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, os autores fazem uma etnografia do campesinato, buscando estabelecer os princípios lógicos e simbólicos que regem o trabalho da terra e a vida

camponesa. Assim sendo, os autores criticam, de certa forma, a limitação desse tipo de análise nos estudos sobre o campesinato, em que os principais trabalhos etnológicos privilegiam os povos indígenas. Embora, com frequência, se fale de um “conhecimento camponês”, isso não ocorreu [ou mesmo não teve tanta tradição] nos estudos sobre o campesinato.

Na maioria dos estudos sobre o campesinato, pouca ou nenhuma atenção foi dada ao saber camponês sobre os solos e as plantas, visto como sistema cognitivo, parte de um modelo mais abrangente. Ou ele é apresentado como uma prática fragmentada, ou é implicitamente negado como saber autônomo, ou é visto apenas como um saber degenerado, remanescente anacrônico de uma tradição civilizatória que se transformou: uma “pequena tradição”, como diria Robert Redfield. Alternativamente, em vez de um saber camponês, fala-se de uma rotina camponesa que se opõe à inovação, ou, nas palavras de Chayanov, de um “instinto camponês” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 13-14).

Desde Chayanov, muitos trabalhos foram produzidos procurando desvendar a lógica econômica da produção camponesa, conforme mostramos anteriormente. No entanto, o trabalho camponês, além de produzir alimentos, também produz categorias sociais, “pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 15).

Nesse sentido, procuramos apreender o campesinato sertanejo nos territórios rurais do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Tanto a produção agrícola e pecuária quanto o extrativismo produzem cultura. Assim, trabalhar a terra, a lavoura, a criação e usar os recursos naturais dos Cerrados são formas de se produzir o território camponês. Esta é uma produção *material* do território que se entrelaça com as outras maneiras de se produzir *simbolicamente* o território: a religião, os costumes e tradições, as relações de compadrio, parentesco, de solidariedade, os rituais com a lavoura e a natureza sertaneja, etc.

Quando buscamos compreender o campesinato por esse viés, material e imaterial, talvez estejamos mais próximos de entender e desvendar suas práticas e seus valores que constroem sua realidade totalizada.

Sem maiores pretensões, talvez nossa pesquisa se aproxime de uma *etnogeografia* do campesinato sertanejo, porém não segue o rigor metodológico de um trabalho etnográfico denso. Primeiro, os custos e o tempo para execução da pesquisa não

permitiram um aprofundamento da realidade camponesa, pois seria necessária uma maior participação no dia a dia das famílias camponesas, desvendando as práticas e a simbólica da lavoura e do extrativismo, assim como os espaços e tempos. Segundo, a escolha de três territórios de pesquisa em municípios e mesorregiões diferentes demandaram maior esforço de investigação e deslocamento que, por outro lado, foi muito positiva no sentido de nos permitir uma visão mais ampliada de realidades semelhantes e diferentes, ao mesmo tempo.

Assim, vários espaços, tempos, práticas e valores se entrecruzaram ao longo da pesquisa, mostrando-nos a diversidade e a dinâmica do campesinato sertanejo aqui e acolá, no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, cada um com suas particularidades, mas também com suas generalidades.

Os próximos tópicos tratam de apurar os principais resultados obtidos em campo. Primeiramente, as reflexões se concentram brevemente na constituição da propriedade da terra camponesa dos territórios sertanejos estudados, principal meio de sustentação da produção e da vida camponesa. Em seguida, buscamos mostrar a dinâmica da terra camponesa mediada pela categoria “trabalho”, o resultado da produção de alimentos e as relações sociais dentro e fora da unidade familiar. Por fim, as últimas análises são direcionadas ao significado da produção camponesa e seus valores, pois, quando o campesinato produz alimentos, ele também produz significados e valores humanos, logo produz cultura. Desse modo, se começamos voltando nosso olhar às categorias tradicionais do campesinato – terra, trabalho e família –, nada mais pertinente do que chegarmos ao término do capítulo tratando de outras categorias menos discutidas, porém repletas de valores que completam o ordenamento moral e o modo de vida camponês: ética, honra, reciprocidade, solidariedade, etc.

### **3.2.1 Terra-propriedade e terra-patrimônio**

Os primeiros resultados da pesquisa analisam a estrutura fundiária e as formas de acesso à terra camponesa. Assim sendo, o GRÁF. 1 apresenta a condição jurídica da propriedade atual com base no que foi declarado pelos camponeses das comunidades rurais entrevistadas.

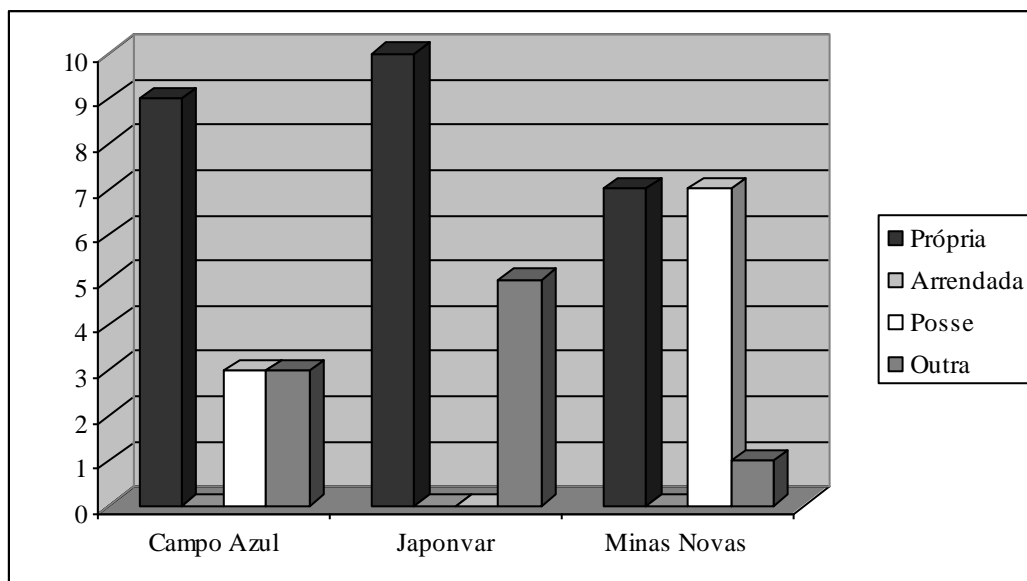


GRÁFICO 1 – Condição jurídica das propriedades camponesas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Em Campo Azul, a maior parte das propriedades são devidamente regularizadas: três propriedades da amostra encontram-se na situação de “posse”, e as outras três propriedades são ocupadas por pessoas que moram nas terras da família ou são agregados. Em Japonvar, podemos observar no gráfico que não há presença de camponeses arrendatários e posseiros, configurando, a maioria, como proprietários de suas terras, e as outras cinco famílias moram nas terras de familiares há vários anos, geralmente dos pais ou sogros. Provavelmente, estas últimas propriedades serão passadas aos atuais moradores pelo processo de herança. Em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, aproximadamente a metade das propriedades pertence legalmente a seus donos, e a outra metade é constituída por posse. Algumas propriedades rurais camponesas, neste caso, estão sob o domínio da monocultura do eucalipto, sendo um dos motivos pelos quais ainda não foram regularizadas, pois há conflitos de interesses entre camponeses e a empresa ArcelorMittal. Além disso, boa parte das propriedades rurais do município é constituída historicamente por posseiros.

A condição jurídica da propriedade camponesa está atrelada à forma como se obteve o acesso a terra. Dessa forma, quando analisamos a TAB. 2, vemos que a forma que se consagrou e definiu o acesso a terra nas três localidades estudadas foi definitivamente a herança. Nesse sentido, a herança é a maneira pela qual a reprodução física do campesinato é assegurada, constituindo, pois, um sistema que passa de uma geração a outra, mas que também cada vez mais promove a fragmentação do patrimônio familiar. À medida que a

terra vai passando dos pais para os filhos, ocorre a partilha, a qual, muitas vezes, impede a reprodução social do campesinato. A herança pode levar a um processo de expropriação induzida da família camponesa. Entretanto, muitos camponeses, quando se veem diante de tal quadro, procuram adquirir outras parcelas de terras para assegurar sua reprodução física e social.

TABELA 2

Formas de acesso a terra em comunidades rurais dos municípios de Campo Azul, Japonvar e Minas Novas – MG.

<i>Formas de acesso a terra</i>	<i>Entrevistados Campo Azul</i>	<i>Entrevistados Japonvar</i>	<i>Entrevistados Minas Novas</i>	<i>Total</i>	<i>(%)</i>
Compra	4	4	3	11	24,4
Herança	7	11	12	30	66,7
Concessão de uso	3	-	-	3	6,7
Uso campeão	1	-	-	1	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Nesse sentido, como a terra é o principal meio de produção para que exista a relação entre produção e consumo, entre moradia e trabalho, sua herança desempenha um papel estratégico na existência camponesa (MOURA, 1986). A autora ainda afirma que os mecanismos que o camponês adota para definir a herança da terra devem ser entendidos como resistência à expropriação, como momento privilegiado para observar as tensões sociais inerentes à reprodução física e social do campesinato.

A terra, na maioria das vezes, é o único bem que o chefe da família camponesa pode deixar para seus filhos. Um de nossos entrevistados em Minas Novas justificou que trabalhou e comprou mais terras vizinhas à sua propriedade para morar e criar os filhos e, depois, deixar o lugar para eles ficarem. Assim, segundo Klaas Woortmann (1990, p. 62), a terra se torna um patrimônio da família, terra-patrimônio, sendo “aquilo que passa do pai para o filho”, porém não pertencendo nem ao pai nem ao filho, e sim, a toda a família. A herança da terra vai muito mais além do sentido de propriedade, pois ela constitui um ordenamento moral, mais que coisa, é patrimônio da família.

O gráfico a seguir mostra exatamente como se assenta a propriedade fundiária camponesa nas comunidades rurais entrevistadas. Nos territórios rurais de Campo Azul foi

onde encontramos o maior número de camponeses cujas propriedades são bem maiores que as dos entrevistados de Japonvar e Minas Novas. Foi através do processo histórico que permitiu uma maior concentração fundiária oriunda da “posse” da terra. Apesar de a maioria dos camponeses ter dito que suas propriedades já são legalizadas (GRÁF. 1), ainda devemos considerar que a posse reproduziu a atual estrutura fundiária. Também não podemos esquecer que muitas dessas terras são áreas de chapadas, as quais inviabilizam a produção agrícola para esses camponeses pobres. Isso não significa que as áreas de chapadas são improdutivas ou ociosas, pois foram nas chapadas de Campo Azul onde presenciamos o gado pastoreando livremente pelas pastagens naturais entre a vegetação cerradeira. A chapada também é o território por excelência do extrativismo vegetal, onde os camponeses coletam os frutos nativos e retiram a lenha para o uso doméstico.

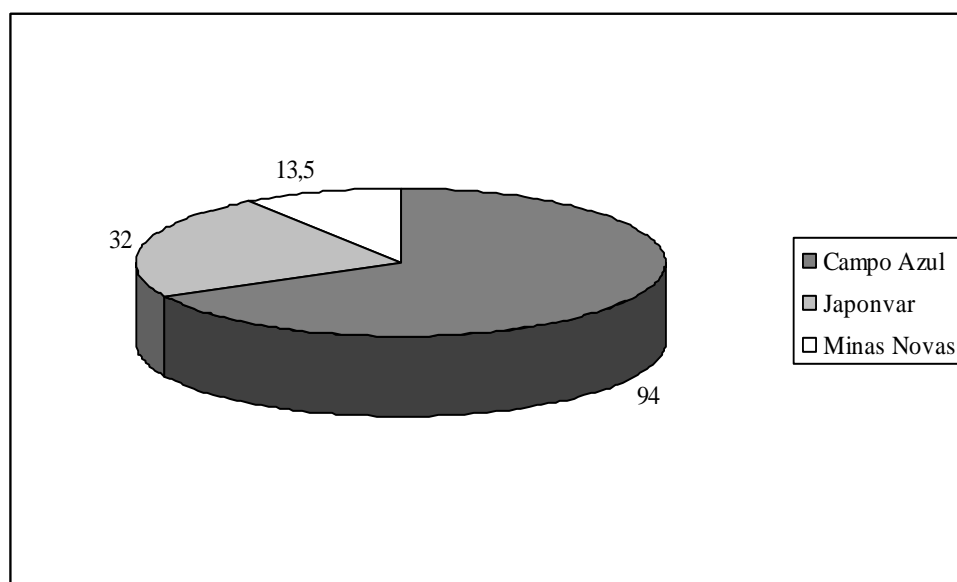


GRÁFICO 2 – Tamanho médio das propriedades camponesas (em hectares).

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

No GRÁF. 2, temos a estimativa do tamanho médio das propriedades camponesas, conforme foi declarado pelos entrevistados. Em Campo Azul, o tamanho médio das propriedades é de 94 hectares, embora encontramos uma família que usufrui apenas de 7 hectares e outra que dispõe de 329 hectares de terra. Isso, conforme observamos, não retira nem aumenta o grau de “camponesidade” (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ de MOLINA, 2005) de ambas as famílias. Em Japonvar e Minas Novas, os tamanhos médios das propriedades camponesas são de 32 e 13,5 hectares, respectivamente.

Aqui, nota-se um processo mais intenso de fragmentação da terra, resultado, sobretudo, do acesso pela herança.

Em alguns casos, as maiores propriedades estão associadas ao tempo de residência na localidade, o que não é regra geral, mas serve para fornecer alguma pista para deduzirmos que isso se converte numa forma de acumulação e de formação do patrimônio familiar camponês.

### 3.2.2 A terra de trabalho e o trabalho da terra

Em 1983, Garcia Jr. publica a obra *Terra de trabalho*, um estudo sobre o trabalho familiar de pequenos produtores periféricos às margens da grande plantação canavieira de Pernambuco, resultado de sua tese defendida em meados de 1970. Nessa obra, o autor mostra o drama desses produtores familiares que de repente veem o avanço do gado dos grandes proprietários sobre suas terras que antes cultivavam. Os camponeses, nesse contexto, estariam perdendo as *terras de trabalho*. Assim sendo, Garcia Jr. não se limita apenas a mostrar como se deu o drama social desses camponeses, ele analisa também, como através da categoria *trabalho*, a terra se transforma numa *terra de trabalho*, além do papel dos membros da família camponesa na *fecundação* da terra.

Já no final da década de 1990, Ellen e Klaas Woortmann publicam a obra *O trabalho da terra*, cujo estudo enfocou as práticas com que os camponeses de Sergipe trabalhavam a terra. É um estudo que contemplou a lógica interna de organização dos espaços de cultivos com a combinação de espécies e variedades vegetais, com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza. Os autores percebem que cada coisa tem um porquê. Isto é, a escolha da terra, das espécies e das sementes, da combinação entre elas, forma um conjunto de símbolos com sua própria lógica. Assim, “o significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 7). É dessa forma que os camponeses veem o mundo.

Aqui vamos apresentar alguns resultados do que levantamos em campo sobre a prática agrícola, pecuária, os cultivos e os significados que as orientam.

A alimentação é o principal fruto *colhido* da combinação da *terra de trabalho* e do *trabalho da terra*. A alimentação camponesa, nesse sentido, é baseada nos cultivos tradicionais produzidos no sítio mais os alimentos retirados diretamente da natureza. Estes últimos não são considerados um *trabalho*, por não desprenderem esforço dos camponeses que caracterizam o processo de trabalho, segundo Brandão (1981). Antonio Candido

(1977, p. 28) afirma: “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘reações culturais’, desenvolvidas sob o estímulo das ‘necessidades básicas’”. O autor completa: “em nenhuma outra parte vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência”.

A alimentação, por sua vez, está inserida naquela relação, já apontada anteriormente, em que a unidade familiar camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo. Segundo autores como Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979), o balanço produção-consumo está associado à relação roçado-casa. Para Heredia, essa relação, aparentemente uma oposição, revela e organiza toda a experiência de vida das unidades familiares, incluindo aí também a vida cotidiana, pois o roçado é o espaço de trabalho e da produção que vai alimentar a casa, e esta, além de um espaço de trabalho – sobretudo feminino – é também o lugar da vida, em sua plenitude.

Os produtos fornecidos pelo *roçado* são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na *casa*. Consequentemente, é o *roçado* que dá condições de existência à *casa* como local de consumo. Além disso, visto que os produtos do *roçado* são o resultado do esforço conjunto dos membros do grupo doméstico, é justamente no *roçado* onde o grupo se materializa como unidade de produção, enquanto na *casa* o faz em termos de unidade de consumo (HEREDIA, 1979, p. 78) (Grifos da autora).

O roçado é o espaço de trabalho do chefe da família (normalmente a figura masculina), este é o provedor do sustento da família. Os filhos geralmente “ajudam” o pai no trabalho da roça e as filhas “ajudam” a mãe na casa. “Embora os filhos desenvolvam no *roçado* as mesmas tarefas que o pai, diz-se que os filhos *ajudam* o pai de família, indicando-se assim que eles estão sob sua autoridade (...)” (HEREDIA, 1979, p. 80). A autora afirma que a atividade do pai no roçado é considerada um *trabalho* por estar ligada à produção, já a atividade da casa é um *não-trabalho*, uma vez que a casa é apenas uma unidade de consumo. Portanto, o homem *trabalha* e a mulher *não trabalha* devido ao campo de atuação principal dela ser a casa. Discordamos dessa afirmação de Heredia, pois nas realidades por nós estudadas o trabalho da mulher camponesa é tão importante quanto o dos homens, principalmente em Minas Novas, onde os maridos e filhos migram e a mulher é a responsável direta pela propriedade, além de muitas delas se dedicarem ainda ao artesanato de argila.

É na casa onde a mãe de família é soberana, mas isso não lhe retira suas outras atribuições na roça e com as criações. A mulher é quem comanda e organiza a casa no



sentido doméstico, porém é o marido quem é o chefe da família, pois tanto no roçado quanto na casa é ele o representante da família. Isso facilmente pôde ser comprovado no nosso trabalho de campo quando visitamos as famílias camponesas. Normalmente é o homem, chefe de família, quem nos recebe e para quem a conversa é direcionada, principalmente quando a família é um pouco mais velha, pois, quando o casal chefe da família é mais novo, há uma maior participação da mulher no diálogo. Às vezes, a mulher (e as filhas) nem ficam presentes na sala de visitas, e se ocorre de o marido não estar presente na propriedade, a mulher evita ao máximo as conversas e fornecer qualquer informação. Na presença ou ausência do pai, os filhos costumam estar presentes. Já nos casos em que as mulheres são viúvas ou os maridos migraram para o trabalho temporário, elas assumem o papel de chefe de família para todas as decisões.

Para se ter uma ideia, somente nas comunidades rurais que estudamos em Minas Novas, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino. Em Campo Azul e Japonvar, os homens foram os que se identificaram como responsáveis pelas entrevistas. Em Minas Novas, chamamos atenção para o fator migração sazonal dos homens chefes de família e de seus filhos mais velhos, pois, neste caso, a casa e a propriedade ficam na maior parte do ano sob a responsabilidade das mulheres.

Um exemplo das relações entre homem, mulher e filhos camponeses que presenciamos aconteceu em Minas Novas. Chegamos a uma família composta pelo chefe da família, a esposa e mais cinco filhos, dos quais o filho mais velho é casado e mora em outra localidade; o mais novo é menor de idade e mora com a família, outros dois migraram temporariamente para São Paulo e o outro filho estava esperando uma nova oportunidade para também migrar. Assim, temos uma família composta por seis homens e uma única mulher, a esposa-mãe. Durante a entrevista, permaneceram na sala somente o chefe da família e o filho maior de idade que ainda não havia emigrado. A mulher só participava esporadicamente, quando era requisitada, permanecendo na cozinha e também fazendo o almoço. Ao término da entrevista, fomos convidados a almoçar. A mulher serviu o almoço a todos e não almoçou. Depois do almoço, fomos todos conhecer o quintal e a roça do sítio, exceto a mulher, a qual permaneceu na cozinha almoçando.

O fato chama atenção para uma tradição que até recentemente fazia (e ainda faz, com menor frequência) parte de muitas famílias camponesas. Além da mulher (e das filhas) permanecer na cozinha, só almoça depois do marido e das visitas. Isso não significa definitivamente uma relação de subordinação da mulher ao marido, mas, provavelmente, são valores advindos de uma tradição familiar do mundo camponês.

O universo masculino e o feminino da família camponesa ainda hoje se apresentam bastante segmentados, os homens não entram no campo de trabalho da mulher, mas elas têm assumido cada vez mais o trabalho deles. Enquanto predominantemente o homem cuida da roça e das atividades a ela associadas, por exemplo o conserto de cercas, trato de criações (geralmente o gado bovino), retirada e coleta de lenha etc., a mulher cuida da casa, ajuda na roça, trabalha na horta, trata das pequenas criações (aves e porcos), busca a lenha, faz a farinha e outros produtos artesanais. Não podemos deixar de mencionar ainda o papel materno de cuidar e educar os filhos, principalmente quando são crianças, as quais dependem mais da mulher. Em suma, a mulher camponesa possui uma jornada de trabalho e diversidade de atividades maior dentro da propriedade, ao passo que o homem é o comando, ela é a organização de toda a família.

O GRÁF. 3 ilustra uma contradição entre o discurso e a prática na divisão de tarefas da família camponesa. Daí a importância da análise qualitativa para interpretarmos os dados coletados em campo e transformados em informação. Quando perguntamos diretamente para os camponeses se havia alguma divisão de tarefas entre os membros da família, a maioria (mais de 80%) respondeu prontamente que não. Já quando pedimos para apontar a tarefa de cada um no seu dia a dia na propriedade, percebemos que, na maioria das vezes, há uma divisão de tarefas. Por exemplo, o serviço da casa é praticamente restrito às mulheres (esposas e filhas), o trato dos pequenos animais também fica a elas reservado. O sexo feminino “ajuda” na roça, mas, algumas vezes, ainda a assume por completo, em função da migração dos maridos e filhos mais velhos. A horta, quando há, é de responsabilidade delas. As mulheres também coletam o extrativismo. Além disso, em alguns casos, por exemplo o de Minas Novas, muitas mulheres ainda fazem artesanato de barro para auxiliar nas despesas; por fim algumas mulheres cuidam dos filhos pequenos.

Aos homens, as atividades mais comuns são cuidar da roça, cuidar das criações (geralmente o gado bovino), o extrativismo, fazer o carvão (no caso de Campo Azul), coletar lenha para a despesa da casa, consertar cercas e outros pequenos afazeres. Alguns chefes de famílias, vale lembrar, migram para o trabalho temporário ou trabalham em outras propriedades rurais. De maneira geral, as atividades dos homens camponeses são mais limitadas em detrimento da mulher, mas não significa que os homens trabalham menos. Às vezes, eles podem ter menos atividades, porém a rotina diária é, não raras vezes, mais desgastante. Resumindo, na família camponesa, cada membro executa a sua função.

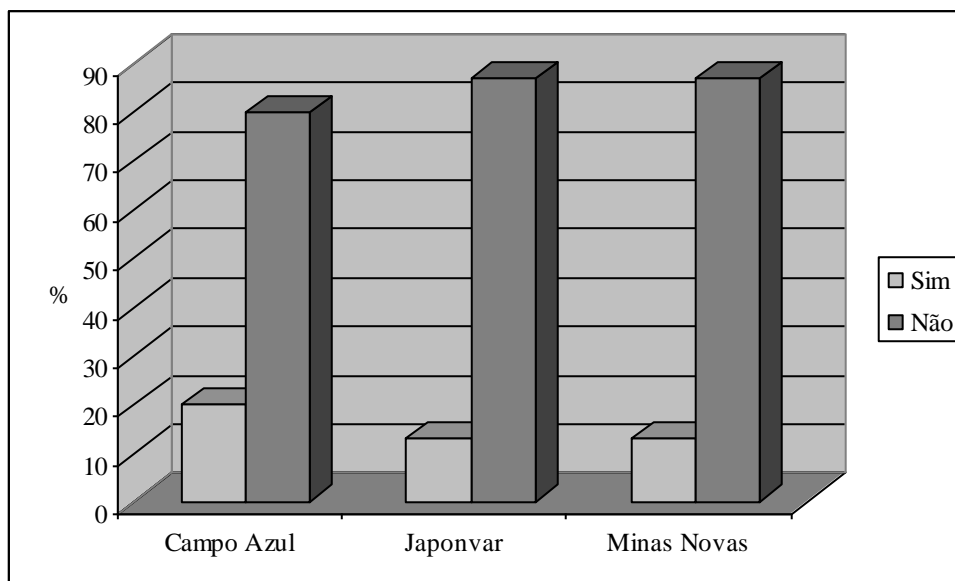


GRÁFICO 3 – Divisão de tarefas entre as famílias camponesas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Abrindo um parêntese para tratar sobre a questão da maioridade, temos visto em campo atualmente que ela não ocorre apenas com o casamento. A maioridade, atingida aos 18 anos, tem sido condição fundamental, hoje, para a independência dos filhos e das filhas da família camponesa, visto que essa é a idade com a qual eles podem ser legalmente registrados para exercerem trabalhos urbanos ou rurais. Em Minas Novas, por exemplo, diversos são os casos de jovens que esperam ansiosamente completar 18 anos para migrarem para o corte de cana, a colheita do café ou outras atividades em São Paulo e outros estados. Em Campo Azul e Japonvar, também não é diferente, apesar de, na maioria das vezes, o foco de trabalho não ser o rural. Outra novidade de destino desses jovens é a construção civil, cujo mercado anda extremamente aquecido e carente de mão de obra.

Percebemos ainda que as famílias camponesas têm insistido com seus filhos e filhas para só saírem da propriedade após a conclusão dos estudos de nível médio, o que já aponta para a busca de novas perspectivas de trabalho além daquelas já conhecidas por muitos jovens camponeses: trabalho agrícola, doméstico, temporário ou trabalhos urbanos com menor qualificação da mão de obra.

Quando é atingida a maioridade, os filhos costumam migrar em busca de seu próprio sustento, pois continuar morando com a família pode significar tornar a unidade camponesa mais onerosa, já que é preciso buscar externamente seus próprios meios de manutenção econômica. As filhas migram menos que os homens, porém, quando ocorre, os destinos delas são as cidades, e o trabalho a ser incorporado vai depender do grau de

escolaridade, sendo muito comum, pelo menos no início, exercerem trabalhos domésticos. As “moças” da família camponesa são mais concebidas ao casamento, o que também é uma estratégia semelhante à migração.

Em regiões onde há um alto índice de migração temporária – é o caso de Minas Novas –, ela se torna um fenômeno social que alimenta um ciclo de reprodução do capital, e, muitas vezes, os filhos dos camponeses começam a migrar devido ao incentivo dos próprios pais ou irmãos mais velhos que os levam assim que atingem a maioridade para o corte de cana e a colheita do café no estado de São Paulo e no Sul de Minas Gerais. A migração dos irmãos mais velhos, dos parentes e dos vizinhos da comunidade também serve de incentivo para os mais novos que aguardam completar a maioridade. O pai camponês, geralmente já consciente das condições de vida local e por saber da falta de oportunidades de trabalho e de futuro para seus filhos, leva-os ou a eles incentiva para sua saída como uma estratégia de reprodução social e econômica da família. Como atesta Woortmann (1990, p. 26), “o assalariamento (...) possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato”.

A migração em nossos territórios de estudo ocorre de duas formas: temporária ou definitiva. No Norte de Minas Gerais, é mais comum a migração definitiva dos filhos que também vão para o trabalho urbano e passam a constituir suas vidas nas cidades, diferente do Alto Vale Jequitinhonha, no qual a maior parte dos jovens migra temporariamente, sobretudo para o trabalho agrícola, ou ainda para trabalhos terceirizados em indústrias, constituindo uma dupla profissão, como é o caso do trabalho como “isolador”<sup>7</sup> ou “montador”, que muitos camponeses têm preferido em detrimento do corte da cana, atividade mais exaustiva.

As mulheres camponesas, cujos maridos migram temporariamente, são localmente conhecidas como “viúvas da seca” ou “viúvas de maridos vivos”.

Em seu trabalho clássico, Garcia Jr. intitula um dos capítulos como “Roçado-roçadinho” (1983), no qual distingue as duas formas de produção na unidade familiar camponesa. O roçado seria a produção principal que vai alimentar a casa, por isso é coletivo e é de responsabilidade do pai. Já o roçadinho compreende a unidade de produção individual, é de responsabilidade dos filhos e filhas para a aquisição de algum bem de necessidade própria, a exemplo de roupas, e até na compra de um animal, como porco ou

---

<sup>7</sup> Isolador é uma função onde os operários trabalham isolando as tubulações de câmaras de resfriamento ou aquecimento das indústrias e empresas comerciais. Exemplo: as tubulações por onde passam o ar das câmaras frias dos supermercados ou das agroindústrias.

gado bovino, para gerar-lhes renda. Isso acontece porque é chegada a hora em que o pai e a mãe têm dificuldades para realizar os desejos de consumo dos filhos. Entretanto, o roçadinho não impede os filhos de ajudarem o pai a cultivar o roçado principal. O roçadinho e a criação de animais é também uma forma de acumulação prévia para o casamento dos filhos e filhas. Eles, é importante frisar, só adquirem sua independência depois das bodas, e não com a maioridade.

Outra estratégia que também deriva do roçadinho, conforme ressaltada por Garcia Jr., é a coleta e a venda dos frutos das árvores do terreiro, em volta da casa, que conforma outra fonte de renda para os filhos e as filhas. No território de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, foi possível verificar situação semelhante, pois a localidade situa-se às margens da rodovia BR-135, favorecendo a comercialização de frutos nativos do cerrado ou não. Porém, a renda não se apresentou como uma estratégia do roçadinho, de acordo com a caracterização feita por Garcia Jr. (1983). A renda, aqui, é da família e não individual.

Quando retornávamos de Japonvar para Montes Claros, em Janeiro de 2011, encontramos e entrevistamos uma família<sup>8</sup> composta por uma mãe, uma filha mais velha e um filho mais novo comercializando o pequi a granel na mesma rodovia, já na área da cidade de Mirabela (FIG. 2). As formas de coleta e comercialização do fruto eram assim organizadas: o filho mais novo ajudava a mãe coletar o pequi, esta, por sua vez, “roletava” (ou cortava para retirar a casca) o fruto e o dinheiro da venda era dividido entre os dois. Já a filha mais velha coletava e vendia o pequi individualmente.



FIGURA 2 – Venda de pequi às margens da rodovia BR-135, Mirabela/MG.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2011.

---

<sup>8</sup> A imagem foi publicada mediante autorização da família.

Já esboçamos aqui de como se organiza o “sítio” da unidade familiar camponesa segundo Garcia Jr. e Heredia. Embora tais autores abordem em detalhes a casa, o roçado, os roçadinhos, o terreiro e as criações, sentimos necessidade de colocar como percebemos a organização das propriedades camponesas nas quais pesquisamos.

O roçado, ou simplesmente a “roça”, é a forma de produção comum e principal a todas as unidades familiares estudadas, mas não encontramos os roçadinhos individuais. Encontramos somente os filhos casados que moravam na propriedade dos pais e possuíam suas roças ou suas criações individuais na mesma unidade familiar, o que não se pode caracterizar como um roçadinho na acepção de Garcia Jr. (1983). No roçado, são plantados os alimentos fundamentais, a saber: feijão, o milho, a mandioca e o arroz, sendo este último produzido em menor quantidade e em poucas unidades, consoante verificamos em algumas propriedades que plantavam nos brejos (veredas), em Japonvar. Também constatamos o plantio da cana de açúcar, normalmente destinada à produção de ração para alimentar o gado na época da seca.

Em volta da casa, no espaço do quintal ou terreiro, encontramos vários plantios consorciados, principalmente frutas, café, feijão de corda, feijão andu, abóbora, chuchu, entre outros. As demais verduras e hortaliças foram encontradas na horta, espaço cuidado principalmente pelas mulheres, mas com a ajuda dos filhos e dos maridos, os quais preparam o “esterco” e montam a horta a fim de que elas preparem os canteiros e o plantio. As hortas geralmente situam-se nos quintais ou próximas aos roçados, dependendo da disponibilidade de água. São nos quintais também que estão as pequenas criações, como as galinhas e os porcos. A quantidade de porcos e de gado bovino criados pelos camponeses depende muito da disponibilidade de alimento oferecido a eles. Por exemplo, o número de cabeças de gado é controlado pela quantidade de pasto disponível e, quando o número é ultrapassado e falta pasto, são vendidas algumas cabeças para não ver a criação morrer no período da seca.

QUADRO 2 – Distribuição dos cultivos agrícolas em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.

Tipo de cultivo	Período de Plantio			Período de Colheita		
	Campo Azul	Japonvar	Minas Novas	Campo Azul	Japonvar	Minas Novas
Feijão das águas	Julho	Julho Agosto	Out./Nov. Dezembro	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Jan./Fev. Março
Feijão da seca	Novembro Dezembro	Março	Março Abril	Janeiro Março	Junho	Maio Junho
Arroz	-	Outubro Novembro	-	-	Maio	-
Mandioca	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	1 a 2 anos pós-plantio	1 a 2 anos pós-plantio	1 a 2 anos pós-plantio
Milho	Novembro Dezembro	Julho Out./Nov.	Out./Nov. Dezembro	Abril Julho	Dezembro Fev./Maio	Março Maio
Cana de açúcar	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	6 meses a 1 ano	Agosto	Cerca de 1 ano
Feijão Andu ou Guandu	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	6 meses a 1 ano	Maio Julho	Fevereiro Julho
Feijão de corda ou catador	Novembro Fevereiro	Outubro Novembro	Out./Nov. Dezembro	Cerca de 5 meses	Janeiro Fevereiro	Março Julho
Fava	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Maio Junho	Maio Julho	Junho
Amendoim	Novembro Janeiro	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Fevereiro Abril	Março	Fevereiro Março
Abóbora	Novembro Dezembro	Outubro Novembro	Abril Maio	Março Abril	Abril	3 meses
Quiabo	-	Out./Nov. Mar./Abr.	Abril Maio	-	Jan./Fev. Setembro	3 meses
Moranga	-	Outubro	-	-	3 meses pós-plantio	-
Batata	-	Outubro Novembro	-	-	Janeiro Fevereiro	-
Caxi	Abril Nov./Dez.	Outubro Novembro	-	A partir de 3 meses	Abril Maio	-
Maxixe	Outubro Novembro	Outubro Novembro	Abril Maio	Janeiro Fevereiro	Abril Maio	2 a 3 meses
Melancia	Novembro Dezembro	-	Outubro	Fevereiro Março	-	Janeiro Abril

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Entrevistas. Pesquisa de campo, 2010.

No quadro, temos os alimentos produzidos pelas famílias camponesas nas roças, nos quintais e nas hortas. Dessa forma, o plantio e a colheita dos itens cultivados foram construídos a partir dos conhecimentos dos camponeses. Em geral, os cultivos dos roçados e alguns dos quintais são plantados no período de início das chuvas, no mês de outubro. Os cultivos das hortas são plantados normalmente quando finda o período chuvoso, pois o excesso de água compromete o desenvolvimento das hortaliças e verduras. Outros camponeses, para que suas hortas prosperem, somente as plantam na “Sexta-feira da Paixão” ou após o período de quaresma.

Nesse sentido, o preparo e o plantio da horta, assim como os roçados, envolvem o tempo, o espaço e os princípios extranaturais. Por isso, as hortas devem ser plantadas no período certo, após as chuvas. A escolha do espaço e dos adubos torna a terra fértil, obedecendo, é claro, a princípios em que os camponeses acreditam, pautados na religiosidade e na fé. Não é difícil encontrarmos uma cabeça de boi nas hortas, o que, segundo os camponeses, espanta o “mau olhado” da lavoura. Sendo assim, Carlos Rodrigues Brandão explica:

Entre camponeses católicos, os ciclos da vida natural, entre a floresta, os campos de pastagens, os terrenos de lavouras sazonais ou permanentes, o pomar ao redor da casa e a horta próxima à cozinha, são diversos e interligados tempos-lugares regidos pelas forças da natureza, transformados pelas forças do trabalho humano e ordenados por princípios e ritmos extranaturais que entretecem a maior parte das atividades agropastoris de tempos, ritos e gestos ora mágicos, ora religiosos (BRANDÃO, 2007, p. 52-53).

O consorciamento dos plantios é uma prática realizada há muito tempo por camponeses. Em todos os territórios camponeses pesquisados, o consorciamento é uma prática realizada por quase todas as famílias, em qualquer um dos espaços de cultivo: roça, quintal ou horta. A lógica de se plantar o feijão combinado com o milho é o exemplo mais clássico, também estudado por Ellen e Klaas Woortmann (1997). Os espaços do roçado de feijão são intercalados com o milho. Além de o feijão ser uma planta rasteira que enrama, ele também é colhido antes, geralmente com dois ou três meses após o plantio, o que favorece o crescimento do milho. Como o milho plantado pelos camponeses é destinado, na maioria das vezes, à alimentação dos animais, sua “quebra” é realizada quando está seco, isto é, após cinco ou seis meses do plantio.

Segundo Woortmann & Woortmann (1997, p. 94), “o espaço é ordenado pelas características das plantas. Não devem coexistir, no mesmo espaço, duas plantas que enramam ao mesmo tempo, pois uma irá ‘empatar’ a outra”. No caso do feijão-de-arranca, como é conhecido pelos camponeses de Campo Azul, Japonvar e Minas Novas, que consiste naquele plantio “arrancado” junto com a colheita das vagens, a planta e toda a palha permanecem no roçado sobre a terra, para servir de adubo para o próximo plantio. O mesmo ocorre após a “quebra do milho”.

No território de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, onde os roçados são plantados nos brejos e não é possível a entrada do trator para arar e gradear a terra, esse processo é feito manual e com o auxílio do arado animal. Nos demais territórios, em sua maioria, todo o preparo inicial da terra é realizado com uso do trator, que, geralmente, é



cedido pela associação comunitária ou prefeitura, cabendo aos camponeses pagarem apenas o aluguel pelas horas de trabalho e/ou o óleo diesel.

O feijão-de-arranca também foi assim identificado pelos camponeses de Sergipe, conforme Woortmann & Woortmann (1997). Para a mesma variedade, porém com nomenclatura popular semelhante, Galizoni (2007) fez o registro na região do Alto Jequitinhonha como “feijão-de-arranque”. Os tipos de feijão-de-arranca mais comuns identificados por nós no Norte de Minas e Jequitinhonha foram: feijão carioca ou carioquinha e feijão rosinha. Além desses, há em Minas Novas o “feijão caxi”, que também é um tipo de feijão-de-arranca, o qual é a mistura de três variedades de feijão – preto, branco e rosinha – plantados em um único roçado (FIG. 3).



FIGURA 3 – Variedade de produtos da agricultura camponesa, Minas Novas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Da esquerda para a direita, a FIG. 3 ilustra o milho, a semente de abóbora jacaré, o feijão rosinha, o feijão caxi, o feijão de corda e as abóboras, tudo oriundo da agricultura camponesa. Uma família do território Cachoeira do Fanado nos mostrou orgulhosamente esses produtos. A técnica de armazenamento dos cereais em “garrafa pet” impede a ação de carunchos e lagartas e, portanto, assegura um maior prazo de validade para o consumo ou plantio dos mesmos.

Uma curiosidade interessante, ainda com relação aos feijões, é que existem duas denominações para o mesmo alimento quando é plantado em épocas do ano diferentes. Em Campo Azul e Japonvar, o chamado “feijão das águas” é plantado no mês de julho e colhido entre outubro e novembro, antes das primeiras chuvas. Já o “feijão da seca”, em Campo Azul, planta-se nas águas, novembro e dezembro, e é colhido ainda no período das águas, janeiro a março. Apesar de ser considerado ainda período de chuvas, vale lembrar que costuma ocorrer uma estiagem, conhecida como veranico no Norte de Minas. Em Japonvar, “o feijão da seca” é plantado em março, aproveitando-se as últimas chuvas, e colhido em junho (período de seca). Em Minas Novas, ao contrário, o “feijão das águas” tem o nome adequado ao tempo chuvoso da estação (verão), e o “feijão da seca” planta-se no fim das chuvas, e a colheita é na estação seca (outono-inverno), conforme pode ser observado no quadro acima.

Encontramos uma riqueza de variedades de feijão além das citadas acima: feijão de corda, catador, andu e a fava. Os plantios, raras vezes, encontravam-se nos espaços dos roçados, sendo localizados frequentemente nos quintais ou nos arredores das roças. Os feijões de corda, catador e a fava geralmente estavam “enramados” em outras plantas nos quintais. Já as pequenas árvores do feijão andu se localizavam dispersas pelos quintais, próximas às casas ou agrupadas perto dos roçados.

Além dos tipos de cultivos mencionados no quadro 2, uma grande variedade de cultivares utilizados na alimentação, quer seja para o consumo direto, para preparar temperos, quer seja para a venda, a troca, ou doação, foi mencionada pelos camponeses: alho, cebola, cebolinha verde, coentro, pimentas, pimentão, alface, couve, repolho, cenoura, beterraba, chuchu, tomate, ervilha, etc.

Quanto às frutas, as mais comuns encontradas nos espaços dos quintais, pomares ou hortas foram abacate, acerola, banana, manga, goiaba, mamão, limão, maracujá, cajá, caju, laranja, lima, mexerica, pinha, jabuticaba, entre outras.

Os ovos também são uma das mais importantes fontes de proteína no meio rural camponês. Sem dúvida, são encontrados e consumidos por todas as famílias, conforme se pode observar na FIG. 4, junto com alguns produtos da agricultura camponesa.

As sementes são fontes que asseguram a produção camponesa de alimentos e a elas são dadas uma especial atenção. Existe uma valiosa tradição entre os camponeses em separar o alimento de consumo e as sementes que garantirão o próximo plantio. Podemos observar, no GRÁF. 4, que há uma maioria de famílias camponesas que preferem guardar suas próprias sementes nos três territórios estudados. Algumas vezes, é necessário realizar

a compra de sementes, no entanto, em alguns casos, quando se aproxima a época do plantio, os camponeses também adquirem gratuitamente algumas variedades de sementes, sendo mais comuns, conforme foi revelado, as sementes de milho, feijão e para hortas. Nos territórios rurais de Campo Azul, a maior parte das famílias camponesas ganha as sementes, geralmente doadas pela EMATER ou pelas associações comunitárias, embora nem sempre a quantidade seja suficiente para o plantio.

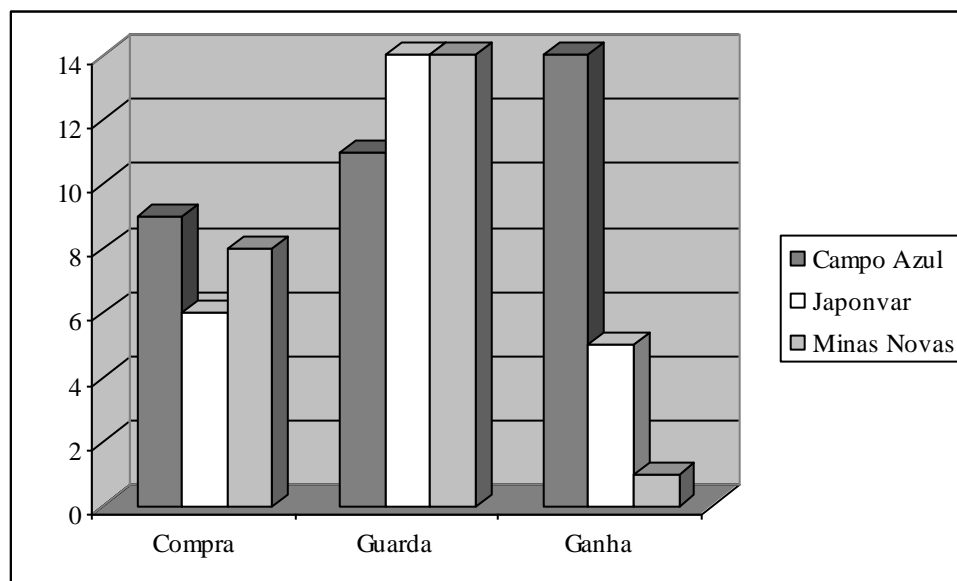


GRÁFICO 4 – Origem das sementes plantadas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.





FIGURA 4 – Alimentos da agricultura camponesa em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.



FIGURA 5 – Criação de animais por uma família camponesa em Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Deve-se considerar também que a maior parte das famílias possui criação de pequenos animais e/ou grandes animais (FIG. 5), que tanto podem ser utilizados para a própria alimentação quanto para a venda. Em alguns casos, o gado bovino costuma ter um significado de “poupança” da família camponesa. Os pequenos animais, por exemplo

galinhas e porcos, são consumidos pelas famílias e ainda são vendidos nas feiras, na cidade mais próxima, entre vizinhos e feirantes. Já o gado bovino só é vendido quando há necessidade para adquirir outra mercadoria, para tratamento de saúde ou quando há risco de perder as criações em função do agravamento da seca. Nesse caso, a venda ocorre entre os vizinhos ou criadores próximos.

Na ilustração anterior, onde o gado bovino se encontra pastando próximo ao quintal da casa, vê-se uma área de chapada, em cujo local a criação é solta livremente. Os camponeses costumam semear capim<sup>9</sup> nas suas terras de chapadas, visto que a semente do capim se dispersa e forma áreas de pastagens, importante fonte de alimentação para as criações na seca.

### **3.2.3 A produção “para o gasto” e os valores camponeses**

Encerramos o item anterior explicando rapidamente como ocorre a criação dos animais e a sua inserção no mercado. Também, nossa explanação consistiu em caracterizar os espaços e tempos permeados pelo trabalho, a produção camponesa e outros assuntos correlatos, nos territórios estudados. Uma discussão antiga diz respeito ao destino dos produtos da agricultura camponesa e ao funcionamento de sua economia. Nesse sentido, não podemos buscar entender a economia camponesa pelo viés capitalista, ela possui, inquestionavelmente, sua própria lógica e dinâmica de organização.

À medida que realizávamos as entrevistas e procurávamos saber quais eram os alimentos produzidos na unidade familiar e se o objetivo da produção era o consumo e/ou a comercialização, deparávamo-nos sempre com a mesma resposta: é “para o gasto” ou “para a despesa” da casa. Essa resposta, portanto, não significa que a produção camponesa é somente para o consumo da família, mas que este é o objetivo central.

Isso ratifica as teses de vários autores quando afirmam que a unidade familiar camponesa é unidade de produção e de consumo, e o objetivo primeiro é a satisfação de suas necessidades, pois há “organizações econômicas que são regidas por princípios diferentes dos da organização econômica capitalista” (HEREDIA, 1979, p. 153). Na unidade camponesa, o lucro não é o primeiro objetivo a ser perseguido. De acordo com

---

<sup>9</sup> Há um problema quando se semeia o capim *Brachiária*, porque esta variedade se desenvolve “engolindo” os capins nativos, o que ocasiona problemas para a biodiversidade dos Cerrados cujos capins são mais resistentes à seca e mantêm certo teor de nutrientes mesmo secos.

Garcia Jr. (1983, p. 229), ela tem “como objetivo básico na produção a subsistência familiar, segundo normas socialmente definidas”.

A subsistência aqui não é entendida apenas como a produção do que é necessário para viver, equivalente a uma espécie de “mínimo vital” ou como uma referência exclusiva da categoria “mercado”. Não obstante, ela é compreendida através do conjunto entre o que a família camponesa produz- destinado ao sustento da casa- e o resultado de sua produção- voltado ao mercado-, que, por sua vez, retorna em forma de novos produtos, necessários ao consumo, ao uso e às despesas da família.

É importante frisar que a agricultura de subsistência não é aquela voltada apenas para o próprio sustento, idéia erroneamente concebida, mas é uma forma de organização cuja produção é voltada para o auto-consumo da família e para a comercialização externa. Essa idéia que pode ser inferida dos argumentos de Caio Prado Júnior (1942/1999), também vai de encontro com Wanderley (1996), que, segundo a autora, é uma experiência de envolvimento numa dupla face da atividade produtiva (integração ao mercado e garantia do consumo) que gerou uma saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas, chamado pela autora de “patrimônio sócio-cultural” do campesinato brasileiro.

Subsistência não é um conceito limitado, historicamente colocado para interpretar e resumir a agricultura camponesa. Ela é dinâmica, pois mostra um balanço entre produção-consumo-mercado. A subsistência demonstra o porquê de a economia camponesa resistir até os nossos dias, a agricultura camponesa não é dependente do mercado, ela está à margem dele, porém ela o usa quando necessário para escoar sua produção e levar dele aquilo que não produz, tanto outros alimentos, quanto utensílios de uso doméstico, higiênico, remédios e vestuário.

A agricultura camponesa de subsistência já não é, há muito tempo, como aquela que Kautsky (1972) se referiu: “ela se bastava em si mesma”, produzia tudo que era necessário; a família camponesa consome o que produz, vende o que produz, troca com parentes e vizinhos aquilo que não produziu, dá e recebe produtos. A agricultura camponesa não só circula internamente e é fechada, como chegam a afirmar alguns críticos, principalmente da economia, que ela também se vincula externamente ao território e, por isso, é aberta. De fato, ela não atinge grandes mercados, porque sua escala de abrangência/abastecimento é mais restrita ao local mais próximo onde se produz. Tudo isso demonstra que a agricultura camponesa existe e resiste pela sua relação produção-consumo

e pelas relações de solidariedade e de reciprocidade. É como disse o professor Carlos Rodrigues Brandão referindo-se à reciprocidade camponesa:

Essa ideia de que a gente pode viver uma vida inteira num lugar onde todo mundo é pobre, mas onde ninguém passa fome. E não que todo mundo produza, mas porque, tal como os índios, descobrimos maneiras de fazer com que o essencial circule entre nós sem precisar ser comprado, vendido ou acumulado. A própria acumulação é um valor identificado historicamente com a chegada do outro (BRANDÃO, 2004, p. 126).

No campesinato, o objetivo da produção não é a acumulação. Ao ir para o mercado, ela é como uma via de mão dupla – o produto chega ao local de comercialização, é trocado por dinheiro, e depois se transforma em outro produto ou benefício que retorna para a família. É como nos ensina o ditado popular da camponesa de Minas Novas para explicar que, com o dinheiro adquirido com os produtos vendidos na feira, já volta com “outras coisas” da cidade: “corta um dedo e emenda o outro”. Dessa forma, a economia camponesa circula pela casa e pelo mercado local, consumindo, vendendo, comprando, trocando, dando e recebendo.

A produção solidária também é um exemplo para demonstrar como o essencial circula no território camponês sem precisar comprar, vender ou acumular, parafraseando Brandão (2004). A FIG. 6 mostra uma horta comunitária em Cabeceiras do Mangaí, cujo espaço de cultivo foi cedido por uma das famílias camponesas mais antigas do lugar, para que seus vizinhos pudessem cultivar os alimentos. Assim, muitas famílias, cujas terras não são adequadas ao cultivo de horta, aproveitam o espaço para plantar seus alimentos. Isso assegura uma melhor alimentação das famílias camponesas, pois, mesmo os cultivos sendo individuais, a produção é solidária, o acontecer é solidário, enfim o território camponês é solidário.





FIGURA 6 – Espaço de horta comunitária em Cabeceiras do Mangaí, Japonvar.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Chabal (1998)<sup>10</sup> distingue troca e reciprocidade. Para o autor, a primeira se refere a uma permutação de objetos, já a segunda constitui uma relação reversível entre sujeitos. Com isso, a troca seria a relação prévia entre duas pessoas, com um mínimo de reciprocidade, mas subordinando esse vínculo criado pela reciprocidade ao interesse. A reciprocidade, por sua parte, pode envolver objetos e, por isso, às vezes pode ser confundida com uma troca. Segundo o autor, “a reciprocidade cria um valor ético que se torna o valor econômico de uma economia de reciprocidade”, a economia camponesa, por exemplo. Concluindo sua linha de pensamento, o autor destaca: “ao contrário da troca, que limita a relação a um salve-se-quem-puder estéril, a reciprocidade é um desafio perpétuo para enfrentar a necessidade de outrem, mas também para conservar o distanciamento necessário ao respeito da diferença com o outro” (CHABAL, 1998 apud SABOURIN, 2009, p. 66).

Conforme Sabourin (2009), a ajuda mútua forma estruturas de reciprocidade. Baseando-se nessa afirmação, podemos analisar alguns casos conhecidos e acompanhados durante a pesquisa de campo. Quando percorríamos a propriedade rural de uma família

<sup>10</sup> Texto traduzido na íntegra do francês e publicado por Sabourin (2009, p. 64-66). Versão original disponível em: <<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>>.



camponesa em Minas Novas, o filho de um camponês, o qual não podia mais fazer os trabalhos do roçado por motivo de saúde, explicou-nos que o espaço onde o roçado estava plantado precisava ser limpo, para retirar o excesso de mato, e também precisava colher o milho e o feijão que já estavam secos. Para tal empreitada, o camponês comentou que chamaria um vizinho para “trocar o dia” de trabalho. Neste caso, a troca do dia de trabalho consiste em obter-se a ajuda de uma pessoa para a execução de uma tarefa e, em troca, o beneficiado se coloca à disposição para retribuir em outra atividade, sem haver a remuneração da diária de trabalho.

Dessa forma, os vizinhos camponeses se ajudam mutuamente. Outro exemplo de ajuda mútua, mas neste caso houve a troca monetária, ocorreu em Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar. Aqui, uma camponesa chefe de família, por não possuir marido e filhos com condição para o trabalho mais duro na roça, pagava a diária para outro membro da própria comunidade executar os trabalhos de limpeza do roçado. Mesmo havendo o pagamento da diária de trabalho, conforme Chabal (1998), a reciprocidade ocorreu, pois, para essas atividades, são escolhidas pessoas do grupo social mais próximo e que dispõem de menos recursos, logo não há relação de subordinação, e sim de ajuda mútua.

Em Japonvar, também presenciamos outra atividade envolvendo a reciprocidade camponesa, o “mutirão” para fazer a farinha de mandioca. Algumas pessoas de uma família camponesa solicitaram a presença de vizinhos da mesma localidade para auxiliar no processo de produção da farinha. Durante o processo de descascar a mandioca, lavá-la, triturá-la e torrar a farinha, as pessoas conversam, divertem-se e o trabalho se torna mais prazeroso. A remuneração pelo trabalho dos membros externos à família obtém-se através do produto final – a farinha.

A produção de farinha de mandioca é um importante processo, capaz de traduzir as estruturas de reciprocidade dos diversos *mundos rurais* do Brasil. Nos nossos territórios de estudo, nem todas as famílias camponesas possuem a “casa de farinha”, porém quase todas as famílias produzem e consomem a mandioca e a farinha. Consoante se pode observar no GRÁF. 5, a maior parte dos entrevistados que produz a farinha, o destino principal é o consumo familiar. Outra opção é a comercialização, que, em geral, ocorre no próprio território rural, para vizinhos, feirantes, comerciantes locais da cidade, ou na feira, como é o caso de Minas Novas. A farinha também é produzida de forma coletiva, através de “mutirão”, meação ou outras formas de ajuda mútua. Somente em Minas Novas a produção individual supera a coletiva, pelo fato de muitas famílias possuírem suas próprias casas de farinha ou produzirem nas casas de parentes.

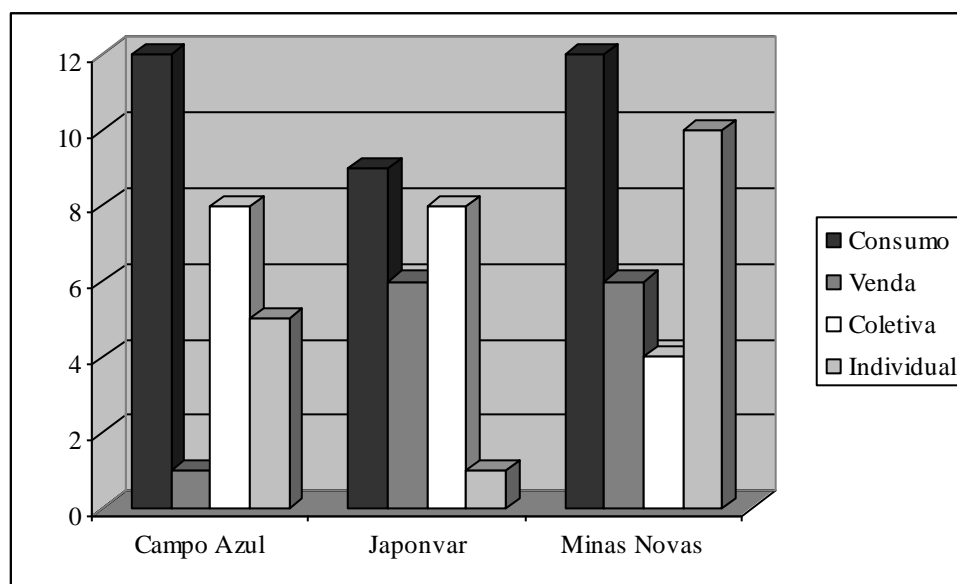


GRÁFICO 5 – Destino e formas de produção de farinha de mandioca.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Com efeito, podemos relacionar os *mutirões* do mundo rural com aqueles ainda realizados nas cidades do interior do Brasil, sobretudo na construção civil, onde se organiza um grupo de pessoas para “bater” ou “encher a laje” de uma casa em construção, e, depois, o “trabalho” é “pago” com um almoço, geralmente um churrasco ou uma feijoada, consideradas refeições “fortes”, capazes de repor a energia. Esse exemplo de mutirão na cidade é uma “herança” da reciprocidade do campo, ou então, conforme Brandão (2004), “uma tradicionalidade rural que há em nós”.

Assim, Sabourin (2009, p. 68) analisa como se reproduz a dinâmica das estruturas de reciprocidade:

As evoluções diferenciadas das formas de ajuda mútua expressam a dinâmica destas estruturas de reciprocidade, bem como sua capacidade de adaptação. Isto ocorre, justamente, porque, além da necessidade real de contribuições materiais, as comunidades percebem nessa forma de trabalho uma maneira de manter regras de compartilhamento e solidariedade que produzem ou reproduzem valores de confiança e amizade.

A reciprocidade camponesa para Ellen Woortmann (2004) também é o modo pelo qual o homem se relaciona com a natureza. Para a autora, observar apenas as relações técnicas não é suficiente para entendermos o campesinato, é a partir da relação entre o homem e a natureza que percebemos os princípios morais; princípios estes tão bem trabalhados por Klaas Woortmann (1990). Por meio dessa relação, estabelece-se o que a

autora chama de “triângulo Deus, homem, terra”. Woortmann (2004, p. 133-134) destaca que “o trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral), esperando dela aquilo que ela pode e quer dar, isto é, os alimentos que ela é capaz de produzir”. Segundo a autora, existe uma espécie de diálogo do sitiante (ou camponês) com a terra, avaliando “o que a terra quer produzir”.

O trabalho do homem é o de preparar a terra e quando necessário alimentá-la com a “vitamina” do adubo. O trabalho da terra é o de fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua “vitamina”. A terra, agradecida, retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela “recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento” e trazendo “fartura”. Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica “cansada” e é preciso respeitar seu tempo de “descanso” (pousio) (WOORTMANN, 2004, p. 134).

A autora quer mencionar que temos aqui uma visão “etnoecológica holística”, uma quase “humanização” da natureza. Em outras palavras, quando o homem sabe cuidar da terra, dar a ela o que precisa e deixá-la descansar quando assim necessita, ocorre uma reciprocidade positiva. Quando acontece ao contrário, há uma reciprocidade negativa, é como se a natureza “vingasse” do homem.

Assim sendo, procuramos verificar como é o uso do adubo entre as famílias camponesas estudadas. Investigamos apenas o tipo do adubo aplicado na lavoura (orgânico ou químico), não procurando saber a qualidade ou marca do produto. O GRÁF. 6 apresenta o balanço da situação. Em Japonvar, podemos notar a qualidade da terra onde se produz o alimento, pois, em geral, o plantio é quase todo feito apenas com uso da “vitamina” natural da terra. Os brejos de plantio em Japonvar são terras naturalmente férteis, resultantes do ciclo constante de encharcamento do terreno, o que renova os nutrientes. Além disso, os camponeses deixam as palhas e as plantas retiradas após a colheita para preparar e executar o próximo plantio, o que aumenta a fertilidade da terra.

Em Campo Azul e Minas Novas, não temos a mesma qualidade de terras de Japonvar. No entanto, os camponeses também realizam as mesmas técnicas de adubação natural e precisam, ainda, de acrescentar o adubo convencional (químico), quando necessário. Segundo os camponeses, das culturas já mencionadas anteriormente, a que mais necessita do adubo convencional é o milho e, às vezes, o feijão. Por conseguinte, normalmente, nos outros cultivos, não se usa adubação química.

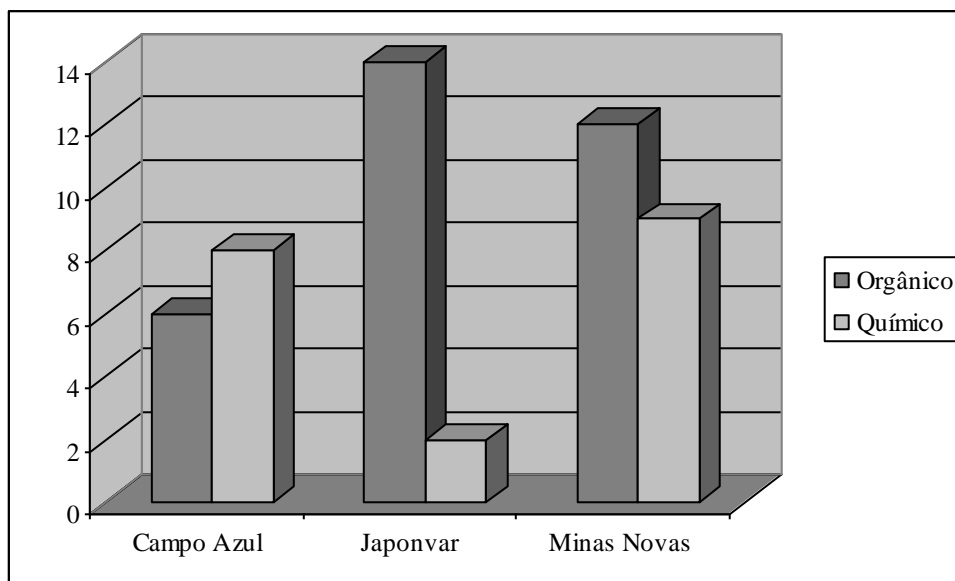


GRÁFICO 6 – Uso de adubo entre as famílias camponesas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

Além da adubação, a terra necessita de “descanso”; por isso, entre 60 e 70 por cento dos entrevistados declararam deixar a terra em pousio quando esta se encontra “fraca”. O tempo de pousio variou de 6 meses (intervalo de uma colheita até o próximo plantio) a 8 anos. Nesse período, a terra pode ficar livre de qualquer tipo de cultura, onde somente há o crescimento da cobertura vegetal natural do solo, ou também pode ser plantado capim para servir de área de pastagem para o gado bovino. Nos maiores tempos de pousio, a terra costuma estar recoberta por pastagem. Portanto, o pousio não consiste somente em deixar a terra “sem uso”. O tempo de pousio sempre dependerá da disponibilidade de terra da família camponesa para a lavoura e de outras necessidades internas ao sítio.

A rotação de culturas agrícolas, associada à conservação da *terra de trabalho*, também foi outro ponto investigado em campo, sendo mais comum o emprego dessa técnica entre as famílias camponesas de Campo Azul e Minas Novas, porque, como já afirmamos, a terra dos brejos de Japonvar são mais férteis, dispensando o manejo dos cultivos.

Numa concepção cosmológica, tudo na natureza (de Deus) possui um equilíbrio – quente e frio (alimentos quentes e frios), seco e úmido (terra de não cultivado e de cultivado), forte ou fraca (lua cheia e lua minguante), gorda ou magra (alimento gordo ou magro)... A oposição aqui não possui sentido negativo, mas reflete que na natureza tudo precisa estar em equilíbrio, em perfeita harmonia. E os camponeses sabem disso, eles compreendem

que, para ter boa colheita, precisam cuidar da terra; para terem água, precisam usá-la adequadamente e preservar as matas ciliares.

Moura (1986, p. 9) identifica o camponês a partir do saber, pois, para a autora, ele vive da terra e do que ela produz, plantando e colhendo. “O camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza”; tem profundo conhecimento sobre o tempo e o espaço: dinâmica das chuvas, ameaças ao cultivo, tempo de dedicação à lavoura, etc. Simplesmente observando uma planta que floresce em determinada época, o camponês sabe que as chuvas já vão chegar, ou mesmo o canto da cigarra que anuncia e chama a chuva; observando de que lado as nuvens se formam ele sabe se chove ou não, se a chuva é “forte” ou “fraca”; o lado para o qual o vento sopra, um círculo em volta da Lua, entre outros, podem significar muita coisa para um camponês. Seu conhecimento sobre a natureza é profundo, e, por ela, também há respeito. Respeitar a natureza é respeitar a Deus e as coisas por Ele criadas. É também uma ordem moral!



FIGURA 7 – Os símbolos da lavoura camponesa, Japonvar.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Para elucidar o conhecimento camponês tratado por Margarida Moura, colocamos a FIG. 7, a qual mostra uma lavoura de feijão em Cabeceiras do Mangaí. Neste caso, chamou a atenção a cabeça de boi à esquerda da lavoura e o saco plástico transparente

hasteado com uma vara à direita. O primeiro símbolo, conforme já tratamos anteriormente, é usado para a prosperidade da lavoura, pois uma cabeça de boi erguida sobre a plantação ou junto à entrada de uma propriedade significa “espanta o mau olhado”. Já o segundo símbolo tem o significado de proteger a lavoura de feijão, evitando-se o *amarelamento* da planta, caso ocorra um “eclipse” inesperadamente.

“O campesinato como ordem moral” se expressa, destarte, para além da relação com a natureza. Como diria Brandão (2004), há uma “tradicionalidade rural que existe em nós”, oriunda da experiência de ser do homem do campo, do jeito do campo, que, de repente, nos invade. Segundo o autor, isso acontece porque temos “a visão de que, se existe um lugar não de vida de paraíso, mas de uma vida cuja ética, cuja estética, cujo modo de viver deveriam ser o nosso, deveriam se estender a todas as pessoas, seria o lugar do camponês, o homem do campo. Em todas as eras e tempos” (p. 123). Para o autor, inspirando-se em Klaas Woortmann (1990), temos aqui um *ethos* de “campesinidade”, não tomados precisamente como um modo de vida, nem se poderia generalizar ou nem mesmo afirmar que possui características universais, porém representa uma forma interior, interativa, cujas características seriam mais paradigmáticas, e que vão sofrer variações aqui, ali e acolá. O *ethos* de campesinidade estaria próximo à identidade, a valores éticos e afetivos.

De acordo com Marques (2004, p. 145), “entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra”. Para a autora, é um modo de vida tradicional, constituído por relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno de relações da família e de vínculos de solidariedade, manifestados pelo parentesco, cuja unidade social básica é a comunidade.

Partindo de um ponto de vista semelhante, Klaas Woortmann (1990), a fim de falar da “campesinidade”, defende que existem categorias culturais centrais nos estudos camponeses como terra, trabalho, família e comida (esta última acrescentada pelo autor), diferentes daquelas da lógica capitalista: terra, trabalho e capital, vinculadas estreitamente a outros valores centrais que organizam a ética camponesa, sendo: reciprocidade, honra e hierarquia. A campesinidade, para Woortmann, seria uma qualidade comum a diferentes lugares e tempos, é “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (WOORTMANN, 1990, p. 13).

Dessa forma, procuramos mostrar, primeiro no esboço teórico e, depois nas análises de nossos territórios de estudo, como o campesinato é analisado em diferentes

concepções, desde aquelas mais economicistas, interpretadas pelo materialismo histórico, passando pela teoria populista de Chayanov, até concepções mais geográficas, sociológicas e antropológicas. Talvez a maior dificuldade a ser enfrentada hoje nos estudos sobre o campesinato é dar conta de abarcar a sua volumosa [e, por vezes, complexa] bibliografia, bem como suas diferentes interpretações.

Outro ponto que não foi, necessariamente, solucionado por nós, e também não é o mais importante a ser feito, é definir quem é o camponês ou o que é o campesinato. Tratamos, sim, de mostrar vários autores debatendo esse assunto e suas possíveis definições, entretanto nenhuma se apresentou com uma consistência tão teórica e explicativa quanto ansiosamente é perseguida pelos acadêmicos. A questão fundamental aqui não perpassa [e também não deve passar] pela necessária definição de camponês/campesinato. Não somos nós quem tem de defini-los, são os próprios camponeses que têm de falar por eles. Para nós, a melhor resposta deve ser aquela mesma dada por Teodor Shanin: “campesinato é um modo de vida”. Isso basta para continuar nossos estudos e, sempre, aprender com os camponeses. Devemos, portanto, buscar desvendar suas práticas e valores: sociais, econômicos, culturais e ecológicos.

*CAPÍTULO 4*

*CAMPESINATO SERTANEJO E SABERES TRADICIONAIS  
NOS CERRADOS*



**Artista: Walmir Alexandre**

**Exposição: *Ser tão Minas: Do Grande Sertão à Pampulha***

**Montes Claros – MG, Outubro de 2011.**



### *A LENDA DO PEQUI*

Tainá-racan tinha os olhos cor de noite estrelada. Seus cabelos desciam pelas espáduas como um tufo de seda negra e luzidia. O andar era elegante, cadenciado, macio como o de uma deusa passeando, flor entre flores, no seio da mata. Maluá botou os olhos em Tainá-racan e o coração saltou, louco e feroso, no peito do jovem e formoso guerreiro. "Ela é mesmo linda como a estrela da manhã. Quero-a para minha esposa. Hei de amá-la enquanto durar a minha vida!"

Doce foi o encontro e, juntos e casados, a vida dos dois era bela e alegre como o ipê florido. De madrugada, Maluá saía para a caça e para a pesca, enquanto a esposa tecia os colares, as esteiras, moqueava o peixe, preparando o calugi para ofertar ao amado, quando ele chegasse com o cesto às costas, carregado de peixe e frutas, as mais viçosas, para oferecer-lhe.

O tempo foi passando, passando. No enlevo do amor, eles não perceberam quantas vezes a lua viajou pela arcada azul do céu, quantas vezes o sol veio e se escondeu na sua casa do horizonte. Floriram os ipês. Caíram as flores. Amareleceram as folhas, que o vento levava em loucas revoadas pelos campos. Os vermelhos cajus arcavam de fartura e beleza os galhos dos cajueiros. As castanhas escondiam-se no seio da terra boa. Rebentavam-se em brotos, e novos cajueiros despontavam. As cigarras enchiam as matas com sua forte sinfonia e sua vida evolava-se, aos poucos, em cada nota de seu canto. Nascimentos, mortes, transformações e os dias andando, andando.

Após três anos de casamento, numa noite bonita, em que o rio era um calmo dorso de prata à luz do luar e os bichos noturnos cantavam fundas tristezas e medos, Maluá encostou a cabeça no peito de Tainá-racan e apertou-a com ternura. No olhar de ambos, há muito, havia uma sombra. Nenhum deles tinha a coragem de falar. Uma palavra de mágoa, temiam, poderia quebrar o encanto de seu amor. A beleza da noite estremecia o coração sensível de Tainá-racan. Ela ajuntou a alma dos lábios e perguntou com voz trêmula, em sussurro:

-Estás triste, amado meu? Nem é preciso que respondas. Há tempo vejo uma sombra nos teus olhos.

-Sim, respondeu o valente guerreiro. Tu sabes que eu estou triste e tu também estás. A dor é a mesma.

-Onde está nosso filho que Cananxiué não quer mandar?

-Sim, onde está nosso filho?...

Maluá alisou com carinho o ventre da formosa esposa. "E o nosso filho não vem", murmurou. Dois pequeninos rios de lágrimas deslizaram pelas faces coradas de Tainá-racan. Um vento forte perpassou pela floresta. Uma nuvem escura cobriu a lua, que não mais tornava de prata as águas mansas do rio. Trovões reboaram ao longe. Maluá envolveu Tainá-racan nos braços e amou-a. "Nosso filho virá, sim. Cananxiué no-lo mandará".

Quando os ipês voltaram a florir, no ano seguinte, numa madrugada alegre, nasceu Uadi, o Arco-Íris. Era lindo, gordinho, tinha os olhos cor de noite estrelada como os da mãe e era forte como o pai. Mas, havia nele algo diferente, algo que espantou o pai, a mãe, a tribo inteira: Uadi tinha os cabelos dourados como as flores do ipê. Maluá recebeu o nascimento do filho como um presente de Cananxiué. Seu coração, contudo, estremeceu com a singularidade dele. Começou a espalhar pela tribo a lenda de que o menino era filho de Cananxiué. O menino crescia cheio de encanto, alegria e de uma inteligência incomum. Fascinava a mãe, o pai, a aldeia, a tribo toda. Com rapidez incrível aprendeu o nome das coisas e dos bichos. Sabia cantar as baladas tristes e alegres que a mãe ensinava. Era a alegria e a festa da mãe, do pai, da tribo.

Um dia, Maluá, com outros guerreiros, foi chamado para a luta. Os olhos pretos de Tainá-racan encheram-se de lágrimas. O rostinho vivo de Uadi se ensombreceu. À despedida, seus bracinhos agarram-se ao pescoço do pai e ele falou: "Papai, vou-me embora para a noite, depois, chegarei à casa de Tainá-racan, a mãe, lá no céu". E seu dedinho róseo apontou o horizonte. O corpo de bronze do guerreiro se estremeceu. Seus lábios moveram-se, mas as palavras teimavam em não sair. Ele apertou, com força, o menino nos braços e, por fim, falou: "Que é isso, filhinho, tu não vais para lugar nenhum, nenhum deus te arrancará de mim. A tua casa é a casa de tua mãe, Tainá-racan, aqui na terra, e a de seu pai. Se for preciso, não partirei para a guerra. Ficarei contigo".

Nesse momento, Cananxiué, o senhor de todas as matas, de todos os animais, de todos os montes, de todos os valores, de todas as águas e de todas as flores, desceu do céu sob a forma de Andrerura,

a arara vermelha, e gritou um grito forte: "Vim buscar meu filho!" Agarrou-o e levou-o pelos ares. Tainá-racan e Maluá caíram de joelhos. O guerreiro abriu os braços gritando: "O filho é nosso, sua casa é a de sua mãe, Tainá-racan, aqui na terra! Devolve meu filho, a Cananxiué! O grito de Maluá ecoou pela mata, ferindo de dor o silêncio. O peito do guerreiro palpitava de sofrimento como uma montanha ferida pelo terremoto. O velho chefe guerreiro aproximou-se dele, bateu-lhe no ombro e bradou: "Teus companheiros já partem. Maior que tua dor é tua honra de guerreiro e a glória de nossa tribo! Vai, meu filho, Cananxiué buscou o que é dele. Muitos outros filhos ele te dará. Tainá-racan é jovem. Tu és jovem. Vai, guerreiro, não deixa a dor matar sua coragem!"

Maluá partiu. Tainá-racan encostou a fronte na terra, onde pouco antes pisavam os pezinhos encantados de Uadi. Chorou. Chorou. Chorou três dias e três noites. Então, Cananxiué se apiedou dela. Baixou à terra e disse: "Das tuas lágrimas nascerá uma planta que se transformará numa árvore copada. Ela dará flores cheirosas que os veados, as capivaras e os lobos virão comer nas noites de luar. Depois, nascerão frutos. Dentro da casca verde, os frutos serão dourados como os cabelos de Uadi. Mas a semente será cheia de espinhos, como os espinhos da dor de teu coração de mãe. Seu aroma será tão tentador e inesquecível que aquele que provar do fruto e gostar, amá-lo-á para jamais o esquecer. Como também amará a terra que o produziu. Todos os anos, enchei, generosamente, sua copa de frutos, que os galhos se curvarão com a fartura. Ele se espalhará pelos campos, irá para a mesa dos pobres e dos ricos. Quem estiver longe e não puder comê-lo sentirá uma saudade doida de seu aroma. Nenhum sabor o substituirá. Ele há de dourar todos os alimentos com que se misturar e, na mesa em que estiver, seu odor predominará sobre todos. Ele há de dourar também os licores, para a alegria da alma".

Tainá-racan ergue o olhar, aquele olhar onde brilhou a primeira estrela da consolação. E perguntou ao deus:

-Como se chamará, Cananxiué, esse fruto, cujo coração são os espinhos de minha dor, cuja cor são os cabelos de ouro de Uadi e cujo aroma é inesquecível como o cheiro dessa mata, onde brinquei com meu filhinho?

-Chamar-se-á Tamauó, pequi, minha filha. Quero ver-te alegre de novo, pois te darei muitos filhos, fortes e sadios como Maluá. E teu marido voltará cheio de glória da batalha, pois muitos séculos se passarão até que nasça um guerreiro tão destemido e tão honrado! Ele comerá deste fruto e gostará dele por toda a vida!"

Tainá-racan sorriu. E o pequizeiro começou a brotar.

In: MACHADO, Marieta Teles. *Os Frutos Dourados do Pequizeiro*. Goiânia: Editora UCG, 1986).

“Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal”.

*João Guimarães Rosa. In: Grande Sertão: veredas.*

#### **4.1 Entre as Minas e os Gerais: o campesinato sertanejo**

Alguns autores defendem que a formação de um campesinato no Brasil é resultado dos resquícios feudais que chegaram ao campo no país, principalmente via colonização portuguesa. Já outros autores interpretam que o campesinato brasileiro não possui nenhum resquício do feudalismo europeu e, portanto, é resultante de um processo histórico de formação, criação e recriação do camponês. Um fato é certo, não se tem no país um camponês clássico, como aquele que surgiu na Europa, mas existe um camponês formado a partir daqueles que já viviam na e da terra, da importação do negro escravo africano, do imigrante expropriado dos meios de produção em seus países e da mistura desses povos. Há uma enorme variação de camponeses no país, em diversas regiões, e cada um deles guarda as relações de produção e reprodução com a terra, mesmo quando não possui o domínio sobre ela. O que importa é que tais camponeses estão existindo, resistindo e, muitas vezes, até reexistindo, sempre na luta pela propriedade da terra e pela sua manutenção nela.

O camponês no Brasil, assim como o camponês clássico ou de outros países, além de manter relações indiretas com a terra – plantio, cultivo e colheita – ainda extrai, diretamente, tudo que ela produz: argila, madeira, frutos nativos, palhas e demais fibras para artesanato e confecção de utensílios domésticos, etc. Conforme foi registrado anteriormente, a família camponesa dispunha ou se bastava daquilo necessário à sua subsistência<sup>11</sup>. Havia, dessa forma, uma relação intrínseca com a natureza.

No campesinato clássico, existia uma coesão territorial entre os camponeses. Com isso, no Brasil, formou-se uma relativa coesão, especialmente no trato com o uso comum das terras. Quando se instituiu a propriedade completa da terra na Europa, o sistema comunitário dos camponeses foi rompido, passando a gerar uma extrema dependência da família camponesa em relação ao mercado. No Brasil, de forma semelhante, a Lei de Terras de 1850 instituiu a propriedade privada, tornando a terra um bem de capital.

---

<sup>11</sup> Não se limita o termo subsistência apenas ao que é produzido para o consumo, mas compreende também a geração de um excedente.

Antes, é necessário enveredarmos pela História, especialmente concernente à formação do campesinato mineiro, para depois tentarmos construir a ideia contraditória e praticamente esquecida do campesinato que se forma fora da região mineradora, no Norte e Nordeste de Minas Gerais, ou melhor, um campesinato gestado nos “gerais”, distinto daquele campesinato das “minas”, o qual estamos chamando de “campesinato sertanejo”. Mas o “campesinato sertanejo” é vasto e não só é encontrado em Minas Gerais, podemos também utilizar o termo para nos referir aos camponeses de todos os “sertões” do Brasil, a todos aqueles que se identificam com e carregam a identidade sertaneja, no Nordeste, Centro-oeste ou na Amazônia.

#### **4.1.1 As Minas e os Gerais na história**

Nas três primeiras décadas do século XVI, a colonização portuguesa no Brasil consistiu basicamente na exploração do pau-brasil, geralmente sob a forma de arrendamento, como produto mais importante neste período (PRADO JÚNIOR, 2004). Neste momento, Portugal não se mostrou interessado em ocupar efetivamente as terras porque seu objetivo inicial era encontrar metais preciosos na América, porém isso não foi satisfeito de imediato, afastando a atenção dos lusos. Além disso, o comércio com o Oriente despertava maior cobiça dos portugueses. Havia a atuação dos franceses no litoral brasileiro, cada vez mais investindo no escambo com os índios para obter o pau-brasil e a Espanha havia descoberto a prata em abundância em seus territórios colonizados. A cobiça das nações europeias pelos metais preciosos só aumentava. As nações marginalizadas pelo Tratado de Tordesilhas consideravam que os portugueses só teriam direito às terras americanas se de fato ocupassem o território. Insatisfeita com os lucros obtidos no mercado de especiarias, a Coroa Portuguesa só conseguiria convencer a burguesia a investir na nova colônia americana se houvesse um produto altamente lucrativo compensando os custos do transporte marítimo, desde que não fosse a simples extração de recursos naturais. A partir de então, a estratégia portuguesa foi investir na produção do açúcar na colônia, cuja produção já era articulada e comercializada desde o século XV (FERLINI, 1994).

De acordo com Ferlini (1994), o sentido da colonização mercantilista era explorar as terras da maneira mais rentável possível. Não consistia em ocupar as terras, promovendo o estabelecimento de população, mas em incentivar a produção especializada para abastecer o mercado europeu. A ocupação via população só favoreceria a fixação de pequenos produtores e a agricultura de subsistência. Então, foi viabilizado o sistema legal

de ocupação das terras formulado no Regimento de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, em 1548. Tal sistema consistia na concessão de terras aos requerentes desde que estes possuíssem recursos e capacidade de se dedicar ao plantio da cana, ao estabelecimento dos engenhos e, principalmente, para a obtenção de mão de obra, que, desde o início, significou trabalho escravo. Dessa forma, seria dificultado o acesso a terra e evitaria a fixação de pequenos proprietários.

Durante os dois primeiros séculos depois da colonização, foi a exportação de açúcar a principal atividade, porém havia também o cultivo do tabaco, o qual era essencial na manutenção do tráfico negreiro, apesar de o plantador não possuir o mesmo prestígio e poder que o senhor de engenho. A pecuária bovina, por sua vez, foi outra importante atividade desenvolvida no Nordeste, pois, além de o gado ser importante no trato das lavouras, dos engenhos, de servir como transporte de cana e de lenha, de força motriz às moendas mais simples e alimento para a população, foi através dela que, partindo do litoral, foi empurrada para o interior através da expansão da cana, iniciando, assim, a ocupação do sertão. Mais tarde, a criação de gado se estendeu ao Sul, acompanhando o curso do rio São Francisco até atingir a região de Minas Gerais e, ao Norte, alcançando os chapadões do Piauí e multiplicando-se fazendas de gado às margens do rio Parnaíba. Junto a uma sociedade feita de açúcar e escravos, desenvolveu-se, no sertão, uma “civilização do couro”, feita de gado e homens livres (trabalhadores livres em regime de parceria, como o vaqueiro ou os assalariados), conforme aponta Ferlini (1994, p. 26).

Nesse quadro, ainda segundo Ferlini (1994), a produção de alimentos para a subsistência dependia de lavradores de roça, que plantavam para seu consumo e abasteciam os mercados locais com os excedentes. Por a cana ocupar as melhores terras e atrair a todos, a Colônia sofria constantemente com a falta de alimentos e os preços altos. Ademais, era preciso alimentar os escravos, o que era feito através da mandioca, sendo estabelecido pela legislação da Colônia que os plantadores de cana deveriam reservar terras e tempo a fim de que os próprios escravos plantassem esse produto.

O exposto acima mostra-nos a existência de um campesinato no país, desde a primeira forma de exploração mercantil na agricultura – a cana-de-açúcar. Ratificando isso, Manuel Correia da Andrade (1995) afirma que, desde o período colonial, passando pelo Brasil-Império, já se encontrava um germe de campesinato em torno da classe senhorial e se sobrepondo aos escravos. Novamente, retornamos àquela questão apontada anteriormente sobre o campesinato ser uma classe ou grupo intermediário. Todavia, a questão de os escravos não serem considerados camponeses se devia ao fato de eles serem

propriedade privada (ou mercadoria) dos senhores, mesmo toda a história demonstrando que eles plantavam seus alimentos e considerando que aqueles que fugiam para os quilombos ou que foram libertos continuaram cultivando suas roças da mesma forma que faziam na África. Isso é diferente do trabalhador livre ou do colono, o qual, mesmo às vezes sendo subordinado ao senhor ou fazendeiro, foi considerado um camponês. Andrade (1995) ainda destaca a existência de um campesinato no Nordeste, testemunhada por cronistas e viajantes que estiveram por lá e em vários lugares do país desde o século XVI. Por exemplo, um desses viajantes mencionado por Andrade (1995) foi Fernão Cardim, o qual descreveu a região açucareira de Pernambuco e também numerosas e diversificadas culturas feitas por homens livres em terras alheias ou em pequenas porções de terra próprias, visando ao autoabastecimento e à venda para vilas, povoações e os próprios engenhos.

Alberto Passos Guimarães (1989) atesta que, no início do século XVIII, quando a população da Colônia já havia ultrapassado um milhão de pessoas, tanto a agricultura de subsistência como a agricultura de exportação já estava em crise, e se agravou ainda mais com o surto da mineração de ouro e diamante em Minas Gerais, o qual desencadeou várias correntes migratórias de escravos e homens livres. A mineração fez implantar, nas áreas próximas, lavouras de milho e outros gêneros de subsistência, proporcionou criatórios de animais, atraiu gados de maior e de menor porte, além de artigos de consumo necessários e supérfluos, produzidos aqui e no além-mar.

Vários estudiosos reduziram o papel da agropecuária diante da economia mineradora desenvolvida em Minas Gerais a partir do final do século XVII. Apontam apenas a existência local de uma pequena “economia de subsistência”, sem maiores dimensões, subsidiária da atividade mineradora exportadora e com baixa produtividade e rendimento. Para esses autores, a agricultura só viria a ter uma maior importância após a decadência da mineração (MULS, 1990).

Guimarães e Reis (1986) também criticam o fato de a historiografia negar a existência das atividades agropastoris no período colonial, enfatizando somente (ou mais) o ciclo do ouro. Os autores acreditam que tal fato é consequência de algumas teses estarem voltadas para explicar o colonialismo segundo a atividade principal de interesse da metrópole, chegando-se, portanto, a negarem ou reduzirem a importância da agricultura.

Outros autores como Chaves (1998), Silva (1999) e Meneses (2000) também trazem estudos sobre o abastecimento nas Minas Gerais a partir desse período, demonstrando as várias coexistências entre agricultura e mineração e negando as teses

tradicionais. Esses autores, junto com os outros já mencionados, inscrevem-se em uma nova vertente da historiografia brasileira, que tem analisado, com mais cautela, as transformações sociais, econômicas e políticas dos períodos colonial e imperial.

Guimarães e Reis (1986), opondo-se às teses tradicionais, demonstram a existência de três tipos de unidades produtivas nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII. O primeiro tipo de unidade agropastoril consiste na exploração fundamentada em relações de produção do tipo camponês, baseada na posse da terra, cuja evidência consta nas cartas de sesmarias- documentos que exprimiam a propriedade da terra e de outros meios de produção pelos sesmeiros. Segundo os autores, neste tipo de unidade, “se alguma parte da produção é voltada para o mercado, ela pode ou não representar trabalho excedente, mas, de qualquer maneira, a produção deste excedente não constitui a meta central da unidade produtiva” (GUIMARÃES & REIS, 1986, p. 31).

O segundo tipo compreende as relações de produção via escravo. É um tipo de produção agropastoril que já na sua origem se volta ao mercado, e o objetivo específico é a apropriação do excedente gerado pelo escravo. Enquanto no primeiro caso as relações de produção e apropriação se dão no interior da unidade familiar, neste segundo, tais relações são estabelecidas entre o senhor e o escravo.

O terceiro tipo é uma unidade de produção diversificada, agropastoril e mineral, explorada por mão de obra escrava. Já que a mão de obra se desdobra em uma dupla atividade, também, neste caso, o excedente gerado pelo escravo é apropriado pelo seu senhor. O que o distingue do segundo tipo de unidade de produção são as atividades às quais se dedicam. Na unidade monoprodutora, o processo produtivo podia gerar um certo tempo de ócio na jornada de trabalho do escravo. Isso dificilmente ocorreria na unidade diversificada devido à sazonalidade entre os dois ramos de produção – mineral e agropastoril. Na unidade monoprodutora, o trabalho do escravo é necessário à sua reprodução e à alimentação do senhor e de sua família, enquanto o excedente é apropriado pelo seu proprietário, indo para o mercado e sendo transformado em renda monetária. Por outro lado, na unidade diversificada, o excedente é tanto retirado daquilo que é produzido pelo escravo, consumido pelo senhor e sua família, quanto pelo trabalho executado na mineração.

Essa forma de produção gerada pelo trabalho totalmente subordinado do escravo e pela pequena propriedade camponesa que entrava pelas “brechas” do sistema metropolitano, ou seja, às margens da produção mercantil geralmente oriunda da posse da terra ou da produção agregada aos senhores donos de terras ou mineradores, foi tratada por

Cardoso (2004) como a “brecha camponesa” presente no sistema mercantil escravista. O autor chama este trabalho do escravo na produção de gêneros de subsistência de protocampesinato, que se assemelhava ao camponês, porém distinto deste, pois aquele era totalmente subordinado ao seu proprietário. De acordo com Muls (1990, p. 99), “temos não só o escravo produzindo a sua própria subsistência em parcelas cedidas pelos seus proprietários, mas também a mão de obra escrava utilizada nas atividades agrárias destinadas ao mercado interno, contrariando a lógica do trabalho compulsório escravo na economia colonial”.

A produção camponesa, diante do mercado constituído pela sociedade mineira, é o tipo de unidade que apresenta o menor grau de dependência para com o mercado. É esta independência diante do mercado e, ao mesmo tempo, a capacidade de fornecer, quando necessário ou quando estimulada, para este mercado que faz da produção camponesa uma retaguarda sólida de sustentação da empresa mineradora através da sociedade mineira colonial. Logicamente estamos conscientes de que esta retaguarda não é constituída apenas por unidades camponesas de produção; dela também fazem parte os outros tipos de unidades. E mais, em momento algum, desconhecemos a existência de volumoso comércio formado por mercadorias importadas (de outras regiões da colônia e também de fora dela), além do fato de reconhecermos que a produção interna em momento algum, na primeira metade do século, possa ter satisfeito integralmente as necessidades de reprodução da sociedade mineira (GUIMARÃES e REIS, 1986, p. 33).

Além disso, os autores concluem que, por um lado, se a agricultura foi considerada uma atividade subsidiária da economia mineradora, por outro a permanência da empresa mineradora foi graças à sustentação dada pela atividade agrícola. “Se a mineração está na gênese da agricultura, esta por sua vez se constitui em base de preservação da atividade mineradora” (GUIMARÃES & REIS, 1986, p. 34). Muls (1990) é mais enfática ao defender que era muito mais racional aos mineradores e comerciantes comprarem os bois, os cavalos, as mulas, o peixe e o sal nas regiões vizinhas do sertão de São Francisco do que das regiões de Curitiba, do Rio Grande do Sul ou do Uruguai. Poderiam comprar ainda o milho, o açúcar, a rapadura, a aguardente, a carne de porco e o toucinho das regiões mais próximas às minas do que adquiri-los por preços absurdos dos tropeiros e demais mercadores que vinham do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Seria melhor ainda, consoante já demonstraram Guimarães e Reis, eles próprios produzirem todos esses bens.

Muls (1990) cita Carrato (1968), o qual, baseando-se em dados da Devassa ocorrida em 1733-34, mostra que os agricultores constituíam a classe mais numerosa de todas, além de ser a mais bem assentada, isto é, formada pelo maior índice de pessoas



casadas, divididas entre os que cultivam suas roças e os que vivem de seus engenhos; seguidos, depois, por artesãos (seleiros, tanoeiros, ferreiros, ferradores, torneiros, ourives, marceneiros, pedreiros, pintores, alfaiates e sapateiros), pelos comerciantes e só em quarto lugar vêm os mineradores. Estes, a despeito de serem em menor número, são os mais ricos; havia ainda um número variado de trabalhadores livres que constituíam a plebe da Minas colonial.

De acordo com Muls (1990), a decadência da produção aurífera, na década de 1730, vai levar ao deslocamento dos mineradores e ao povoamento de outras regiões, via agricultura e pecuária. Inicialmente, ocorre a ocupação do Médio Paraopeba, dos sertões do rio Pará e do Alto São Francisco. A partir de 1737, com a abertura das estradas para Goiás, a ocupação chega ao Sul da Comarca de Paracatu (Desemboque e Araxá), desenvolvendo principalmente a criação de gado bovino e cavalar, mas também as roças se fazem presentes.

O segundo momento do deslocamento vai em direção ao Vale do Jequitinhonha, seguindo o curso do rio de mesmo nome chega até Minas Novas, Comarca do Serro Frio, na qual, além da exploração do diamante, planta-se o milho, a mandioca, o feijão, o fumo, a cana e o algodão. Cria-se o gado e fabricam-se queijos, rapadura e cachaça. Outras regiões também condicionadas pela mineração vão adquirir dinâmica própria e passam a ter destinos diferentes. A bacia do Médio São Francisco, pela sua margem direita, vai corresponder à parte da Comarca do Serro Frio e à parte da Comarca do Rio das Velhas através de seus afluentes Jequitaí, Velhas e Paraopeba. Pela margem esquerda, vai dar origem à parte da Comarca de Paracatu. Chegava-se também às minas e aos mercados da Bahia o gado vacum e cavalar, o couro, solas, peles de animais, carne seca, peixe seco e sal, além do algodão já desenvolvido desde o século XVIII. A longa Comarca do Rio das Mortes, na época colonial abrangia todo o Sul de Minas, também vai se constituir num grande celeiro que abastecerá tanto as minas quanto os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro (MULS, 1990).

Contudo, a atividade mercantil desenvolvida em Minas Gerais, apesar de ser distinta daquela que ocorreu primeiro no Nordeste, fundada na economia agroexportadora do açúcar, não guardou muitas diferenças em relação aos interesses da metrópole. O ponto diferente é que, em um local, o produto principal foi baseado na agricultura, o açúcar; e em outro, foi a exploração mineral, ouro e diamante. Vários são os pontos comuns, sendo que primeiro, ambas as economias mercantis se fundam na grande propriedade da terra, instituída pelas sesmarias, e no trabalho escravo. Em segundo lugar, mas não menos

importante, há, desde o início, uma coexistência da pequena propriedade, geralmente baseada na posse da terra, associada à economia camponesa gerada pelo trabalho livre e pelo próprio trabalho escravo. Este se apresentava tanto no interior dos latifúndios de forma agregada ao grande proprietário, ou nas áreas chamadas de “franjas” das sesmarias, quanto também em locais mais distantes dos latifúndios e da mineração (as grotas distantes, por exemplo).

O gado também, mesmo não estando vinculado à economia mercantil, constituiu-se numa importante forma de interiorizar a ocupação dos ditos “sertões”. O caminho aberto pelo gado, do sertão nordestino às minas, vai favorecer mais tarde a circulação de pessoas e gêneros de consumo entre as regiões, bem como ainda é o gado no curso do rio São Francisco que proporciona a ocupação das áreas, inclusive do Norte de Minas Gerais. A ocupação desta região, por sua vez, não será em consequência da mineração, mas sim do gado. Pelo contrário, o Norte de Minas Gerais vai auxiliar no abastecimento da região mineradora.

Dessa forma, segundo Costa (2007), Minas Gerais é fruto da combinação da sociedade mineradora, nas entranhas da Serra do Espinhaço, com a sociedade pastoril, disseminada pelas chapadas ao longo do médio curso do São Francisco. O mesmo autor, citando o historiador paulista Affonso de Taunay (1948), esclarece que, por volta do ano 1612, algumas bandeiras anônimas paulistas começaram a percorrer o rio São Francisco formando, mais tarde, o chamado Caminho Geral do Sertão.

Para Ribeiro (2005), a conquista do Sertão Mineiro, nesse contexto, é disputada por paulistas e baianos que partiram de direções opostas e se encontraram no chão norte mineiro, onde estabeleceram as fazendas de gado e transformaram o São Francisco no “rio dos currais”.

Costa (2007) aponta para o fato de que, na década de 1650, a sociedade do Recôncavo Baiano começou a ser invadida por grupos indígenas aliados a negros aquilombados no sertão, sendo que as expedições baianas não foram capazes de eliminar essas ameaças sobre as populações dedicadas à produção de açúcar. Dessa forma, o governo da Capitania da Bahia pediu auxílio a paulistas. Entre eles, veio Mathias Cardoso de Almeida. Ele comandava a bandeira herdada de seu pai, junto a um grupo de mais de cem bandeirantes, além de escravos negros e indígenas, para a região do médio rio São Francisco, os quais objetivavam capturar índios e acabar com os quilombos que ameaçavam as povoações dedicadas ao cultivo da cana de açúcar e à criação de gado.

Ao chegar, por volta de 1660 na região do rio Verde Grande, Mathias Cardoso de Almeida e seu grupo aí se estabeleceu. Foram fundados alguns arraiais e algumas fazendas, dentre eles, o Arraial do Meio ou de Mathias Cardoso e a fazenda Jahyba de Antônio Gonçalves Figueira nas cabeceiras do rio das Rãs, próxima a Bom Jesus da Lapa na Bahia. Entretanto, pouco depois de estabelecidos os arraiais nas margens do rio Verde Grande, tiveram que mudar suas localizações devido às inundações e à insalubridade da área. Fundou-se, então, nas margens do rio São Francisco e amparado por algumas elevações rochosas, o povoado de Morrinhos, hoje cidade de Matias Cardoso. Essa é a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro, apesar de na época pertencer à Capitania da Bahia (COSTA, 2007, p. 31-32).

O autor supracitado ainda afirma que a bandeira de Mathias Cardoso de Almeida foi chamada para retornar a São Paulo e acompanhar Fernão Dias Paes na busca das esmeraldas. Nesse momento, em 1668, fundou ainda as povoações de Brejo do Salgado, hoje Januária, e São Romão. Desde essa época, a sociedade pastoril disseminada a partir de Morrinhos (hoje município de Matias Cardoso) se dedicou à criação de gado e de gêneros alimentícios, comercializando com a cidade de Salvador e o Recôncavo. O comércio entre os dois lugares, denominado *caminhos do sertão* ou *caminhos da Bahia*, foi tão intenso que possibilitou à população de Morrinhos construir uma grande igreja, *a primeira de Minas Gerais*, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Tal fato ocorreu em 1695, poucos meses antes da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, ocorrida em julho de 1696 (COSTA, 2007).

Por esse motivo, a cidade de Matias Cardoso tem reclamado o papel simbólico de *berço dos Gerais*, já que à Mariana foi consagrado o título de *berço de Minas*. Logo, a sociedade norte mineira não é fruto da mineração, mas sim, fruto do gado que se afirma e consolida a ocupação e o povoamento do território, que, em seguida, forma um campesinato particular, o do sertão. Isso, a nosso ver, corrobora com a assertiva de Ribeiro (2005, p. 192), quando ele afirma: “a ocupação do vale do São Francisco por fazendas de gado, no entanto, não deve ser atribuída apenas aos potentados paulistas ou baianos, mas parece também ter sido obra de anônimos homens pobres que iam se dispersando pelo sertão e ali se fixando”.

Indubitavelmente, a mineração teve um papel fundamental na organização da agropecuária, assim como de outras atividades econômicas no estado de Minas Gerais, desde a atração de população e formação, *a posteriori*, de vilas e povoados pelos arredores das minas até a ocupação de áreas mais distantes delas, embora isso não impedisse o comércio e o abastecimento com a região mineradora. A mineração não só atraiu a população que estabeleceu o campesinato e a pequena propriedade em diversas regiões do estado, como também deu origem ao campesinato negro, que produzia a sua própria

subsistência subordinando-se aos senhores, além dos escravos refugiados nos quilombos ou alforriados por diversos meios e que também cultivavam suas próprias roças. O Vale do Jequitinhonha nos mostra os vários exemplos de comunidades camponesas negras formadas historicamente como resíduo da mineração naquela região, principalmente situadas nas grotas.

A história do sertão mineiro traz o gado (bovino e cavalar) como a principal atividade que organiza e abre os caminhos para a configuração do território sertanejo. É através disso, a princípio, que se funda a propriedade latifundiária também no sertão mineiro, para depois disseminar a propriedade camponesa. Na pecuária, como é debatido entre os historiadores, o trabalho escravo não foi fundamental como no *plantation* e na mineração, embora não se tenha abdicado totalmente dele. Sob o domínio dos fazendeiros, geralmente havia escravos, no entanto em número bastante reduzido, já que o gado demanda pouca mão de obra, basicamente composta pelos filhos dos fazendeiros e/ou por trabalhadores livres.

Assim sendo, no caso de nossos territórios de estudo no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, se o campesinato sertanejo que se formou é herança do gado, a prática agrícola desenvolvida pelos camponeses incorporou das populações indígenas o manejo da natureza para o cultivo de alimentos, de acordo com Costa (2011).

#### **4.1.2 “O sertão é do tamanho do mundo”**

A fim de falarmos um pouco mais de campesinato sertanejo, é preciso entender de que sertão estamos falando. Segundo Sampaio (1944), a primeira ideia que vem à nossa cabeça quando nos referimos aos sertões são os nordestinos, mas os sertões estão em toda parte, inclusive na Amazônia, onde lá é chamado de “interior”. Isso é fato, pois as conhecidas frases de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, já apontavam as dimensões do sertão: “o sertão está em toda a parte”, ou ainda, “o sertão é do tamanho do mundo”. Sampaio afirma que os sertões do período em que ele escreve são diferentes daqueles dos tempos dos bandeirantes, região virgem, desconhecida, tenebrosa, habitada por índios e onde se buscava ouro e pedrarias. O conceito atual para o autor é simplesmente o de região inculta, pouco povoada ou desabitada. Dessa forma, cada município do país naquela época teria os seus sertões, sejam os municípios litorâneos ou os do interior.

Sampaio faz uma distinção clara: “quando me refiro ao Nordeste, trato de zonas fisiográficas; quanto às demais regiões do país, o termo sertão significa simplesmente região inculta, pouco povoada, de uso corrente nesse conceito, razão por que no Paraná se fundou em 1934 a cidade Sertanópolis (cidade do sertão)” (SAMPAIO, 1944, p. 24). Deffontaines, referindo-se ao Nordeste afirma:

A faixa litoral recebia indubitavelmente uma umidade suficiente para justificar outrora o nome de “zona da mata” e admitir belas plantações, mas a menos de 100 quilômetros da praia começa o “sertão” com seus solos salgados, os “salões”, com sua estranha vegetação de espinhos e de cactus, a “caatinga”. Foi lá que se formou um tipo muito curioso: o sertanejo nordestino (DEFFONTAINES, 1939, p. 40).

“Se dizemos, por exemplo, que os ‘chapadeiros’ de Minas Gerais são sertanejos da Chapada, temos ipso facto de concluir que estas são sertões” (SAMPAIO, 1944, p. 26). Os sertões do Norte e do Jequitinhonha também aparecem referenciados pelo autor, mas isso não acontece apenas por essa derivação estar associada aos lugares do interior distante. O sertão mineiro é primeiro uma construção histórica, assim como o sertão nordestino, pois a sua própria ocupação se dá de maneira semelhante ao daquela região, também pelas características fisionômicas e pela ideia cristalizada de um lugar abandonado “à sua própria sorte”, oposto às Minas da riqueza, das montanhas recobertas pela vegetação florestal, das paisagens românticas e inspiradoras e, hoje, da disseminação da modernidade.

Do ponto de vista demográfico, o sertão mineiro hoje não pode mais ser considerado uma região vazia. Mas Guimarães Rosa (2006, p. 7-8), num trecho inicial do seu livro, mostra também o sertão do passado como o lugar dos vazios:

(...) que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oeste. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.

De fato, o lugar sertão se divulga no imaginário de quem está fora dele, pejorativamente: o lugar distante e inculto, onde mora a pobreza, a ignorância, a violência, o atraso e o homem rude. O sertão também é o isolamento, onde está o recôndito, a visão

do medo, do lugar perigoso, da desordem, quente, seco, pobre, enfim, o sertão é a negação do outro. Um pouco da história do sertão norte mineiro em Japonvar também foi relatada por um de nossos sujeitos da pesquisa, quando ele afirma que suas terras pertenciam a um grande proprietário, um dos *coronéis do sertão*, que tinha vários jagunços a seu comando. É uma época em que dizia ele: “um cara que engraçasse com uma moça, ou casava ou estava morto”. A lei e a ordem eram na ponta da “garrucha”.

O camponês conta também que, logo quando se mudou para Japonvar, saindo das margens do rio São Francisco onde morava, observou que as casas ou os ranchos possuíam vários buracos nas paredes e ele não sabia o porquê. Posteriormente, entendeu, aqueles buracos eram para monitorar quem se aproximava da propriedade, porque, caso fosse inimigo, seria recebido a “tiro”. Explica o camponês que havia um clima de inimizade muito grande entre os vizinhos donos de terra e de gado. Suas palavras nos fizeram lembrar várias passagens nas quais Guimarães Rosa (2006) demonstra como era o poder do território-sertão: “(...) sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”; ou ainda, “(...) sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”. Isso reforça a ideia de que, para ser sertanejo e viver no sertão, tinha de ser uma pessoa forte e, sobretudo, não podia ter medo. O sertanejo já nasce com o pensamento de que tem que ser um sujeito forte, pois o mundo é dos mais “fortes” e mais “espertos”. Tem de ter força e inteligência para “viver” e “mandar” no sertão.

A história de Minas Gerais sempre foi contada a partir da sua relação com a mineração- *das Minas*- e do que ficou como consequência dela. Essa história está grafada nas cidades históricas como Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei, Tiradentes e Diamantina, cravadas nas montanhas da Serra do Espinhaço. Ninguém fala da história *dos Gerais*, formada pelos caminhos do rio São Francisco, nos Cerrados que recobrem as chapadas que dominam boa parte do relevo do estado.

Segundo Costa (2007), no processo de construção da *mineiridade*, nas primeiras décadas do século passado, de que trata Sylvio Vasconcellos (1968), a região *dos Gerais* foi obliterada para enfatizar o papel da região das Minas. Para o autor, era preciso chamar “a atenção para a possível especificidade de uma região brasileira, contida nos precisos limites da ocupação humana condicionada pelo ouro, não ampliada às fronteiras do território que se chamou Minas Gerais. Isto porque, ao que parece, as Minas diversificam-

*se das Gerais*”<sup>12</sup> (VASCONCELOS, 1968, p. 7 apud COSTA, 2007, p. 24). (Grifos no material reproduzido).

Abertamente, o autor reforça a separação das duas realidades sociais distintas do território estadual e é mais enfático ainda quando afirma “é indispensável distinguir as Minas, *das Gerais*; os mineiros dos *geralistas*. São duas mentalidades absolutamente diversas, duas épocas, duas formações históricas diferentes, duas áreas geográficas. Agora, sim, aparece o contraste: a montanha e o campo”<sup>13</sup> (VASCONCELOS, 1968, p. 193 apud COSTA, 2007, p. 24).

O autor utiliza os termos *as/das minas* e *as/das gerais* para mostrar o contraste entre as duas regiões, entretanto ele faz referência também às minas da exploração aurífera, como era conhecida no período colonial – *as minas gerais*. Todavia, *os campos* tratados pelo autor nunca foram reconhecidos pela população do sertão como *as gerais*, e sim, *os gerais*, bem como sua gente é conhecida regionalmente como os *geraizeiros*, e não, os *geralistas*. De acordo com Costa (2007, p. 25):

O termo Minas Gerais, assim, se não replica significados sobre o mesmo significante, constitui-se uma denominação que traz em seu campo semântico a antinomia entre a sociedade que se dedicou à exploração aurífera – mineira – e a sociedade dedicada à criação de gado e que se realizou nos campos gerais – a sertaneja, e, nela, a Norte Mineira.

Destarte, já mostramos através do entendimento histórico e geográfico que a formação do estado de Minas Gerais é contraditória e visivelmente dual, que desconsidera a importância do sertão mineiro na sua história. A própria construção da mineiridade é usada para reforçar a negação do sertanejo como identidade territorial do estado. Se por um lado temos a *mineiridade* como identidade *das Minas*, pelo outro a *sertanidade* é a identidade *dos gerais*. O campesinato sertanejo é formado dessa oposição; um campesinato que se formou no sertão mineiro independente da região mineradora, ligado ao pastoreio e às diversas formas de uso e apropriação dos recursos naturais dos Cerrados.

#### 4.1.3 O campesinato sertanejo: uma interpretação

Estamos falando de um campesinato sertanejo manifestado de várias maneiras pelos Cerrados, nas vazantes e nas chapadas, nas grotas e nos tabuleiros, nas veredas, nos

---

<sup>12</sup> Grifos no material reproduzido.

<sup>13</sup> Idem.

cerrados e nos cerradões, nas matas secas e nas caatingas. O campesinato sertanejo congrega também diversos grupos sociais de acordo com a sua vinculação aos recursos naturais e aos ambientes em que se encontram: vazanteiros, barranqueiros, chapadeiros, cerradeiros, veredeiros, caatingueiros, extrativistas, quilombolas, índios, camponeses, quebradeiras de coco, podendo incluir ainda os artesãos que vivem do extrativismo de palhas, castanhas etc., ou da extração de argilas para confeccionar peças de decoração e utensílios domésticos, como é o caso das artesãs do Vale do Jequitinhonha. Estamos falando ainda de um campesinato sertanejo cuja marca é a diversidade: a diversidade de povos, de modos de vida, de ambientes (ecossistemas), de relações específicas com os recursos naturais, mas que também guarda valores sociais, ecológicos, culturais e espirituais.

O campesinato sertanejo é aquele que extrai indiretamente da terra tudo o que nela se produz, que foi plantado, cultivado e colhido pelo camponês; e também extrai diretamente da terra o que ela produz: o pequi, o panã, a mangaba, a cagaita, o jatobá, o buriti, etc.

O campesinato sertanejo é um valor, ou melhor, são valores. São valores expressados em diferentes tempos e lugares, de modo semelhante ao que Woortmann (1990) considerou como uma “qualidade”, referindo-se à camponêsidade. É o valor que se manifesta nas práticas de cultivo da terra; o valor presente nas relações com a natureza, na reciprocidade e no respeito do camponês para com os recursos naturais extraídos; os valores éticos e morais cultuados no interior e fora da família; é o valor presente no respeito e na gratidão ao sagrado; são valores de solidariedade e reciprocidade para com o seu território; é o valor do alimento para a família camponesa.

No campesinato sertanejo, a relação com a natureza é muito intensa. Por exemplo, o camponês do sertão sabe que, se ele quer que o pequizeiro dê mais frutos, ele precisa roçar o mato que “sufoca” a árvore, ele também sabe que não pode retirar o pequi, tem de esperar o fruto cair no chão. É assim a natureza e o homem do sertão, é recíproco, ele cuida dela e ela o retribui dando bons frutos. Sem a reciprocidade com a natureza, não há camponês no sertão.

Existe uma diversidade de formas camponesas e de sujeitos produzindo em conciliação com os recursos naturais, o campesinato sertanejo é uma delas. Nesse sentido, Shanin (2005) afirma que as condições de vida camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um “eco-sistema” e um equilíbrio entre agricultura, extrativismo e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo. No campesinato, e isso foi possível



verificar também durante a pesquisa de campo, a base principal é a agricultura, ou melhor, são as atividades agropecuárias. Ainda que nos territórios estudados exista uma importante ênfase no extrativismo, sobretudo do pequi, o cultivo agrícola e a criação de animais eram as atividades mais importantes, pois, além do fato de serem estes garantidores da alimentação da família, eles também são atividades constantes no dia a dia camponês. O extrativismo normalmente é sazonal, e o artesanato, mesmo podendo ter caráter permanente, apresenta um fluxo de venda variável. Por isso, a maioria dos estudos sobre o campesinato concentra suas análises nas atividades de cultivo e criação. As demais atividades exercidas pela família camponesa, mesmo elas gerando renda maior que a agropecuária, sempre serão complementares. A atividade principal da família camponesa é o cultivo e a criação, porque é a partir dela que eles se definem como tal.

Antonio Candido (1977, p. 173), ao estudar o camponês no interior de São Paulo, analisa como se dava sua relação com a natureza:

A princípio, o meio representava para o grupo uma totalidade, cujos limites coincidiam com os limites da atividade e da mobilidade grupais. Havia entre as atividades do caipira uma correlação estreita, e todas elas representavam, no conjunto, síntese adaptativa da vida econômico-social. Assim é que o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas, e de significado diverso – mas complementares, significando cada uma per si, e todas no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediato. A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade.

Diante disso, “o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução (Nogaard, 1994) que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental (Toledo, 1995)” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005, p. 81-82). A coevolução do campesinato com a natureza aqui se refere ao fato de, ao longo do tempo, o camponês ir construindo um saber acerca de como melhor usar os recursos naturais; é aquilo que Brandão (2004) chama de *ethos*, ou seja, conforma um tipo de reciprocidade em que há ética, valores afetivos e respeito do camponês para com a natureza. Ainda, segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), a relação histórica do homem com os recursos naturais no campesinato envolve, como objetivo essencial, a satisfação das necessidades materiais. Isso requer e requereu

sempre a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com um valor de uso histórico e cultural, no qual é empregado um saber.

O uso que o campesinato sertanejo faz dos recursos naturais construiu uma relação histórica e cultural, gerando vários saberes que atravessam gerações, pois o camponês vive e percebe cada mudança ocorrida na natureza. Para o camponês do sertão (e também os outros camponeses), as mudanças na natureza e o ciclo de cada um dos recursos naturais não estão marcados em um calendário; cada planta tem seu tempo de caírem as folhas, brotar, embotoar (quanto àquelas plantas que soltam “botões”, antes das flores), florir, nascer o fruto e amadurecer. Através disso, o camponês vai percebendo a mudança do tempo. Pergunte a um camponês do sertão, por exemplo, em que época ou mês o pequi começa a amadurecer. Mesmo ele não sabendo, e isso é uma hipótese muito improvável, ele irá associar o “tempo” do pequi ao de outra fruta ou mesmo ao período das chuvas e irá lhe responder. O campesinato sertanejo ao qual nos referimos comporta a diversidade de saberes que os sujeitos do campo constroem, e isso será tratado no próximo tópico.

## 4.2 Um campesinato de saberes e sabores

“O Garanço se regalava com os pequís, relando devagar nos dentes aquela polpa amarela enjoada. Aceitei não, daquilo não provo: por demais distraído que sou, sempre receei dar nos espinhos, craváveis em língua”.

*João Guimarães Rosa. In: Grande Sertão: veredas. 2006, p. 184.*

O território que compreende o campesinato sertanejo é marcado por uma diversidade envolvendo modos específicos de viver nos ambientes, ou, conforme diria Shanin nos “eco-sistemas”, inseridos. Nesse modo de vida, o campesinato estabelece práticas e valores desenvolvidos histórica e culturalmente no território, os quais são transmitidos pelo parentesco, pela vizinhança e pelas relações comunitárias. Ao longo do tempo, o campesinato foi, e ainda continua, “cultivando” saberes fundamentais na sua manutenção e existência como um modo de vida que resiste às transformações socioeconômicas de toda a sociedade. Saberes estes materializados em relação à natureza, pelo seu conhecimento sobre os mecanismos que a movem; saberes acumulados, desenvolvidos e recriados a partir das técnicas de cultivo; saberes inter-relacionados aos valores sociais indispensáveis à família e à convivência comunitária; os saberes sobre os usos dos recursos naturais voltados à geração de renda, à alimentação e ao uso medicinal,

etc. Os saberes do camponês são muito extensos e vão além da experiência de uma vida longa, pois às vezes encontramos sujeitos relativamente jovens, porém carregados de experiências e vivências de uma vida toda.

O campesinato sertanejo é também um modo de vida baseado nos sabores oferecidos pelo sertão. Os Cerrados são riquíssimos em biodiversidade, notadamente de origem vegetal. São vários frutos disponíveis nos Cerrados, utilizados pelos camponeses na própria alimentação e, dependendo da circulação, oferecem possibilidades de ganhos econômicos e/ou complementos à renda de suas famílias. Ademais, vale lembrar, alguns frutos já são (re)conhecidos há muito tempo pelos camponeses e pela medicina natural, graças às suas propriedades medicinais.

Encontramos nos Cerrados do Norte de Minas Gerais e do Alto Vale Jequitinhonha diversos frutos utilizados pelos camponeses do sertão, a saber: o Pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.), o Panã, ou também conhecido como Articum, Araticum, Marolo e Cabeça de Nego (*Annona crassiflora* Mart.), o Umbu ou imbu (*Spondias tuberosa* Arruda), a Pitomba (*Talisia esculenta*), o Baru (*Dipteryx alata* Vog.), a Cagaita (*Eugenia Dysenterica*), a Jabuticaba (*Myciaria cauliflora*), o Coquinho Azedo (*Butia capitata*), a Mangaba (*Hancornia speciosa*), o Coco Macaúba (*Acrocomia aculeata*), o Buriti (*Mauritia flexuosa* L.), o Jatobá (*Hymenaea courbaril* L.), a Fava-d'anta ou favela (*Dimorphandra mollis* Benth.), Coco Catolé (*Syagrus schizophilla*), Murici (*Byrsonima crassifolia*), Tamarindo (*Tamarindus indica* L.), Sucupira Branca (*Pterodon emarginatus* Vog.), Cajuzinho da Chapada (*Anacardium humile*), Jenipapo (*Genipa americana* L.).

Todos esses frutos e outros dos Cerrados, já é sabido por nós, serão encontrados em ambientes diferentes, uma vez que uma determinada espécie pode ser adaptada às condições de clima e temperatura, solos e fertilidade dos solos, relevo e altitude, disponibilidade de água etc., enquanto outras espécies não se adaptam. Por exemplo, o Buriti geralmente é encontrado nas veredas, cujo ambiente apresenta solos hidromórficos, saturados durante a maior parte do ano (RIBEIRO & WALTER, 1998) e férteis; a palmeira do Coco Macaúba também se apresenta em condições semelhantes. A presença dessas palmeiras indica às populações tradicionais, inclusive para os camponeses do sertão, que o solo é mais fértil. Em contrapartida, o pequi se desenvolve muito bem em solos ácidos, bastante arenosos. Geralmente, esse tipo de solo é dominado pelos pequizeiros. Dos frutos citados acima, alguns não são nativos dos Cerrados: a Jabuticaba é nativa da Mata Atlântica; o Tamarindo, oriundo da África Equatorial e da Índia. Porém, eles se adaptaram

muito bem às condições do bioma do Brasil Central. Outros frutos dividem sua origem nativa entre os Cerrados e a Caatinga Nordestina, a exemplo do Umbu.

Embora o foco dessa pesquisa seja o pequi, mostramos, no quadro 3, os frutos citados anteriormente de acordo com seu período de frutificação e maturação, baseado na percepção dos camponeses sertanejos. Esses frutos não resumem a riqueza da biodiversidade vegetal dos Cerrados, ela é bem maior, principalmente por não termos adentrado no universo das ervas e plantas medicinais. Conforme se observa no quadro 3, a maioria dos frutos dos Cerrados frutifica-se nos meses de maior concentração de chuvas, período este que corresponde ao plantio das roças camponesas no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Assim, a acentuada frutificação no período chuvoso se transforma numa importante fonte de alimentos em um momento cujas lavouras começam a ser plantadas, e a colheita acontece meses depois, consoante sublinha Rignonato (2005).

QUADRO 3 – Calendário de coleta extrativista dos frutos dos/nos Cerrados.

Fruto coletado	Período Seco						Período chuvoso						Tipos de uso
	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	
Pequi													A/R/C
Panã/Araticum*													A/C
Umbu													A/C
Pitomba													A/C
Baru													A/C
Cagaíta													A/C
Mangaba													A/R/C
Coquinho Azedo													A/C
Coco Macaúba													A/C
Coco Catolé													A
Buriti													A/AA/C
Jatobá													A
Favela													R/C
Murici													A/R/C
Jabuticaba													A/C
Tamarindo													A/C
Cajuzinho da chapada													A
Sucupira Branca													R/C

**Legenda:** A – Alimento; R – Remédio; C – Comercialização; AA – Artesanato.  
 (\*) Também chamado de “Jaca”, em Minas Novas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Entrevistas. Pesquisa de campo, 2010.

Apesar de grande parte das plantas frutíferas levantadas na pesquisa de campo possa ter utilidade como recurso lenhoso, por exemplo o pequi, o jatobá, a sucupira etc., não mencionamos esse uso em função de os camponeses não terem abordado tal utilidade. Para os camponeses sertanejos, mesmo entre aqueles os quais fazem carvão em Campo Azul, a regra de uso dos recursos naturais dos Cerrados é assim definida: “todo mundo faz carvão, mas não de pau de Lei, fruteira...” (Camponesa, 44 anos, Riacho dos Santos). “Pau de Lei”, segundo os camponeses, são árvores nobres, cuja madeira tem alto valor no mercado madeireiro e, geralmente, é protegida por lei. As fruteiras são plantas nativas frutíferas, destinadas à alimentação e/ou comercialização, podendo ou não ser protegidas por lei. Além disso, o alimento tem valor sagrado na cultura simbólica do campesinato.

Cabe frisar o valioso significado que muitos desses frutos adquirem como valor de troca. Além do pequi, principal fruto discutido na pesquisa, o panã, o umbu, a pitomba, o baru, a cagaita, a mangaba, o coquinho azedo, o buriti, o murici também têm boa aceitação no mercado consumidor de produtos do cerrado, tanto consumidos *in natura* quanto a partir de transformação artesanal ou agroindustrial. Vários foram os relatos dos camponeses de Japonvar que vendem seus frutos *in natura* às margens da rodovia BR-135 e para a COOPERJAP. Os frutos são vendidos também para feirantes dos mercados urbanos próximos (Januária e Montes Claros) e para os compradores locais, regionais e inter-regionais. Estes últimos geralmente só compram o pequi. Junto a esses produtos, alguns camponeses vendem queijos, requeijões, farinha, segundo foi relatado por camponeses de Campo Azul.

Um fato merecedor de atenção é a expansão e aceitação recente dos frutos dos Cerrados comercializados em forma de sorvetes e polpas, conforme observamos através da expansão de redes comerciais nas cidades de Montes Claros, Belo Horizonte e Goiânia. Os produtos extrativistas dos Cerrados vêm, portanto, conquistando importante espaço comercial junto aos tradicionais e pioneiros frutos amazônicos, a exemplo do açaí, do cupuaçu e das castanhas.

Não podemos deixar de lembrar, dentre os tradicionais sabores sertanejos, os doces de buriti e murici, oriundos do saber-fazer regional. No caso, o buriti também tem outras utilidades, uma vez que as palhas do buritizal podem ser utilizadas no artesanato (confecção de peneiras) e na construção de choupanas, como aquelas usadas para abrigar o pequi contra os efeitos das intempéries.

Os sabores dos Cerrados alimentam, mas também curam os sertanejos. Nesse sentido, o conhecimento tradicional acerca dos recursos naturais é vasto. A medicina

popular nos Cerrados é usada com base no misticismo, já que é preciso também acreditar no poder de cura dos recursos naturais. O “leite” da mangabeira<sup>14</sup> é um exemplo, o qual é extraído do tronco da planta e indicado no trato das inflamações gastrointestinais. O chá das folhas do murici também tem a mesma indicação.



FIGURA 8 – Mangabeira em uma propriedade rural de Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

A FIG. 8 apresenta a mangabeira e seu fruto, respectivamente. A primeira imagem é um registro realizado em uma propriedade camponesa no território rural de Riacho D’antas, em Campo Azul; a segunda ilustra os frutos da mangabeira já amadurecidos.

O fruto da sucupira branca, por sua vez, é um poderoso anti-inflamatório, recomendado e utilizado pelos camponeses sertanejos para inflamações de garganta. Alguns camponeses costumam mastigar o fruto da sucupira branca, do qual ainda é feito o chá. Encontramos nos territórios rurais de Campo Azul, mais especificamente em Riacho Dantas e Riacho dos Santos, a sucupira branca sendo coletada e comercializada ao preço de R\$4,00 o quilo. O fruto é coletado e dele se mantém apenas a parte central do miolo, conforme FIG. 9. Não foi possível identificar o destino do produto após a comercialização.

Um estudo realizado por Rocha e Kaplan (2006) aponta que o óleo do fruto de espécies do gênero *Pterodon*, por exemplo o caso da sucupira branca, é medicinal, bem como a infusão e os extratos das cascas. As autoras destacam suas principais propriedades medicinais: anti-inflamatório, analgésico, antidiabético, antiedematogênico, antireumático

<sup>14</sup> O “leite” da mangaba, cuja cor branca se assemelha ao leite de origem animal, é o nome popular utilizado pelos camponeses sertanejos para se referirem à seiva extraída da madeira da mangabeira. Esse produto é comercializado pelos raizeiros do mercado central da cidade de Montes Claros.

e cercaricida. Os resultados do estudo mostram também que os extratos de sucupira branca têm propriedades antioxidantes relevantes, que podem estar relacionadas às várias propriedades medicinais atribuídas a essa planta, ratificando, assim, o uso tradicional na medicina popular sertaneja<sup>15</sup>.



FIGURA 9 – Sucupira branca em propriedade rural de Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

A favela, ou fava-d'anta (FIG. 10), assim como a sucupira branca, destaca-se também pelas suas propriedades medicinais. A favela também é conhecida no Norte de Minas Gerais e outras regiões como: barbatimão-falso, barbatimão-de-folha-miúda, canafístula, cinzeiro, enche-cangalha, farinha, farinheiro, faveira, faveiro-do-cerrado. Com ocorrência na área de Cerrado, distribui-se entre os estados: Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins (ALMEIDA *et al.*, 1998; SOUZA, 2010; PALHARES, 2010). Segundo Almeida *et al.* (1998), a floração da faveira ocorre de outubro a fevereiro com pico em novembro, e sua frutificação se dá de janeiro a julho. Muito valorizado nos mercados cosméticos e farmacêuticos, o fruto apresenta alta concentração de rutina, substância que age no fortalecimento dos vasos capilares e possui ação antioxidante e antiinflamatória (SOUZA, 2010; PALHARES, 2010).

Conforme o presidente da COOPERJAP, a rutina é utilizada tanto na indústria farmacêutica quanto na veterinária. Um exemplo de medicamento farmacêutico produzido a partir da rutina é a “Terramicina”, medicamento anti-inflamatório.

<sup>15</sup> Ressalta-se, entretanto, quanto ao uso exagerado dessa ou de qualquer outra planta na medicina popular, o que pode desencadear outros sintomas físicos, devido à concentração do princípio ativo da planta.





FIGURA 10 – Faveira e seu fruto secando numa propriedade camponesa em Japonvar.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, abril de 2010.

Atualmente, os camponeses de Campo Azul afirmaram que não estão realizando a coleta do fruto, porque não há mais comprador para a vagem na região. Em Minas Novas, não localizamos o fruto, provavelmente deve ter sido extinto da região em função da reconversão das chapadas nativas para o eucalipto. Enquanto isso, em Japonvar, o fruto é encontrado em abundância e bastante utilizado pelos camponeses sertanejos, cujo destino principal é a comercialização e o uso como remédio, geralmente destinado aos animais – gado bovino, cavalo, porcos e galinhas. Segundo os camponeses, a vagem seca é moída e adicionada à comida ou água dos animais quando doentes ou como medida preventiva à inflamações.

A coleta da favela nos territórios pesquisados no Norte de Minas Gerais ocorre entre os meses de março a agosto, consoante verificamos junto aos camponeses sertanejos. Para Palhares (2010), a sustentabilidade dos sertanejos durante a época de seca é garantida por estratégias de reprodução criadas na própria biodiversidade do cerrado. É o caso por exemplo, da favela, um dos frutos cuja coleta é iniciada pouco tempo depois do pequi.

A favela é coletada ainda verde pelos camponeses. A coleta é feita manualmente e por meio de instrumentos rústicos criados pelos próprios coletores e pelos quais se retira o fruto dos arbustos. O instrumento utilizado é uma haste longa de madeira ou metal fino com uma alça cortante, semelhante a uma foice. Após a retirada dos frutos, os mesmos são colocados para secar ou são vendidos ainda verdes aos compradores locais ou à COOPERJAP. Compram as vagens (secas ou verdes) dos camponeses – colocam para secar quando há necessidade –, estocam e vendem para a indústria, previamente com contrato firmado. Após chegar ao seu destino, a favela é entregue à indústria, a qual irá processar e exportar o material extraído da vagem aos laboratórios estrangeiros. Por fim, a



matéria prima retorna ao mercado consumidor já como um produto final, sob a forma de medicamento (FIG. 11).

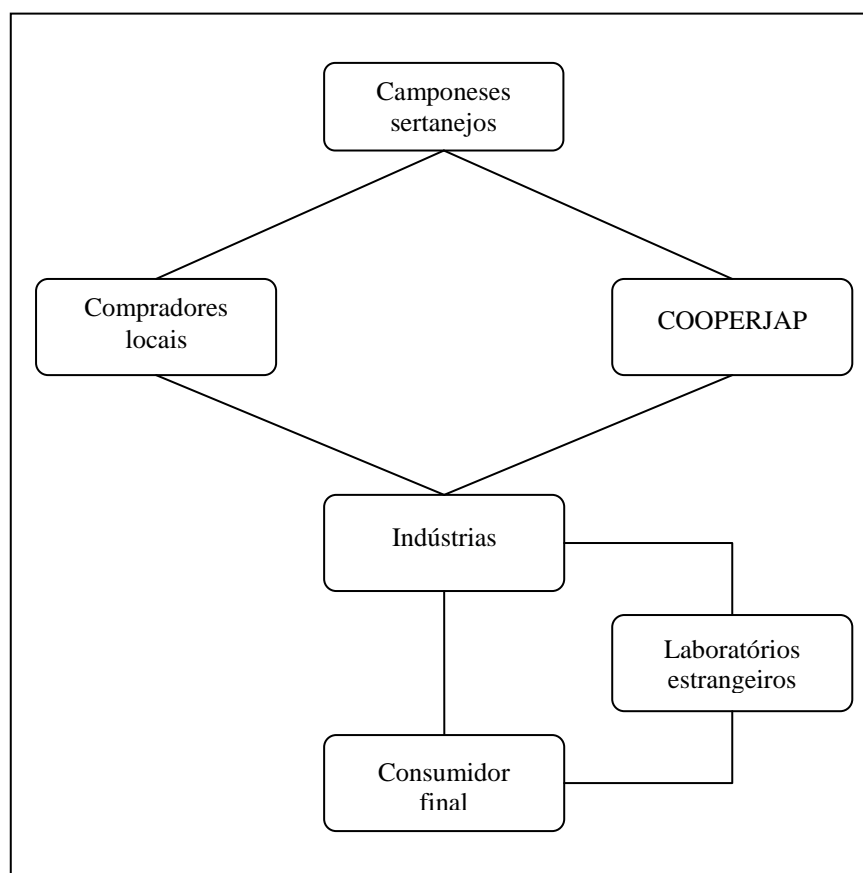


FIGURA 11 – Cadeia de comercialização da Favela.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010; Elaboração: SILVA, M. N. S. da., 2011.

O comprador local de favela, também um camponês, só soube nos informar que o fruto é transportado para a cidade de São Luís, no estado do Maranhão. Outro camponês<sup>16</sup> confirmou essa mesma informação e acrescentou que, após o processamento, talvez o país de destino da matéria prima seja Cuba. Segundo Palhares (2010), em estudo realizado na comunidade rural da Inhaúma, município de São João da Lagoa, a favela é processada e exportada aos laboratórios de medicamentos europeus, especialmente os franceses e alemães.

Uma informação mais específica foi fornecida pelo presidente da COOPERJAP. Ele disse que a favela vendida pela cooperativa é destinada a uma indústria na cidade de

<sup>16</sup> Segundo um dos camponeses sertanejos entrevistados, em 2010, o quilo da favela em Cabeceiras do Mangai, Japonvar, foi vendido para os compradores locais a R\$ 0,20 verde e R\$ 0,50 seca. A maioria dos camponeses coleta o fruto e coloca para secar, antes da venda, com o objetivo de obter um melhor preço local.

Barra do Corda, também no Maranhão. Segundo o presidente, em 2008, a cooperativa vendeu 110 toneladas em contrato formalizado direto com a indústria. Já em 2009, não houve venda, pois a faveira não produziu na região de Japonvar. Em 2010, porém, a indústria comprou apenas 30 toneladas, já que a empresa estaria passando por mudanças na sua estrutura financeira e organizacional.

O entrevistado informou que a empresa compradora de favela no Maranhão era, até 2009, de propriedade brasileira e alemã, sendo que o fruto era processado no Brasil e refinado na Alemanha. De acordo com o presidente da COOPERJAP, metade da empresa foi vendida, em 2010, para algum laboratório norte-americano.

Um comprador local do território rural de Cabeceiras do Mangaí explicou como se dá o processo de transformação industrial da favela e ressaltou também outra utilidade do fruto quando processado na indústria:

Essa favela, eu só vendo a fruta dela, eu nunca vi o que eles fazem com ela não, sabe? Uma época o cara me mostrou, trouxe um pouquinho no saco, só um pouquinho de um pozinho e disse que eles tiram pra fazer remédio. A empresa que compra, ela leva para São Luiz do Maranhão e de lá eles despolpam ela toda e tiram esse... Diz ele que, numa carreta de favela, eles tiram é 5 quilos desse remédio [a rutina], que o resto jogava tudo fora na época. Aí, de uns tempos pra cá, eu ouvi falando que eles fazem é ração com a polpa dela; o que sobra eles estão aproveitando e fazendo ração... pra animal.

Diante disso, colocamos em questão a importância do manejo sustentável da favela nas áreas de Cerrados. Se, por um lado, a favela já convive com a inquietação da degradação dos Cerrados pela pecuária extensiva, monocultura de eucalipto, pelo desmatamento e queimada da cobertura vegetal destinada ao comércio do carvão, por outro lado, a coleta do fruto pode se tornar numa prática predatória. O impulso da comercialização, motivado pelo interesse do capital nacional e internacional, pode comprometer seriamente a reprodução da espécie *Dimorphandra mollis Benth.*, porque a coleta é realizada ainda com o fruto verde, o que impede a disseminação de sementes. Há ainda outro fator complicador, a quebra dos galhos da planta que às vezes ocorre durante a retirada do fruto.

Em pesquisa avaliando a sobrevivência e o crescimento da fava-d'anta em uma localidade rural do município de Montes Claros, a partir da semeadura direta com utilização de adubação orgânica, Souza (2010) afirma que a planta mostrou um bom desenvolvimento. O estudo utilizou quatro tratamentos: com esterco, com fosfato natural, com os dois adubos juntos e sem adubação. Assim, o autor concluiu que os melhores

resultados obtidos foram com esterco e fosfato, portanto o plantio do fruto com adubação seria uma boa alternativa na recuperação de áreas degradadas do cerrado. Nesse sentido, o autor sugeriu a domesticação da espécie para a sua utilização sustentável.

Outro fruto destacado recentemente no cenário de pesquisa do Norte de Minas é o coco macaúba. Já há registros do mesmo sendo utilizado na indústria cosmética e, agora, tem-se experimentado sua utilização como uma oleaginosa na indústria dos biocombustíveis. Segundo informações do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM e da Cooperativa Grande Sertão, durante trabalho de campo<sup>17</sup> realizado no mês de novembro de 2009 na cidade de Montes Claros, está em fase de testes o uso do óleo da macaúba no biodiesel. No entanto, devem-se avançar as pesquisas para viabilizar o potencial produtivo e oleaginoso da macaúba e, talvez, a possibilidade de estruturar sua cadeia produtiva.

#### 4.2.1 Roendo o pequi por todos os lados

Indubitavelmente, o Pequi e sua árvore, o Pequizeiro, são o fruto e a espécie mais conhecidos dos Cerrados Brasileiros, não apenas pela sua reconhecida apreciação alimentícia, mas pelo conjunto de valores que eles representam para as populações: econômico, cultural, ecológico, gastronômico e medicinal.

O *Caryocar brasiliense* Camb., da família Caryocaraceae, é também conhecido como pequi, piqui, piquiá, piqui-do-cerrado, piquiá bravo, pequerim, amêndoa-de-espinho, grão-de-cavalo e suari (ALMEIDA *et al.*, 1998; DEUS, T., 2008). O gênero *Caryocar* é originário do grego *caryon* (núcleo, noz) e *kara* (cabeça), devido ao formato globoso do fruto. O nome pequi ou piqui tem origem indígena, significando: py = pele, casca e qui = espinho, isto é, “casca espinhenta”, referindo-se aos espinhos que formam o endocarpo envolvendo a castanha (MACEDO, 2005).

As áreas de ocorrência da espécie são o Cerradão Distrófico e Mesotrófico, Cerrado Denso, Cerrado, Cerrado sentido restrito e Cerrado Ralo. O pequi pode ser encontrado em diversos estados do Brasil: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins (ALMEIDA *et al.*, 1998).

---

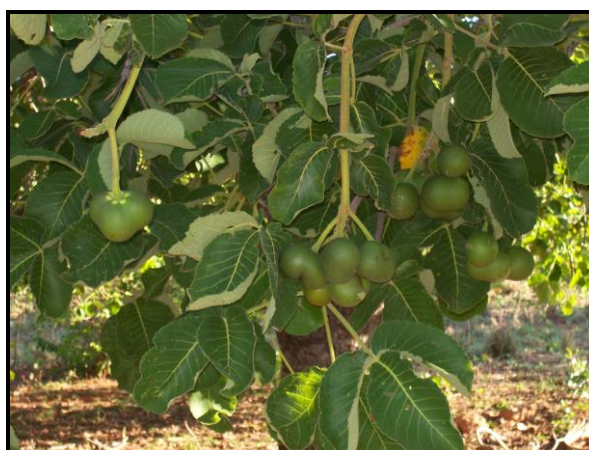
<sup>17</sup> Visita técnica proporcionada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no curso da disciplina “Produção do Espaço no Campo Brasileiro e Conflitos Ambientais”.

Quanto aos aspectos morfológicos, o pequiizeiro representa uma árvore frondosa, medindo cerca de 10 metros de altura, esgalhada, tortuosa, tronco curto e recoberto por casca espessa, acinzentada, áspera, gretada. Possui folhas opostas, com três folíolos ovais, peciolados, pilosos, de bordas recortadas, nervuras proeminentes na face inferior, porém bem visíveis na superior. As flores são grandes, vistosas, com pétalas brancas ou branco-amareladas, perfumadas. Os frutos têm a coloração verde, de tamanhos variados, pesam até mais de 100 gramas, contendo em seu interior de um a quatro caroços, com endocarpo espinhoso e polpa amarelo-alaranjada. Quando maduros, a casca dos frutos torna-se mole, sem alterar a coloração. No interior dos caroços, há a amêndoa ou castanha, que apresenta altos teores de óleos (MACEDO, 2005).

*Pequiizeiro florido...*



*Botões e flores...*



*O pequi...*

FIGURA 12 – Pequiizeiro florido. Botões e flores. O pequi.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2009 e 2010.

Em relação aos aspectos ecológicos, Macedo (2005) menciona que o pequiizeiro é uma planta semidecídua, heliófila, seletiva xerófila. Embora o autor afirme que o

pequizeiro só floresce após a queda das folhas velhas e o início de nova brotação, observamos em campo que há exceção quanto ao chamado pequi “temporão” (FIG. 13), pois o mesmo floresce e frutifica ainda com as folhas “velhas”, entre os meses de março a julho, período este compreendido como estágio vegetativo. A quantidade produzida geralmente é pequena e não se realiza a comercialização.



FIGURA 13 – Frutificação de pequi temporão antes da troca de folhas – Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, julho de 2010.

Estudos anteriores e citados por Macedo (2005) apontam que a polinização do pequizeiro é feita por morcegos, mariposas, pássaros, abelhas e vespas. A planta é melífera, tendo sido encontradas 16 espécies de abelhas em suas flores, entre elas a *Apis mellífera* L., a principal produtora de mel no Brasil. O autor ainda destaca o importante papel dos pequenos animais que se alimentam do fruto e realizam a dispersão das sementes, como pequenos e médios roedores e mamíferos dos Cerrados, pacas, cotias, tatus, preás, veados e lobos. Em Minas Novas, por exemplo, encontramos populações de seriemas ao longo das grotas, as quais podem contribuir também na dispersão das sementes. Além disso, vale destacar o importante papel do gado bovino que se alimenta apenas da casca do pequi, dispersando os caroços pelas pastagens. E, quando rompem o processo de dormência, as sementes germinam e a planta cresce sem competição.

Outra constatação destaca que o sistema de polinização cruzada das flores, realizado principalmente por morcegos, é responsável pela maior parte dos frutos produzidos (PRANCE & SILVA, 1973; GRIBEL & HAY, 1993 apud OLIVEIRA, 2009).

A FIG. 14 trata da fenologia do pequizeiro e de seus frutos ao longo do ano. A ilustração foi construída através do saber dos camponeses sertanejos entrevistados em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas, e das nossas observações dos diferentes tempos e espaços desde julho de 2009 até janeiro de 2011.

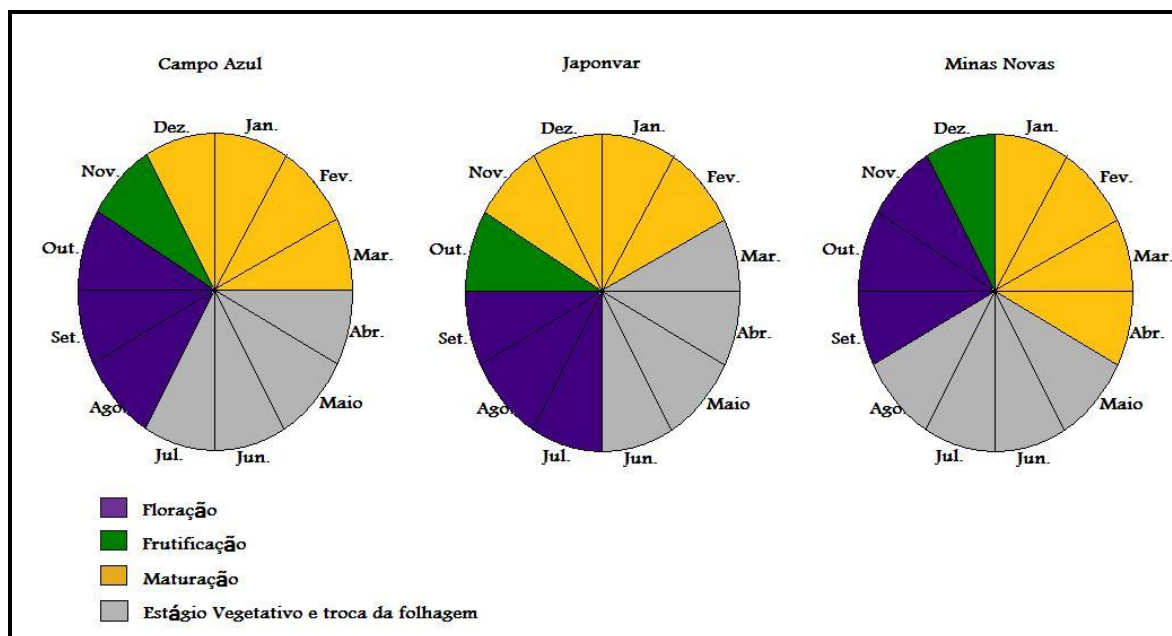


FIGURA 14 – Calendário fenológico do pequi e do pequizeiro em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Entrevistas. Pesquisa de campo, 2010.

Analisando-se detalhadamente o calendário, entre os três territórios de estudo, observamos que a maturação do pequi inicia-se primeiro em Japonvar, no mês de novembro, mais precisamente a partir da segunda quinzena. Também no Norte de Minas Gerais, o pequi de Campo Azul começa a amadurecer na segunda quinzena de dezembro. O último a maturar é o pequi de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, cuja coleta se inicia somente em janeiro e termina no mês de abril.

Muitos estudiosos, quando estudam realidades específicas, consideram o tempo de maturação do pequi de dois a três meses. Outros estudos, mais regionalistas, como o de Almeida *et al.* (1998), estimam que esse tempo chega a atingir 4 meses. Consoante se pode notar no nosso estudo, cuja proposta aborda realidades extrativistas no Norte e Nordeste de Minas Gerais, também temos um período envolvendo até quatro meses de maturação em cada um dos territórios estudados, conforme a FIG. 14. Porém, em todos os três casos, a maturação do pequi começa na segunda quinzena e termina na primeira quinzena de cada mês. Dessa forma, temos, efetivamente, três meses de coleta do fruto.



Tomemos o exemplo de Japonvar. De acordo com o calendário, a maturação do pequi nesta localidade inicia-se em novembro e finda-se em fevereiro. Desses quatro meses, o ápice da maturação e coleta do fruto ocorre nos dois meses intermediários, isto é, dezembro e janeiro. Consequentemente, o auge da coleta em Campo Azul é entre janeiro e fevereiro, e em Minas Novas, fevereiro e março.

Assim sendo, temos aproximadamente seis meses de coleta de pequi, se considerarmos desde o início em Japonvar, no Norte de Minas Gerais, até Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha.

Em seguida, o estágio vegetativo do pequizeiro é de cerca de quatro meses, lembrando que, no último mês, há a queda das folhas. Essa etapa, por sua vez, dura dois meses, coincidindo com o começo do período de floração, o qual se inicia com a formação dos botões florais (ou embotoamento, nos termos camponeses). A floração é intensa nos dois primeiros meses, mas o período envolve, ao todo, três meses. O último mês da floração, ocorre juntamente com a queda das flores e começa o crescimento dos frutos – a etapa de frutificação. Essa etapa pode durar de três a quatro meses.

Parece contraditório quando assinalamos no calendário apenas um mês de frutificação, no entanto o destaque na figura é apenas ao mês no qual geralmente acontece o ápice do crescimento dos frutos. Por exemplo, se em Campo Azul o auge da frutificação é novembro, estamos dizendo que a etapa pode começar no último mês da floração (outubro) e se estender até o primeiro ou segundo mês da maturação (dezembro-janeiro).

Não há como precisarmos as datas destinadas a cada evento de uma determinada espécie natural. A natureza não funciona de acordo com nosso calendário anual. A natureza tem sua própria dinâmica, e esta depende de diversos fatores específicos a cada planta e das condições exógenas: a dinâmica hídrica e pluviométrica, temperatura, etc. Conforme observamos em campo e nos diálogos com os camponeses sertanejos, o pequizeiro não está imune a qualquer alteração no seu ciclo produtivo.

Para exemplificar, a safra do pequi em Japonvar, no fim de 2010, iniciou-se mais tarde. Quando estivemos *in loco* com a intenção de observar a dinâmica da coleta do pequi na segunda quinzena de novembro, ainda não havia começado a queda dos frutos maduros. Camponeses e caminhoneiros aguardavam a dádiva da natureza sertaneja, o pequi. Assim sendo, o pequi, esperado para novembro, só caiu efetivamente em dezembro. Não só em Japonvar, mas em centros urbanos consumidores do pequi, como Montes Claros, a oferta do fruto foi menor no começo da safra. Consequentemente, o preço ficou bastante elevado.

Os camponeses nos ensinaram que a produção do pequi (e a natureza) não obedece a uma lógica racionalizada, semelhante a uma máquina que produz de forma padronizada e sequencial, ele tem sua lógica própria. Partindo desse pressuposto, se em um ano o pequi produziu bastante, no próximo a produção será menor. Os camponeses sertanejos sabem disso. Se no ano a produção foi grande, o preço diminuiu; no ano seguinte, se a produção for menor, o preço será maior. Uma coisa compensa a outra e o pequi entra na lógica da oferta e procura no mercado capitalista.

O pequi também tem importante destaque na alimentação sertaneja pelas suas propriedades nutricionais. De acordo com Afonso e Carvalho (2009, p. 13), entre outras propriedades nutricionais, o pequi apresenta altos teores de caroteno, proteínas, fibras e vitaminas A e C. Isso se pode observar na TAB. 3.

TABELA 3 – Composição nutricional de 100g de polpa de pequi.

<i>Componentes nutricionais</i>	<i>Quantidade/100 g.</i>	<i>VD*</i>
Valor calórico	203 kcal	2.000 kcal
Carboidratos	4,6g	230g
Proteínas	1,2g	60g
Gorduras totais	20g	55g
Gorduras saturadas	9,8g	21,7g
Fibra alimentar	14g	25g
Vitamina A (retinol)	20 mg	4,5 mg a 6,0 mg
Vitamina B1 (tiamina)	0,03 mg	1,1 a 1,6 mg
Vitamina B2 (riboflavina)	0,463 mg	1,3 a 1,8 mg
Vitamina B3 (niacina)	0,387 mg	15 a 20 mg
Vitamina C	12 mg	40 a 100 mg
Cobre	0,4 mg	1 a 2 mg
Ferro	1,557 mg	10 a 18 mg
Fósforo	0,006 mg	1.400 a 1.800 mg
Magnésio	0,005 mg	300 a 400 mg
Potássio	0,018 mg	2.000 a 2.500 mg
Sódio	2,09 mg	500 a 1.000 mg

\* VD = Valor diário de referência para uma pessoa adulta em condições normais.

Fonte: Almeida *et al.*, 1998; Cooperjap; citados por Afonso e Carvalho, 2009.



Quando se compara o pequi a outros frutos, pode-se chegar às seguintes conclusões: é o fruto mais rico em vitamina A conhecido; o teor proteico equivale ao do abacate e da banana; em cobre é comparado ao amendoim, figo e uva; a quantidade de cálcio é igual à do caju e morango; em vitamina B2, equivale à gema do ovo; em ferro é quase igual ao tomate; em vitamina B1, seu teor é igual ao do abacate, morango, jenipapo e mamão; o teor de açúcar é comparável ao da uva e jabuticaba; e o teor de gorduras está entre o do abacate, açaí e buriti (CARVALHO e BURGUER, 1960 apud CHÉVEZ POZO, 1997, p. 52-53).

A fim de se ter noção do valor nutricional do principal fruto sertanejo, Macedo (2005, p. 33) afirma que um prato de arroz com pequi pode manter uma pessoa nutrida e alimentada por cerca de uma hora a mais do que quando ingere a mesma quantidade de arroz com feijão e carne.

Pelas suas características morfológicas, ecológicas e nutricionais, o pequizeiro é a máxima representatividade dos Cerrados brasileiros. Não há outra espécie capaz de ilustrar a paisagem e representar os cerrados tão bem como o pequizeiro. Ele está presente em praticamente todas as fitofisionomias do bioma do Brasil Central, bem como na culinária, na economia, na cultura, na música, na poesia, na arte e no artesanato, e na memória popular. Por isso, o pequizeiro, no estado de Minas Gerais, foi eleito árvore símbolo em um concurso popular realizado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF-MG, no ano de 2001. Ele também simboliza o Cerrado Brasileiro. A simbologia, neste sentido, é político-cultural.

### **4.3 O “negócio” do pequi**

Diversos estudos têm explicitado o potencial econômico do extrativismo do pequi, entre eles, alguns mais recentes: Chévez Pozo (1997), Macedo (2005), Carrara (2007), Aquino *et al.* (2008), Azevedo (2008), Correia *et al.* (2008), Oliveira (2009) e Silva (2009).

Segundo Chévez Pozo (1997), o pequi constitui-se numa importante fonte de renda no Norte de Minas Gerais, sendo processado e comercializado por pequenas indústrias de licor, óleos, sabão e doces. Além disso, as cooperativas regionais recentemente têm expandido a oferta de produtos derivados do pequi no mercado local,

regional e nacional. Este último, principalmente, no mercado das cidades de abrangência dos Cerrados.

Vários outros produtos a partir do pequi têm chegado aos mercados consumidores: farinha de pequi, creme, conservas da amêndoa e da polpa de pequi, castanha, xaropes, sorvetes, etc.

No distrito industrial da cidade de Montes Claros, há a CORBY – Indústria e Comércio de Bebidas Ltda, uma importante empresa de produção de licor e xarope de pequi. A mesma comercializa seus produtos dentro e fora do país. Uma empresa de caráter mais regional é a Cooperativa Grande Sertão, também localizada no Distrito Industrial da referida cidade. Tal cooperativa, além do pequi, ainda processa outros frutos do cerrado e domésticos. Com características semelhantes, há a COOPERJAP – Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar.

Com muita frequência, ainda podemos encontrar, por várias localidades no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, especialmente na cidade de Minas Novas, os produtos elaborados através do saber-fazer popular. São produtos encontrados nas feiras e mercados, além disso existem, inclusive, os artesanatos inspirados no mais generoso fruto dos Cerrados, como réplicas em madeira, argila, *biscuit* etc.

Além da produção agroindustrial e em cooperativas da parte comestível do pequi, existe um consenso, entre os camponeses sertanejos e outros sujeitos beneficiados pelo fruto, de que é necessário investir-se no potencial de uso da casca do pequi. Tal fato diz respeito à parte não comestível do fruto, a qual representa cerca de 80% (MACEDO, 2005). Assim sendo, a casca do pequi poderia ser utilizada em ração para animais e adubos. Ou seja, suas propriedades não se esgotam no gênero alimentício e de bebidas.

Um camponês nos mostrou o resultado de colocar cascas de pequi diretamente em seu pomar no território rural Cabeceiras do Mangaí. Segundo o mesmo, as cascas foram colocadas em volta das plantas na safra de pequi 2008/2009. No ano seguinte, quando estivemos em campo, o camponês nos mostrou a terra do pomar, dessa vez mais escura após a decomposição natural das cascas, e havia obtido uma excelente produção de frutas. Na visão empírica do camponês, a casca do fruto é um excelente adubo. Outros camponeses, nas outras localidades de estudo, também fizeram as mesmas observações.

O presidente da COOPERJAP, em entrevista realizada no mês de abril de 2010, informou-nos que pesquisadores da Universidade de Uberaba – UNIUBE, com sede na região do Triângulo Mineiro, coletaram amostras de cascas de pequi em Japonvar e elaboraram um adubo orgânico, conforme pode ser observado na amostra da FIG. 15. De

acordo com informações prestadas, a qualidade do adubo de cascas de pequi foi constatada, apresentado apenas deficiência de potássio, o qual pode ser extraído inclusive da castanha do fruto.

Dessa forma, é importante se pensar no (re)arranjo de produção para o adubo, porque uma parte muito significativa dessa matéria-prima se perde quando o pequi *in natura* da região norte mineira é vendido a outros estados. Além disso, a produção da COOPERJAP e de outras cooperativas regionais são pequenas para gerar um montante suficiente de cascas de pequi destinado a adubo. O adubo orgânico oriundo da casca de pequi seria, assim, um importante insumo na incrementação da agricultura familiar sustentável no Norte e Nordeste de Minas Gerais.



FIGURA 15 – Amostra de adubo orgânico da casca do pequi.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Fomos informados também pelo presidente da cooperativa da existência de pelo menos uma pesquisadora de Belo Horizonte fazendo estudos com o objetivo de verificar a viabilidade da casca do pequi como ração. Pode ser uma alternativa interessante a ser acrescentada na alimentação do gado bovino durante a seca nas regiões norte e nordeste do estado. Só lembrando, o animal em questão já aprecia a casca como alimento.

Em entrevistas realizadas em outra localidade rural de Japonvar, um camponês informou que as folhas do pequizeiro têm efeito semelhante ao da casca. Ele destacou que, depois de ocorrida a troca das folhas da planta e sua consequente decomposição (FIG. 16), a terra fica adubada, podendo até plantar roças embaixo dos pequizeiros (AZEVEDO, 2008).



FIGURA 16 – Folhas em decomposição e flores caídas embaixo do pequizeiro.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2009.

“A época em que todo mundo tem um dinheirinho” é a expressão mais comum encontrada entre os camponeses sertanejos e foi utilizada por Azevedo (2008) para explicar que, geralmente, todos os membros da família vão catar o pequi. Normalmente, a coleta é feita por pai, mãe, filhos e filhas, genros e noras, etc. Neste estudo, nas comunidades rurais de Japonvar, São Bernardo I e II, o autor identificou que o dinheiro obtido por cada membro da família com a coleta e venda de pequi é individual, mesmo estando juntos durante a coleta.

Segundo o autor, com o pequi, “diferentemente das plantações que são feitas pela família, onde o que se colhe é da “casa”, aqui, trabalhando juntos ou separados, o que cada um ganha é seu” (AZEVEDO, 2008, p. 66).

A despeito da constatação do autor, nosso ponto de vista é diferente. Com as entrevistas e as observações realizadas, inclusive nos outros territórios de estudo fora de Japonvar, não conseguimos perceber que a renda obtida com a venda do pequi seja individual, tomando a família camponesa como análise. Uma simples pergunta direta aos camponeses talvez poderia nos conduzir ao entendimento de que a renda do pequi seja individual, já que geralmente, consoante nos é declarado, cada um panha o pequi para si. Com isso, buscamos compreender o resultado dos ganhos que são feitos pela família camponesa a cada período de coleta do pequi para verificar de fato o destino do dinheiro.

Normalmente, as famílias e cada membro têm um propósito previamente definido com a coleta daquele ano. E isso varia, pois coletamos informações desde famílias camponesas a compradores locais de pequi, os quais falaram sobre suas próprias aquisições

e pelas alheias. Os bens mais frequentes adquiridos foram: alimentos, eletrodomésticos, bicicletas, cavalos, gado bovino, motos, carros e caminhonetes. Também, com o dinheiro do pequi, são feitas reformas nas casas, e alguns compradores locais e camponeses guardam ou emprestam o dinheiro a pessoas de sua confiança.

Encontramos uma família camponesa na qual todos trabalharam juntos em um ano na coleta do pequi e com o resultado dela compraram uma geladeira; no outro ano adquiriram uma máquina de lavar roupas. Em outra família, as filhas ajudam os pais a catar o pequi, tendo seus próprios “dinheirinhos”. Além disso, a mãe das meninas informou que não as obriga a trabalhar na coleta do pequi e, mesmo quando elas não ajudam, os pais compram, usando do dinheiro advindo da comercialização do fruto em questão, as coisas de que elas necessitam.

Já que as crianças e jovens em idade escolar participam da coleta, perguntamos a uma camponesa de Japonvar, 42 anos, se o pequi atrapalha a frequência dos alunos à escola:

Quem gosta da escola, não tem nada a ver com o pequi não, porque o pequi ele é assim... Ele é tão sagrado que, ele [a criança] vai de manhã cedo, pega o seu pequi e vende e já tem seu dinheiro cedo. Vai pra escola e não atrapalha nada; quando é de tardinha, é na hora que o pequi caiu outra vez, porque o pequi cai umas duas ou três vezes por dia, até quatro vezes por dia. Você vai no pé de pequi cedo, ele tem pequi no chão, você vai meio dia, você fala, oh! vou dar um tempo, vou deixar o sol esquentar um pouquinho pros pequi soltar, você vai meio dia, tem pequi no chão. Ele é milagroso, moço! Você vai de tardinha, tem pequi no chão. Então, ele não atrapalha você fazer nada, porque toda hora que você for você acha.

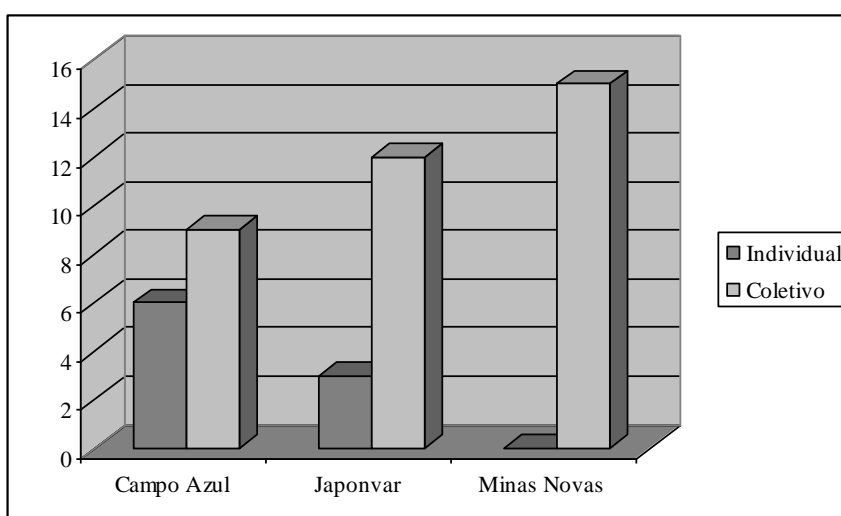


GRÁFICO 7 – Dinheiro obtido com a venda do pequi.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

O GRÁF. 7 mostra como o dinheiro da venda do pequi é usado: individual ou coletivamente. Como se pode observar, em todos os territórios, a maioria ou a totalidade das famílias informantes afirma que é coletivo. Portanto, o que está em questão no interior da família camponesa é, embora seus membros trabalhem individualmente na coleta do pequi, se algum deles destina alguma parte da renda obtida para auxiliar na despesa da casa ou compra algo de que necessita, isso é um dinheiro e uma renda coletiva. Outro aspecto importante é a respeito dos ganhos com o pequi pelo pai e pela mãe camponeses, pois a renda arrecadada é, em geral, investida na casa, visando à compra de alimentos e de bens duráveis. Por conseguinte, é um dinheiro coletivo. Quando perguntamos à camponesa chefe da família se o dinheiro ganho pelo filho com a venda do pequi é somente dele, obtivemos a seguinte resposta:

Não, aqui todo mundo compartilha. Mesmo que ele [o filho] compra as coisinhas dele, mas ele me ajuda também, né? Aqui, se faltar uma carne ele ajuda a comprar. Ele ajuda com o dinheiro do pequi, compra uma roupa, um sapato... então, o pequi é uma coisa que mais ajuda nós pobre aqui. É uma coisa que tem que conservar, vigiar e ser vigiado é o pequi. Porque o único que ajuda a pobreza aqui no Mangaí é o pequi. Você só vê dinheiro aqui, que eu vou falar com você, se não for por causa de negócio de aposentaria... Nossa, vou falar com você, aqui, o povo fica tudo rico no tempo do pequi. Todo mundo tem dinheiro. Igual menino de 12 anos aqui, você caça nele 200 contos, ele tem 200 contos no bolso, 200, 300, 400, 500 reais... do pequi, então, é uma coisa que precisa muito conservar.

Outro camponês também mostra o resultado do trabalho coletivo com a coleta do pequi: “Dá é junto. Nós trabalha é junto. Nós faz feira grande que dá pra nós comer muito tempo; o que a gente não colhe aqui na roça nós faz feira grande, de muitas coisas, pra ficar muito tempo usando o dinheiro do pequi” (camponês, 46 anos, Japonvar). Neste caso, a lógica de uso do dinheiro do pequi é a mesma da lavoura camponesa, em que o principal objetivo é satisfazer as necessidades básicas da família. Na cultura camponesa, a alimentação da família vem como a primeira finalidade.

Buscamos desvendar ainda quais são os significados da renda do pequi sobre a vida dos camponeses entrevistados, estabelecendo-se três parâmetros de análise (GRÁF. 8): o pequi **complementa a renda** camponesa; é **a principal renda** da família; ou é um **dinheiro extra** que dura para além da safra.

Para a maioria das famílias camponesas, o dinheiro do pequi complementa a renda da casa, sobretudo em Minas Novas, onde, na opinião de muitos entrevistados, os ganhos com a venda do fruto e do óleo é apenas mais uma renda que eles possuem, como

qualquer outro produto da lavoura. Em Japonvar, à mesma pergunta temos uma resposta oposta:

Demais. Vixe, ele faz é mais. Nesse tempo a gente come carne é todo dia. Moço do céu, ai se Deus ajudasse que fosse o ano inteiro de pequi, nós tava feito aqui! Aqui tem gente que tem carro comprado com pequi, gado é comprado com pequi, cavalo comprado com pequi, moto aqui compra é com pequi. Não existe uma fruta mais milagrosa que o pequi não (camponesa, 42 anos, Cabeceiras do Mangaf).

Em Japonvar, de acordo com grande parte dos informantes, o pequi chega a ser sua principal renda do ano, notadamente para aqueles que não têm outras fontes de renda, por exemplo a aposentadoria e a pensão, e vivem somente da lavoura e dos frutos do Cerrado, conforme se pode observar no último relato.

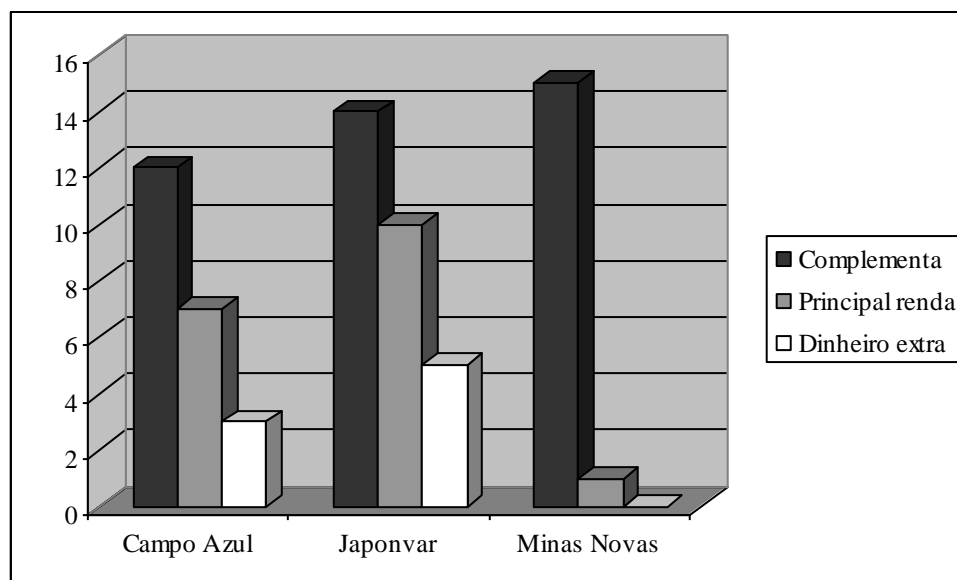


GRÁFICO 8 – Significado da renda do pequi para os camponeses sertanejos.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Ainda sobre o gráfico acima, consoante alguns camponeses de Japonvar e Campo Azul, o pequi oferece um dinheiro extra, o qual pode ser guardado para a compra de um bem ou para alguma eventualidade. Porém, é entre os compradores locais e regionais, os quais atuam como atravessadores entre os camponeses e os compradores de outras regiões, que o pequi possibilita lucros, inclusive servindo-lhes para acumular patrimônio. Isso, às vezes, ocorre de maneira que subordina e explora o trabalho camponês nesses territórios, como podemos observar na fala abaixo:

Nós compramos umas coisas para usar aqui, na época a gente compra roupa... Mas esses que compram de nós, eles compram é D-20, faz casa, compra carro depois que termina, carro novo. A gente que panha na cacunda e o lucro é pra eles. [...] Você traz o pequi no maior sofrimento, aí chega aqui e dá o pequi de graça pra eles. Todo mundo aqui faz de tudo pra comprar uma caminhonete pra na hora do pequi eles ganharem dinheiro na cacunda dos catadores (camponesa e camponês, Japonvar).

Os mesmos camponeses denunciaram que os compradores locais e regionais cobram taxas no transporte do pequi em suas caminhonetes, da propriedade daqueles que não têm condições de levar até o local onde os caminhões são carregados. Acrescenta-se a isso o fato de os mesmos exigirem que os camponeses encham as caixas contêineres além do limite da borda. Ocorrem assim, sobras de frutos, que significa aumento de lucratividade dos compradores locais e regionais, sendo uma espécie de mais valia, porque, no arranjo das cargas dos caminhões, as caixas de pequi são preenchidas somente até o limite da borda para o devido empilhamento.

Diante do exposto e com a análise do GRÁF. 7, não é possível definirmos o significado da renda camponesa do pequi como individual, nos territórios estudados. A renda do pequi representa significado semelhante ao da lavoura, sendo compartilhada por todos os membros da casa. Minas Novas é o exemplo máximo disso.

#### **4.4 Feiras e mercados: o pequi em todos os lugares**

“Pequi gostoso, que dá carne, e cheiroso, é só no estado de Minas Gerais”. Destacamos a frase de um camponês de Minas Novas, a qual tão bem representa a importância e o reconhecimento do fruto sertanejo. Especialmente porque o pequi da região norte mineira é um dos mais requisitados do Brasil, na verdade é aqui onde se localiza a capital nacional do pequi (Japonvar). Também é no Norte de Minas onde se realiza anualmente a festa nacional do pequi (Montes Claros). Outro município daqui, recentemente, tem ganhado destaque pela qualidade do fruto: “todo mundo procura pequi de Campo Azul. No tempo, ajuda todo mundo. Nas festas, o pessoal tá levando para fazer propaganda. Campo Azul pegou fama com o negócio do pequi” (Camponês, 60 anos, Riacho Dantas).

Até o final da década de 1990, o pequi era basicamente um produto consumido regionalmente no Norte de Minas. Além disso, seu consumo era predominantemente *in natura* e especificamente sazonal. Hoje, faz-se válido dizer, em diversos mercados consumidores, dentro e fora de Minas Gerais, é possível encontrar o fruto norte mineiro em



forma de conserva em qualquer época do ano, nas feiras, nos mercados, nos supermercados, entre outros.

Em Belo Horizonte, por exemplo, o pequi em conserva é encontrado nos supermercados e no Mercado Central o ano todo, enquanto no período de coleta ainda se tem o fruto *in natura*. Uma curiosidade é que os feirantes do Mercado Central da capital mineira vendem o fruto e, junto a ele, a identidade sertaneja, pois é muito comum possuírem nas placas de preços a seguinte referência: “pequi de Montes Claros” ou “pequi do Norte de Minas”, apesar de na região de Curvelo, mais próxima à capital, também existir significativa produção de pequi, mas nem por isso tem o mesmo destaque do fruto da região norte do estado.

As pequenas indústrias, agroindústrias e cooperativas muito têm contribuído na oferta do fruto fora do período de coleta. O aumento da interlocução entre os mercados produtores e consumidores de Goiás e do Norte de Minas, sem dúvida, amplia a sazonalidade do pequi, uma vez que o fruto apresenta períodos de maturação diferentes de uma região para a outra e, até mesmo, nas próprias regiões. Assim, o período de coleta do pequi em uma determinada região, que é de aproximadamente 90 dias, pode ser ampliado para até seis meses quando se mantém uma relação de troca com outra região na qual a maturação é mais tardia. Tomando o exemplo já mostrado no calendário de maturação do pequi no Norte de Minas e em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, só entre duas regiões de Minas Gerais temos cerca de seis meses de oferta do fruto.

Dito isso, precisamos antes identificar os principais sujeitos envolvidos na dinâmica extrativista do pequi dentro e fora dos territórios de estudo. Uma ressalva a fazermos é que, nos trabalhos de Chévez Pozo (1997) e Azevedo (2008), os atravessadores são denominados de “atacadistas”, aqui, porém, vamos adotar a terminologia de “compradores”, sendo eles locais, regionais ou inter-regionais, por ser assim denominados pelos camponeses sertanejos.

- **Camponeses sertanejos:** são pequenos agricultores que vivem e trabalham no campo e se organizam entre as atividades agropecuárias e a coleta do pequi. Coletam o fruto e vendem diretamente aos compradores locais, regionais, inter-regionais, nas margens de rodovias ou nas feiras urbanas.
- **Trabalhadores rurais:** sujeitos não-proprietários de terras, geralmente trabalham como diaristas em atividades rurais, e na época do pequi se transformam em catadores, em regime de propriedade comum, em sistema de

parceria ou diária. Vendem o fruto individualmente nas áreas urbanas e rurais ou para os demais compradores.

- **Catadores em geral:** normalmente são pessoas do meio urbano, as quais se envolvem com a coleta do pequi no período. Durante os demais meses do ano, realizam atividades diversas na cidade.
- **Compradores locais:** são pessoas que residem nas áreas rurais ou urbanas do município de coleta e compram os frutos de todos os sujeitos supracitados e vendem aos compradores regionais ou inter-regionais, geralmente com encomendas feitas previamente. Também realizam a coleta do pequi em suas propriedades e nas de terceiros. Possuem veículos e ocasionalmente podem entregar o fruto nas cidades próximas onde moram.
- **Compradores regionais:** são pessoas moradoras nos meios urbano ou rural que se estabelecem temporariamente no local da safra do pequi e compram os frutos de todos os sujeitos acima e vendem aos compradores de outros estados (inter-regionais) e/ou distribuem nos mercados urbanos das principais cidades norte mineiras. Normalmente, possuem veículos próprios.
- **Pequizeiros:** denominação utilizada pelos camponeses de Campo Azul para se referirem aos compradores regionais e caminhoneiros.
- **Compradores inter-regionais:** são pessoas de outros estados que, previamente, negociam direto com os compradores e vendem o pequi norte mineiro nos mercados urbanos. São representados pelos caminhoneiros que fazem pagamento em dinheiro aos compradores e transportam os frutos.
- **COOPERJAP:** cooperativa de Japonvar, a qual compra e faz o processamento agroindustrial do pequi e dos demais frutos do Cerrado ou não. Os frutos são comprados, preferencialmente, dos camponeses sertanejos cooperados e comercializados no mercado regional, em feiras estaduais e nacionais da agricultura familiar, entre outros locais.
- **Indústrias de bebidas:** Produzem licores e xaropes de pequi e encomendam fruto diretamente dos compradores locais e regionais de pequi.
- **Caminhoneiros:** são sujeitos que realizam o transporte do fruto até os mercados urbanos do Norte de Minas, de Minas Gerais e de outros estados.
- **Ajudantes:** são pessoas das áreas urbana ou rural que realizam a separação dos frutos, organizam-nos em caixas e carregam os caminhões. Encontramos

estes sujeitos trabalhando na cidade de Japonvar ou nas vilas para os compradores locais e regionais.

- **Vendedores ambulantes varejistas:** são trabalhadores que atuam no comércio varejista informal das cidades onde vendem o pequi *in natura* para os consumidores finais. Não possuem ponto de venda fixo.
- **Feirantes:** trabalhadores varejistas informais das cidades os quais vendem o fruto *in natura*, o óleo de pequi, doces e licores artesanais. Geralmente possuem pontos de venda fixos (bancas) nos mercados e feiras. Em Montes Claros são encontrados no Mercado Central e na feira do Calçado Popular.

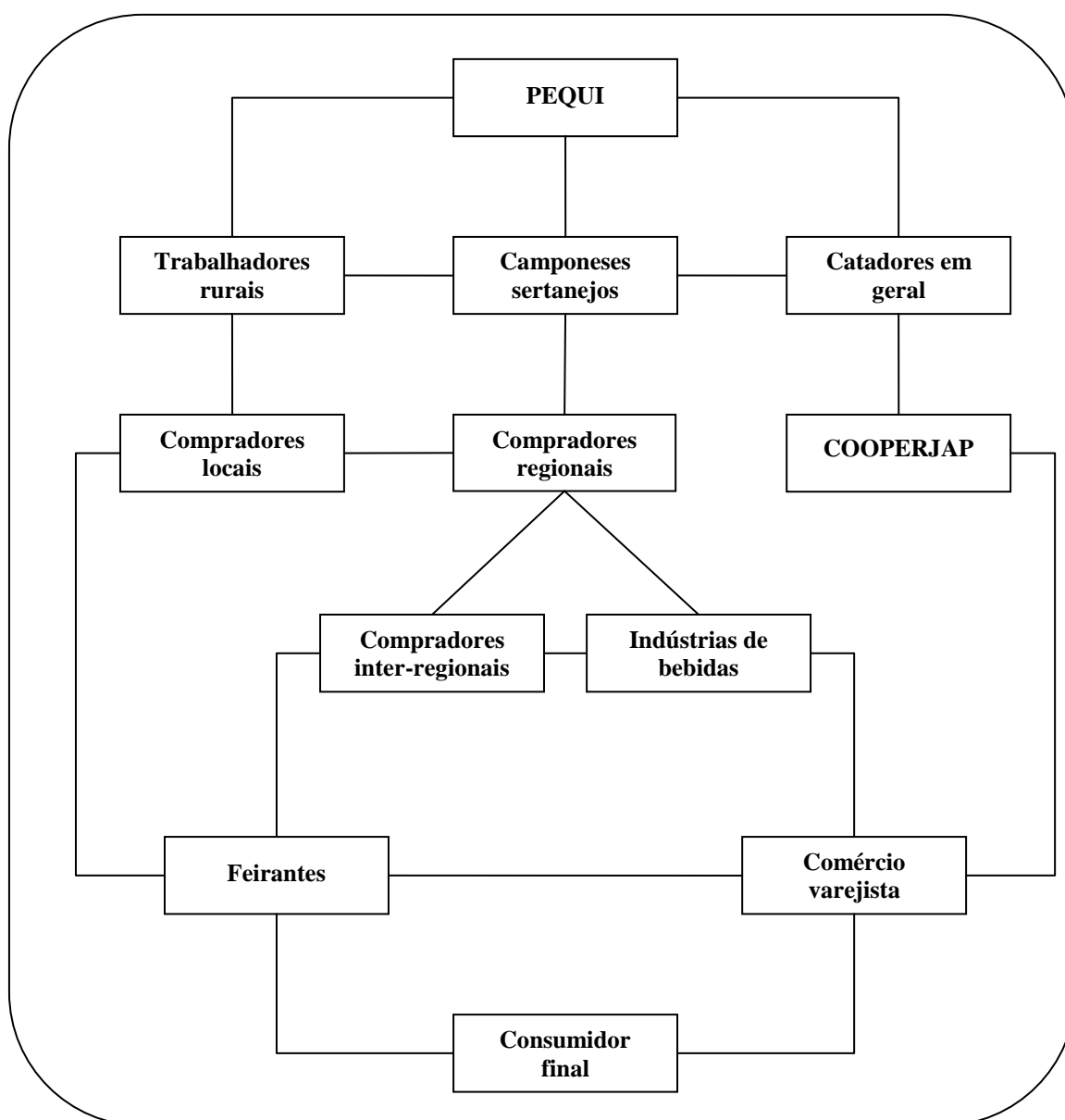


FIGURA 17 – Dinâmica ampliada de comercialização do pequi norte mineiro.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010-2011.

Na FIG. 17, procuramos mostrar a estrutura que gera a dinâmica do processo de comercialização do pequi do Norte de Minas iniciando-se com a coleta pelas populações sertanejas, passando pelos atravessadores locais, regionais e inter-regionais até chegar ao consumidor final.

Depois de mostrarmos a dinâmica de comercialização do pequi, vamos tratar da variação dos preços do fruto *in natura* durante as safras 2009-2010 no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, consoante informações dos camponeses entrevistados (GRÁF. 9). Em se tratando dos territórios norte mineiros de Japonvar e Campo Azul, observa-se que, nesta primeira localidade, o preço médio da caixa contêiner cheia de pequi, no início da safra, em novembro de 2009, começou elevado, sendo comercializado por aproximadamente R\$ 19,00. Com o aumento da coleta do fruto, a mesma caixa foi vendida a R\$ 3,00 no meio da safra, mantendo-se estável até o término da queda dos frutos na região (janeiro de 2010).

Ao contrário de Japonvar, a safra em Campo Azul iniciou-se em janeiro de 2010, e o preço da caixa do pequi foi crescente, começando baixo no início da safra e depois aumentou consideravelmente à medida que o fruto se tornou escasso no mercado norte mineiro, chegando a atingir a cifra média de R\$ 20,00 no final.

Quanto aos preços pagos em Minas Novas, serão analisados no subitem 4.4.3, pois a unidade de medida vendida é diferente da norte mineira.

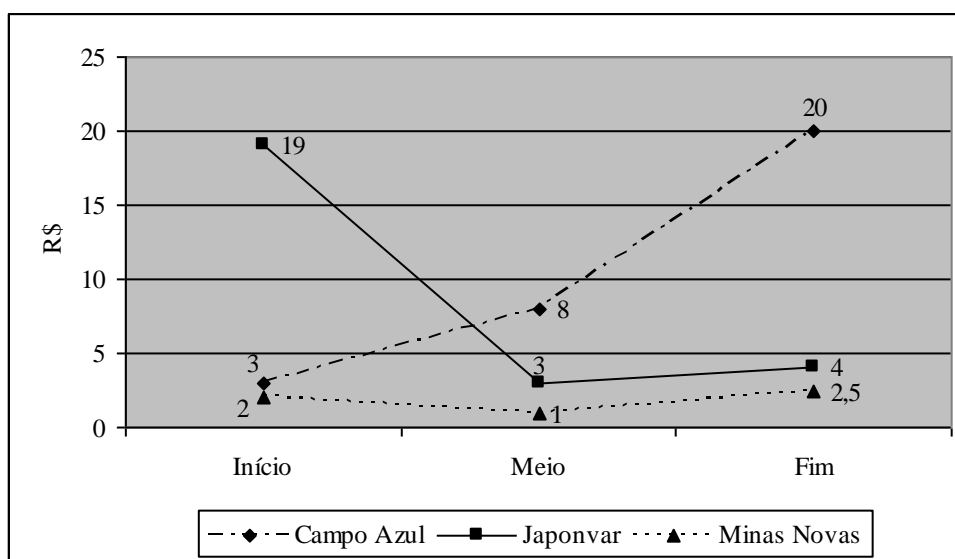


GRÁFICO 9 – Preço médio do pequi *in natura* vendido nos territórios de estudo.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Agora, vamos descrever as características e como percebemos a dinâmica extrativista do pequi em cada território de estudo, começando por Campo Azul, em seguida Japonvar e, por fim, em Minas Novas.

#### **4.4.1 Campo Azul: o melhor pequi**

A coleta do pequi ocorre de maneira bastante simples. Quando se inicia a maturação, os frutos desprendem-se sozinhos das árvores e caem. A partir daí, o trabalho do camponês começa, pois, geralmente, o fruto é catado no chão. Somente o fruto coletado no chão tem a garantia de estar maduro. Depois disso, a durabilidade do pequi é de cerca de 3 a 4 dias, antes que comece a apodrecer, por isso deve-se chegar até o consumidor rapidamente. Normalmente, os camponeses sertanejos juntam os frutos na área de coleta em suas propriedades ou de outrem e levam-nos até suas casas para esperarem os compradores ou até os locais de venda. O transporte depois de coletado é bem precário, sendo feito em sacos, caixas, carroças com tração animal, carrinhos de mão e bicicletas.

Em Campo Azul, o pequi é coletado por camponeses sertanejos e catadores que moram nas vilas ou povoados e se dedicam a essa atividade no período de coleta do fruto. Há a atuação também dos compradores locais das áreas rurais, dos arrendatários e dos parceiros locais, geralmente mais capitalizados do que os outros camponeses. Os compradores regionais vêm de outros municípios e arrendam as áreas de chapadas dos maiores proprietários de terras durante o período de coleta do pequi. Eles também catam o fruto e colocam trabalhadores para isso.

Como as propriedades rurais, incluindo-se as camponesas, são mais extensas em Campo Azul, naturalmente a coleta comum do pequi é menos intensa. Muitos camponeses até explicam que os vizinhos não precisam coletar em outras propriedades, porque todos têm o fruto em suas terras. Os proprietários que não realizam a coleta do fruto, geralmente, arrendam as terras para tal finalidade. Outros, porém, contratam camponeses ou trabalhadores rurais locais em sistema de parceria ou diária para a coleta do pequi.

De acordo com Chévez Pozo (1997), ao estudar a dinâmica econômica do pequi em outras áreas do Norte de Minas Gerais, verificou que os camponeses – denominados pelo autor de produtores familiares – que possuem poucas árvores de pequi na sua propriedade coletam também em áreas vizinhas, com a condição de pagarem ao proprietário destas 10% sobre o valor obtido pela venda. Tal fato, entretanto, não foi identificado em nossos territórios de estudo. Em Campo Azul, percebemos situação mais

próxima da observação do autor, através do arrendamento das terras e da parceria durante o período da safra de pequi, mas não há percentual estipulado sobre o total do valor da coleta. Ocorre, sim, a remuneração por diária, em pequi (a exemplo da meação), e o pagamento do arrendamento dos pequizeiros de uma determinada propriedade. Segundo alguns camponeses relataram, o pagamento varia entre dois a cinco mil reais em média.

O arrendamento das terras de pequizeiros não é feito apenas para famílias camponesas de Campo Azul. Atuam, nesta localidade, os principais atravessadores da cadeia comercial de pequi de diversas partes do Norte de Minas. Estes, por sua vez, costumam ser os mesmos compradores locais e regionais de Japonvar e região, os quais migram para Campo Azul logo quando diminui a intensidade da coleta e dos caminhões que se abastecem em Japonvar. O período é justamente o auge da maturação e queda do pequi de Campo Azul, muito solicitado no mercado regional e goiano.

De acordo com um de nossos entrevistados, todo ano ele arrenda seus pequizeiros para compradores do município de Lontra, vizinho a Japonvar. Esses compradores, apelidados de “pequizeiros” pela população local, literalmente “montam a barraca” nas propriedades arrendadas. Ali, eles constroem cabanas para proteger o pequi estocando-o do sol e da chuva até a chegada dos caminhões. Os compradores regionais geralmente levam seus próprios ajudantes e ainda contratam trabalhadores rurais locais para a coleta, mediante pagamento de diárias.

Além disso, muitas casas dos camponeses sertanejos de Campo Azul não se localizam próximas às estradas e entradas das propriedades, como as de Japonvar e Minas Novas. A maioria situa-se próxima às grotas ou aos boqueirões. Alguns camponeses, então, se mudam para a área de chapada de suas propriedades, às margens das estradas, improvisando-se, assim, barracos de lona e palhas para se dedicarem à coleta do pequi e facilitar o acesso aos/dos caminhões (FIG. 18).

A FIG. 18 mostra um barraco improvisado na chapada de Campo Azul, almejando a coleta do pequi. Tivemos a oportunidade de olhar a parte interior do barraco, parecia um quarto improvisado, onde havia duas camas feitas pelos próprios camponeses e algumas cordas estendidas com roupas. Ao lado desse barraco, encontra-se uma cozinha, contendo um fogão à lenha e uma tábua soerguida para lavar e colocar as vasilhas. À frente dessa cozinha, há um varal contendo carne de sol, toucinho, pele e pé de porco, todos os alimentos estão salgados e secando para manter a conservação.



FIGURA 18 – Moradia improvisada por camponeses na chapada de Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, janeiro de 2010.

Os barracos estão montados embaixo de um pequizeiro e, como se pode observar, há uma numeração, “P17”, a qual indica uma marcação da empresa responsável pela execução das obras de pavimentação da rodovia ligando Brasília de Minas a Campo Azul. A numeração faz parte do processo de licença ambiental para retirada dos pequizeiros que estão localizados às margens da estrada onde será asfaltada pelo programa Pró-acesso do governo estadual. Neste caso, a população local informou que a empresa executora da obra plantará mudas de pequizeiros como medida compensatória.

Na FIG. 19 temos uma cabana coberta por palhas que abriga uma família camponesa onde há o pai, o filho e o genro, os quais estão aguardando a passagem dos caminhões. As cabanas são construídas para protegerem os frutos do sol e da chuva, bem como abrigam os camponeses quando não estão coletando na chapada. Ao lado, há os pequis acumulados para venda.



FIGURA 19 – Camponeses aguardando a passagem dos caminhões.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, janeiro de 2010.

Em Campo Azul, os caminhoneiros carregam os caminhões tanto dos compradores locais e regionais quanto dos camponeses, pois as distâncias são consideráveis entre um e outro e nem sempre é possível completar a carga somente de um coletor comprador.

Vale frisar que, em Campo Azul, no início da maturação, a qual começa a acontecer no final de dezembro até meados de janeiro, não se comercializa o pequi. O primeiro pequi é somente consumido pelas famílias camponesas. A comercialização do fruto nos territórios estudados se dá a partir da chegada dos caminhões em janeiro, quando a coleta do fruto em Japonvar e região já reduziu. Assim sendo, os camponeses explicam que os frutos dessa etapa inicial da coleta deixam de ser aproveitados, acarretando desperdícios e incidindo na impossibilidade de melhorar os ganhos das famílias.

A sugestão dos próprios camponeses sertanejos seria viabilizar no município uma agroindústria que aproveitasse essa brecha do mercado no início da safra, semelhante à cooperativa de Japonvar. O galpão e os equipamentos de processamento dos frutos do Cerrado já foram adquiridos, segundo informação do escritório da EMATER na cidade. A previsão era para iniciar as atividades com o período de coleta de pequi 2010-2011, o que não aconteceu.

Porém, aí se encontra um entrave, pois geralmente o pequi do início da safra possui o preço elevado. Em Japonvar, por exemplo, a cooperativa não compra o pequi do início e do fim da safra, porque são mais caros. No entanto, enquanto não há demanda de mercado no início da coleta de Campo Azul, o preço do fruto é baixo, porém isso pode mudar quando se instalar o processamento.

As principais cidades de destino do pequi de Campo Azul, apontadas pelos camponeses, foram: Montes Claros, Janaúba, Porteirinha, Mato Verde, Ibiaí, Pirapora, Unai, Uberaba, Uberlândia, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Goiânia, Rio Verde, Iporá e outras cidades do estado de Goiás e do sudoeste da Bahia. Dessas cidades, Montes Claros e Goiânia são as principais consumidoras do pequi norte mineiro.

#### **4.4.2 Japonvar: o pequi mais famoso**

Nos itens anteriores, já foi demonstrado como o pequi impacta de diversas formas a vida da população no norte e nordeste de Minas Gerais. Os relatos de vários camponeses os quais entrevistamos apresentam isso. Em Japonvar, município pelo qual se difundiu a economia do pequi, conseguimos perceber o “fervor” provocado pelo fruto sertanejo no



campo e na cidade. Tanto na época do fruto quanto fora dele, Japonvar inspira-se com o pequi. Muitos camponeses falaram que o lugar pegou fama com o “negócio” do pequi.

De maneira semelhante, Azevedo (2008, p. 67) faz observações pertinentes:

Percebe-se nitidamente que o extrativismo do pequi impacta, em vários aspectos, a vida da população, e ela reconhece essa importância do fruto na vida familiar e comunitária. Neste sentido, nota-se, também, que as pessoas evidenciam, com mais frequência e entusiasmo, os benefícios econômicos, a melhor qualidade de vida e desenvolvimento que as atividades em torno do pequi proporcionam para a localidade.

De acordo com a investigação do referido autor, apesar da importância econômica do pequi na dinâmica socioeconômica do município, não há informações completas disponíveis nos órgãos públicos locais (EMATER e Prefeitura) sobre dados da coleta, comercialização e impacto econômico. Ainda segundo o autor, as lideranças locais estimam que o pequi seja a segunda maior fonte de renda do município, todavia isso não foi comprovado.

O presidente da cooperativa local acredita ser a renda do pequi a maior do município:

Antes do pequi, o comércio estava parado, aquele silêncio... Começou cair pequi, aí você já viu, o povo incendiou: é carroça levando feira, uns vêm com a carrocinha de boi, outros com a carrocinha de..., uns com uma pick-up; aí você já viu, já começou sair feira, os caminhões entregando material, né? Aí tem gente que ganhou dez mil reais numa safra de 45 dias e apurou os dez mil reais, então, gira, né? O SEBRAE fez uma estimativa aqui de gerar em torno de dois milhões aqui numa safra de pequi. É um dinheiro que fica aqui no município. Então, depois daí vem o leite, né? Vem a criação de gado...

O entrevistado ainda destacou a importância da agropecuária. Segundo ele, todos os agricultores criam suas cabeças de gado, mas exaltou que é um município de economia agrícola e pecuária, com um pequeno comércio local.

Apesar de que o presidente da COOPERJAP tenha se referido às pessoas que chegam a ganhar até dez mil reais com o pequi no local, segundo os camponeses as cifras aumentam. Para estes, as cifras dos compradores locais e regionais de pequi variam entre 30 a 50 mil reais. Os valores ainda podem aumentar quando os compradores migram para a coleta em outros municípios.

Os camponeses sertanejos de Japonvar coletam o pequi em suas propriedades e nas dos seus vizinhos e parentes, pois, aqui, o pequi é um recurso compartilhado e a

maioria das pessoas não impede. O pequi é de todos, e o argumento mais utilizado para justificar isso é que ninguém plantou, foi Deus quem deu.

Além de outros sujeitos atuantes na coleta de pequi, os camponeses de Cabeceiras do Mangaí catam o fruto e vendem aos compradores locais da comunidade, da vila São Cristóvão ou da cidade. Alguns, entretanto, vendem o fruto às margens da rodovia BR-135, a qual corta o município, aproveitando a facilidade de acesso e o contato com os caminhoneiros e viajantes, como se pode observar na FIG. 20.



FIGURA 20 – Venda de pequi às margens da BR-135 no início da safra 2010-2011.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, Cabeceiras do Mangaí, novembro de 2010.

A venda à beira da rodovia ocorre principalmente no início e no fim da safra do pequi, quando o produto apresenta preço mais elevado. Quando aumenta a quantidade de frutos maduros, o preço reduz; os camponeses e outros catadores preferem vender aos atravessadores, que entregam grande montante de frutos aos caminhoneiros.

Na FIG. 21, mostramos uma área de armazenamento de pequi de um dos compradores locais da Vila São Cristóvão, próxima à Cabeceiras do Mangaí. O carro com carroceria é um dos tipos de veículo usados pelos compradores locais para buscar o fruto nas propriedades camponesas.



FIGURA 21 – Compradores locais de pequi na Vila São Cristóvão – Japonvar.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, janeiro de 2011.

O processo ocorre da seguinte forma: primeiro, o comprador passa nas propriedades daqueles camponeses com quem ele já está acostumado a negociar e pede para juntar o pequi; no outro dia, ele volta para buscar; a unidade de medida é caixa contêiner, conforme aparece na ilustração. Para cada caixa cheia, o comprador normalmente paga o preço em dinheiro que está sendo negociado na região. Por fim, o comprador leva os frutos para sua área de estocagem, enche as caixas e aguarda a chegada do caminhoneiro. Este, ao chegar, traz as caixas vazias e leva as cheias. Em alguns casos, é necessário fazer a troca de caixas. O caminhoneiro faz o transporte até o atacadista das cidades de Montes Claros, Goiânia, entre outras.

Um dos compradores locais de Japonvar nos informou que os caminhoneiros pagam a eles um preço melhor nas caixas de pequi pela facilitação do serviço, agilizando o tempo gasto para carregar o caminhão.

Os compradores locais e regionais são os primeiros atravessadores do circuito da comercialização do pequi, seguidos pelos compradores de cada cidade.

Já na FIG. 22, os pequis arrumados em caixas são de compradores regionais. Ao lado do local de estocagem, existe uma casa alugada na cidade de Japonvar todos os anos por uma família oriunda da cidade de Porteirinha. A casa é estratégica, uma vez que se localiza à beira da rodovia BR-135. Fora da época do pequi, a família trabalha com parque de diversão itinerante. Quando chegamos para conversar com a família, estavam presentes a mãe, um filho, uma filha e alguns ajudantes da própria cidade. Eles já estavam com toda

a mudança em cima do seu próprio caminhão para retornar para sua cidade de origem, e o pai encontrava-se em Campo Azul, visto que o pequi em Japonvar findava-se.



FIGURA 22 – Caixas de pequi de compradores regionais na cidade de Japonvar  
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2011.

Logo após, o caminhão com destino à Goiânia chegou (FIG. 23). Os ajudantes locais descarregaram as caixas vazias e as substituíram pelas cheias. Na oportunidade, o motorista nos informou que aquele pequi estava sendo levado diretamente para um comprador da Ceasa de Goiânia. Nas entrevistas, tanto em Japonvar quanto em Campo Azul, a cidade de Goiânia foi a mais citada pelos camponeses como local de destino do fruto sertanejo norte mineiro.



FIGURA 23 – Carregamento de pequi em Japonvar com destino à Goiânia.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, janeiro de 2011.

Após os compradores entregarem o pequi aos caminhoneiros, aqueles, vale lembrar, não têm mais nenhuma responsabilidade. Caso haja algum acidente ou o caminhão seja apreendido irregularmente e a carga de pequi for perdida, a responsabilidade é única e exclusivamente do comprador inter-regional. Os compradores local e regional só possuem o compromisso de garantirem o fruto. O pagamento é feito pelo próprio caminhoneiro.

Uma observação importante deve ser feita. Os camponeses entrevistados em Cabeceiras do Mangaí reclamaram dos preços impostos pelos compradores locais e regionais. Geralmente, são estes quem determina o preço da caixa de pequi e não resta nenhuma opção aos camponeses, que, para não perderem o fruto, cuja validade é curta após a queda, se submetem a aceitar os preços impostos pelos compradores.

Um diagnóstico municipal, elaborado pelo SEBRAE-MG (2000, p. 30) – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –, recomendou, como uma das estratégias para o desenvolvimento de Japonvar com base no pequi, a “melhoria das atuais condições de comercialização, diminuindo ou superando a dependência dos atravessadores”. Entretanto, o que temos visto é justamente o aumento desses atravessadores, pois, a cada safra, a população envolvida com pequi observa o patrimônio que os atravessadores vão agregando e passa a almejar o mesmo.

Por fim, os destinos do pequi de Japonvar e região são os mais variados possíveis, conforme identificaram os camponeses: COOPERJAP, Montes Claros, Belo Horizonte, Janaúba, Curvelo, Espinosa, Jaíba, Teófilo Otoni, São Paulo, Goiânia, Brasília, Guanambi, Feira de Santana, Foz do Iguaçu e outras cidades do interior da Bahia, de Minas Gerais e de Goiás.

#### **4.4.2.1 Breves considerações sobre a COOPERJAP**

A COOPERJAP – Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar, sem dúvida, possui um papel muito importante na divulgação do município com a atividade extrativista e agroindustrial do pequi. Pioneira em vários aspectos, a iniciativa contribuiu para elevar o município ao título de capital nacional do pequi.

A iniciativa de criação da cooperativa surgiu inicialmente através dos próprios pequenos agricultores e catadores de pequi, e depois foi assumida e liderada pela máquina pública local em função de dificuldades financeiras e de falta de experiência com o cooperativismo (AZEVEDO, 2008).



Criada em 1998, a cooperativa só alavancou com sua proposta socioeconômica-ambiental a partir do ano de 2005, quando reorganizou uma nova diretoria e buscou parcerias, a saber: SEBRAE, universidades, ONG's, CONAB, poder público e outros projetos semelhantes, segundo o atual presidente nos informou. Possui mais de 200 cooperados, mas também recebe frutos de outros produtores locais. De acordo com ele, até a década de 1990, havia um descaso muito grande com as pessoas e os recursos naturais da região:

O mesmo pensamento né, porque no passado quando a gente começou com a ideia de criar [a cooperativa] foi... era o descaso, né? O descaso com o cerrado que tava aí transformando tudo em carvão, o pequi não tinha o mínimo de valor, não tinha nenhuma criatividade com ele, era só naquela época e sem valor comercial, quase que nada, né? Então com essa organização, o sentido nosso com a cooperativa, o pensamento, era fazer a inclusão social, né? Aí era discriminado, o catador de pequi não era gente, carvoeiro também era só o caminhoneiro que, vamos supor, era o “manda chuva”, então, a gente via essa discriminação, via a desvalorização...

Além do pequi, outros frutos nativos e domesticados foram sendo incorporados ao processamento da cooperativa, a exemplo do buriti, da cagaita, do coquinho azedo, da acerola, laranja, entre outros. Com isso, principalmente o pequi começou a estar presente no cotidiano regional e de outras regiões fora da safra. Alguns dos produtos processados e comercializados pela cooperativa estão na FIG. 24.

*Sede da cooperativa*



*Farinha e pequi em conserva*





FIGURA 24 – Sede da COOPERJAP e alguns dos produtos comercializados.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Consoante Afonso e Carvalho (2009), há no município sete unidades de processamento de pequi, chamadas de mini-unidades de despolpa, distribuídas nas diversas comunidades rurais. Nelas, ocorre o processamento inicial da polpa, a qual, posteriormente, é conduzida até a fábrica de Cabeceiras do Mangaí para tratamentos físico-químicos, envase e rotulagem.

A fábrica, até o final de 2010, ocupava o galpão da associação comunitária, o qual era alugado. Nas duas últimas safras de pequi (2009-2010/2010-2011), a cooperativa não operou em Cabeceiras do Mangaí. O argumento foi a existência de sobra de muitos produtos da safra anterior. Nesta última safra, a fábrica havia fechado, quando estivemos em campo no mês de janeiro de 2011. Os camponeses locais afirmaram até na possibilidade de a cooperativa decretar falência.

Desde a pesquisa de campo com entrevistas em abril de 2010, os camponeses de Cabeceiras do Mangaí já vinham afirmando da existência de dívidas. Muitos falaram que o

aluguel do ponto estava atrasado e que a cooperativa estava devendo a diversos camponeses, cooperados ou não.

No mesmo período do ano passado, quando realizamos uma entrevista com o presidente da associação, o mesmo havia afirmado que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da modalidade de compra antecipada para aquisição de alimentos para as escolas públicas, estava em atraso com os pagamentos. O problema é que o PAA funciona como uma das principais fontes de renda dos cooperados.

Conforme evidenciado por nossa pesquisa, não há cota específica para os camponeses fornecerem frutos e demais produtos à cooperativa, exceto para aqueles aptos a fornecerem para o PAA, destinado à merenda escolar, que é de R\$ 3.500,00, conforme informação do presidente da COOPERJAP.

Além disso, a maioria dos camponeses de Cabeceiras do Mangá por nós entrevistados não é cooperada. Esse fato, porém, não os impede de fornecer produtos, desde que haja demanda na cooperativa. Eles também destacaram que a cooperativa não tem capacidade de operar com o potencial produtivo de pequi da região de Japonvar, precisando escoar os frutos por meio dos caminhoneiros para outras regiões, o que, inclusive, se torna mais rentável. Com isso, conseqüentemente, não há disputas com a cooperativa pela comercialização dos frutos.

Outro ponto fundamental é o repasse de sobras, o qual está no estatuto da cooperativa. Os camponeses cooperados afirmaram que, até o momento, ninguém havia recebido as sobras da comercialização, apenas recebem os pagamentos pelo que é vendido. A afirmação foi confirmada pelo presidente da cooperativa. Este, por sua vez, destacou que todas as gestões da COOPERJAP decidiram, primeiramente, em construir o capital da empresa, adquirindo veículos, maquinários, a sede, alguns galpões etc., mas não descartou a possibilidade futura disso.

Enfim, observamos por meio de alguns dos problemas destacados pelos camponeses e assumidos pela atual direção, que a COOPERJAP encontra-se em situação semelhante à de outras cooperativas brasileiras. A priorização de capital financeiro em detrimento do capital social continua a ser um entrave à proposta inicial dos empreendimentos de cunho e iniciativa social. Apesar disso, vale o destaque para a importante dinâmica social, ambiental e econômica engendrada pela cooperativa no território de Japonvar, valorizando-o no cenário nacional.



#### 4.4.3 Minas Novas e o Fanado: o território do pequi

Identificamos, nos territórios rurais de Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas, um significativo potencial extrativista de pequi subexplorado. Tal ponto deve ser ressaltado porque o pequi desses territórios tem um período de maturação mais tardio, o que seria uma possibilidade de exploração comercial após o tradicional pequi do Norte de Minas.

Com a qualidade semelhante ao fruto norte mineiro, o que restou do pequi das terras altas das chapadas do Vale do Jequitinhonha só tem sido consumido localmente. No caso por nós estudado, o pequi só é consumido na região de Minas Novas e algumas cidades próximas: Angelândia, Capelinha, Setubinha e, ocasionalmente, na cidade de Barrinha (estado de São Paulo) através dos camponeses que para lá vão trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar e levam o óleo para ser vendido.

O significado do pequi em Minas Novas é mais uma tradição local, destacado pelas relações de uso com o recurso natural, do que propriamente um recurso com valor de troca. O valor de uso é mais importante que o valor de troca, até mesmo porque, utilizado como moeda de troca, o pequi apenas complementa a renda da família camponesa, sem nenhum outro destaque maior, como ocorre nos territórios norte mineiros.

A inexistência de um mercado urbano forte, de compradores regionais e inter-regionais, de agroindústrias ou cooperativas de processamento de frutos nativos, são os principais empecilhos para alavancar o extrativismo do pequi na região.

Outra dificuldade é o desconhecimento, por parte dos grandes e principais mercados consumidores de pequi, de que o Vale do Jequitinhonha também possui o fruto sertanejo. Além disso, a distância do Norte de Minas e dos principais centros consumidores do pequi é outro fator a ser considerado.

Os camponeses afirmaram ter muito zelo pelos pequizeiros, mas, pela pouca rentabilidade, às vezes não é dado o devido valor ao fruto, conforme mostra uma camponesa da Cachoeira do Fanado: “se tivesse todo ano uma pessoa que comprasse, a gente ia dar mais importância”.

O fruto, na maioria das vezes, é vendido na feira da cidade de Minas Novas, cujo transporte é oferecido pela prefeitura. Por os camponeses levarem diversos alimentos produzidos na propriedade, a quantidade de pequi a ser levada tem de ser limitada, em função do peso que carregam. Além disso, a maioria dos camponeses leva o óleo de pequi

para a feira, produto este que pode ser vendido em qualquer época do ano. O preço pago no litro de óleo de pequi em 2010 foi de R\$ 10,00.

O óleo é bastante apreciado localmente, porém não são muitas as famílias camponesas nas comunidades rurais que estão fazendo, pois o processo de extração é muito trabalhoso, segundo os entrevistados, e ainda consome muita lenha. Assim explica uma camponesa: “num tempo atrás fazia muito óleo, mas agora o povo não está querendo fazer” (Camponesa, 34 anos, Cachoeira do Fanado). Então, mesmo o pequi e seu óleo não serem lucrativos, um camponês da Cachoeira da Lagoa afirma: “aproveita, a gente fica com dó de deixar ele perder, mas não vale a pena não”.

No sentido econômico, um camponês entrevistado informa ser o fruto sertanejo como qualquer outro alimento colhido na roça, porque, até hoje, ele não viu ninguém “melhorar” com o “negócio” do pequi em Minas Novas. Todavia, nas palavras do mesmo, ele lembra que o pequi “é uma fruta que ajuda todo o tempo que o pessoal viveu por aqui. O pequi é uma coisa tradicional do lugar aqui”. Ele ainda completa: “o pequi aqui já foi a coisa que salvou muito o pessoal, antes da usina, da Acesita... O pessoal temperava a comida com o óleo do pequi” (Camponês, 39 anos, Cachoeira da Lagoa).

Pelas observações acima, se o pequi, porém, não tem uma dinâmica econômica expressiva, pelo menos ele já desempenhou (e ainda desempenha) um papel muito importante em um dos principais contextos da vida camponesa – na alimentação. Sobretudo o óleo de pequi é uma tradição do território sertanejo do Fanado, como é conhecido entre a população local. É uma tradição porque o saber-fazer herdado dos antepassados se repete na atualidade.

Além do artesanato de argila, certamente é um dos maiores símbolos da tradição e cultura do Vale do Jequitinhonha, inclusive em Minas Novas, e da farinha de mandioca, o pequi e seu óleo também estão presentes nas principais feiras da região. Muitas mulheres dos territórios percorridos têm o hábito de guardar o óleo de pequi para seus maridos e filhos, quando estes retornam da migração temporária no fim do ano. Especialmente através do óleo, o pequi é lembrado e utilizado nas mais diferentes refeições camponesas.

Na FIG. 25, temos uma peça de artesanato de argila em fase de acabamento e óleos de pequi feitos por uma das camponesas do território do Fanado: um encontra-se coalhado e o outro derretido. O óleo derretido foi aquecido pela camponesa para nos mostrar como é a consistência logo após o preparo. A consistência do óleo de pequi varia conforme a temperatura do ambiente onde está armazenado. Quando a temperatura

encontra-se mais baixa, o óleo fica coalhado. Segundo os camponeses locais, o óleo preparado por eles apresenta uma durabilidade de cerca de três anos.



FIGURA 25 – Óleo de pequi e peça de artesanato produzidos em Cachoeira do Fanado.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

A dinâmica de inserção do pequi de Minas Novas no mercado local é relacionada àquilo denominado por Marx de *produção mercantil simples*, expressa pela forma M-D-M, cuja venda de uma mercadoria resulta em dinheiro para adquirir outra (MOURA, 1986). Assim, vemos este tipo de troca comercial simples na explicação da entrevistada: “vou [para a feira] com o pequi e sem dinheiro e volto com outros alimentos” (Camponesa, 46 anos, Cachoeira do Fanado).

Contrapondo-se essa fórmula, Marx mostra que a produção mercantil capitalista – D-M-D – significa que o dinheiro compra mercadorias, inclusive força de trabalho, para produzir mais dinheiro (MOURA, 1986). Aqui, portanto, podemos visualizar as relações espúrias da dinâmica extrativista do pequi no Norte de Minas, já analisadas acima, não pelos camponeses, mas pelos sujeitos intermediários, os quais subordinam os catadores de pequi, impõem seus preços e acumulam capital às custas do trabalho de outrem.

Alguns camponeses reclamaram do fato de pessoas desconhecidas, provavelmente comerciantes do fruto, encherem os carros nas comunidades e não pagarem nada a eles. Além disso, ainda destacaram a entrada na cidade de pequi de outras regiões antes do início da safra em Minas Novas, dificultando as vendas durante a feira, porque, quando o fruto local chega ao mercado, os consumidores já não se interessam mais. Isso,

além de diminuir as vendas já poucas, ainda reduz os preços em função do desequilíbrio gerado entre oferta e procura.

Para se ter uma noção da baixa valorização do preço do pequi na cidade de Minas Novas, colhemos informações das famílias camponesas para saber a quanto foi vendido o fruto na feira: no início da safra, o preço médio foi vendido a R\$ 2,00 a medida<sup>18</sup>; no meio da safra caiu para R\$ 1,00; e, no final, situou-se em torno de R\$ 2,50, conforme se observa no GRÁF. 13 no item 3.4.

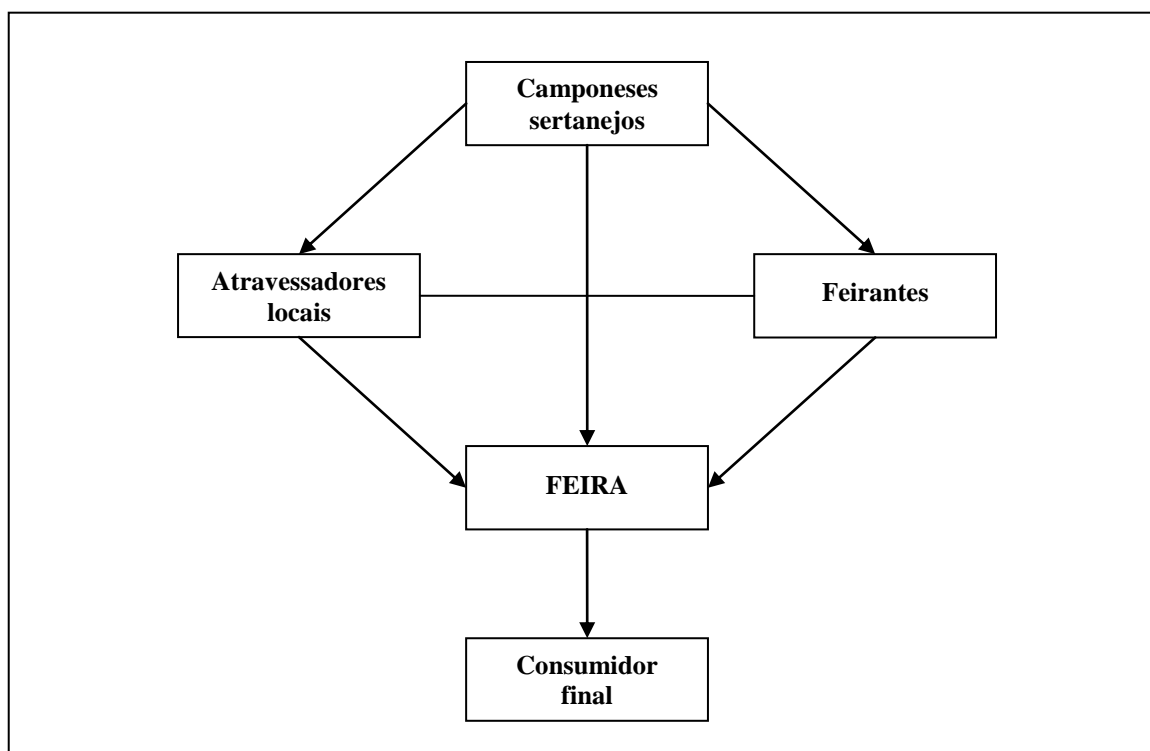


FIGURA 26 – Dinâmica de comercialização do pequi e do óleo em Minas Novas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

O pequi e seu óleo envolvem uma rede comercial menos complexa em Minas Novas do que no Norte de Minas, conforme mostra a FIG 26. Assim, os produtos podem chegar ao mercado consumidor diretamente pelas mãos dos camponeses, sem haver qualquer agente que possa atravessar as relações comerciais. Também pode ocorrer de os mesmos serem adquiridos dos camponeses sertanejos de Minas Novas por atravessadores ou por feirantes locais fixos das feiras que ocorrem nas cidades e vilas locais. De qualquer forma, pelos dados coletados em campo e com as entrevistas informais e livres que

<sup>18</sup> “Uma medida” corresponde a um saco plástico contendo aproximadamente 3 dúzias de pequi sem a casca. Para se ter uma ideia melhor, em pesquisa realizada na cidade de Montes Claros na safra de pequi 2007-2008, a dúzia do fruto foi vendida ao preço: início da safra: R\$ 5,00; meio: R\$ 2,00; e fim: R\$ 5,00 (SILVA, 2009).

fizemos com feirantes fixos na cidade, verificamos ser a feira o espaço mais importante das trocas em Minas Novas, sendo, assim, um caminho centralizador e ao mesmo tempo facilitador do acesso ao mercado da economia camponesa.

#### **4.5 O pequi e os saberes tradicionais dos camponeses sertanejos**

De acordo com Correia *et al.* (2008, p. 438), a diversidade biológica nos Cerrados de Minas Gerais tem sido utilizada ancestralmente pelo homem, e isso gerou uma profunda interação das populações locais com o ambiente. Os autores observam: “o conhecimento gerado do seu uso e das experiências repassadas de geração a geração continua presente em boa parte das famílias de agricultores, indígenas e quilombolas”.

Esse conhecimento, associado à valorização dos recursos naturais, tem se destacado atualmente. A valorização dos recursos naturais é, pois, a ressignificação e a própria reinvenção da natureza. Nesse sentido, Almeida (2005, p. 326) afirma: “o momento atual é de ressignificação das áreas tropicais como valiosa reserva genética e de suas populações tradicionais como portadoras de conhecimentos de conservação da natureza”.

Leff (2003, p. 32) informa que os conceitos de biodiversidade, território, autonomia, autogestão, estão reconfigurando seus significados nas estratégias de reapropriação da natureza. A biodiversidade passa a ser entendida como “território culturalizado”, visto que nele os sujeitos projetam suas concepções de mundo, de natureza, e esta ocorre em função de uma cultura ecológica (ALMEIDA, 2003; 2005). O território, mais que base de sustentação econômica, social e política de uma sociedade, é portador de significados, relações simbólicas e saberes, oriundos de práticas e vivências do cotidiano manifestados pela história e pelo trabalho. O território é uma produção sociomaterial e cultural. A cultura “é parte integrante das condições gerais da produção, e a preservação das identidades e dos valores culturais inscreve-se no território, deixando marcas pela história e pelo trabalho” (ALMEIDA, 2005, p. 332).

Diante disso, concordamos com DaMatta (1987, p. 50) quando ele afirma “a cada sociedade corresponde uma tradição cultural que se assenta no tempo e no espaço”. Assim, a cultura projetada no tempo e no espaço pode sobreviver à sociedade que a atualiza, através de um conjunto de práticas concretas e visíveis. Portanto, mesmo em sociedades ditas “tradicionais”, a cultura sempre será dinâmica (LARAIA, 2008), pois ela interage com os sujeitos, objetos e valores internos e externos a ela.

De acordo com Diegues e Arruda (2001, p. 28):

A especificidade de uma cultura, porém, é dada pela particularidade de uma visão de mundo, por uma cosmogonia própria, pela existência de um território singularizado, configurado por uma lógica de ação e de emoção que, num contexto de dominação, vive muitas de suas facetas na clandestinidade, ao abrigo da apropriação ou da repressão.

Os olhares que concebem a questão ambiental, baseados no consensualismo ou no autoritarismo ecológicos, não dão conta de compreender a diversidade cultural e as distintas formas de apropriação e significação do mundo material. Tais formas não só resultam em conflitos que disputam a apropriação de recursos naturais ou de propriedades, mas se manifestam também em conflitos simbólicos que disputam os recursos materiais, a significação que representam para determinadas sociedades. Para Acselrad (2004, p. 14), “as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem”.

O autor supracitado distingue em três os tipos de práticas de apropriação do mundo material. A primeira refere-se à apropriação técnica, na qual se definem os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios. Ela é resultante de um conjunto de saberes e forma também uma base experimental na formação de novos conhecimentos. Na apropriação social do mundo material, configura-se a diferenciação social dos indivíduos, manifestada a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios, fontes e estoques de recursos materiais. Por esta especificidade, a apropriação social constitui numa distribuição desigual do poder sobre os recursos. Por fim, existe a apropriação cultural, que direciona para além dos modos de apropriação, ditos produtivos, da economia e do processo de diferenciação social dos indivíduos; o mundo material possui diversas atribuições de significados.

Os fatos culturais não restringem-se a simples epifenômenos das estruturas produtivas da sociedade, mas mostram-se, ao contrário, como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhes sentidos, ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas (ACSELRAD, 2004, p. 15).

Vemos, contudo, que as práticas de apropriação do mundo material não se desdobram apenas a partir dos padrões tecnológicos do “desenvolvimento” (práticas

técnicas objetivas, ditas às vezes racionais), elas, também, são práticas técnicas que envolvem as categorias subjetivas, da percepção, do julgamento e da orientação, justificando ou legitimando tais práticas. Estas últimas obedecem a normas internas, diferentes das primeiras que são externas aos territórios, isto é, são práticas forjadas. Há um diferencial quando analisamos as práticas culturais conectadas às formas técnicas e sociais, pois somente as práticas culturais possuem valores e racionalidades orientando as práticas sociotécnicas.

Isso ocorre entre os camponeses sertanejos. Com frequência, seus saberes e valores se impõem sobre as práticas sociais de uso dos recursos disponíveis em seu território.

Correia *et al.* (2008), ao estudarem uma comunidade camponesa do território do Alto Rio Pardo, analisaram que as populações do Norte de Minas vêm acumulando, historicamente, saberes acerca de sua vivência no Cerrado. Tais saberes contemplam animais silvestres, plantas e frutos nativos e cultivados. Os mesmos autores concluem que, há décadas, “os geraizeiros”, assim são chamados os habitantes da “região dos gerais”, os quais vivem nos planaltos do São Francisco e nos topos da Serra do Espinhaço, vêm mantendo sistemas de produção de natureza ecológica, sem causarem grandes danos ao ambiente. Os geraizeiros estão incluídos, no nosso entender, numa modalidade do campesinato sertanejo.

Para Diegues e Arruda (2001, p. 31), o conhecimento tradicional pode ser definido “como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido, oralmente, de geração em geração”. Assim, podemos exemplificar os cuidados que os camponeses sertanejos dispensam ao pequi e a todo o imaginário: as crendices, os costumes e usos em torno do fruto rei do Cerrado, formando esse conjunto de saberes tradicionais, além do saber-fazer o óleo de pequi e as receitas com o fruto da culinária sertaneja.

Nesse contexto, concordamos com Muñoz (2003, p. 294-295) quando ela analisa a vida dos povos indígenas e afirma que o *saber* é cotidiano, porque, além de técnicas e conhecimentos, ele também envolve a pessoa e o seu meio, a natureza, a vida vegetal e animal. Por isso, consoante a autora, “o *saber cotidiano* dá conta dos conhecimentos que a pessoa integra e daqueles que circulam no seu mundo de vida e que, segundo a maneira própria de compreender e interpretar, adaptam-se em *saber ser e fazer* com sentido comum” (grifos da autora).

Embora cada indivíduo tenha um modo particular de ver o mundo e as coisas, os saberes entre grupos tradicionais, como os camponeses sertanejos, em geral, são sempre comunitários. O saber comunitário se reproduz em forma oral e, por isso, se constitui num importante acervo da história viva de um grupo ou uma comunidade.

Os saberes tradicionais, geralmente mais próximos da relação do homem com a natureza não podem ser analisados ou comparados ao *fazer moderno*, nem tampouco ser considerados inferiores em detrimento do uso de formas técnicas superiores. Os saberes tradicionais são sempre singulares. O saber-fazer o óleo de pequi se torna um exemplo de que o “tradicional” também guarda suas especificidades, possui seu valor, e nem por isso é *menos moderno*.

Os camponeses sertanejos de Japonvar nos relataram a aquisição pela COOPERJAP de um maquinário para extrair o óleo da polpa do pequi, mas não se obteve êxito no uso da máquina. A solução da cooperativa foi comprar o óleo feito pelas camponesas, apenas envasilhar e, em seguida, rotular para colocar no mercado. Outra forma de se fazer o óleo de pequi foi ensinado às camponesas de Japonvar e Minas Novas em oficinas agrônomicas, com o objetivo de facilitar o processo artesanal, porém as mulheres reclamaram durante as nossas entrevistas. Segundo elas, a durabilidade e a qualidade do produto são inferiores àquele feito desde a época dos seus antepassados.

Voltaremos a resgatar aquilo a que Ellen Woortmann se referiu como o “triângulo Deus-homem-terra”, a fim de demonstrar como o pequi e o pequizeiro estão sacramentados no campesinato sertanejo. As falas de vários camponeses, as quais vamos reproduzir, mostram-nos os valores do fruto e da árvore símbolos dos Cerrados na vivência deles. São demonstrações de respeito e reciprocidade à natureza, ao sagrado e aos saberes cultivados entre aqueles que observam as pequenas manifestações da grandeza da natureza.

É o pequi a ferramenta promotora da “riqueza” das pessoas, mas uma riqueza não manifestada pelo princípio da acumulação; é a riqueza presente no pequi que alimenta e, ao mesmo tempo, é comercializado e retorna à casa dos camponeses sob a forma de alimento, de remédios ou de outros bens dos quais a família camponesa necessita. O pequi é o “ouro do Cerrado”, conforme regionalmente é conhecido no Norte de Minas Gerais, tanto pela sua cor amarelada quanto pela renda que oferece aos sertanejos do campo e da cidade. Ele também é considerado a “carne dos pobres”, fazendo alusão ao seu elevado teor nutricional.

A crença de que a natureza é obra do sagrado é uma constância na vida camponesa, “porque o pequi ajuda a pobreza demais, abaixo de Deus” (camponês, 60 anos,



Japonvar). Ou então, “abaixo de Deus aqui nas águas é o pequi para nós aqui” (camponês, 68 anos, Japonvar). O pequi é a riqueza que ajuda os “pobres” do sertão; se Deus manda a chuva, que é a época na qual não há produção para o camponês, Ele também manda o pequi para substituir a falta da colheita da lavoura. “A riqueza nossa aqui, dos pobres aqui, é o pequi” (camponesa, 42 anos, Japonvar).

De acordo com Moura (1986), o peso específico da religião, ou também podemos nos referir como o peso da fé ou da crença, é maior na cultura simbólica camponesa, por ser a fé fornecedora de respostas e de uma explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar, enfim, da natureza e dos mistérios divinos. A religião faz os camponeses se sentirem protegidos e abarcados pelo amor divino. Conseqüentemente, acabam por se sentirem mais fortes diante dos problemas, das mazelas e injustiças de que padecem.

O pequi, semelhantemente a outros frutos nativos dos Cerrados, é coletivo, porque, na concepção do camponês do sertão, ele não foi plantado por ele. O pequi preexiste ao camponês: “já é nativo, é uma coisa que vem de tempos em tempos; pequi pra nós aqui é tudo; é festa quando é tempo de pequi neste lugar” (camponês, 25 anos, Japonvar). A própria ideia de que não foi feito esforço para plantar, cuidar e colher, como ocorre na lavoura, retira o peso do significado do trabalho do camponês: “é uma coisa que Deus deu lá no mato, ninguém plantou” (camponesa, 42 anos, Cachoeira do Fanado). Por isso, o pequi pode ser compartilhado, mas com restrições: “Deus deixou pequi para todo mundo, só não aceito derrubar” (camponês, 68 anos, Japonvar).

As restrições colocadas pelo camponês do sertão ao outro que também coleta o pequi é devido ele entender que o fruto só está totalmente maduro quando cai no chão. O respeito e o cuidado para com aquilo que a natureza lhe oferece é condição fundamental ao camponês: “quando a gente limpa eles [os pequizeiros], parece que eles gostam mais, dão mais”. “No meio do mato, eles morrem, tem muitos galhos” (Camponês, 64 anos, Japonvar).

Assim sendo, os camponeses se empenham em cuidar do pequizeiro, pois já perceberam que, quando eles roçam o mato embaixo da árvore, ela dá mais fruto e com uma qualidade melhor. A natureza e o pequizeiro, agradecidos, retribuem-lhes com bons frutos. É a reciprocidade entre homem e natureza. Todavia, a natureza de Deus, conforme ressalta Woortmann (2004), também castiga o homem, porque isso depende de sua conduta, a qual, com frequência, afronta a vontade divina: “tem gente que vem de longe e quer que panham no pé, mas ninguém pega. Se bater vara no pequizeiro, no outro ano não

dá. Coisa que é da natureza” (Camponesa, 42 anos, Cachoeira do Fanado). Para aquele que maltrata o Pequizeiro e vai numa direção contrária à lei da natureza dita, catar o pequi do chão, ocorre o que a camponesa de 49 anos, de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, afirma: “é praga, porque de primeiro o povo não tirava os pequis. Quebram os galhos e no outro ano dá menos”.

Para um camponês de Campo Azul, quem retira o pequi verde infringe duas leis – uma legal e outra divina: “é proibido tirar verde, o IBAMA multa e prende o carro; é um pecado também enganar as pessoas” (Camponês, 50 anos, Riacho Dantas).

Outra camponesa de Japonvar mostra sua experiência ao observar as consequências de se retirar o pequi diretamente no pé:

Ele é nativo, a gente não quer que tira em cima do pé, verde, né? Porque se você tirar o pequi ele estraga, ele quebra as galhas. Então, naquela quebração das galhas, ele dá pouco fruto no ano que vem. É uma coisa de experiência que você tem, que a gente tem aqui, né? Nós que é morador na roça, então, nós temos essa experiência. Você pode olhar no cerrado de alguém aí, que é acostumado a tirar os pequi pra vender... Eles tiram os pequi, quando é no ano que vem, aquele pé de pequi que eles tirou sem ele amadurecer de verdade [que é quando cai no chão], ele dá pouco fruto. Então, por isso que a gente não permite que tira no terreno nosso; não é exigência, é porque não pode, porque ele é nativo, e o que custa você ficar comendo ele dois ou três meses? Você ter ele pra por dentro do arroz... Você tira ele de uma vez, aí acabou... acabou o dinheiro. Acabou o gosto do pequi de você colocar ele no arroz, numa carne de sol... Então, o que custa você ficar panhando ele todo dia e ter o dinheiro todo dia? E eu acho que é uma coisa boa você ter o pequi até o dia em que ele falar assim: eu caí o último! (Camponesa, 42 anos, Cabeceiras do Mangaí).

Isso nos remete ao capítulo anterior, no qual discutimos uma possível “humanização” da natureza diante dessa visão etnoecológica holística. Se o homem cuida da natureza, no sentido de “dar o que ela pede”, assim haverá uma espécie de reciprocidade positiva. Em contrapartida, quando ele a maltrata, rompendo com seu “equilíbrio” natural, a forma de reciprocidade é negativa.

O relato da camponesa supracitada apresenta também um tipo de “diálogo oculto” feito com o pequizeiro, quando ela demonstra, em sua última frase, a satisfação de “ouvir” o pequi “dizer” que o último fruto da árvore caiu. A mesma entrevistada complementa sua fala:

O que custa chegar alguém e falar: ah, tem gente ali tirando pequi no seu terreno... Eu vou lá chamar a atenção: não, você quer panhar e comer, você pode panhar e vender, porque nós não dá conta, pode pegar, mas num põe a mão, num tira não. A única coisa que eu tenho exigência é disso aí, sabe? Mas panhar..., pode invadir meu terreno e panhar, pode vender e pegar seu dinheiro, eu não dou conta sozinha...

Quando indagamos à camponesa se ela não tirava os pequis do pé em função da legislação municipal, pois em Japonvar é proibida a retirada do fruto no pé ao considerar que o mesmo só está maduro quando cai no chão, a mesma nos respondeu negativamente. Para a camponesa, não é a lei o principal empecilho, ela não retira o pequi da árvore é por *respeito* à natureza. Isso é aquilo que Brandão (2004) chama de *ethos* camponês e Woortmann (2004) como reciprocidade.

Fala-se muito da domesticação do pequizeiro nos trabalhos acadêmicos, via plantio direto de mudas e enxertia para recuperação de áreas degradadas ou para dinamizar a produção. No entanto, a nosso ver, o pequizeiro já foi há muito tempo domesticado pelas populações sertanejas. Metaforicamente, o pequi e o pequizeiro já fazem parte das famílias sertanejas do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Na verdade, ocorre uma relação de *telurismo*, termo bastante usado na literatura quando a dimensão existencial do personagem aparece intimamente ligada à terra ou quando ocorre uma simbiose homem/terra.

Podemos ver a “humanização” da natureza na fala de um camponês de Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas: “o pessoal considera os pequizeiros como gente da família, ninguém corta não!”. O mesmo camponês entrevistado nos disse ainda que normalmente ara a terra, planta e, quando a terra enfraquece, ele para de plantar e coloca capim *brachiária*, para descansá-la. Outro camponês de Japonvar, por sua vez, fez uma analogia entre o corte do pequizeiro e a vida humana, pois, para ele, cortar um pequizeiro é o mesmo que matar uma pessoa.

A dualidade é outro ponto muito forte também nas relações do camponês com a natureza. Os opostos quente/frio, seco/úmido, forte/fraco, entre outros, estão claramente presentes na natureza de forma a equilibrá-la ou harmonizá-la, e não deixa de ser diferente entre os humanos.

De acordo com Woortmann (2004, p. 135), “tudo, na natureza de Deus, ou é quente ou é frio”, incluindo também a oposição “seco” e “úmido”. Segundo a autora, isso vem de uma matriz cognitiva que organiza o mundo, derivada da tradição grega codificada na teoria dos humores de Hipócrates. Na organização do trabalho camponês, essa lógica é facilmente observada. Por exemplo, os camponeses do território rural Cabeceiras do Mangaí vivem essa matriz de organização do plantio e de divisão das terras; as áreas de brejos são as terras úmidas, portanto mais frias e adequadas à maioria dos cultivos, diferindo-se das terras arenosas, quentes e secas, chamadas de “tabuleiros”, as quais são

mais propícias aos cultivos que necessitam de pouca umidade, por exemplo a mandioca, ou então, onde é plantada a pastagem para a criação de gado. A mesma coisa acontece nos territórios rurais situados nas grotas, em Minas Novas, onde os fundos das grotas são mais “frios” e “úmidos”, enquanto a parte acima é “seca” e “quente”.

Com o pequi, também não é diferente. As oposições quente e frio, forte e fraco, reimosa e sem reima, são bem destacadas entre as pessoas que conhecem o fruto e se alimentam dele, além de permear a credence popular. Nesse sentido, destacamos algumas falas dos entrevistados ratificando isso:

“Pequi é forte. É quente. Se comer muito, faz mal, se comer com uma carne de porco...” (camponês, 64 anos, Japonvar). “Pequi é quente. É quente pro sangue. No tempo do pequi, sai feridas no corpo. Altera o sangue. Mulher que come rende menino. É quente. Que o homem também fica meio furioso” (camponês, 77 anos, Japonvar). “O povo fala: arranjei menino foi na força do pequi” (camponesa, 28 anos, Vila São José, Campo Azul).

Falas como essas são muito comuns na região norte mineira, tanto no urbano quanto no rural, as quais foram registradas durante nossa pesquisa com os camponeses do sertão. É interessante destacar que, embora algumas famílias entrevistadas em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas, reconheçam as propriedades medicinais do Pequi, a exemplo de sua função expectorante, elas desconhecem a credence popular que afirma sê-lo afrodisíaco, além de favorecer a fertilidade feminina. Em um trabalho mais antigo, tal questão já havia sido destacada por Sampaio (1944, p. 49), citando um artigo publicado por Otacílio Lisboa (1941), na qual o autor faz referência ao pequi no Norte de Minas Gerais, mais especificamente na região do Alto Rio Pardo, onde nos sertões se faz

uso constante do fruto ou do óleo de piqui, os habitantes são sadios e fortes, de pele corada e macia, além de possuírem grande energia fecundante; e que é muito conhecido nos sertões brasileiros o fenômeno da enorme procreação das mulheres, nas quadras em que há grande abundância de piqui.

De acordo com o nosso entrevistado mais velho em Japonvar de 85 anos, “o ano que dá muito pequi é o ano que tem mais menino”. Sampaio (1944, p. 49), ainda se referindo a Otacílio Lisboa, afirma que na época do pequi (fevereiro a março), os sertanejos dos municípios de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, Salinas e alguns outros alimentam-se do pequi com sal e farinha de mandioca, sendo tradicionalmente considerado “alimento que dá força e vigor, pelo que os índios chamavam-no ‘pirantecaira’”.

Se o pequi é um alimento quente e forte, fica claro nas falas dos camponeses do sertão que a mistura dele com outro alimento quente e forte, como a carne de porco, pode levar a uma indigestão. Além de quente e forte, ele também é considerado um alimento reimoso. Por isso, a combinação de pequi com carne de porco não é aconselhada, pois esta, em geral, é tida também como quente, forte e reimosa. Segundo Brandão (1981), a reima<sup>19</sup> existe na comida, sendo encontrada com maior frequência no alimento de origem animal.

Por tais características, o pequi, quente e reimoso, é evitado por pessoas com problemas cutâneos e sanguíneos: pele oleosa e acneica, feridas ou micoses, reumatismos. Assim, destacamos um dos trechos das entrevistas publicadas por Brandão (1981, p. 174) no qual faz menção ao pequi: “[...] o pequi, cruz credo, Ave Maria! Pequi é reimoso demais. Tanto faz pra uma mulher de resguardo ou uma pessoa operada. Não dá certo comer não. É muito gostoso, mas é muito quente”.

O pequi, além de alimentar, também serve para “curar”. Em todos os territórios estudados, foi identificado nas entrevistas que o chá das folhas do fruto em questão serve para problemas causados por indigestão, recomendado inclusive às pessoas que se sentem mal com o consumo exagerado do pequi. Essa mesma observação foi realizada nas entrevistas de Brandão (1981), confirmada nos estudos de Siqueira (1982) e citado por Chévez Pozo (1997). Conforme o autor destaca, além de indicado no trato de doenças do fígado, o pequi é bom para regularizar o fluxo menstrual. “As folhas são adstringentes e estimulam a produção da biliar” (MACEDO, 2005).

Mas, não é só em volta do pequi que circula esse tipo de saber popular, com relação a outros frutos dos Cerrados também. O articum, araticum ou panã é outro exemplo, o qual é um dos frutos mais “temidos” pelos sertanejos. Uma curiosidade encontrada na nossa pesquisa é que, na maioria das famílias entrevistadas, poucas pessoas comem o articum sem receio. Geralmente, alguns camponeses comem em quantidade moderada, porém a maioria deles prefere nem comer. “Não pode misturar com outra coisa porque faz mal”. “Articum e comer ovo faz mal”. “O povo já morreu depois de comer Articum por aqui... carne de porco e Articum” (camponesa, 49 anos, Japonvar). A cagaita (*Eugenia Dysenterica*) é outro fruto dos Cerrados o qual os lavradores evitam consumir, pois afirmam ter propriedades que causam a diarreia, principalmente se consumida quando

---

<sup>19</sup> Segundo Brandão (1981) não há uma definição precisa para a reima. A reima pode estar associada ao alimento ou ao corpo da pessoa. O indubitável é que a reima sempre está associada aos alimentos quentes, fortes e gordurosos. Para muitos camponeses e pessoas mais velhas, o alimento reimoso agita o sangue, torna-o mais denso, altera-o. Quem tem pré-disposição a reumatismo, a surgimento de feridas e micoses, está operado etc., os alimentos reimosos podem ativar esses problemas de saúde, mesmo sem a pessoa estiver sentindo qualquer sintoma. A reima causa indigestão. O pequi é tido como reimoso por isso.

está madura e exposta ao sol (quente). Muitos camponeses sertanejos também identificam a proximidade das chuvas através deste fruto, já que, segundo contam, a cagaita não cai na terra seca.

O saber tradicional camponês é vasto. Outros saberes foram destacados durante a pesquisa, como a sabedoria de uma camponesa de Japonvar. Ela costuma passar óleo de pequi no feijão para poder armazenar, por o óleo proteger o feijão contra a ação de carunchos.

O pequi, por outro lado, já ajudou muito as pessoas dos territórios rurais entrevistados em Minas Novas, inclusive como fonte de energia, pois, consoante lembra uma jovem camponesa, o óleo de pequi substituía o querosene para iluminar quando ainda não havia luz. Ou então, o camponês “antigamente fazia um pavio de algodão e molhava com óleo de pequi e acendia, quando ainda não tinha luz...” (camponês, 70 anos, Guarda Mór, Campo Azul).

As outras partes do pequi também apresentam diversos usos segundo os camponeses. A castanha ou amêndoa é usada para doce, paçoca, ou dela é retirado o óleo. A casca do pequi serve de adubo para a plantação ou para alimentar criações como gado e porco; a folha do pequi serve para fazer chá para indigestão, problemas estomacais e para o fígado. Existem estudos atestando que a folha do pequi é adstringente.

Sobre o pequizeiro e a flor do pequi, perguntamos ao camponês se a seca atrapalha a produção do fruto, ele respondeu: “não, o pequi não faz muita parte [da seca], e de água também não. Só se chover muito na flor, perde o pequi. A chuva tira o mel da flor que vai formar o pequi” (Camponês, 33 anos, Japonvar). Segundo os agricultores do Norte de Minas Gerais, o gado aprecia muito a flor do pequi, que nessa época chega a perder peso devido não comer pastagem nem beber água. Além disso, ressaltam os camponeses que a vaca pode abortar o bezerro se comer muita flor de pequi, além de causar diarreia no gado. Para uma camponesa de Campo Azul, o mesmo acontece quando a vaca ingere grande quantidade de fava-d’anta.

A identificação do sertanejo com o pequi pode ser representada pela fala de um camponês, 63 anos, da comunidade rural Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas: “é bão, Deus o livre se acabar o pequi. Eu mesmo adoro o pé de pequi. Dá janeiro, eu já começo a olhar os pequis”.

*CAPÍTULO 5*

*OS CERRADOS, O PEQUI E OS RECURSOS DE  
USO COMUM*



**Artista: Walmir Alexandre**

**Exposição: *Ser tão Minas: Do Grande Sertão à Pampulha***

**Montes Claros – MG, Outubro de 2011.**

“Assim é que ao se entrar no início do século XXI, encontra-se em suspenso o destino do cerrado. Se as próximas décadas trarão sua ruína ou salvação, ainda não se pode dizer”.

*Altair Sales Barbosa.*

## **5.1 Cerrados: suas gentes, seus ambientes**

De acordo com Almeida Jr. (1994), o Cerrado brasileiro é o bioma da integração nacional, por apresentar características ecológicas, geopolíticas, demográficas, socioeconômicas e culturais. Ocupa uma área de aproximadamente 2.000.000 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 23% do território brasileiro, e espalha-se pela maior parte do Brasil central, fazendo limites com outros complexos ecossistêmicos de grande escala: Floresta Amazônica, Caatinga, Floresta Atlântica, Pradarias de Campo Limpo e Pantanal Mato-grossense.

Dessa forma, o Cerrado é considerado o segundo ecossistema brasileiro em extensão e é tido como a maior savana tropical do mundo em área contínua de um único país (ALMEIDA, 2005). Segundo a mesma autora, com base em resultados apontados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), apenas uma terça parte encontra-se pouco antropizado. Ribeiro (2000) afirma que só em Minas Gerais a área de ocorrência do Cerrado ocupa cerca de 30,8 milhões de hectares, correspondente a 53% do seu território. Representa, com isso, 15% da área principal, estando distribuída entre as regiões do Alto Jequitinhonha, Norte, Noroeste, Alto Paranaíba, Triângulo e Alto São Francisco.

O Cerrado é caracterizado “por um gradiente de biomassa que vai desde o campo limpo de cerrado ao cerradão, passando pelo campo sujo de cerrado, campo cerrado e cerrado (*stricto sensu*)” (ALMEIDA Jr., 1994, p. 569). O referido autor destaca também o fato de o Cerrado possuir manchas representativas de todos os outros biomas brasileiros, e sua ocorrência também consegue ser de modo expressivo nesses outros biomas.

Estamos considerando o Cerrado no plural, pelo fato de nele conter uma variedade de ambientes e de populações com modos de vida específicos em cada lugar. Assim sendo, temos vários Cerrados. Pelo menos do ponto de vista biogeográfico, Altair Sales Barbosa (2005) chama-nos a atenção para não incorremos a um erro comum- eleger uma fisionomia vegetal como guia e desconsiderar a diversidade de paisagens que compõem o cerrado em sua plenitude.



Para Barbosa (2005, p. 11):

O Cerrado é um Sistema Biogeográfico, composto por diversos subsistemas intimamente interagentes e inter-dependentes. Cada sub-sistema tem uma história ocupacional que conseqüentemente reflete seu nível de degradação. Estes sub-sistemas flutuam de um gradiente aberto com clareza para gradientes sombreados.

O autor supracitado distingue os diversos subsistemas do Cerrado, a saber: a) *as matas* são áreas florestadas que não podem ser confundidas nem com a Floresta Amazônica, nem com a Mata Atlântica, pelo fato de serem florestas subúmidas, ocorrendo no Cerrado em função de manchas de solo de alta fertilidade; b) *os campos*, um gradiente que ocupa os chapadões; c) *o cerradão*, uma formação vegetal associada a solos bem especiais; d) *o cerrado propriamente dito*, ocupa solos oligotróficos, com árvores pequenas e tortuosas; e) *as veredas, os ambientes ciliares e as várzeas* são ambientes importantíssimos para a ecologia do cerrado como um todo, pois são considerados a maternidade da fauna do cerrado, incluindo peixes, mamíferos, répteis e aves, além da relevância na manutenção das águas superficiais; f) *a fauna*, composta de grande biodiversidade, acredita-se que ela esteja vinculada à diversidade de ambientes; além desses subsistemas, o autor ainda considera integrado a eles: g) *a ocupação humana*; e, h) *os aquíferos*.

Com base em trabalho de Dias (1996), Mazzetto Silva (2000) aponta diferentes tipos de ambientes dos cerrados: 1) cerrados (estrito senso); 2) campos de cerrado; 3) cerradões; 4) campo úmido/pantanal; 5) matas de galeria; 6) matas de interflúvio; 7) carrascos; 8) campo rupestre; 9) campo litólico; e, por fim, 10) vereda e brejo. Vale destacar que, entre esses dez domínios paisagísticos encontrados nos cerrados brasileiros, a maior parte é, ou pelo menos “era”, composta por cerrados estrito senso ou propriamente dito (53%) e campos de cerrado (11,6%).

A classificação desse autor não significa dizer que seja diferente daquele anterior, apenas apresenta uma maior complexidade. Nosso objetivo não é confrontá-las, e sim, apresentar a diversidade de ambientes ou subsistemas compondo os cerrados.

Outras variações na classificação dos cerrados ocorrem também associadas ao contexto regional e a partir do conhecimento popular. Nesse sentido, temos os ambientes dos cerrados classificados pelas populações sertanejas do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha: cerrado, cerradão, gerais, chapada, tabuleiro, carrasco, caatinga, vazante, vereda, brejo, barranco, grota, capão, etc. (DAYRELL, 2000; COSTA, 2005). É importante

ressaltar que essas denominações para os diversos ambientes dos cerrados podem variar de um contexto local para o outro, além de uma denominação local poder incluir diversas outras, como ocorre com o termo “gerais”, por exemplo, o qual pode estar associado a várias formas de cerrados classificadas pelos botânicos ou não.

Segundo Costa (2005, p. 297), as classificações naturais são a replicação das classificações sociais, portanto é possível afirmar: “a sociedade localizada em um ambiente de cerrados, apesar de constituir-se uma unidade totalizada, é múltipla”.

Os camponeses sertanejos representam essa unidade totalizada e essa multiplicidade localizada nos cerrados. Pode ser uma variação genérica, estendendo-se para analisar os sertanejos de diversas partes do país, mas preferimos nos ater a uma variação mais específica, os camponeses sertanejos mineiros, do Norte de Minas Gerais e do Alto Vale Jequitinhonha. A sociedade camponesa é composta de agricultores tradicionais, extrativistas, pescadores, quilombolas, garimpeiros artesanais, artesãos, trabalhadores rurais diaristas ou migrantes temporários etc. Da mesma forma, a sociedade sertaneja mineira é, muitas vezes, fragmentada em diversas nomenclaturas locais: geraizeiros, chapadeiros, cerradeiros, barranqueiros, vazanteiros, veredeiros, gurutubanos, índios, entre outros.

O que cada um desses grupos guarda em comum é sua condição camponesa e sertaneja, isto é, a conjugação de duas identidades que se fundem numa mesma totalidade, uma e múltipla. Podemos tratar de um “campesinato geraizeiro”, que seria também adequado para analisar a realidade do sertão mineiro e seus modos de vida, mas, quando ampliamos para a designação de “campesinato sertanejo”, estamos mostrando toda a diversidade da cultura sertaneja e o imbricamento de uma unidade que se reveste de totalidade. Dessa forma, os cerrados que tratamos e, junto com eles, suas populações são tomados por uma totalidade, e não uma universalidade.

Levando em consideração a formação da cultura sertaneja norte mineira, a qual também estendemos para a análise do Alto Vale Jequitinhonha, Costa (2005, p. 299) afirma que se estruturou um modo peculiar de vida a partir da criação do gado bovino de forma extensiva, estabelecendo-se assim relações com o ambiente e as populações, “bem como a construção de modos de vida diferenciados entre si, mas vinculados a uma base cultural comum, ou seja, a cultura sertaneja”.

De maneira breve, estaremos apresentando as populações sertanejas mineiras, as quais estão relacionadas intimamente a seus respectivos ambientes dos Cerrados.

Denominados como *os geraizeiros* são uma das populações tradicionais mais conhecida no Norte e Alto Jequitinhonha. Seu vínculo identitário está ligado à ocupação dos planaltos, das encostas e dos vales das regiões de cerrados, com suas vastas áreas dominando as paisagens, identificados como “os gerais” (COSTA, 2005). Este é o seguimento sertanejo que mais se identifica com nosso trabalho, pela sua capacidade de organizar seu sistema produtivo agrícola e pecuário, utilizando como estratégia o extrativismo dos recursos dos cerrados para uso alimentar, comercial e de medicamentos.

Geraizeiros, como cultural e contrastivamente, são assim denominados, os habitantes dos gerais. Desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d'água uma diversidade de culturas, criarem animais como aves, o gado bovino e suíno, estes nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal. E são nestas áreas, denominadas genericamente como gerais, que vão buscar o suplemento para garantir a sua subsistência: caça, frutos diversos, plantas medicinais, madeiras para diversos fins, mel silvestre, etc. (DAYRELL, 2000, p. 217).

*Os caatingueiros* estão localizados no sopé da Serra Geral<sup>20</sup>, na zona de transição entre cerrados e caatingas, que corta longitudinalmente o território do Norte de Minas Gerais. Possuem essa denominação porque são assim conhecidos pelas populações que vivem nas áreas gerais. Os caatingueiros desenvolveram habilidades de cultivar plantas mais resistentes à seca, a saber: algodão e vários tipos de feijões, milho, amendoim, mamona ,etc. Os caatingueiros são descendentes de migrantes portugueses desde o início do povoamento regional e italianos que a partir de fins do século XIX se constituíram numa cultura distinta das existentes até então no território norte mineiro. São camponeses com uma racionalidade mais econômica que permanentemente os vincula ao mercado. A partir dos anos 1970, foram eles os aliados aos programas de governo coordenados pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) para aderirem ao pacote tecnológico: custeio de produção, máquinas, implementos agrícolas e agrotóxicos, além de assistência técnica (DAYRELL, 2000; COSTA, 2005).

*Os quilombolas da Jahyba* foram constituídos por um conjunto de grupos negros localizados em margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do rio Verde Grande. Mantêm relações com povoações ao longo da bacia rio São Francisco (Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremendal). Os quilombolas se destacam quanto à questão do

---

<sup>20</sup> A chamada Serra Geral de Minas corta longitudinalmente o Norte de Minas Gerais. Abrange dezesseis municípios dessa região, sendo alguns: Janaúba, Porteirinha, Espinosa, Monte Azul.

reconhecimento social e de reapropriação de seus territórios ancestrais, principalmente o de Brejo dos Crioulos, nas margens do rio Arapuim, divisa dos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, e os Gurutubanos, comunidade negra estabelecida ao longo do rio Gurutuba, abaixo da cidade de Janaúba. São comunidades que dialogam com os vazanteiros do São Francisco e com os remanescentes dos Xakriabá (COSTA, 2005).

O Vale do Jequitinhonha, por sua vez, é a segunda região de Minas Gerais com maior número de comunidades quilombolas, ficando atrás somente do Norte de Minas Gerais. Essas comunidades também se encontram em processo de reconhecimento social e titulação de seus territórios, e boa parte está localizada nos fundos de vales, as grotas.

*Os Xakriabá* habitam um território demarcado no sertão sanfranciscano, numa área de transição entre o cerrado e a caatinga. Os habitantes originários do sertão foram os índios tapuias, uma denominação genérica para todos os índios não tupis que habitavam as áreas distantes da costa. Os Xakriabá chegaram ao sertão norte mineiro no início do século XVIII e foram aldeados depois de um acordo com um bandeirante chamado Januário Cardoso de Almeida, a Aldeia de São João Batista das Missões. Posteriormente, o aldeamento foi abandonado, desde o final do século XVIII pelos padres e administradores, gerando uma miscigenação com populações brancas, pobre, negra e, sobretudo, retirantes nordestinos que fugiam das secas. Dessa maneira, passou a ser reconhecido como terra de caboclos. “O modo de uso Xakriabá sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de roças, da criação de animais e coleta extrativista destinadas ao autoconsumo” (COSTA, 2005, p. 310).

*Os vazanteiros ou barranqueiros* ocupam as ilhas e barrancas do rio São Francisco e nas margens de outros grandes rios que existem no Norte de Minas Gerais. De acordo com Dayrell (2000, p. 217), os barranqueiros e os vazanteiros são “os que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco”. Estão associados ao manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo. O ciclo natural do rio (seca, enchente, cheia, vazante) sempre possibilitou a essas populações o acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica. Segundo Costa (2005, p. 311), “a formação cultural dos vazanteiros, além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo o rio São Francisco, particularmente no período de intensa mobilidade propiciada pela navegação rumo ao nordeste brasileiro”.

Outras variações de grupos sociais, segundo Ladeira (1951), citado por Dayrell (2000), são referenciados com frequência no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, como *os chapadeiros*, aqueles que moram em áreas denominadas de chapadas. Há também *os veredeiros*, os quais estão localizados ao longo das veredas ou brejos, costumam plantar nessas áreas alagadas e utilizam-se do extrativismo, sobretudo, do Buriti, tanto da palha quanto do fruto.

Podemos incluir entre essas populações os *fanadeiros*, que são aqueles habitantes dos territórios próximos ao rio Fanado em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha. Desde os tempos coloniais, com as lavras de ouro, o rio Fanado tem importância significativa na vida dessas populações também como fonte de água e de riquezas, religiosidade e de tradições (AGOSTINHO de JESUS, 2007). Uma dessas tradições é a produção artesanal de óleo de pequi nos territórios de Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa.

Diante do exposto, quando falamos de cerrados, especialmente em Minas Gerais, estamos considerando uma grande diversidade de sistemas ambientais e de modos de vida diferenciados que formam a totalidade da cultura e do campesinato sertanejos. Entretanto, devemos considerar o dilema vivido atualmente pelos cerrados e tão bem exposto por Ab'Sáber (2003, p. 43):

Além de conviver com alguns dos piores solos do Brasil intertropical, a vegetação dos cerrados conseguiu a façanha ecológica de resistir às queimadas, renascendo das próprias cinzas, como uma espécie de fênix dos ecossistemas brasileiros. Não resiste, porém, aos violentos artifícios tecnológicos inventados pelos homens ditos civilizados.

As principais ameaças hoje aos cerrados e a suas populações tradicionais são as monoculturas de grãos (principalmente a soja), do eucalipto, da cana-de-açúcar, as barragens para geração de energia, a expansão da pecuária extensiva, a produção de carvão nativo, entre outros. Num processo de degradação e destruição acelerado, os cerrados, suas gentes e seus ambientes já convivem com a “Dor Fantasma”, um fenômeno neurológico do qual Altair Sales Barbosa (2005) se apropriou metaforicamente. Tal fenômeno é usado para explicar quando uma pessoa já perdeu uma extremidade ou parte dela e sofre dores às vezes intensas, provenientes do membro que já não tem mais. Dessa forma, segundo o autor, a situação dos cerrados é bem semelhante, pois estamos sentindo as dores da perda de um ambiente já inexistente na plenitude de sua biodiversidade.

## **5.2 Tristes Cerrados: a modernização nos “Gerais”**

Lugar desertado, sem gente, domínio da natureza, reino de feras: quem vive num lugar assim? Se sertão é a corruptela de “desertão”, como pode aí haver moradores? Seria o sertanejo um desertor, aquele que sai das fileiras da ordem e da Civilização? Ele nega: se aqui vivo, o sertão é mais para adiante. Na verdade, desertar é apenas uma forma de deserdar seus habitantes, esvaziar é uma estratégia histórica para justificar a dominação: o que não é de ninguém pode ser meu, precisa e deve ser apropriado por alguém de mérito. É a forma de justificar também a imposição de ordem do colonizador sobre o mundo natural: o Cerrado e a Caatinga, os ambientes desertados, se transfiguram numa espécie de natureza menor, menos acolhedora, mais que um desafio, uma ameaça a ser vencida, transformada à imagem e semelhança do universo civilizado (RIBEIRO, 2006, p. 13).

A assertiva acima endossa a visão do sertão e reforça as ideias sobre a dominação dos Cerrados que aqui vamos tratar. O autor supracitado afirma que a ocupação dessa área data de aproximadamente 12 mil anos desde a entrada dos primeiros grupos humanos. Na colonização, foram com os indígenas que os bandeirantes aprenderam a sobreviver nos Cerrados da caça, da coleta vegetal, da pesca e da agricultura nômade. Os colonizadores e seus escravos africanos introduziram a mineração e a pecuária, as quais produziram transformações significativas na paisagem. A sociedade constituída ao longo do século XVIII no Sertão Mineiro é marcada pela rebeldia de potentados, quilombolas, garimpeiros, índios, que se utilizavam dos Cerrados para fugir das perseguições das autoridades coloniais. O século XIX no Sertão Mineiro foi marcado pelo “interesse da Ciência, que propunha melhorias na sua economia e a introdução da indústria, da navegação a vapor e das ferrovias, que foram modificando significativamente o Cerrado e a vida de sua gente” (RIBEIRO, 2006, p. 13).

Ainda nesse contexto do século XIX até a segunda metade do século XX, as modificações nos Cerrados do Norte de Minas Gerais ocorreram, segundo Rodrigues (2000), mais voltadas à expansão das atividades produtivas destinadas ao mercado interno, motivadas pela solicitação de novos produtos pelo mercado internacional – o algodão e o couro, melhoria das vias de escoamento da produção e o crescimento demográfico. Consoante Brito (2006), o século XX é caracterizado pela chegada da ferrovia e a abertura das rodovias, impulsionando as transformações em curso, provocando naturalmente a diminuição das distâncias, o aumento da mobilidade populacional e a abertura das novas possibilidades de comércio.

Fundamentando-se em Ribeiro (2000), Agostinho de Jesus (2007) salienta que a expansão econômica do Vale do Jequitinhonha, entre os séculos XIX e XX, ocorreu de forma muito lenta, prejudicada pela sua posição geográfica – Nordeste de Minas Gerais.

Pelas suas características, fora confundido como Norte, Nordeste e Leste mineiros. De acordo com o autor, quando associado ao Leste, o Nordeste se confundia como uma vasta fronteira. Quando confundido com o Norte, era considerado uma área de pecuária atrasada e de pouca expressão econômica, e, na maioria das vezes, como uma região estagnada e desqualificada, do ponto de vista da modernidade da época.

Mazzetto Silva (2009), concentrando-se mais na análise sobre a modernização dos Cerrados no século XX, divide a ocupação predatória em três momentos: a construção de Brasília na década de 1960, a implantação dos programas estatais modernizantes a partir da década de 1970 baseados na Revolução Verde e o período atual, da globalização neoliberal, de expansão do agronegócio em redes nacional e internacional. Conforme o autor, até o ano de 1960 havia nos Cerrados cerca de 11 milhões de habitantes, em que 7 milhões estavam nas zonas rurais, mas até este ano, as regiões não tinham sofrido fortes agressões.

A lógica tradicional de ocupação dos Cerrados, baseada na criação de gado, extrativismo, caça, pesca e agricultura de subsistência não rompeu os processos ecológicos que mantinham o funcionamento dos mais de dez ecossistemas que se abrigam dentro do domínio do Cerrado (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 62).

A fundação de Brasília foi decisiva para intensificar e abrir a fronteira de ocupação das regiões dos Cerrados, tanto no sentido de incremento demográfico quanto no sentido de implantação de infraestrutura para projetos de desenvolvimento. O segundo momento, dos grandes projetos governamentais, inseridos nos chamados eixos de desenvolvimento para integrar o país, compreende os programas agropecuários nos Cerrados, característicos da Revolução Verde. Segundo Mazzetto Silva (2009), foram desenvolvidos os programas PCI (1972), PADAP (1973), POLOCENTRO (1975), PRODECER I, II e III (1979, 1985, 1994, respectivamente)<sup>21</sup>, dentre os quais, apenas o PRODECER III não foi implantado no estado de Minas Gerais. O terceiro momento foi marcado pela inserção do neoliberalismo na economia brasileira, fortemente interligado à expansão do agronegócio vinculado às redes de grandes corporações nacionais e internacionais.

Nesse mesmo contexto, Oliveira (2008) afirma que foi o caráter industrial da agricultura capitalista do país a mola propulsora da produção em grande escala das culturas

---

<sup>21</sup> PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporado dos Cerrados; PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba; POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados.

de grãos, cuja obtenção de preços altos no mercado garantia lucro certo nesses empreendimentos. “O Estado atuou no sentido de estimular esses setores competitivos, deixando praticamente abandonadas as culturas que se tem constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 2008, p. 516).

O autor cita algumas políticas públicas voltadas à implementação desses novos pólos de desenvolvimento: o Polocentro, destinado à expansão da cultura de grãos – soja e arroz principalmente – no cerrado do Brasil Central; o Polonordeste, responsável pelos investimentos na Zona da Mata nordestina e no Sertão. Neste último, foram privilegiados os projetos de irrigação, especialmente na área do rio São Francisco; e o Poloamazônia, com investimentos em exploração agromineral e agropecuária na região amazônica. Para Oliveira (2008, p. 516), “dessa política derivaram os atuais processos de desmatamento e de violência na região [amazônica]”. Acrescentamos, também, que esses mesmos processos ocorreram também nas áreas de caatinga e cerrado, oriundos dessas políticas de pólos de desenvolvimento e das outras já citadas por Mazzetto Silva (2009), além dos incentivos internos no sertão mineiro, no caso do governo de Minas Gerais. A propósito, Brito (2006) acrescenta os programas Planoroeste II e o MG-II, os quais também contemplaram o Norte de Minas Gerais.

Desse quadro de arranjo político e econômico que começou a emergir a partir da década de 1960, principalmente pelo impulso dado após a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, somado ao apoio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, o Norte de Minas Gerais passa por profunda transformação, como nunca havia experimentado. Nesse contexto, também se concentram os principais impactos sociais, econômicos e ambientais na região, resultados das externalidades negativas e mal planejadas, as quais, durante muito tempo, serviram e ainda servem de crítica ao modelo desenvolvimentista, autoritário, arbitrário e contraditório das políticas públicas no país.

Ao analisar a política de desenvolvimento destinada ao cerrado mineiro a partir desse período, Rodrigues (2000, p. 123) destaca: “o Estado centrou seus incentivos em quatro eixos principais para induzir o crescimento econômico no Norte de Minas: (a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; (d) projetos de irrigação”. Entre eles, podemos destacar o projeto de fruticultura irrigada de Pirapora; o Projeto Jaíba; a implantação de indústrias com incentivos fiscais, sobretudo nas cidades de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma. Entretanto, a grande maioria encerrou suas atividades na região após o fim da isenção de impostos, resultando numa



urbanização precária, com elevada taxa de desemprego, e na substituição das áreas de cerrados por monoculturas de eucalipto, causando, sem dúvida, um dos maiores impactos sociais e ambientais da região.

O Vale do Jequitinhonha, por sua vez, ficou excluído dos incentivos da SUDENE. Portanto, diferente do Norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha não absorveu as indústrias, no entanto foi parcialmente favorecido com a expansão delas em outras regiões. Entre outras transformações sofridas por esta região, destacamos, por exemplo, conforme afirma Agostinho de Jesus (2007), que o Vale passou por transformações significativas associadas ao desenvolvimento capitalista a partir de 1950, integrando-se cada vez mais a um mercado ampliado pela industrialização de outras regiões e pela abertura e melhoria das condições de transporte. “Esse processo facilitou o acesso de produtos regionais, especialmente o gado, a mercados mais distantes, e possibilitou a entrada, nos mercados do Jequitinhonha, de produtos agrícolas, que concorriam com a produção local” (AGOSTINHO de JESUS, 2007, p. 22).

Depois desse período, o Vale do Jequitinhonha sofreu várias oscilações na sua dinâmica interna de produção e de trabalho, ora beneficiado pela modernização da agricultura e da industrialização em outras regiões, ora prejudicado pelas mesmas. De acordo com Ribeiro (1993), citado por Agostinho de Jesus (2007), ocorreu um processo de expropriação camponesa na região, culminando com o agravamento do quadro de dificuldades da produção camponesa. Fato este justificado pela implantação de projetos de reflorestamento e agrícolas, principalmente a cafeicultura, com incentivos do Estado, aumentando, portanto, as pressões sobre a terra. Vários diagnósticos estaduais e nacionais identificaram o Vale do Jequitinhonha como uma das regiões mais pobres do país, sendo destacada como “área problema”, “bolsão da pobreza”. É uma região de “estagnação secular”, motivos pelos quais se justificava a necessidade de “grandes projetos”, a fim de alcançar o resgate do Vale.

Analisando-se particularmente o caso de Minas Novas, onde se situa uma de nossas áreas de estudo, Agostinho de Jesus (2007) destaca que o reflorestamento com eucalipto objetivava atender ao Segundo Programa Nacional de Desenvolvimento – II PND, para atender ao crescimento da siderurgia e das indústrias de celulose e papel. A cafeicultura moderna implantada na região teve o incentivo do Instituto Brasileiro de Café – IBC – e foi liderada por fazendeiros da região e empresários do Sul de Minas, Paraná e São Paulo, atraídos e beneficiados pelos baixos preços das terras e da mão de obra. Todavia, enquanto o café concentrou-se mais no município de Capelinha, apenas uma parte

dele abrangeu Minas Novas, o eucalipto se difundiu pela maior parte do Vale, especialmente nas áreas do Alto e Médio Jequitinhonha. Além desses projetos, também tiveram importância significativa as barragens para irrigação e energia, a melhoria de estradas, da comunicação e incentivos à exploração mineral.

Se, por um lado, o Vale integrou-se ao mercado nacional, sobretudo através do reflorestamento e da cafeicultura, por outro lado, as consequências para a população foram enormes. Surgiram conflitos fundiários entre fazendeiros, empresas e camponeses devido à limitação do acesso a terra; modificação da estrutura agrária na região, com a proliferação de estabelecimentos rurais acima de 100 hectares, excetuando-se as grotas, que são os territórios onde se confinaram principalmente a população camponesa ao longo dos vales e cursos d'água (FIG. 27); grilagem de terras, muitas vezes por meio de documentos falsos; e apropriação das terras consideradas devolutas pela ausência de documentação de propriedade, cujos contratos de exploração foram concedidos às empresas pelo Estado por mais de vinte anos (AGOSTINHO de JESUS, 2007).



FIGURA 27 – Território rural de Cachoeira da Lagoa margeado pelo eucaliptal da empresa ArcelorMittal.  
Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, abril de 2010.

A FIG. 27 ilustra uma parte do território rural Cachoeira da Lagoa, no município de Minas Novas, margeada pelo eucaliptal da empresa ArcelorMittal, antiga Acesita. Esse

é um exemplo emblemático de comunidades rurais confinadas nas grotas, conhecido também como território de confinamento, pois a monocultura do eucalipto cobriu toda a chapada, chegando até a descida do terreno, onde não era mais possível a entrada das máquinas. Segundo as famílias camponesas entrevistadas nesta comunidade, a empresa somente respeitou os limites das propriedades até então cercadas, as outras áreas foram todas incorporadas à monocultura, chegando a ponto de muitas famílias limitantes terem perdido suas partes de terras na chapada. No caso da comunidade rural vizinha, Cachoeira do Fanado, oposta à Cachoeira da Lagoa, o problema foi menor, pelo fato de não ser diretamente confrontante com o eucalipto, embora seja através deste o seu acesso.

Os camponeses sertanejos dessas comunidades rurais perderam a maior parte de seu território para a monocultura do eucalipto. Eles não vivem mais o território na sua totalidade; do território total concebido pelos camponeses, ficaram apenas lembranças guardadas na memória e, nesta, pelo menos para os mais velhos, que tiveram a experiência total do território, não há como apagar. Os mais novos, por exemplo, não conheceram outro território, além da visão desigual e desleal mostrada pelas diferenças de poder entre a produção do território camponês ao lado da produção do território capitalista.

O território camponês eram as grotas, onde as famílias moravam, plantavam suas roças e criavam os pequenos animais, e mais a chapada, cujo lugar era de onde retiravam a madeira, a lenha, aproveitavam os frutos nativos para alimentação, criavam o gado, etc.

Nós trabalhava era nas grotas, de jeito que nós esqueceu as chapadas pra lá, aí a Acesita chegou e tomou conta (Camponês, 63 anos, Cachoeira do Fanado).

A fala deste camponês caracteriza a divisão simbólica do território camponês, dividido entre a grotas, espaço de moradia e terra de trabalho, e a chapada, a qual complementava a vida camponesa através do fornecimento de madeira, de frutos, ervas e de pastagem natural para as criações. De acordo com Guerrero (2009, p. 85), o complexo grotas-chapada “permite duas formas de apropriação da terra: uma que se caracteriza pela apropriação *privada* das terras baixas (veredas e grotas), e a outra, pela apropriação *comum* das terras altas (as chapadas)<sup>22</sup>”, de modo que a chapada funciona como complemento à lavoura de subsistência (RIOS-NETO e VIEIRA, 1989 apud GUERREIRO, 2009, p. 85). A autora ainda completa que as chapadas têm o papel de reabastecer os lençóis freáticos da região, seriamente comprometidos após o plantio de eucalipto.

---

<sup>22</sup> Grifos da autora.

As palavras do mesmo camponês na sequência reforçam nossa explicação. Segundo ele, no início não se usava a chapada, mas, depois, sua história contada termina por ratificar o seu uso, mesmo não sendo o uso tradicional- o plantio e o cuidado com a lavoura. Além disso, destaca o impacto causado à biodiversidade existente no cerrado que cobria a chapada:

Uai, não usava nada não, porque lá era só madeira, carrasco<sup>23</sup> e tinha tudo quanto é fruta também, bicho... Tinha bicho demais, tudo quanto é tipo de bicho, tatu... aí eles começou a destruir... até os canarinhos, aqui tinha canarinho que vou falar com cê, dava dó... Depois que eles começou a desmatar esse “trem” aí, até os bicho acabou nesse “trem” aí, acho que o veneno foi comendo, porque eles punham muito veneno na terra, aí os bichinhos comeu e morreu tudo. (...) Tinha um velho meritão aqui em Ribeirão do Santo, ele tinha criação de gado, de égua, de porco. Pra eles tirar... quando nascia um porco, o porco ficava aí [solto na chapada] dois anos, sem cortar nem a clina, pra pegar tinha que arrumar um... Papai tinha um cachorro pra poder pegar, na chapada. O bicho era brabo, quando batia um laço num bezerro ou numa égua, o bicho gritava mesmo. Era grande, aí eles fez o curral aqui na Cachoeira, aí eles vinha e ia lá na chapada e buscava esse trem [o porco] pra poder cortar a clina, carimbar, aí tornava soltar de novo e ele ia embora pra chapada. Era uma beleza moço, e não morria também não, só se onça não comia lá.

O próprio desfecho de buscar a criação na chapada, cuidar e soltá-la novamente demonstra a relação dos camponeses com o seu território aberto, o qual, além de ser aberto, ainda era compartilhado. A ideia de carimbar [ou ferrar] a criação aponta para a identificação do direito de propriedade sobre o animal, solto no território comum. Isso corrobora com a análise de Ribeiro e Galizoni (2007, p. 117), os quais afirmam que os campos<sup>24</sup> foram utilizados para criação por várias décadas. Consoante os autores, os sítios, cujos terrenos eram mais férteis, estavam localizados nas partes mais baixas do relevo, enquanto os campos eram usados em comum para uma pecuária de *soltas*. Costumeiramente, “às vezes o gado era reunido, as crias eram ferradas e, novamente solto, o gado se *alongava* nos campos sem fim” (grifos dos autores).

Esses camponeses ficaram com as grotas e com a contabilidade de prejuízos, conforme relatado por um entrevistado:

Essas chapadas aí foi assim. Essas chapadas aí era tudo aberto. Era dono dela quem tinha um terreno até sair lá, até topar com ela lá e era tudo aberto. Não

<sup>23</sup> Carrasco é o nome dado pelos camponeses à vegetação do tipo espinhenta, rala e de pequeno porte, encontrada nas chapadas de Minas Novas.

<sup>24</sup> Os campos, “em cada região e bioma, recebem uma denominação que relaciona vegetação, solo e topografia: chapadas no Nordeste, gerais nas Caatingas do Norte, *campos-cerrados* nos cerrados do Oeste, e simplesmente *campos* nas montanhas do Sul, e às vezes, *campos de maravalha* no Norte, mas sempre chapadões no Oeste, Norte e Nordeste” (RIBEIRO; GALIZONI, 2007, p. 117).

tinha cerca não, porque, de primeiro, ninguém fechava, ninguém tinha manga não. Esse terreno meu topa lá, na chapada. Mas, o seguinte foi esse. Na época teve uns cara meio esperto aí e fechou uns pedaço aí, mas a Acesita não deixou. Ela chegou e meteu foice, picada e foi fazendo picada, mas teve uma vez que um velho vendeu, e foi poucos, eu sei mesmo que um tio meu vendeu, irmão da minha mãe, vendeu um pedaço de chapada aí, lá em cima. Lá embaixo, um tal de Bastião Eduardo vendeu também. Vendeu pro um homem e o homem pegou e vendeu pra Acesita. Mas atrás deles teve muitos que ninguém vendeu, foi só algum que vendeu. E ela embargou tudo, tomou conta de tudo. Agora mesmo eles tá pelejando pra o pessoal assinar pra ela, e ninguém quis assinar, os extremantes. Assinar pra poder ela... pra poder ficar sendo tudo dela, pra ela legalizar o “trem” pra ela, porque ela não tem documento de tudo. Ninguém quis assinar. Essas terras é do povo, a Acesita não comprou isso tudo não. Ela foi invadindo e tomou tudo. E o pior que a Acesita fez foi que acabou com água. Acabou com a água de todo mundo, porque muita gente que morava aqui na roça tá morando na cidade por causa d’água. Tem gente que..., eu não, graças a Deus, mas já teve um vizinho aqui que levantou de manhã cedo e não tinha água pra fazer o café. E antes de ela entrar para aqui esse ribeirão era um barulhão d’água, a mina dele era a Lagoa Grande. Plantou eucalipto quase dentro da lagoa e acabou com a lagoa, secou tudo. O eucalipto é assim..., todo dia eles tão falando, nessa bichona aí fala, a televisão tá passando todo dia, que o eucalipto acaba com a água. Ele não solta a água, só chupa a água, e a madeira nativa ela puxa a água seis meses e corta a água seis meses. E tem um tempo aí que você corta qualquer pau e a água tá escorrendo, você pode encher vasilha. E o eucalipto, você corta ele pra ver se ele mina água? Não mina. Enquanto ele tá achando umidade pra ele chupar ele tá bonito, a hora que a umidade da água acabou aí agora ele seca e morre (Camponês, 63 anos, Cachoeira da Lagoa).

A fala do camponês acima é muito elucidativa, pois o mesmo mostra a questão da terra antes da chegada da empresa monocultora, a Acesita, hoje ArcelorMittal. O camponês mostra exatamente aquilo chamado por nós de território aberto do campesinato sertanejo, que foi reterritorializado pela lógica capitalista, sob a tutela do Estado.

Segundo os moradores que limitam com o eucaliptal, representantes da ArcelorMittal visitaram suas propriedades buscando recolher assinaturas dizendo que a empresa queria legalizar suas terras e que, para isso, precisava da anuência de cada proprietário. De fato, o registro da propriedade rural atualmente necessita de assinatura e concordância dos vizinhos, porém, neste caso, os camponeses se recusaram a assinar, principalmente porque desconheciam o conteúdo do documento e as verdadeiras intenções da empresa. Ademais, muitas famílias extremantes não concordam com a área ocupada pela empresa, pois alegam que tiveram partes de suas terras das chapadas “griladas” pela ArcelorMittal. É interessante esse fato, porque os camponeses já sabiam que a empresa havia tentado realizar o mesmo procedimento na comunidade rural de Capivari e não teria obtido êxito. Dessa forma, todos já estavam “armados” para quando os representantes da empresa chegassem a suas comunidades. A notícia através do “boca a boca” chegou até Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa antes mesmo da empresa.

A percepção do camponês, associada aos conhecimentos adquiridos a partir dos meios de comunicação sobre o maior consumo de água pelo eucalipto em relação à vegetação nativa da chapada, reflete os saberes do mesmo. Aqui não vamos entrar nas questões biológicas de absorção de água do eucalipto, por nosso trabalho contemplar, na verdade, os saberes tradicionais dos camponeses. Para nós, o importante é destacar o que foi aprendido, apreendido e vivenciado com a percepção dos camponeses. Todos os camponeses entrevistados apontam ser a monocultura a redutora, de forma drástica, da água da região. A fala de outra camponesa reforça a percepção da problemática:

No tempo da seca, as outras plantas ficam secas e o eucalipto não fica; ele fica sempre verde porque ele puxa a água de baixo da terra (Camponesa, 50 anos, Cachoeira do Fanado).

A maior consequência para os camponeses é, sem dúvida, a eliminação dos recursos hídricos do município e de seus territórios de vida. A água para o camponês é o princípio da vida, pois a terra não produz sem água, a família não pode viver sem ela, nem os animais. O mesmo camponês mostra o passado e o presente da água na região:

A água aqui não faltava não. Tudo quanto é córrego que você andasse aqui tinha água correndo, corria o ano todo e não secava. Nós bebiam água era do córrego, panhava lá no ribeirão lá as vasilhas d'água e trazia pra dentro de casa, lavava roupa lá, tomava banho lá. Tinha água pra todo canto que o senhor andasse aqui, tinha água. Essas cabeceiras da Pindaíba aí tinha água pra todo canto. Hoje, você pode olhar aí, que água de Pindaíba de cabeceira só existe em dois lugares: nesse lugar onde que o menino comprou lá, e lá onde que minha mulher nasceu, que tem essas duas nascentes. Você pode andar desde lá da Bem Posta até sair em Minas Novas que essas cabeceiras tudo nada tem água. Então, os Capão aí não tem água e em muitos lugares eles roçaram os capão tudo e acabou (Camponês, 63 anos, Cachoeira da Lagoa).

Quando confrontamos a imagem da Lagoa Grande (FIG. 28) com a fala do camponês acima, e tantas outras lembranças de várias famílias mais antigas que conheceram o antes e o depois do eucalipto na região, associando aos córregos secos e às dificuldades atuais de acesso à água, vemos o quão foi grande o impacto da monocultura. É uma realidade muito angustiante para quem ouviu as histórias da fatura de água do passado e vê, hoje, a tristeza de muitas famílias vivendo sob medidas mitigadoras: as caixas de captação de água de chuva e o fornecimento de água através de caminhão pipa. Durante a entrevista, uma camponesa de 50 anos lembrou o seu tempo de infância, em que a mãe serviu a ela e aos irmãos, no almoço, pequi sem sal antes de irem para a escola, pois

não havia possibilidade de ir até a cidade comprar o tempero devido à chuva. Segundo a camponesa, nessa época, choveu cinco meses seguidos e não havia transporte até a cidade.



FIGURA 28 – Lagoa Grande situada na Vila de mesmo nome.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, abril de 2010.

A ilustração revela a famosa Lagoa Grande, a que vários camponeses fizeram referência durante as entrevistas e, hoje, encontra-se totalmente seca. O pequeno espelho d'água no centro da lagoa indica a recente passagem das últimas chuvas, ainda no mês de abril. A lagoa não enche mais nem mesmo no período da chuva. Se observarmos as margens da lagoa seca ao fundo da figura, as copas das árvores de maior porte ainda são os eucaliptos abandonados pela ArcelorMittal. Atualmente, não se planta eucalipto na margem da lagoa. Nesta área, há somente um poço artesiano, feito para abastecer de água a vila Lagoa Grande.

Outra história de grande valor que registramos de um camponês morador da comunidade e trabalhador do plantio do eucalipto é a seguinte:

Se você visse o que era a lagoa d'água, o que era a lagoa..., pois vocês viram se tinha água lá? A Acesita fechou ela toda em roda aí, desculpando, dando uma de..., eles falou: “mas agora eles fechou”, mas agora foi tarde, depois que ela secou. Não podia ter plantado eucalipto de um lado e de outro daquela lagoa. Os rapazes avisou pra nós. Falou que “daqui dezesseis anos vocês vão ver carro

passar dentro dela e levantar poeira”. Pois disse e tá feito, caminhão passando lá e poeira levantando e eu falei: olha, o que que os rapazes falou pra nós? Eles é lá do Rio Doce. Eles chegaram lá, foram dois rapazes, no mês de dezembro. Chegou num carrinho lá e encostou lá, e chuva tava que Deus dava, e nós pelejando pra acender um fogo pra esquentar as marmitas pra nós comer e nisso não conseguia por causa de chuva. Eles chegou e encostou o carro lá e falou: “bom dia pros cês!” Nós falemos: “bom dia!” Eles falou assim: “Faz o favor de pegar uma caixa de muda dessa aí pra mim e põe na palma da mão que nós quer filmar ela”. Aí nós falamos: “eu não aguento”. Eram aquelas caixonas grandes, de plástico, grandona, cabia mais de cinquenta muda que vinha lá de Turmalina, daquele viveiro lá. Aí só tinha Tião Veneno que era o mais forte. Aí Tião Veneno arribou os braços e eles paniu a caixa de dois e falou assim: “é só um minuto”. Ele suspendeu e eles bateu a máquina, tirou foto dela e falou: “tá bão, pode por no chão”. Eles falou assim: “É gente, vocês tão é plantando, vocês vão plantar de um lado e outro aqui dessa lagoa?”. Nós falamos: “Vai, de um lado e de outro”. Eles falou: “Que pena! Essa lagoa aqui, se você plantar eucalipto de um lado e de outro dela, quando for daqui dezesseis anos vocês vai ver carro passar dentro dela, cheio de lenha e voando poeira que não tem uma gota d’água”. Aí eles olhou pro lado, olhou pro outro... O engenheiro que tava lá falou: “é, tem que considerar que aqueles homens veio do céu, falar que a lagoa vai secar...? Pois eu falei: “abusar eu não abuso não, porque eu sou analfabeto besta e não conheço de nada. E aqueles homens já é homem estudado, e aqueles homens moço, com aqueles homens eu não tenho coragem de apostar”. Aí eles falaram assim: “Eu falo porque nós mora lá no Vale do Rio Doce, é o rio maior que existe na nossa região. Eles plantou eucalipto de um lado de outro de lá, e hoje, corre água lá dentro desse rio quando tá chovendo. Quando a chuva esteia, daí trinta dias, você não acha água lá pra uma abelha beber. Só existe lapa e pedra. Olha, tchau pros cês!” Nós falamos: “tchau”, e eles entrou dentro do carro, bateu a porta e foi embora. Quando foi daí dezesseis anos Carlinhos tava passando lá com dois caminhão dele, ele e aquele menino que passou com aquele caminhão carregado de lenha... Eu falei: “olha, o que aqueles homens falou? Eles tava abusando dizendo que eles tinham vindo do céu...”. Eucalipto puxa mesmo, moço. Não tem nem jeito (Camponês, 63 anos, Cachoeira da Lagoa).

Após a Lagoa Grande secar, a água como recurso comum e primordial se tornou um grande problema na manutenção dos camponeses. Tal fato, conforme já foi relatado, contribuiu até na emigração interna de famílias rurais para a cidade. Os relatos dos camponeses indicam que a água da lagoa secou definitivamente no início da década de 1990 e, conseqüentemente, os cursos d’água também secaram. “O Ribeirão da Cachoeira secou de 1994 pra cá; ele corria água o ano todo” (Camponesa, 34 anos, Cachoeira do Fanado). Atualmente, os córregos dos territórios rurais estudados permanecem secos durante a maior parte do ano, uma vez que só existe água correndo no período de chuva e pouco tempo depois.

Podemos estabelecer a chegada da Acesita na região a partir do ano de 1975, foi aproximadamente este o período mais citado pelos camponeses. Apesar de todos os impactos causados inicialmente, os camponeses só os vivenciaram anos mais tarde. A própria história transcrita acima já fala por si só. Houve uma euforia pela possibilidade de emprego com carteira assinada, porque a instalação da monocultura exigiu grande número



de mão de obra no início de suas operações. Quase todas as famílias destacaram durante as entrevistas que algum membro já havia trabalhado na empresa. Atualmente, apenas em três famílias entrevistadas, havia trabalhadores na monocultura.

A Acesita reduziu consideravelmente seu quadro de funcionários, primeiro, porque houve a mecanização da monocultura acompanhando o mesmo ritmo da agricultura moderna; segundo, justificado pela paralisação das atividades entre o final da década de 1990 e início da década seguinte por imposição do município. A empresa ficou impossibilitada de operar em Minas Novas porque a direção do município não renovou os contratos de uso das terras públicas.

Um problema que está ocorrendo em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa é a expansão da atividade carvoeira entre os próprios camponeses, sobretudo os médios<sup>25</sup> proprietários de terras que começaram a plantar eucalipto nas grotas. No entanto, são poucos os camponeses que se dedicam a tal atividade nessas comunidades estudadas, pois a maioria das famílias moradoras dispõe de pequena quantidade de terra. O que ocorreu foi que esses médios proprietários foram comprando pequenas parcelas de terras nas comunidades e começaram a investir na plantação de eucalipto.

O plantio de eucalipto nas grotas pelos médios proprietários de terras se torna contraditório à medida que se realizam tímidas ações ambientais para a recuperação dos recursos hídricos dos territórios estudados, por exemplo: a criação de pequenas bacias de contenção, barraginhas, proteção das matas ciliares das cabeceiras e pequenos córregos locais etc.

De maneira ilegal, o carvoejamento encontra-se entre as principais fontes de renda nos territórios da pesquisa, ocorrendo através dos recentes plantios de eucalipto nas propriedades camponesas. Além disso, quando a ArcelorMittal efetua o corte de uma área da plantação ela deixa as “sobras” da madeira no próprio local. Essas sobras são coletadas e utilizadas pelos pequenos produtores para a produção de carvão, o que é permitido pela empresa. Porém, obtivemos informação de que esses mesmos sujeitos coletam as madeiras inteiras, ação proibida pela empresa. A ação dos pequenos produtores de carvão ocorre geralmente no período noturno, momento no qual a fiscalização da empresa é insuficiente. Também é nesse período que a madeira é transformada em carvão. Por exemplo, um de nossos entrevistados, durante o dia, trabalha na roça e na criação dos animais; já à noite, o

---

<sup>25</sup> Chamamos de médios proprietários em Minas Novas aqueles que conseguem comprar pequenas parcelas de terras e vão aumentando seu patrimônio. Diferente dos camponeses os quais, em geral, não conseguem ampliar seu patrimônio em forma de terra.

mesmo camponês trabalha como motorista fazendo o transporte da madeira do eucaliptal para a propriedade na comunidade rural onde será feita a queima.

É necessário colocar que a madeira queimada em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa não é apenas destinada à produção de carvão. Muitas famílias camponesas também fazem a coleta das “sobras” de madeira do eucaliptal da ArcelorMittal para utilizarem como lenha no uso doméstico. A própria empresa permite a coleta das “sobras” de madeira pelos camponeses das comunidades vizinhas, com a condição de ser apenas de uso doméstico.

Em todos os territórios pesquisados identificamos que a lenha, obtida do extrativismo vegetal madeireiro, ainda é a principal fonte de energia para o consumo doméstico. Segundo Felfili *et al.* (2004, p. 192), no Brasil, a vegetação nativa como produto energético primário, “contribuiu com o total de 70 milhões de toneladas das quais cerca de 21 milhões foram usadas em 2.615.193 habitações servindo cerca de 10 milhões de consumidores, principalmente, no meio rural”. Todas as casas das famílias camponesas entrevistadas possuem fogão à lenha, mas nem todas possuem fogão a gás. A lenha é coletada na própria propriedade rural, preferindo-se aquela que já se encontra seca. Quando há a redução da biomassa seca, os camponeses derrubam alguma árvore, geralmente excluindo-se as frutíferas. Na época chuvosa intensifica-se o uso do fogão a gás, pois há dificuldade para encontrar lenha ou madeira seca. Na maior parte do ano, os camponeses sertanejos utilizam o fogão à lenha.

O impacto do carvoejamento não é exclusividade apenas dos territórios de Minas Novas. Em Campo Azul, no Norte de Minas Gerais, é bastante generalizada a prática do carvoejamento ilegal. Enquanto na primeira localidade, o carvão é feito de matéria-prima de reflorestamento de eucalipto, na segunda é exclusivamente oriunda de mata nativa do cerrado. Tal prática, conforme os relatos dos diversos camponeses e a partir de nossas observações de campo, é muito comum entre a maioria dos proprietários de terras.

Em Minas Novas, a ArcelorMittal compra o carvão produzido pelos próprios camponeses. Já no caso de Campo Azul, o carvão é vendido diretamente aos caminhoneiros que o entregam na cidade de Sete Lagoas, “alimentando” as principais indústrias “consumidoras” dos Cerrados de Minas Gerais. De mata nativa a eucalipto, os Cerrados mineiros estão sendo transformados em cinzas e, junto com eles, seus recursos, suas gentes e suas culturas.

O carvoejamento não é apenas uma atividade lucrativa, pois, para muitos camponeses, torna-se uma fonte alternativa de renda e sobrevivência no campo.

Considerando o preço do metro cúbico<sup>26</sup> de carvão pago em julho de 2010 no município de Campo Azul, variando entre R\$ 60,00 e R\$ 70,00, podemos verificar que, para quem possui propriedades maiores, o carvão se torna uma atividade altamente lucrativa, no entanto ela não o é para a maioria das famílias camponesas. A observação das condições de vida das famílias camponesas entrevistadas nas diversas comunidades rurais de Campo Azul não nos permite caracterizar o carvoejamento como lucrativo, porém indica sê-lo mais uma entre as várias formas de estratégias de reprodução social do campesinato, como é o caso do extrativismo do pequi ou do artesanato de barro em Minas Novas.



FIGURA 29 – Carvoejamento oriundo de mata nativa em Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, janeiro (B) e julho (A) de 2010.

Realizamos, em Japonvar, entrevistas com os camponeses da comunidade rural Cabeceiras do Mangaí, os quais também revelaram a existência do carvoejamento ilegal de mata nativa dos Cerrados. Todavia, com a expansão, organização e divulgação do município com o extrativismo do pequi, praticamente se extinguiu tal atividade predatória. Nesse sentido, Japonvar está um passo à frente em relação à promoção de ações de maior conservação dos recursos naturais quando comparado a Campo Azul, ambos no Norte de Minas Gerais.

Observando a FIG. 29, toda a problemática discutida anteriormente e, também, já pensando nas reflexões que se seguem, concordamos com Porto-Gonçalves (2000, p. 30-31) quando ele começa analisar as consequências da “modernização” no Norte de Minas e, por nosso acréscimo, no Vale do Jequitinhonha, o qual compartilha das mesmas angústias:

<sup>26</sup> Um metro cúbico (m<sup>3</sup>) de carvão equivale a seis sacos, como apresentados na da Figura 29.

Com o carvão, os eucaliptos e os projetos de irrigação, *as águas já não minam nas minas do Norte de Minas*. Os brejos começam a secar e, com isso, a cultura do feijão, do milho, da cana, do arroz, e outras do fundo dos vales, já não permitem fazer valer aquelas velhas matrizes de racionalidade, que ensinaram aquele regime alimentar rico e variado a que nos aludimos (grifos do autor).

É importante refletirmos sobre nosso papel ao chamarmos a atenção para os problemas supracitados ocorridos nos Cerrados de Minas Gerais. Indiscutivelmente, essas atividades, seja a monocultura do eucalipto ou o carvão de mata nativa, são extremamente degradadoras dos recursos naturais, entretanto não é coerente afirmarmos apenas acerca da necessidade de fiscalização ambiental nessas áreas. Devemos considerar e propor ações que conduzam a um maior envolvimento e promoção de atividades produtivas, considerando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, e nele as comunidades, os governos e outras instituições precisam estar integradas e alinhadas a uma única proposta.

A nosso ver, os camponeses dos locais entrevistados demonstraram estar conscientes quanto aos problemas ambientais gerados pelo carvoejamento, assim como possuem entendimento suficiente para perceber as consequências socioambientais dos empreendimentos capitalistas no seu território, por exemplo a monocultura do eucalipto. Não se resolve a problemática situação propondo a eliminação do carvoejamento entre os camponeses, mas reconsiderando e colocando o importante papel do camponês na conservação dos recursos naturais.

A experiência pioneira de Japonvar com o extrativismo do pequi, embora com alguns problemas, é um exemplo parcialmente bem-sucedido de caminho a ser perseguido, pois as comunidades abandonaram a renda obtida com o carvão para investir no pequi. Tal exemplo é importante porque cada vez mais é trabalhado o despertar ecológico entre os camponeses. Quanto mais o camponês vir melhorias no seu dia a dia, a partir dos investimentos na conservação do meio ambiente, maior serão as iniciativas tomadas por ele. Diríamos que é o “bom senso” camponês.

Qualquer projeto a ser implantado em territórios rurais dos Cerrados do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, com vistas a eliminar atividades altamente impactantes aos recursos naturais, deve ter o propósito de mostrar aos sujeitos que eles terão muito mais benefícios a médio e longo prazos se os Cerrados estiverem de pé.

### **5.3 A percepção da seca no sertão mineiro**

Um dos principais problemas enfrentados pelos camponeses do sertão mineiro é, sem dúvida, a escassez de água. Numa perspectiva geográfica, a seca envolve aspectos natural, econômico, social e político, abrangendo regiões de clima semiárido ou de transição para o cerrado semi-úmido, cujas economias, muitas vezes, estão estagnadas, marcadas pelo estereótipo da pobreza, o qual sustenta o discurso político das elites regionais. Historicamente, tornou-se um problema crônico e endêmico. A seca, no Brasil, é endêmica porque ela tem endereço – o Nordeste e os outros sertões brasileiros, o Norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha.

A convivência com a seca e o semiárido tem sido uma das estratégias políticas, reforçadas pelo apoio de entidades não governamentais e universidades, mais adequadas no enfrentamento desse problema no Brasil atual, uma vez que se deve levar em conta a relação entre a natureza e o modo de vida sertanejos. Talvez isso seja uma forma mais recente de se pensarem as políticas públicas no país, embora foi possível percebermos que os camponeses já estabelecem, há muito tempo, uma certa convivência com a natureza sertaneja do Cerrado e da Caatinga, (re)criando suas próprias estratégias.

A vida camponesa/sertaneja é construída exatamente de acordo com a conjugação de lógicas baseadas nos regimes climático e hidrológico, e nas estruturas fundiária, produtiva e familiar. Por isso, com frequência, ouvimos os camponeses relatarem que a criação de gado bovino depende da disponibilidade de áreas de pastagem e do período de estiagem. A fim de não verem as criações morrerem, os camponeses preferem vendê-las na época da seca agravada. O ciclo de compra e venda de gado é uma constância na vida camponesa/sertaneja. Apesar disso, é comum vermos nos noticiários televisivos e escritos os impactos da seca na vida sertaneja anualmente. Às vezes, vale lembrar, tais impactos ocorrem de maneira mais acentuada.

Dessa forma, é preciso expandir nosso enfoque e entender que “a seca é uma particularidade do sertão e, na sequência, para o sertanejo. Sua significação supera o período de estiagem, estendendo-se a cada momento do tempo que perpassa sua vida social” (PALHARES, 2010, p. 83).

Buscamos, portanto, identificar a seca no dia a dia do camponês sertanejo, bem como sua percepção em relação à natureza e aos problemas causados em seu território. É válido destacar que nossa análise não considera a seca apenas como um problema natural, ela está contextualizada, social e economicamente, no território.

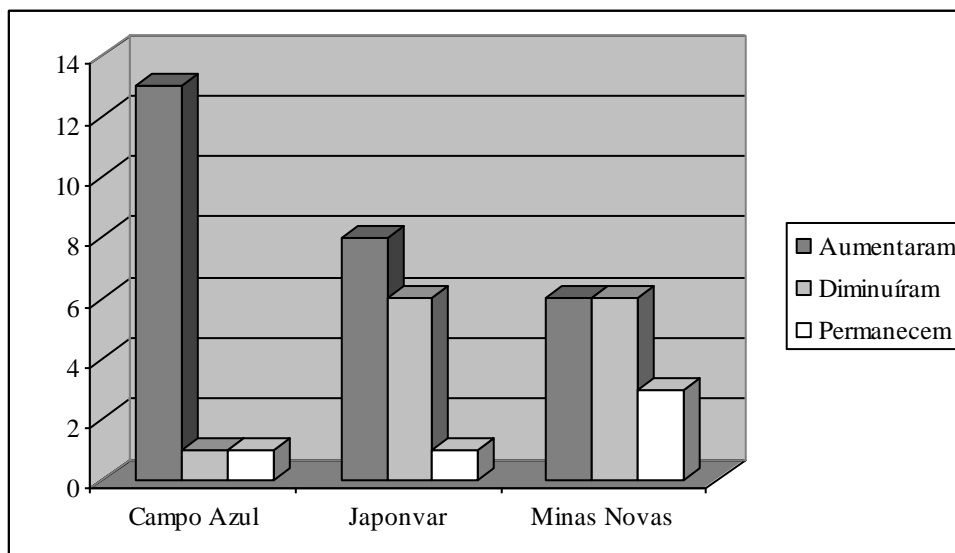


GRÁFICO 10 – Problemas causados pela seca.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

Nesse primeiro gráfico, procuramos, por meio de perguntas diretas, identificar como os camponeses avaliam os problemas causados pela seca nos últimos anos. Para os camponeses de Campo Azul, a maioria percebe que os problemas causados pela seca aumentaram nos últimos anos. Uma família camponesa acredita que tais problemas diminuíram, e a outra não vê nenhum aumento nem diminuição. No território de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, pouco mais da metade das famílias percebem que os problemas oriundos da seca aumentaram, enquanto seis famílias relataram sobre a diminuição dos mesmos. Já em Minas Novas, por sua vez, os camponeses ficaram bem divididos quanto a essa questão, onde três famílias disseram permanecer inalterados, seis afirmaram ter diminuído e outras seis famílias ratificam sobre o aumento dos problemas causados pela seca.



FIGURA 30 – Paisagens das chapadas de Campo Azul: períodos de chuva e seca.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, janeiro e julho de 2010.

Destacamos na FIG. 30 duas paisagens distintas no município de Campo Azul, próximas à Vila São José. A primeira refere ao período das águas, cuja vegetação, coberta pelo verde, marca a característica do verão no sertão norte mineiro. A outra imagem revela o período seco do inverno. Chamamos atenção para o caso de Campo Azul, porque foi onde notamos uma época de seca mais rigorosa, e onde, aos olhos do observador, a paisagem aparecia quase sem vida. No entanto, a paisagem sertaneja é misteriosa, basta cair a primeira chuva para vermos o cinza dar lugar ao verde. O Cerrado, a Caatinga e as Matas Secas se transformam. A paisagem acinzentada é uma estratégia da vegetação, ou seja, perde suas folhas para resistir ao tempo de seca. Assim como a própria natureza sertaneja cria suas estratégias de sobrevivência, os camponeses sertanejos também veem a mesma necessidade de fazer isso. São comuns as constantes referências, feitas nas entrevistas, à mudança do tempo. Muitos camponeses dizem estarem chegando as chuvas cada vez mais tarde e, dessa forma, eles também têm de plantar mais tarde. Isto é, a chuva que chegava impreterivelmente em outubro já não é mais certa. Conforme a camponesa de 45 anos de Japonvar, “hoje a gente não sabe quando é tempo de seca, de chuva...”. A própria incerteza do tempo reflete na vida e na esperança da mesma camponesa: “se o tempo tiver seco, não chover, a gente não tem esperança de nada”. Nesse sentido, podemos destacar também a percepção de outro camponês, quando afirma a respeito da seca atual:

“Atrapalha os costumes que as pessoas tinham antigamente. No tempo que era de plantar as ‘roças’, a gente chega tarde. Ou a chuva chega, a gente planta e vem o sol, aí morrem as plantas. O povo tá perdendo muita roça. A gente tem que mudar também... plantar mais tarde” (Camponês, 60 anos, Cabeceiras do Mangá – Japonvar).

No GRÁF. 11, perguntamos às famílias camponesas se a seca tem alterado sua rotina de trabalho na roça. Em geral, a resposta foi uma afirmativa, embora nem todas as famílias tenham conseguido explicar de que forma ocorre a alteração. Procurando instigar um pouco mais, para não ficar apenas numa pergunta de resposta direta, pedimos que os camponeses enumerassem o que a seca causa no seu dia a dia. Os principais problemas, segundo os camponeses, são: a morte e/ou enfraquecimento das criações de gado bovino pela falta de pastagem; perda da lavoura, motivada por uma concentração inicial das chuvas (entre novembro e dezembro), seguida de estiagem prolongada entre os meses de janeiro e fevereiro (fenômeno conhecido na região Norte de Minas como *veranico*); redução da produtividade das roças; impedimento de plantar as hortas devido à falta de água para molhá-las; secamento dos brejos (terras de cultura) em Japonvar; falta de água para consumo humano e animal em algumas localidades, principalmente nos territórios rurais da pesquisa em Campo Azul e Minas Novas; secamento de nascentes e brejos; morte e doença de árvores, inclusive pequizeiros.

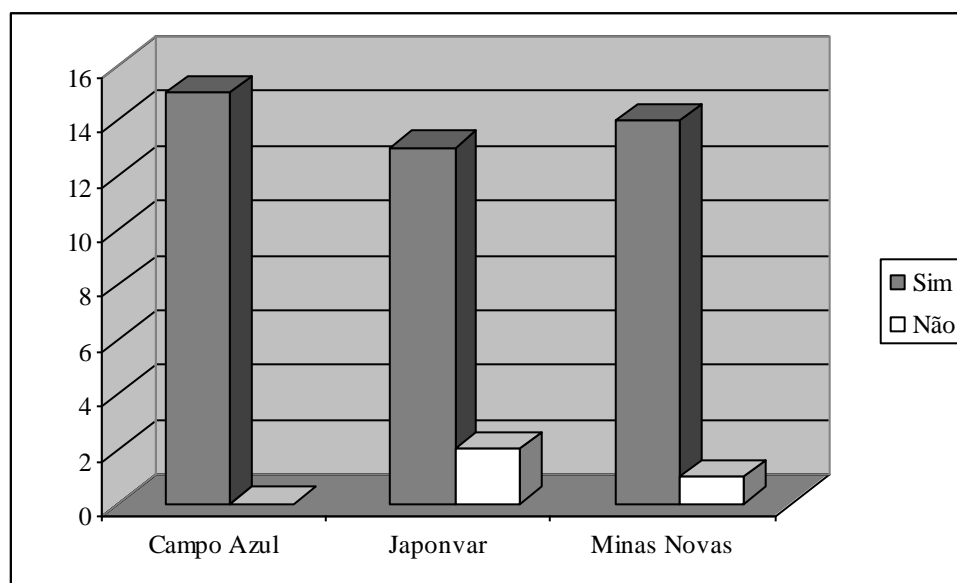


GRÁFICO 11 – A seca altera a rotina de trabalho na roça.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Outro ponto importante abordado foi quanto à percepção camponesa em relação à quantidade de chuva nos últimos anos, bem como sua regularidade. Os GRÁF. 12 e 13 trazem uma análise bem coerente em relação ao apresentado no GRÁF. 10, já que o aumento ou não da quantidade de chuva está associado também ao aumento ou não dos



problemas causados pela seca, segundo os dados construídos a partir das entrevistas com os camponeses sertanejos.

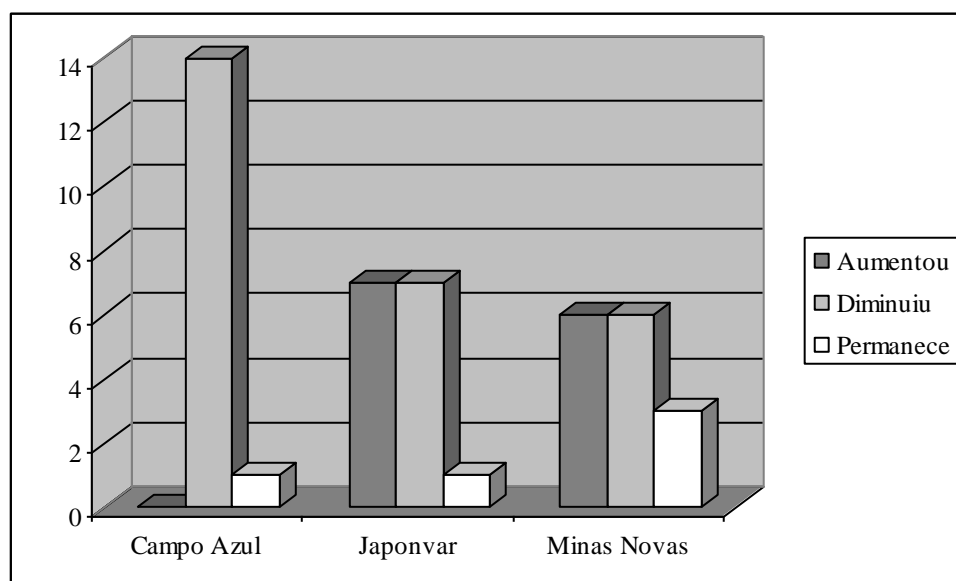


GRÁFICO 12 – Percepção da quantidade anual de chuva.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

No GRÁF. 12, quase todas as famílias camponesas entrevistadas em Campo Azul confirmaram que a quantidade de chuva tem diminuído nos últimos anos. Assim sendo, a diminuição da quantidade de chuva justifica o aumento da seca e de seus problemas nesta localidade estudada. Além disso, cabe lembrar o problema geral do carvoejamento ilegal de mata nativa ocorrido em Campo Azul, o qual já impacta a dinâmica ecológica e hidrológica do lugar, visto que há poucas nascentes e cursos d'água perenes. O rio Pacuí é o curso d'água mais importante que abastece a Vila São José e outras localidades rurais de Campo Azul. Nos territórios de Japonvar e Minas Novas, houve novamente um equilíbrio entre as respostas. O número de entrevistados que responderam ter aumentada a quantidade de chuva também foi o mesmo que justificou haver uma diminuição das chuvas. A minoria, por conseguinte, disse que a quantidade de chuva permanece inalterada nesses últimos anos.

Percebemos, na nossa análise em campo, que muitos camponeses, quando afirmaram sobre a quantidade de chuva ter diminuído nesses últimos anos, fizeram-na baseados na lembrança da grande seca ocorrida no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha no ano de 2007. Alguns noticiários da época destacaram que havia sido a pior seca dos últimos dez ou quinze anos, alguns mais pessimistas estimaram ser a pior

seca dos últimos 30 anos. Por outro lado, quando ouvimos os camponeses falarem do aumento da chuva, a afirmativa foi feita com base no ano anterior (2009), ou até mesmo na última chuva de 2010.

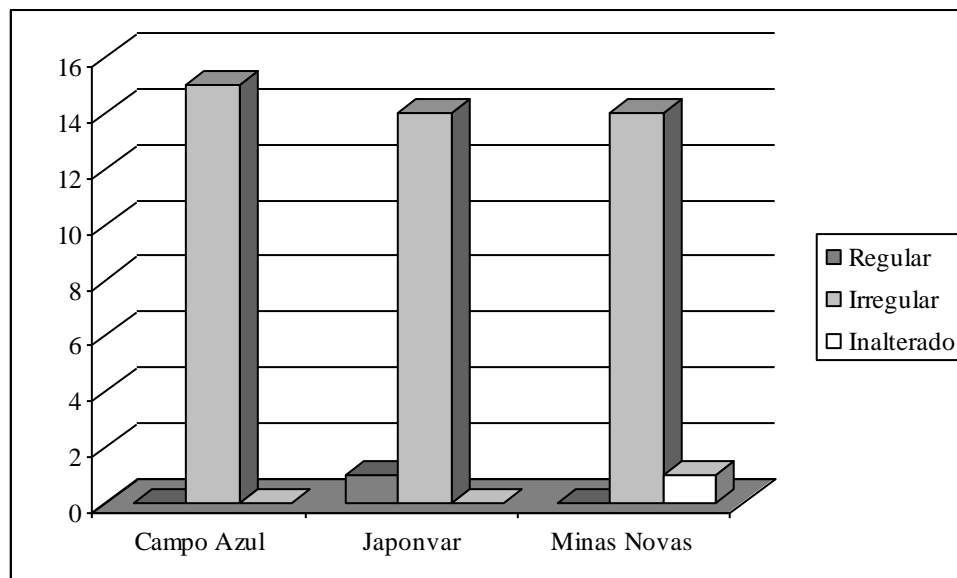


GRÁFICO 13 – Percepção camponesa sobre a regularidade da chuva.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

O GRÁF. 13, por sua vez, demonstra a predominância de respostas evidenciando a irregularidade da ocorrência das chuvas em todas as localidades estudadas. Essa irregularidade confirma alguns dos relatos orais acima apontados, que registramos em campo.

Dados os problemas expostos acima, em alguns dos territórios pesquisados, existem ainda medidas atenuadoras para enfrentar a seca e/ou a falta de água. Em Cabeceiras do Mangaí, local que dispõe de maior quantidade de recursos hídricos, a maioria dos camponeses relatou que ainda não necessita de nenhuma medida alternativa para enfrentar a seca ou a falta de água, pois a água de consumo familiar ou animal vem do poço artesiano da comunidade. No caso do plantio, não há necessidade também, uma vez que as roças são plantadas no tempo das chuvas e nos brejos<sup>27</sup>, naturalmente úmidos, pois são solos hidromórficos. Entretanto, há na comunidade uma barragem (FIG. 31A) construída a partir do represamento dos brejos, a qual, além de inundar e limitar as terras de cultura das famílias que moram próximas, também causou o secamento das áreas de cabeceiras dos brejos, que são as propriedades situadas à montante da barragem. Alguns

<sup>27</sup> Brejos é uma denominação popular para as Veredas, no Norte de Minas Gerais.

camponeses, destarte, evitam fazer o “esgoto” ou “esgotamento”<sup>28</sup> dos brejos para evitar o escoamento rápido da água (FIG. 31B).

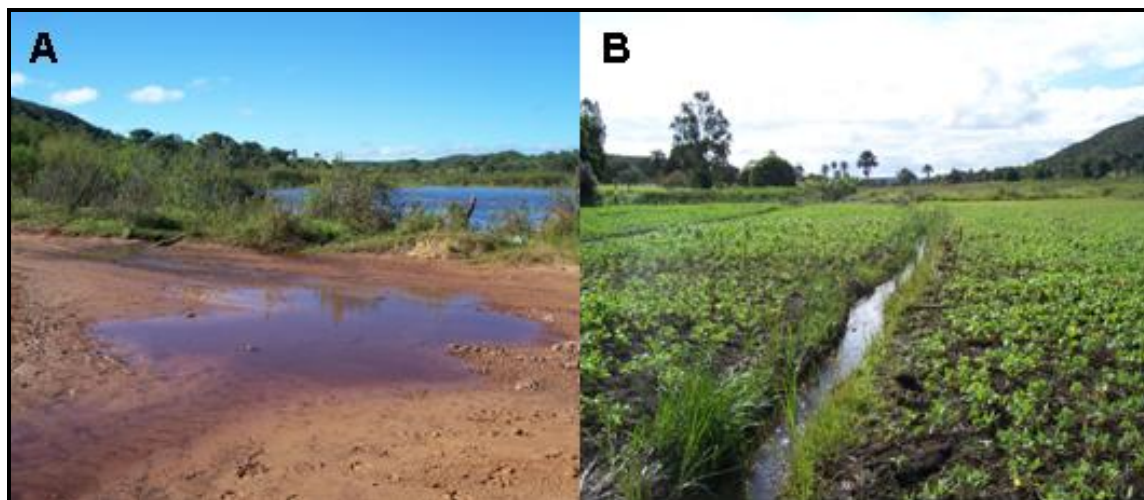


FIGURA 31 – Barragem e técnica de esgoto na comunidade rural Cabeceiras do Mangai.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

Na nossa conversa com camponeses em Japonvar, eles reclamaram da falta de conscientização de alguns vizinhos quando colocam gado bovino para pastar dentro das áreas de brejo, ou mesmo não consertam as cercas e o gado invade o brejo. Tal fato colabora para o secamento dos brejos, resultado da compactação do solo pelo pisoteio do gado. Além disso, embora os camponeses não estejam mais realizando queimadas no preparo do brejo para plantio, conforme foi relatado nas entrevistas, foi possível percebermos parte da área de brejo queimada por um incêndio no mês de outubro de 2009, quando realizamos visita prévia para definição da área de estudo. Os impactos ambientais nesses ambientes de brejos/veredas conduzem, segundo Barbosa (2005), a um processo de morte lenta, em função da diminuição do nível das águas dos mananciais. E isso já vem ocorrendo em Japonvar. Apesar disso, o autor destaca que este ainda é o ambiente mais preservado em todo sistema biogeográfico do cerrado.

Já mencionamos que Campo Azul aparenta, pela paisagem, ser o local mais seco e com menor disponibilidade de água entre as localidades estudadas. Há famílias com dificuldades de acesso à água potável, principalmente para aquelas que moram nas partes

<sup>28</sup> “Esgotamento” é o termo utilizado pelos camponeses de Japonvar para designar o processo de enxugamento dos brejos. O processo consiste na abertura de canais superficiais no solo, no sentido da declividade do terreno, para retirar o excesso de água dos solos e poder fazer o plantio da lavoura (FIG. 10B). Quando é feita a roça de arroz, cultura que necessita de muita umidade, normalmente, a água que escoava pelo brejo pode ser armazenada para posterior encharcamento da terra, após a germinação da semente e o crescimento da planta.

mais altas, como as chapadas. O mesmo acontece em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, Minas Novas. É importante considerarmos também que, em geral, as famílias camponesas moram relativamente distantes umas das outras, em função das propriedades camponesas serem maiores do que aquelas de Japonvar e Minas Novas e, às vezes, interpõe entre as unidades familiares, grandes fazendas.

Nas propriedades rurais de Campo Azul que não possuem água encanada, oriunda de poço artesiano ou bombeada do rio Pacuí, a única solução para os camponeses é buscar água no córrego ou na nascente mais próxima. O que pode levar ao consumo de água com algum tipo de contaminação. Apenas uma família por nós entrevistada dispunha da alternativa de uma cisterna rural, fornecida pelo governo do estado (FIG. 32A).



FIGURA 32 – Alternativas para armazenar água e recuperação de recursos hídricos.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

Na maioria das comunidades rurais entrevistadas em Campo Azul, constatamos a urgência em se criarem medidas que combatam a falta d'água e ofereçam acesso a este recurso pela população rural. Tais ações, no nosso entender, devem ainda priorizar as necessidades básicas da população, que é o consumo humano e a garantia de um recurso essencial que assegure o bem-estar e a saúde dessas pessoas e, depois, a irrigação das

lavouras. Devem-se instalar mais poços artesianos, visando atender a todas as pessoas das localidades rurais, construir barraginhas e caixas de captação de água de chuva e, sem dúvida, investir na recuperação dos cursos d'água superficiais da região.

A FIG. 32 (ilustrações B, C e D) mostra algumas das ações executadas nas comunidades rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, em Minas Novas, para amenizar a falta de água e contribuir para recuperar os recursos hídricos da região, tão afetados pelos impactos da monocultura de eucalipto. A FIG. 32B mostra uma caixa de captação de água de chuva com seu sistema de coleta da água que escoo pelo telhado direcionado à calha e armazenada na caixa situada no plano abaixo, à direita da foto.

Porto-Gonçalves (2000, p. 31), ao remontar ao histórico da política e dos políticos conservadores do Norte de Minas e às relações de favores, afirma: “agora se faz o favor de colocar uma bica d'água” para as populações camponesas. As caixas de captação de água de chuva são um dos exemplos dessa política de favor.

Na FIG. 32C, temos uma caixa ou bacia de contenção de enxurrada, funciona captando a água de chuva que escoo superficialmente junto com seus sedimentos. Assim, a água captada infiltra lentamente no solo, alimentando os mananciais subterrâneos e superficiais, e os sedimentos erosivos são acumulados, impedindo e/ou reduzindo a carga de materiais que podem assorear os córregos e rios locais. Já a FIG. 32D é um exemplo de barraginha que armazena a água de chuva para os períodos de seca, sobretudo destinada ao abastecimento dos animais e plantas. Essas e outras alternativas são para ver se *as águas voltam a minar nas minas “dos gerais”*.

A etapa de coleta de dados em Minas Novas coincidiu com a reunião da associação comunitária das localidades estudadas, cuja pauta discutiu os projetos de construção de barraginhas e perfuração de poços artesianos, além de verificar e enumerar as famílias com dificuldade de acesso à água. Nessas comunidades, encontramos famílias carentes de auxílio de caminhão pipa para abastecê-las de água. As primeiras caixas de captação de água de chuva construídas nas comunidades Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa vieram por meio da iniciativa de um representante da igreja católica e da ONG Campo Vale, segundo os camponeses relataram.

Embora ainda esteja longe de atender à real necessidade das famílias camponesas pela água, e as medidas de recuperação não tenham surtido efeito, encontramos, somente em Minas Novas, estratégias paliativas. Existem muitas pessoas nas áreas rurais do Norte de Minas que nem sequer conhecem as caixas de captação de água de chuva. Nesse sentido, é preciso que as comunidades rurais se unam, com apoio de organizações não

governamentais e lideranças locais por meio de suas associações, e busquem cobrar maior investimento do poder público na resolução de seus problemas.

### **5.3.1 A seca, o eucalipto e os impactos ao Pequi/Pequizeiro**

A seca traz muitos impactos aos diversos ambientes e às várias populações tradicionais dos Cerrados. Além disso, os problemas se avolumam quando existe alguma atividade produtiva de grande proporção nesses ambientes. Embora em pequena proporção, a produção do território camponês, em geral, tem sido qualificada por vários estudiosos como de baixo impacto para o meio ambiente.

Segundo Macedo (2005, p. 17), “o pequizeiro adapta-se bem em regiões com pouca chuva e produz melhor em anos mais secos”. Essa afirmação do autor é muito relativa. A produção do pequizeiro ocorre mesmo com a quantidade menor de chuva, mas para o desenvolvimento da etapa de frutificação dos frutos é necessário que tenha um período de chuva. Verificamos nos relatos dos camponeses que a estiagem prolongada enfraquece o pequizeiro e pode ocasionar a morte das árvores mais velhas, principalmente devido à ação de insetos como formigas e cupins.

De acordo com muitos camponeses entrevistados, mesmo diante de longos períodos de seca, o pequizeiro ainda resiste e consegue produzir seus frutos. Quando indagados se a seca prejudica a produção do pequizeiro, um grande número de respostas foi como esta: “não, do jeito que tiver [tempo seco ou não] eles vingam do mesmo jeito” (Camponesa, 54 anos, Cachoeira do Fanado). A afirmação se justifica, pois “ele [o pequizeiro] é nativo. Já acostumou. Se morrer um pé, o broto [às vezes] renasce” (Camponês, 59 anos, Cachoeira do Fanado).

Quando os camponeses interpretam a relação entre seca e a produção dos frutos do pequizeiro, costumam fazer referência a não haver prejuízo, pois o pequizeiro já estaria adaptado à dinâmica e variação ecológicas entre seca e período chuvoso, assim, o caráter nativo da planta acaba por justificar sua adaptação ao meio ambiente. No entanto, as respostas acima podem ser analisadas também por outro viés: mesmo a produção anual do pequizeiro sendo menor, o fruto se torna uma mercadoria rentável, já que a menor oferta de produto é acompanhada pela valorização do preço.





FIGURA 33 – Pequizeiro morto em uma propriedade rural de Campo Azul.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

Quando os camponeses buscam uma percepção mais geral dessa questão, as respostas se justificam pela seca: “prejudica o pequizeiro e as frutas todas; tem pé de pequi que morre” (Camponesa, 49 anos, Japonvar). Para um camponês de 50 anos, morador de Campo Azul, a seca “mata o pequizeiro; nada não vive sem a chuva”. Observamos, durante as entrevistas, que são os pequizeiros mais velhos que morrem durante os períodos de seca prolongada, geralmente devido à proliferação e ação de insetos como formigas e cupins (FIG. 33). Conforme alguns camponeses disseram, a ausência de chuvas durante o desenvolvimento dos frutos do pequizeiro faz com que os mesmos cresçam com doenças. Além disso, em algumas comunidades rurais, principalmente em Cabeceiras do Mangaí, muitos camponeses relataram a existência de um besouro desconhecido por eles que estava matando os pequizeiros faz alguns anos. Hoje, segundo os entrevistados, o besouro desapareceu.

É importante considerar alguns saberes com os quais compartilhamos com os camponeses sertanejos nos três municípios percorridos. O pequizeiro é uma árvore acostumada às condições climáticas, hidrológicas e de solo dos Cerrados. Mesmo suportando secas prolongadas, sua produção de frutos sadios depende muito da distribuição regular das chuvas, as quais devem ocorrer desde o “embotoamento” até a queda dos frutos maduros. Segundo os camponeses, é necessária a chuva para que o pequizeiro solte os botões, geralmente por volta dos meses de julho e agosto, dependendo da região ou localidade, é a popular “chuva de brotos”. Em seguida, os botões se transformam em flores, período este fundamental, vai determinar se a safra sazonal será farta, pois não pode

haver chuvas. Por isso, a camponesa de 31 anos, de Campo Azul, esclarece: tem que dar uma chuvada para soltar o botão; se chover quando abre a flor, perde muito pequi”. As flores caem e dão lugar aos pequenos frutos (entre agosto e setembro). A partir daí, as próximas chuvas vão favorecer o desenvolvimento dos frutos. A ausência de estiagem nesta etapa pode acarretar na perda da produtividade, pois os frutos não têm *força* para crescerem. “Se a seca for grande, o pequi peca e cai tudo” (Camponês, 45 anos, Campo Azul). Por fim, a partir do mês de outubro, as chuvas no Norte e Nordeste de Minas Gerais começam a aumentar de intensidade, e os frutos que resistiram não correm mais riscos, apenas se houver muita concentração de chuvas na época de coleta (a partir de novembro), isto é, quando já maduros, os frutos podem rachar e/ou estragarem devido ao excesso de água.

Para os Cerrados do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, um dos principais vilões que vêm nas últimas décadas provocando profundas e, muitas vezes, irreversíveis transformações no ambiente e no modo de vida tradicional das populações sertanejas é a monocultura do eucalipto.

Entre os territórios estudados, somente os de Minas Novas possuem monocultura de eucalipto. Em Campo Azul, também havia uma pequena área próxima coberta por eucalipto, a despeito de um camponês ter declarado: “a gente tem um movimento de não plantar mais eucalipto aqui na região” (Camponês, 42 anos, Campo Azul). Em Japonvar, não há eucalipto próximo às comunidades rurais, porém alguns camponeses informaram acerca da existência de plantações próximas às divisas com os municípios de Brasília de Minas e São João da Ponte, nas chapadas, de propriedade da empresa PLANTAR. Alguns entrevistados arriscaram afirmações como esta: “o que fez a água minguar aqui, acho que foram os eucaliptos que plantaram na chapada” (Camponês, 44 anos, Cabeceiras do Mangaí/Japonvar). O município de Japonvar, vale destacar, tem poucas áreas de chapadas, sendo mais comuns os ambientes de Veredas e os ditos *Gerais*, também chamados de *tabuleiros* pelos camponeses de Japonvar. Este é o ambiente utilizado para o extrativismo e a criação de gado.

A monocultura do eucalipto, de propriedade da ArcelorMittal (Acesita), é o principal problema para os camponeses sertanejos de Minas Novas, sobretudo pelo agravamento que causou quando reduziu os recursos hídricos locais. Tal monocultura encontra-se na região desde meados da década de 1970.

Desde a visita prévia às comunidades rurais Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, ao passarmos pelos eucaliptais, vimos diversos pequizeiros em seu interior (FIG.



34). O fato nos instigou em saber o porquê da existência desses pequizeiros entre os eucaliptos, já que, em outras áreas, isso não ocorre. Durante as entrevistas, constatamos que, quando venceu o contrato de concessão das terras públicas de Minas Novas, no fim da década de 1990, a gestão pública municipal da época não renovou os contratos, o que impediu a ArcelorMittal de operar no município.



FIGURA 34 – Pequizeiro no meio do eucaliptal da ArcelorMittal – Minas Novas.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Visita Prévia de Campo, 2009.

Durante os dois mandatos políticos do prefeito em questão (1997-2004), conhecido entre os camponeses como Dr. Geraldo, não houve mais plantio do eucalipto. Assim, os camponeses dos territórios rurais nos disseram que o Cerrado da chapada rebrotou, porque as terras ficaram paradas por aproximadamente sete anos, período suficiente para regeneração desse tipo de bioma. Após a saída do prefeito, os contratos de uso das terras foram retomados, porém não foi possível desmatar toda a área da chapada, como havia feito na primeira vez, em função da Lei PRÓ-PEQUI, do estado de Minas Gerais, em vigor desde 2001, proibindo o abate do pequizeiro entre outras atribuições. O relato do camponês abaixo ilustra isso:

(...) uma explicação que eu já dei até pros caras da Acesita e eles apelou comigo, que eu falei que na chapada o que mais tinha era pequizeiro e bicho, depois a Acesita entrou, aí o correntão quebrou pequizeiro aí que gastava dois homens pra abraçar aquilo, rebentou tudo, aí ficou os novos, as sementes que nasceu, aí veio uma lei pra ela num acabar com os pequizeiros. Ela pagou na época, teve uns cara bão lá do Capivari que denunciou ela por causa de pequizeiro, ela foi multada em quarenta e tantos mil, quarenta e tantos milhões, ela teve que pagar essas multas (Camponês, 63 anos, Cachoeira da Lagoa).

Procuramos saber se os pequizeiros situados no meio do eucaliptal dão frutos. Apesar de as árvores serem muito novas, muitos camponeses falaram que os pequizeiros dão frutos, entretanto alguns disseram serem poucos: “mas aqueles pés que tem lá dentro dá pouco [pequi]” (Camponesa, 50 anos, Cachoeira do Fanado). Vários camponeses, outrossim, alertaram que os pequizeiros presentes no eucaliptal não produzem em função do sombreamento e do adubo: “eles morrem tudo; é o adubo. Pequi não se dá com adubo não. Ele só gosta da terra nativa que Deus deixou” (Camponês, 63 anos, Cachoeira da Lagoa). Para este mesmo camponês, a coleta do pequi vai acabar, “vai ficar pequi pro povo comer só nas grotas”.

Por fim, uma camponesa mais nova, 34 anos, de Cachoeira do Fanado, afirmou que os pequizeiros embaixo da sombra não produzem, com o tempo eles morrem. Além disso, ela destaca ainda: “a Florestal [órgão de proteção ambiental] não deixa cortar, mas não adianta nada, eles morrem sempre”.

Os relatos pessimistas dos camponeses sobre os pequizeiros da chapada apontam para um sentido contraditório da legislação. Assim, a mesma lei que protege o pequizeiro também é a mesma que o “mata”, já que a árvore dentro do eucaliptal está praticamente fadada à morte. Não adianta apenas a legislação imunizar o pequizeiro do corte, ela precisa garantir a sua reprodução biológica e a sua função social para que as populações continuem fazendo uso, entre outros, na alimentação e gerando renda no campo e na cidade.

#### **5.4 O Pequi e os recursos de uso comum**

Um artigo<sup>29</sup> bastante conhecido quando se discutem os recursos naturais de uso comum é *The Tragedy of the Commons*, de Garrett James Hardin, escrito em 1968. O texto tornou-se referência obrigatória e se converteu em objeto de várias discussões de autores no fim do século XX, os quais se basearam nas observações de Hardin para elaborarem as suas. A Tragédia dos Comuns resgata as concepções de Malthus e discute o fracasso das

<sup>29</sup> HARDIN, Garret J. *The Tragedy of the Commons*. *Science*. v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968.

soluções técnicas para problemas tipicamente humanos, diante de um contexto de crescimento exponencial da população e da corrida armamentista pós Segunda Guerra Mundial. Embora polêmica, o autor defende a tese de que a saída para a preservação dos recursos comuns é a privatização ou a definição como propriedades públicas, com concessão de direitos de acesso e uso. Apesar disso, ele declara “cada nova cerca no espaço comum envolve o infringir da liberdade pessoal de alguém” (HARDIN, 1968, p. 1248). Porém, a influência Malthusiana é muito forte para Hardin e ele conclui seu artigo dizendo:

A única maneira com que poderemos preservar e desenvolver mais e mais preciosas liberdades é abandonar a liberdade de procriação, e isto com brevidade. “Liberdade é o reconhecimento da necessidade” - e o papel da Educação é revelar a todos a necessidade de abandonar a liberdade de procriar. Somente assim poderemos dar fim à tragédia do espaço comum (HARDIN, 1968, p. 1248).

Já que a temática da liberdade é abordada, Hardin, numa reflexão, conduz o leitor a imaginar uma pastagem comum em que cada criador tende a manter o maior número de cabeças de gado nesse espaço. Se seguir uma lógica racional, um criador pode aumentar o seu número de animais no pasto com o objetivo de ampliar seus ganhos, todavia essa lógica também é seguida pelos demais criadores. Assim sendo, estabelece-se a tragédia, pois cada criador receberia o lucro oriundo dos animais extras, compartilharia parte do custo da sobre-exploração das pastagens, e geraria uma perda de recurso para o total da comunidade de pecuaristas. Dessa forma, o autor concluiu: “a liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos” (HARDIN, 1968, p. 1244).

De acordo com Fenny *et al.* (2001, p. 18), “Hardin tem sido amplamente citado por ter afirmado que a degradação de recursos é inevitável, a não ser que a propriedade comum seja convertida em privada ou que normas governamentais a usos e usuários sejam instituídas”. De certa forma, nosso programa de criação de unidades de conservação tem sido influenciado por tais acepções, apesar de isso ter provocado diversos conflitos entre as populações locais e os governos, cuja relação de apropriação e uso do território e dos recursos naturais tem sido desarticulada pela exclusão (ou desterritorialização) de seus habitantes para fora das unidades de conservação, conforme já discutimos brevemente no capítulo sobre território.

Por outro lado, a morosidade dos governos brasileiros (federal, estadual e municipal) em conciliar unidades de conservação com uso sustentável dos recursos

naturais é um fator cada vez mais ameaçador da reprodução social das populações tradicionais do Cerrado. Uma das contradições existentes na criação das unidades de conservação de uso sustentável é que as reservas extrativistas aparecem em maior número na Amazônia e algumas das implantadas no Cerrado estão na fronteira com o domínio amazônico.

Recursos de propriedade comum incluem peixes, vida selvagem, águas superficiais e subterrâneas, pastagens e florestas. É importante delinear as características compartilhadas por esses recursos e distinguir entre recursos e regimes de direitos de propriedade nos quais os recursos são mantidos (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1968 apud FENNY *et al.*, 2001, p.19).

Recursos de propriedade comum são, portanto, todos os bens naturais ou não a ser utilizados ou manejados de forma comum e coletiva, que possuem acesso limitado a um determinado grupo de usuários de direitos comuns, geralmente não sendo compartilhados a todos. Compreendem desde recursos naturais, como o Pequi, as florestas, as águas etc., ou não, podendo ser uma estrada, ruas, entre outros. De acordo com Mckean e Ostrom (2001, p. 80), “‘propriedade comum’ ou ‘regime de propriedade comum’ referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos”. As autoras distinguem o termo “propriedade” do termo “recursos”, pois o primeiro se refere a uma instituição social, enquanto o segundo compõe as partes do mundo físico ou biológico. Mckean e Ostrom ainda apontam: “em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade – ao invés de sua ausência”, ou seja, “existem direitos, e estes são comuns a um determinado grupo de usuários e não a todos” (2001, p. 81).

Os casos estudados em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas apontam para essa nítida separação entre o significado da “propriedade” e dos “recursos”. Como “recurso”, temos o pequi e os outros frutos nativos do Cerrado; como “propriedade”, esta compreende tanto a propriedade fundiária, a terra, quanto os direitos de propriedade sobre os recursos, isto é, o direito de uso do pequi e dos outros produtos do Cerrado.

Diferente da propriedade fundiária, neste caso é a propriedade privada, a propriedade sobre o pequi não está, em geral, regida pela mesma lógica. A lógica da propriedade fundiária é individual e, portanto, é assegurado o direito de uso apenas ao(s) seu(s) dono(s). Mas o pequi não é regido apenas por essa lógica. Se na coleta ou no uso do pequi prevalecesse apenas a lógica da propriedade fundiária, seria um fracasso. O pequi

está regido pelo predomínio da lógica *costumeira*, aquela ditada pelos seus próprios usuários. O sucesso ou não desse sistema comunitário de coleta/uso do pequi dependerá em boa parte da forma como será compartilhado pelos camponeses/usuários. É cabível a eles estabelecerem o controle de acesso de usuários e as regras de uso.

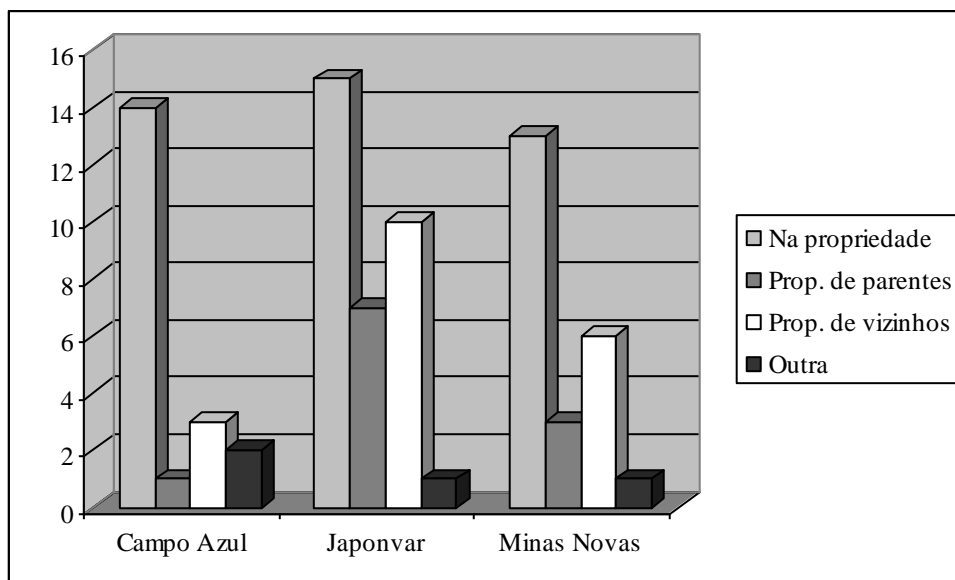


GRÁFICO 14 – Locais de coleta do Pequi.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

O GRÁF. 14 aponta os diferentes locais onde os camponeses coletam o pequi nos territórios estudados. Ficou evidente na pesquisa que todos os territórios de coleta são propriedades particulares, mas isso não impede o trabalho dos camponeses. Assim sendo, a mesma família camponesa que coleta o pequi em sua própria propriedade também o faz nas propriedades de parentes e vizinhos, sem, na maioria das vezes, implicar algum impedimento.

As informações apoiadas apenas num gráfico não revelam como se dão as outras formas de organização e de tramas sociais da coleta do pequi. Consoante o gráfico mostra, a quase totalidade de famílias entrevistadas coleta o pequi em sua própria propriedade, sendo que algumas famílias não possuem pequizeiros em sua propriedade e/ou moram em terras de outrem. Os dados do gráfico para Japonvar mostram uma intensidade maior nas áreas de coleta em relação às outras localidades. O sistema comunitário de acesso e uso do pequi impõe menos restrições à comunidade Cabeceiras do Mangaí. Resumindo, a organização social e comunitária, inicialmente, se foi mais importante do que a lógica do dinheiro. O sistema comunitário do pequi, portanto, organizou-se baseado na lógica

costumeira, considerando as relações comunitárias, de parentesco e vizinhança, de forma que o recurso natural, nativo, se expressa como um “bem comum” e, por consequência, de uso “coletivo”, independente do significado da propriedade. Isso não implica, porém, que esteja isento de conflitos comunitários. Vejamos a fala de um camponês, a qual vai mostrar as relações comunitárias e, às vezes, conflitivas, em Japonvar:

Por acaso, eu posso sair daqui e entrar na terra de uma pessoa pra panhar pequi, chegando encontro com o dono panhando também, nós bate papo de dois, depois torna sair um pra um canto o outro pro outro... é comum. É, fruto do cerrado aqui... inclusive ainda tem algumas pessoas aqui que xinga o povo, mas é pessoa que é ruim vizinho e tudo. Mas, a maioria ninguém xinga ninguém por ‘mode’ (causa de) pequi não (Camponês, 46 anos, Cabeceiras do Mangaí).

Nos territórios rurais de Minas Novas, não é muito diferente. Nestas localidades, a tirania do dinheiro, conforme Santos (2006), “ainda” não penetrou. O aproveitamento econômico do pequi nestas comunidades, e por que não dizer, também nas outras áreas de Cerrados do Vale do Jequitinhonha, “ainda” não se “despertou”, como em Japonvar e Campo Azul. Além disso, o mercado consumidor das cidades locais da região é limitado. Em Minas Novas, por exemplo, consoante mostramos no início deste trabalho, a maior parte da população vive no meio rural, o que significa ter uma maior facilidade de acesso a recursos naturais como o pequi. O comércio do pequi em Minas Novas é na feira, a qual comporta uma economia mercantil simples<sup>30</sup> e relações sociais importantes no cotidiano do camponês e do cidadão. Enquanto o pequi é vendido, pelos camponeses, em medidas de “caixas contêineres” e sacarias para comerciantes ou atravessadores no Norte de Minas, aqui é vendido em pequenas medidas, sobretudo nas feiras, diretamente ao consumidor final.

Contudo, Minas Novas e outras áreas do Vale do Jequitinhonha não estão imunes à penetração de um dinheiro mais tirano, em sua forma mais capitalista e global. O comércio de pequi, cujas relações sociais e as formas de troca são simples, pode dar lugar, a relações capitalistas mais complexas como no Norte de Minas. Até então, aqui, o território rege o dinheiro, e este é um dinheiro mais local. Temos, assim, um território usado por uma sociedade localizada, onde as relações de uso são mais importantes que as de troca (SANTOS, 2006).

---

<sup>30</sup> M-D-M: Lógica da economia mercantil simples tratada por Marx e consiste na relação do camponês com o mercado, onde ele leva mercadoria (M) para trocar por dinheiro (D) e retorna com outras mercadorias (M) as quais não produz (MOURA, 1986).

Pelo exposto, em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, os camponeses costumam coletar o pequi apenas na sua propriedade, pois, se o consumo local é menor, não há necessidade de catar o fruto na propriedade vizinha. Só se cata o pequi do vizinho caso sua terra não possua ou tenha poucos pequizeiros. Ademais, existe o costume de coletar no vizinho quando se vai fazer uma maior quantidade de óleo naquele ano ou se estiver desperdiçando o fruto. Assim, o sistema comunitário é organizado semelhante ao de Japonvar, onde as famílias podem coletar o pequi umas nas terras das outras, sem conflitos.

De acordo com o que já apontamos, as propriedades rurais em Campo Azul são maiores em relação aos outros municípios pesquisados, até mesmo as camponesas. Muitas propriedades são grandes fazendas de criação de gado, especialmente pelo fato de as chapadas não possuírem solos adequados à prática agrícola. Algumas propriedades se tornam improdutivas, pois a criação de gado e a ostentação de ter muita terra definem um status social e patrimonial da classe dos fazendeiros. Da mesma forma, existem muitos camponeses cujas terras são extensas, oriundas de um antigo processo histórico de posse da terra, nas quais plantam suas roças, criam seus animais, especialmente o gado, e fazem coleta de frutos do Cerrado, principalmente o pequi. Outros proprietários de grandes extensões de terras, sem interesse nem necessidade de coletar pequi, arrendam suas chapadas durante a safra em Campo Azul para camponeses locais ou de outras localidades. Alguns desses proprietários também costumam contratar os serviços de outros camponeses para “pegar pequi na meia”.

As formas como é realizada a coleta do pequi são baseadas no sentido da propriedade da terra. Em Campo Azul, a propriedade fundiária influencia no sistema comunitário de coleta do pequi. Aqui, as formas de se extrair a renda da terra – arrendamento e meação – subordinam a coleta do pequi e, conseqüentemente, a lógica camponesa. Assim, a lógica do dinheiro e do capital impõe-se sobre a lógica costumeira, sem eliminá-la, porém transformando-a.

Mesmo havendo algumas relações sociais comunitárias na coleta do pequi em Campo Azul, conforme aponta o GRÁF. 14, o significado da “propriedade fundiária” não elimina o sentido da “propriedade do recurso”. Alguns camponeses afirmaram não impedir a coleta de pequi por alguns vizinhos, principalmente quando é destinado ao consumo. A maior objeção é quando as pessoas panham o pequi para vender, já que eles também precisam aproveitá-lo na renda. A diferença quando comparamos com a coleta em Japonvar é que neste município, mesmo que todos vendam, não há impedimento de um catar pequi na terra do outro. A coleta tem mais a função de unir os “iguais” do que

propriamente a função de separá-los, pois o pequi que ajuda uma família também é o mesmo que ajuda ao seu vizinho.

A fim de entendermos melhor os diferentes tipos de direitos de propriedade, Fenny *et al.* (2001) definiram quatro categorias no âmbito das quais os recursos de propriedade comum são manejados: *livre acesso*, *propriedade privada*, *propriedade comunal* e *propriedade estatal*. O primeiro diz respeito à ausência de direitos de propriedade bem definidos, ou seja, o acesso aos recursos não é regulado, sendo livre a qualquer pessoa. Um exemplo é a atmosfera global, cuja propriedade é indefinida, portanto sujeita à extrema degradação.

Sobre a propriedade privada, os direitos de exploração e regulação dos recursos são cedidos a indivíduos ou grupos, como as empresas. No regime de propriedade privada, há a exclusão de terceiros, normalmente a concessão do uso é feita pelo Estado. Podemos exemplificar através das terras devolutas do estado de Minas Gerais, cuja exploração foi concedida a empresas de reflorestamento com eucalipto na década de 1970.

No regime de propriedade comunal, os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes. Geralmente, os usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local. Neste caso, os usuários podem utilizar as áreas comunais de pastagens nativas das chapadas do Norte de Minas Gerais para criação de gado, situação que era muito comum na região, ou mesmo coletar frutos nativos nestas áreas, o pequi, o panã, a cagaita, a mangaba, a pitomba, a siriguela, o umbu, o coco macaúba, etc. O exemplo da coleta de pequi nos Cerrados norte mineiro e do Vale do Jequitinhonha pode exemplificar bem o que significa um recurso de propriedade comunal.

Em áreas rurais onde há mobilização de seus membros, como no exemplo do município de Japonvar, as famílias coletam o pequi destinado à comercialização no interior de suas propriedades ou de seus parentes e vizinhos. É importante pensar que o pequizeiro, presente em quase todo o Cerrado mineiro, é nativo, configurando-se então como um recurso “comum”. Então, supomos que o seu aproveitamento seja de todos. Entretanto, contraditoriamente, esse mesmo recurso está sob a égide da propriedade privada da terra, significa que ele só pode ser coletado/usado mediante a autorização dos proprietários da terra (GRÁF. 15).



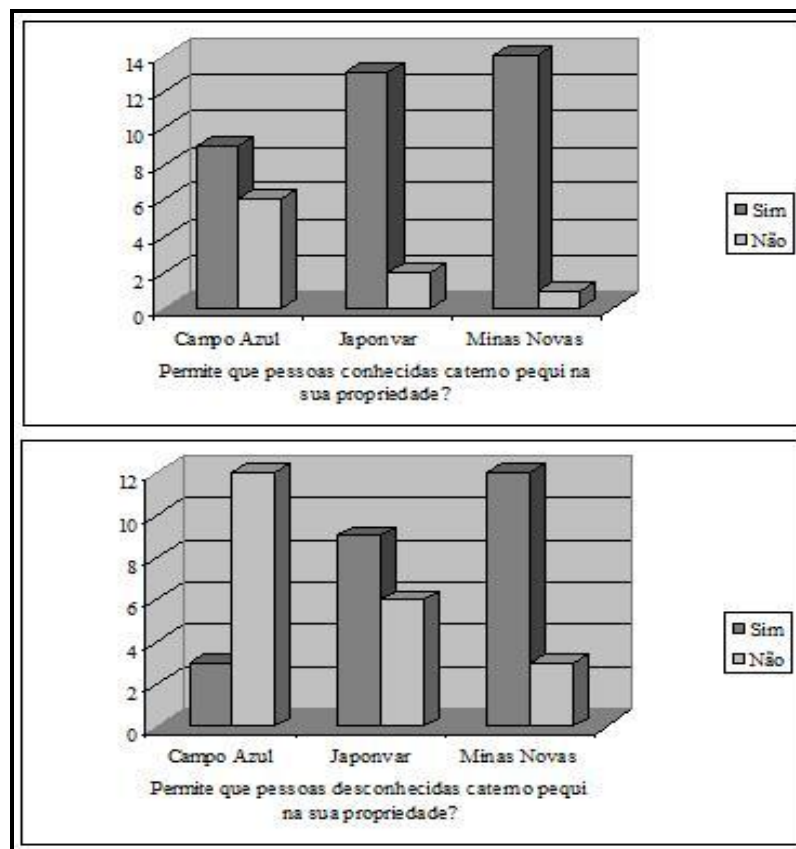


GRÁFICO 15 – Regulação da coleta de Pequi.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de Campo, 2010.

O GRÁF. 15 demonstra duas situações investigadas na nossa pesquisa. A primeira almeja saber do consentimento das famílias camponesas na coleta do pequi em suas propriedades por pessoas conhecidas, normalmente da comunidade rural. Como se pode observar no gráfico, poucas famílias em Japonvar e Minas Novas não autorizam, ou pelo menos não gostam, que outras pessoas das comunidades catem o pequi em suas terras. A maioria dos camponeses tem a certeza- o consentimento simbólico- de que o pequi foi “Deus [quem] deixou para todo mundo. Não foi ninguém que plantou, né? Tem que ser para todo mundo” (Camponesa, 49 anos, Japonvar).

Quanto à questão de direito de propriedade, os camponeses entendem que o pequi seja [ou deva ser] *comum*: “não foi a gente que plantou, só porque está no terreno da gente não é só da gente” (Camponesa, 46 anos, Cachoeira do Fanado). O importante é que o resultado da coleta do pequi traz valorosos significados para os camponeses, como este: “porque aqui e aculá a gente panha deles também; comunidade aqui é tudo unido” (Camponês, 64 anos, Japonvar).

Em Campo Azul, pouco mais da metade das famílias camponesas (9 famílias) permite a coleta do pequi em sua propriedade por pessoas conhecidas da comunidade. A minoria dessas (6 famílias) só permite se for para consumo ou no início da safra, quando os caminhões ainda não começaram a carregar.

Na segunda situação, buscamos saber se as famílias camponesas também permitem a coleta do fruto a pessoas desconhecidas da comunidade. Em Campo Azul, a maior parte das respostas foi negativa. Em Japonvar e Minas Novas, predominaram as respostas afirmativas. Neste caso, o motivo que justifica a permissão da coleta por pessoas desconhecidas também é a gratuidade do pequi.

Outra observação é que o pequi só está apto para a coleta após cair no chão, e os proprietários da terra normalmente não permitem a coleta do fruto quando ainda está na árvore. Por unanimidade, todas as famílias camponesas entrevistadas responderam que só catam os pequis do chão. Também afirmaram não permitir outras pessoas derrubarem os pequis ou baterem vara no pequizeiro. Apesar disso, no final da safra, quando os caminhões não mais retornam para compra, alguns camponeses, durante as entrevistas, disseram que tem pessoas que colhem os pequis diretamente do pequizeiro, abandonando a prática usual da coleta no chão que não estraga as árvores do pequi.

Um fato interessante, ocorrido quando fomos até Japonvar no mês de novembro de 2010, para verificar o início da safra de pequi, foi que, enquanto conversávamos com uma família camponesa, de repente uma criança gritou o seu tio desesperadamente porque havia alguém na comunidade derrubando os pequis. Tal fato reforça a tradição de uma geração a outra entre as populações sertanejas que dependem do pequi e dos outros recursos naturais dos Cerrados, e assegura a lógica costumeira de que seus próprios membros devem estabelecer as formas de regulação do uso dos recursos do território. Dessa forma, os recursos sob o regime da propriedade comunal podem sofrer regulação dos membros de suas comunidades.

Por fim, na propriedade estatal, os direitos aos recursos são alocados exclusivamente no governo, o qual, por sua vez, toma decisões em relação ao acesso a eles e ao nível e natureza da exploração. O Estado tem controle do acesso e do uso dos recursos, já que o mesmo possui poderes coercitivos de imposição, ao contrário de grupos privados. O que é de propriedade estatal implica que o público tem acesso e direitos iguais, tais como rodovias e visitação a parques públicos.

Goldman (2001) aponta que, a partir da tese de Hardin, surgiu a escola “antitragédia”, composta por um grupo de cientistas políticos, ecólogos, antropólogos,

sociólogos e economistas apresentando argumentos contrários, os quais são, em grande parte, baseados em pesquisas empíricas. Segundo eles, a tese da tragédia é peca pela ausência de veracidade histórica, teórica e cultural. Goldman organiza essa escola em três tendências principais. Uma é composta por Ecólogos Humanos, os quais demonstram a complexidade dos comuns através de uma perspectiva baseada na cultura e na territorialidade. Outra tendência vem dos Especialistas em Desenvolvimento, que, de forma pragmática, mostram como recuperar os comuns degradados, fortalecer as instituições sociais enfraquecidas e “modernizar” os pobres países subdesenvolvidos. A terceira são os Gerentes de Recursos Globais, os quais descrevem como os comuns não se constituem somente em problemas de escala local ou associados a povos desprivilegiados, mas que também contribuem para a crise ecológica global. Esta última está bastante em evidência atualmente devido ao alarme em torno do aquecimento global. Os Especialistas em Desenvolvimento têm sido a tendência mais atuante já há algum tempo, pela sua inserção nas políticas de desenvolvimento nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Já os Ecólogos Humanos, apesar de recentes, apresentam-se como uma tendência em expansão pela emergência das territorialidades humanas mais específicas, com um forte viés cultural.

Thompson (1998, p. 93), baseando-se no sistema comunitário de uso dos recursos comuns na Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII, mostra-o organizado mediante os costumes locais. O autor em questão afirma “se todas as terras agrícolas da Inglaterra e do País de Gales tivessem tão sujeitas a ações predatórias quanto as florestas régias ou tão acoissadas por disputas como Charnwood, teriam servido como provas ilustrativas das teses sombrias de Garrett Hardin”. Para Thompson, os argumentos de Hardin de que ninguém possui e protege os recursos comuns levaria a uma inexorável lógica econômica que os condena à superexploração. O autor destaca também que o que Hardin negligencia é que os próprios *commoners*, como ele se refere aos plebeus ou homens comuns do período em questão na Inglaterra, não eram desprovidos de bom senso. “Ao longo do tempo e do espaço, os usuários das terras comunais desenvolveram uma rica variedade de instituições e sanções comunitárias que impôs restrições e limites ao uso” (1998, p. 93).

De acordo com Diegues (2001, p. 97):

Os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum (comunitário) existentes no Brasil não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham-se desestruturado frente à expansão capitalista, existem exemplos recentes que mostram a capacidade dos

“comunitários” não só em reagir, mas também em reorganizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum.

O sistema comunitário no Brasil não teve as mesmas características da Europa, pois, desde o início, a colonização transformou as terras em bens de capital. Entretanto, conforme destaca Thompson, o próprio sistema comunitário do pequi, como um recurso comum, mostra-se contrário à tese de Hardin. Neste caso, mesmo o pequi estando fundamentalmente assentado sobre a égide da propriedade privada, ele continua sendo um recurso comum e compartilhado, cujas restrições e limites de uso, impostos pelas comunidades estudadas, regulam o sistema comunitário e têm se mostrado, até então, eficiente na preservação dos bens comuns.

Contrariamente à tese fatídica da tragédia dos comuns, nos casos por nós estudados, o sistema comunitário não se apresenta como predatório dos recursos naturais. Pelo contrário, os recursos que se encontram “privatizados” são levados a uma maior degradação devido à expansão da fronteira agrícola, das monoculturas de reflorestamentos, enfim, dos empreendimentos capitalistas. Ademais, vale frisar, recursos naturais transformam-se em diversos conflitos sociais quando estão sob a tutela do Estado.

## **5.5 O pequi como patrimônio cultural sertanejo**

A ideias seguintes apresentam algumas noções sobre um dos principais recursos naturais, o qual, no nosso entender, faz parte do patrimônio sertanejo – o pequi. Buscamos mais reflexões do que ideias conclusivas, por isso acreditamos estar mais próximos de um ensaio ao finalizarmos esse capítulo.

O patrimônio é um conceito há muito tempo presente na nossa sociedade. Falamos do patrimônio pessoal, de uma família, de uma empresa, de um povo, de um país, da humanidade, etc. Amazônia, patrimônio da humanidade! Por que não falarmos também dos Cerrados como patrimônio do povo brasileiro?

Serrano (2007, p. 9) escreve um trabalho no qual suas primeiras palavras são: “*O patrimônio está morto. Viva o patrimônio!*” Suas palavras são uma aclamação, um convite ao debate, pois parece ser esta a ideia expressada pela noção de patrimônio na contemporaneidade. Precisamos falar da “morte” do patrimônio para depois falar de sua reinvenção. Assim como diversos outros conceitos bastante conhecidos no meio

acadêmico, segundo a autora, “a ‘morte’ do patrimônio pode ter ocorrido, paradoxalmente, pela modernidade, que o inventou e depois lhe roubou os sentidos”.

A própria modernidade desconstruiu e desprezou a memória do passado, visto e tratado como arcaico e não moderno. Toda a memória, todo o patrimônio do passado, os quais antes pareciam ameaçados, agora renascem fortalecidos. Nesse sentido, Abreu e Chagas (2003) afirmam que o patrimônio cultural no Brasil está vivendo um momento novo. Isso, porém, parece não ter limites para estabelecer a noção e os domínios do patrimônio. O patrimônio contempla desde bens materiais, como igrejas, fortes, prédios, até os bens simbólicos, a despeito do badalar dos sinos, do registro de festas, saberes e fazeres (SERRANO, 2007).

De acordo com Gonçalves (2003), a categoria patrimônio não é apenas uma invenção moderna, ela é milenar; está presente no mundo clássico e na Idade Média. Ela também está presente em sociedades tribais e tradicionais. Para o autor, essa categoria de pensamento é extremamente importante na vida social e mental de qualquer coletividade humana.

Gonçalves (2003) e Abreu (2003) declaram que a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Isso é facilmente verificado entre os camponeses. Mas, quando percebemos o sentido de recurso de propriedade comum, o pequi extrapola o significado de propriedade e se torna um patrimônio comum.

Conforme Serrano (2007), produzir o passado significa a produção de uma memória individual ou coletiva. Quando pensamos no pequi, atribuí-lhe uma qualidade de patrimônio cultural sertanejo, significa restituí-lo de todo um valor, reconhecendo o seu passado e aceitando sua importância como recurso de uso e troca das populações sertanejas, mas também significa assegurar-lhe seu futuro como recurso natural, histórico, econômico, social e cultural.

Com efeito, comungamos com Abreu (2003), quando a autora menciona que, se outrora o campo do patrimônio teve como base o Estado nacional, resgatando a ideia de que a nação tinha um passado e este era preciso ser resgatado do esquecimento, atualmente o patrimônio estrutura-se de maneira prospectiva em direção ao futuro. A palavra de ordem para a autora é “diversidade” – diversidade cultural, natural, etc.

Ao fazer tal análise, estamos resgatando o sentido de valor natural e humano ao pequi e sua árvore, tão ameaçados pela degradação e pela modernidade nos Cerrados. Estamos, portanto, assegurando as tradições, os gostos, os saberes, os fazeres e os sabores,

e também o significado das festas, da cultura regional, da arte e do artesanato inspirados no fruto sertanejo.

O patrimônio cultural brasileiro é entendido segundo a Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216, como todos:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão;

II. os modos de criar, fazer e viver;

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2003 apud FONSECA, 2003, p. 59-60).

Somente no ano 2000, por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto, “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências”. Além disso, esse registro é constituído em quatro livros, conforme os incisos: “I – Livro de registro de saberes; II – Livro de registro das celebrações; III – Livro de registro das formas de expressão; IV – Livro de registro dos lugares” (OLIVEN, 2003, p. 78).

De acordo com Oliven (2003, p. 77), o termo “patrimônio” (*heritage*, em inglês) refere-se a algo que herdamos e que deve ser protegido. Para ele, isso implica que o processo de “congelamento” está sempre presente na ideia de patrimônio, mostrando que um bem, material ou imaterial, para que seja preservado, deve-se mantê-lo intacto.

Se considerarmos o óleo de pequi, por exemplo, ao registrá-lo no livro de saberes, seu processo culinário deveria ser mantido intacto. Porém, as formas de preparar os alimentos não se modificam ao longo do tempo? O óleo de pequi é um alimento, logo ele é material, mas a sua culinária, seu modo de fazer são imateriais. Nesse sentido, “os ‘bens imateriais’ não só são de difícil definição, mas também só têm sentido se significarem uma prática regular” (OLIVEN, 2003, p. 79).

Acerca do pequizeiro, sua importância está assegurada desde a Portaria 54, de 05 de março de 1987, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a qual impede seu corte e a comercialização de sua madeira. Também está ratificada na Portaria nº 113, de 29 de dezembro de 1995, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA (MACEDO, 2005).

Em Minas Gerais, o pequi e seu fruto recebem tratamento especial, pelo menos sua preservação está prevista em lei. A Lei 13.965, de 27 de julho de 2001, regulamentada pelo Decreto 42.646, de 05 de junho de 2002, criou o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI. Assim sendo, em seu Artigo 1º, a lei objetiva “integrar as populações que tradicionalmente exploram o cerrado no uso e manejo racional desse bioma, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental” (MINAS GERAIS, 2001). No Artigo 2º da referida lei, alguns pontos devem ser observados nos incisos:

- I - identificar as áreas de incidência de comunidades tradicionais que vivam ou sobrevivam da coleta do pequi e de outros produtos nativos do cerrado;
- III - realizar estudos visando à recuperação da biodiversidade das terras públicas e devolutas localizadas em áreas do cerrado retomadas pelo Estado que tenham sido objeto de contratos de arrendamento ou comodato ou outros instrumentos congêneres e utilizadas em projetos agrossilvipastoris;
- IV - criar mecanismos que assegurem a utilização, pelas comunidades tradicionais, organizadas em cooperativa ou outra forma associativa, de áreas de reserva legal para a coleta de frutos e produtos nativos do cerrado;
- VI - pesquisar os aspectos culturais e folclóricos relacionados com o pequi e demais frutos do cerrado, divulgar seus eventos comemorativos e datas relevantes e identificar, dentro do programa, as áreas adequadas ao turismo e incentivar sua prática;
- VIII - incentivar a industrialização do pequi e demais frutos do cerrado, mediante sua transformação em doces, licores, batidas e outros derivados;

Diante do exposto, vale frisar, entre os artigos e incisos destacados pela lei Pró-pequi, que muito necessita avançar. Até então, verificamos e percebemos com as entrevistas, que tem ocorrido uma maior fiscalização ambiental para impedir o abate aos pequizeiros. No entanto, vale lembrar, as próprias populações sertanejas também realizam a proteção da planta por meio dos seus costumes locais.

Torna-se imprescindível que o programa Pró-pequi deixe o papel e possa criar alternativas para as populações dos Cerrados de Minas Gerais. Consoante está previsto na lei e acima supracitado, uma importante ação seria a disponibilização das terras públicas e devolutas que ainda se encontram principalmente sob o domínio das empresas de reflorestamento com eucalipto e pinus. Tornar tais terras eco-produtivas, com base em modelos agroextrativistas e pastoris sustentáveis, é de fundamental importância para as comunidades, as quais tanto esperam pela apropriação de seus antigos territórios de uso.

Conforme já mensuramos neste capítulo, nas terras das chapadas de Minas Novas ocupadas por eucalipto, mesmo a lei proibindo a retirada dos pequizeiros que rebrotaram,

ainda assim o extrativismo se torna uma impossibilidade, já que o sombreamento compromete o desenvolvimento da planta. Tais terras podem ser aproveitadas para a reconversão agroextrativista, sob a posse camponesa, devolvendo o território aos sertanejos e melhorando as condições socioambientais locais.

Retomando a questão anterior, a própria interpretação da legislação mineira torna o pequi e sua árvore patrimônios materiais do estado. Os aspectos naturais e econômicos inerentes ao pequi convertem-no num valioso recurso, imbuído de grande capacidade de assegurar a sobrevivência de muitas famílias sertanejas no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Por isso, carece de maior incentivo, divulgação e projetos baseados no potencial de aproveitamento de seus recursos naturais, a começar pelo pequi.

Além dos aspectos materiais, o patrimônio intangível (imaterial) do pequi é diverso. A culinária regional com o fruto deve ser destacada pelos seus doces, licores, óleo, o arroz com pequi, o frango com pequi. Além disso, em Montes Claros, há anualmente a tradicionalidade da Festa Nacional do Pequi, a qual valoriza o fruto mais generoso de nossa cultura popular e coloca em questão a problemática ambiental envolvendo o pequi e os Cerrados através de oficinas e palestras temáticas.

Há também em Montes Claros o fervor da criação de um time de vôlei, que leva o nome da cidade e disputa competições esportivas de âmbito nacional, conhecido popularmente como “Pequi Atômico”, divulgando assim o fruto e a cultura regional.

Podemos falar ainda do pequeno município de Japonvar, onde realizamos nossa pesquisa. Nessa localidade, a vida das pessoas gira em torno do pequi, durante e depois da safra. O pequizeiro aqui é, metaforicamente, um ente da família pela sua relevância na vida dessas pessoas. Como dizem os próprios camponeses: “é festa no tempo de pequi em Japonvar”. Para quem pensa ser o pequizeiro encontrado somente no cerrado, surpreende-se quando o encontra no quintal das casas das pessoas, na praça, enfim, na vida dos sertanejos (FIG. 35). Sendo assim, perguntamos: o pequizeiro precisa ser domesticado? Ele não é um patrimônio cultural do povo norte mineiro, ou quiçá, do Vale do Jequitinhonha?





FIGURA 35 – O pequizeiro na vida das pessoas – cidade de Japonvar.

Fonte: SILVA, M. N. S. da. Pesquisa de campo, 2010.

Japonvar também se desponta com a criação da Lei Municipal nº 96, a qual entrou em vigor desde janeiro de 2004. O primeiro artigo da lei contempla uma reivindicação constante entre os camponeses, a proibição da retirada antecipada do fruto, e o segundo artigo ratifica a legislação nacional, imunizando o pequizeiro de corte:

Art. 1º - Fica proibida, na área de jurisdição do Município de Japonvar, a colheita/retirada antecipada de frutos do pequizeiro que ainda não tenha atingido seu ponto de maturação completo, definida deiscência do fruto no chão, ou queda do mesmo, sem utilização de varas, escadas e outros meios que forcem a sua derrubada.

Art. 2º - Fica declarado como de preservação permanente e de interesse comum e imune de corte no Município de Japonvar o Pequizeiro (Caryocar Brasiliense).

Para a execução desses dois artigos, o artigo terceiro compete grande responsabilidade à Polícia Florestal (Polícia do Meio Ambiente), a quem “cabe a fiscalização, apreensão, multa e prisão dos infratores”. Além disso, o artigo quarto faz um chamamento à participação da população rural e das associações comunitárias para preservar o pequizeiro e a coleta de seus frutos por meio de denúncias (JAPONVAR, 2004).

Por apresentar valores ecológico, econômico, social, alimentar, simbólico-cultural, o pequi, o pequizeiro e o óleo de pequi poderiam estar registrados nos livros do patrimônio cultural do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já que todos os nossos camponeses entrevistados em Campo Azul, Japonvar e Minas Novas reconheceram o pequi como símbolo da cultura local ou regional. Tal reconhecimento já

havia, entretanto, sido atestado em um concurso popular realizado pelo IEF no ano de 2001, no qual elegeu o pequizeiro símbolo do estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, um patrimônio cultural valorizado é aquele que, primeiro, é reconhecido e identificado pelos seus próprios sujeitos como parte de sua identidade:

A valorização do patrimônio cultural depende necessariamente do grau de conhecimento que se tem de suas inúmeras e diversificadas formas de utilização. Sua preservação, da consciência e do orgulho com que os grupos sociais o amparam e guardam como elemento da própria identidade (DELPHIM, 2004, p. 4).

Sobre os vários valores materiais e imateriais do pequi e do pequizeiro, reconhecidos na cultura sertaneja mineira, concordamos com Dematteis (2007, p. 10) quando ele afirma: “não entendemos somente os valores de mercado, mas também e, sobretudo, os recursos ecológicos, humanos, cognitivos, simbólicos, culturais que cada território pode oferecer como valores de uso, bens comuns, patrimônio da humanidade”.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*



Autor: SILVA, M. N.S. da., janeiro de 2010.

Ao chegarmos a esta última etapa do trabalho, o sentimento motivador e norteador de sua elaboração é “o começo do fim” e tem duplo significado. Primeiro, porque diz respeito à conclusão da proposta de trabalho. Para construir o fim, é preciso reviver nossas andanças, os sujeitos encontrados, as experiências, as teorias, os conhecimentos e os saberes, as certezas e as incertezas, as perguntas e as respostas. Segundo, porque significa que terminar um trabalho de pesquisa é também abrir as portas para outros começos. Então, o fim sempre vem acompanhado de novos começos.

Assim, buscamos as questões e hipóteses iniciais pelas quais nos orientamos ao longo deste trabalho. Resgatamos parte de uma afirmação de Fernandes (2008), já usada aqui para ilustrar o momento alcançado, em que o autor declara que o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa. Então, ao traçarmos nossos objetivos no começo do trabalho, estávamos buscando chegar a um ou mais resultados e agora, ao contrário, pretendemos reviver os pontos iniciais. Entretanto, as questões e hipóteses serão colocadas à medida que formos delineando os fatos.

Logo quando começamos a tratar das questões teóricas pertinentes ao campesinato, dizíamos que o universo interno e externo desse grupo social é muito complexo. Em todos os tempos, espaços e sociedades, teremos variações de modos de vida, mas sempre guardando características mais gerais e singulares a eles aplicados. O camponês norte mineiro e do Vale do Jequitinhonha pode ter algumas características gerais que lhe aproximam do homem do campo do sul do país, por exemplo. Também podem apresentar especificidades mais próximas da cultura e do modo de vida do camponês nordestino.

O modo de vida do campesinato de um determinado lugar sempre vai estar atrelado às condições do ecossistema no qual se está inserido. Utilizando-se dos conhecimentos dos recursos naturais disponíveis em seu território, da fertilidade da terra, da disponibilidade hídrica, dos alimentos retirados da natureza ou produzidos, entre outros, o camponês produz a sua existência.

Com base nisso, nós nos referimos ao campesinato sertanejo para adotá-lo como uma categoria do pensamento. Vários estudos já foram realizados com as populações tradicionais sertanejas: geraizeiros, vazanteiros, veredeiros etc., cujos modos de vida estão ligados ao campesinato. Muito se fala sobre os sertanejos do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, mas pouco é abordado sobre o modo de vida do campesinato no sertão. A nosso ver, o *campesinato* é o modo de vida e o *sertanejo* é a identidade. É a combinação entre essas duas categorias históricas que orientou a nossa análise.

Quando nos deparamos com o território de estudo em Japonvar e observamos o cultivo da lavoura nas veredas associado à exploração do complexo agroextrativista dos “tabuleiros” ou “gerais”, vimos ali um campesinato veredeiro. Em Campo Azul, encontramos o campesinato interligado ao complexo das chapadas. Em Minas Novas, o campesinato estava encurralado nas grotas, em oposição ao domínio das chapadas ocupadas pelo capital do reflorestamento. Nesses dois últimos territórios, poderíamos tratar de um campesinato geraizeiro ou, com menos uso, chapadeiro.

Assim sendo, campesinato sertanejo é uma categoria do pensamento flexível, permite-nos transitar por territórios diferentes e (trans)forma em nós uma identidade bastante singular – a sertaneja. Essa análise do campesinato sertanejo pode inclusive ser adaptada para interpretar outras realidades sertanejas, no Nordeste ou Centro-oeste do país.

Adotar o campesinato sertanejo como categoria também é uma forma de criticarmos a história de formação do estado de Minas Gerais, a qual sempre foi contada a partir da mineração, obliterando-se assim a importância do território sertanejo mineiro. Ou seja, (re)conta uma história incompleta e fragmentada.

O território do campesinato sertanejo é vasto. Diversos são seus ambientes, suas populações, seus modos de vida. A marca do campesinato sertanejo é a própria diversidade. Ele é encontrado nos vários ambientes dos Cerrados: chapadas, vazantes, veredas, grotas, nos tabuleiros e nos gerais, no cerrado e cerradão, nas matas secas e caatingas. Seus grupos sociais abrangentes são os mais variados possíveis: vazanteiros, barraqueiros, chapadeiros, cerradeiros, veredeiros, caatingueiros, extrativistas, quilombolas, índios, camponeses, podendo incluir ainda os artesãos.

O campesinato sertanejo contempla saberes acumulados ao longo do tempo, sabores oferecidos pelo sertão e valores apreendidos na família, na comunidade e em relação aos recursos naturais de seu território. O campesinato sertanejo reafirma sua identidade na relação intrínseca com os Cerrados. Dessa forma, os camponeses sertanejos formam uma espécie de simbiose com a sua natureza próxima, vivem uma relação de telurismo (termo usado na literatura pós moderna).

O principal foco de nosso estudo dentro do campesinato sertanejo era entender a relação deste com o pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) e seus vários aspectos. A questão central que nos orientou foi desvendar se o pequi é considerado um recurso de propriedade comum, em função da propriedade fundiária da terra.

Quando o projeto dessa pesquisa foi esboçado, antes mesmo de fazer o reconhecimento dos territórios de estudo, lembrávamos de uma localidade rural

pertencente ao município de Montes Claros, chamada Lagoinha, na qual, há muito tempo, muitas pessoas sempre saíam da cidade em direção à coleta de pequi no campo. As pessoas que faziam a coleta do pequi nessa região sempre comentavam que ninguém reclamava por elas catarem o pequi. Daí, entendíamos que a terra onde se coletava o fruto era de propriedade comum.

Essa premissa instigou a questão essencial deste trabalho, porém não é que a terra seja de propriedade comum, e sim o recurso natural. O pequi se tornou um recurso natural nos territórios estudados, cujo uso é mediado por relações costumeiras, histórica e culturalmente. O acesso ao fruto suprimiu relativamente o significado das cercas que cerceiam a propriedade fundiária, pois o pequi é entendido pelos camponeses sertanejos como um recurso nativo em que sua produção dispensa cuidados com a lavoura. O pequi transpôs a barreira do tempo e da privação. O pequi preexiste ao camponês, neste caso o fruto é uma dádiva divina ou da natureza. Para o camponês, o pequi não é só dele, por isso pode ser compartilhado.

O pequi está na propriedade fisicamente, mas não pertence ao dono dela. O pequi está em um território outro, não pertence a ninguém, mas pertence a todos ao mesmo tempo. Assim, o território do campesinato sertanejo é aberto, e o pequi se encontra para além dos limites do território-propriedade.

As relações costumeiras nos territórios sertanejos tornam tênues os limites e as fronteiras da propriedade privada. Logo, o território do campesinato sertanejo se afirma como um espaço cujas relações sociais podem ser compartilhadas, coletivas, solidárias, recíprocas, enfim sinônimo de território aberto.

O território de Cabeceiras do Mangaí, em Japonvar, é um exemplo ímpar desse território aberto no Norte de Minas. É um local onde há uma intensa coleta e comercialização do pequi, e os camponeses entendem essa dinâmica comum. Em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, município de Minas Novas, apesar de não possuir a mesma dinâmica econômica que Japonvar, o fruto compartilha igualmente do mesmo significado. Nos territórios de Campo Azul, também os camponeses revelaram ser o fruto um bem coletivo, no entanto encontramos sistemas de coleta mediados por arrendamentos e parcerias. Mesmo muitos camponeses possuírem razoável quantidade de pequizeiros em suas propriedades, eles afirmaram que o pequi é um recurso difícil de ser controlado, por isso não costumam importar com a coleta de terceiros.

O pequi, associado à agricultura camponesa, tem sido uma importante renda para as famílias norte mineiras. Para muitas famílias camponesas dos territórios citados, ele

complementa a renda vinda da agropecuária e de outras atividades correlatas. Em alguns casos de Campo Azul e Japonvar, chega a ser a principal renda da família e, para outros, sua renda garante dinheiro extra para além de sua safra. Geralmente, as famílias camponesas possuem uma preocupação maior em assegurar sua alimentação. O tempo do pequi representa a oportunidade que essas famílias têm para reforçar suas despensas até a colheita, conforme muitos camponeses nos asseguraram. É importante lembrar que a coleta do pequi coincide com o início do plantio das lavouras, assim, nesse período, geralmente não há a produção camponesa ou ela é menor.

Faz-se relevante destacar a atuação cada vez mais crescente dos atravessadores locais e regionais de pequi, os quais denominamos compradores. Eles têm dominado os preços do fruto, bem como subordinam o trabalho dos camponeses sertanejos e dos demais catadores de pequi em Japonvar e Campo Azul. São os compradores os mais beneficiados pelo extrativismo regional, acumulando patrimônio e acentuando a exploração dos mais pobres. O Diagnóstico Municipal de Japonvar, realizado pelo SEBRAE-MG no ano 2000, já alertava para esse problema, que só aumentou.

Por outro lado, apesar de a COOPERJAP ter contribuído para impulsionar e colocar Japonvar num cenário de destaque intra e extra-regional, ela se encontra numa situação financeira difícil, necessitando de melhorar sua organização produtiva, financeira e estrutural para que, a partir daí, se invista no capital social de seu território, com conseqüente repasse de sobras aos seus cooperados. Conforme levantamos em hipótese, as sobras financeiras geradas pela cooperativa poderiam estar gerando conflitos e exclusão de cooperados, o que refutamos. Há muitos agricultores em Cabeceiras do Mangaí que não são cooperados ainda, mas isso não impede seu fornecimento de produtos à cooperativa. Além disso, desde a fundação do empreendimento, não houve distribuição de sobras entre cooperados, excluindo qualquer possibilidade de conflitos e disputas.

Em Minas Novas, a análise é diferenciada, porque o município e a região não possuem mercado consumidor urbano como na região norte mineira nem há distribuição para outras cidades e estados além de Minas Gerais. Além disso, pouco se divulga acerca da existência de pequi nos Cerrados e nas chapadas que ainda existem com cobertura vegetal nativa no Vale do Jequitinhonha. Uma alternativa para dinamizar a coleta e a comercialização do fruto nestes territórios seria a criação de associações e cooperativas que pudessem dar impulso, como ocorreu em Japonvar. Outra opção é a reconversão agroextrativista das terras públicas do município, as quais estão sob o domínio das empresas monocultoras de eucalipto, tornando-as territórios do campesinato sertanejo.

Ambas as ações estão previstas no programa mineiro Pró-pequi, o que pode ser acessado via poder público e lideranças locais.

A dinâmica econômica do pequi no Norte de Minas Gerais é mais complexa em detrimento de Minas Novas. Na primeira localidade, o fruto passa por várias “mãos” desde quando é coletado até chegar ao consumidor final, contribuindo para agregar maior valor ao fruto *in natura*. Enquanto em Minas Novas, a cadeia de comercialização é curta, saindo, em geral do camponês ao consumidor final, por meio da feira dos agricultores familiares. Neste caso, tanto o fruto quanto o óleo de pequi estão nessa cadeia curta, que, às vezes, é interceptada por atravessadores locais ou feirantes.

Refletindo sobre esses aspectos, o pequi norte mineiro possui uma dinâmica de troca maior que o fruto de Minas Novas. Para os camponeses sertanejos de Campo Azul e Japonvar, a renda obtida com o pequi tem significado de uso, pois o dinheiro é empregado na manutenção da casa e em despesas pessoais. O mesmo ocorre em Minas Novas, porém numa escala muito menor, já que, para estes camponeses, o valor de troca do pequi é menor e a quantidade de fruto comercializada é pequena. Quando comparado com o valor das cabeças de bezerro, do leite, do requeijão e dos demais produtos da agropecuária, o valor do pequi se torna menor. Assim, o pequi é tido entre estes camponeses mais como uma “ajuda”. Entre os compradores locais e regionais, o pequi lhes proporciona um valor de troca, obedecendo aos princípios da acumulação, seja ela em forma de patrimônio ou não.

Analisando-se particularmente o estudo realizado em Cachoeira do Fanado e Cachoeira da Lagoa, nossa hipótese de que as plantações de eucalipto causaram [e ainda causam] impactos socioambientais às populações sertanejas desses territórios foi confirmada. Ao instigarmos a oralidade, buscando a percepção ambiental dos camponeses e com base na observação do espaço, verificamos que um dos principais problemas para essas populações foi a redução drástica dos recursos hídricos, todos os pequenos cursos d’água que drenam as comunidades rurais estão intermitentes, além do assoreamento deles causado pelas enxurradas que transportam sedimentos das chapadas.

Hoje, portanto, os camponeses estão convivendo com medidas mitigadoras, por exemplo as caixas de captação de água de chuva, barraginhas, poços artesianos, etc. Há também a construção de pequenas bacias de contenção e drenagem de enxurradas para ver se *as águas voltam a minar nas minas dos gerais*.

Embora haja baixa procura pelo pequi no mercado local de Minas Novas, a coleta desse fruto e de outros recursos naturais nas chapadas é prejudicada. Além disso, os



pequizeiros que estão dentro do eucaliptal não produzem ou produzem pouco, segundo a maioria dos entrevistados. Conforme disse um dos camponeses, vai ficar pequi somente nas grotas, dando apenas para o povo comer.

Diante disso, o território camponês em Minas Novas diminui em escala porque se reduz somente às grotas, já que *os gerais* pertencem aos de fora, aqueles que exploram e retiram as riquezas da terra sertaneja.

Também há de se considerar o impacto ambiental aos Cerrados de Campo Azul, transformados em carvão para alimentar as indústrias siderúrgicas consumidoras de nossas riquezas. No entanto, precisa-se incentivar outros potenciais produtivos na população rural, alavancar e organizar o extrativismo dos recursos naturais, entre eles o pequi, a fava-d'anta e a sucupira.

Além dos aspectos materiais, reconhecidos pela sua intensa dinâmica econômica, o pequi tem grande impacto na vida cultural e simbólica de toda a população sertaneja. Pela sua relevância material e simbólica, o pequi e o pequizeiro podem ser considerados patrimônios culturais sertanejos. Seus sabores e saberes podem ser registrados como patrimônio cultural imaterial sertanejo, a exemplo do óleo de pequi. Cabe também estimular a conservação dos pequizeiros evitando-se que os frutos sejam retirados da árvore antes de concluir sua maturação. Para isso, assegurar tal proteção em lei, consoante ocorreu em Japonvar, já é um passo inicial, buscando, portanto, um maior envolvimento da população local, a qual é a principal defensora atual do fruto e da árvore sertanejos.

## *REFERÊNCIAS*



Autor: SILVA, M. N. S. da.; Japonvar, julho de 2010.

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 30-45.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 12-18.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

AFONSO, S. R.; CARVALHO, I. S. H. de. *A cadeia produtiva do pequi no norte de Minas Gerais*. Brasília: PESCO/IEB/PPP-Ecos, 2009. 42 p.

AGOSTINHO de JESUS, Geraldo. *Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: o caso de Minas Novas*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura ecológica e biodiversidade. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, ano 2, n. 3, p. 71-82, 2003.

\_\_\_\_\_. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. de. (Org.). *Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 321-347.

\_\_\_\_\_. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 1, n. 9, p. 36-63, fev. 2010.

ALMEIDA Jr., José Maria G. de. Uma proposta de ecologia humana para o cerrado. In: NOVAES PINTO, Maria (Org.). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. p. 569-583.

ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. [et al.]. *Cerrado: espécies vegetais úteis*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 464 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: Hucitec-IPESPE, 1995. 135 p.

\_\_\_\_\_. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p. 213-220.

AQUINO, F. de G. [et al.]. Uso sustentável das plantas nativas do Cerrado: oportunidades e desafios. In: PARRON, L. M. [et al.]. (Ed.). *Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 95-123.

AZEVEDO, Aldemir Inácio de. *O arranjo institucional de uso comunitário do Pequi (Caryocar Brasiliense) no município de Japonvar/MG*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2008.

BARBOSA, Altair Sales. Prefácio. In: ALMEIDA, M. G. de. (Org.). *Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 11-18.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.

\_\_\_\_\_. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

\_\_\_\_\_. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar. 2007.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda – Norte de Minas Gerais*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977. 284 p.

CANDIOTTO, L. Z.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340. (Geografia em Movimento).

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004. 125 p.

CARRARA, Álvaro Alves. *Reconversão agroextrativista – perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas Gerais*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Comerciantes das Minas setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p. 135-143, abr. 1998.

CHAYANOV, Alexander Von. *La organización de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHÉVEZ POZO, Osmar Vicente. *O pequi (Caryocar brasiliense): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado no Norte de Minas Gerais*. 1997. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Curso de Mestrado em Administração Rural, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997.

CORREIA, J. R. [et al.]. Ações de uso sustentável dos recursos naturais na comunidade Água Boa 2. In: PARRON, L. M. [et al.]. (Ed.). *Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 437-464.

COSTA, João Batista de Almeida. Cerrados norte mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, M. G. de. (Org.). *Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 295-319.

\_\_\_\_\_. Movimento Catrumano: o Norte de Minas como berço de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, Montes Claros, v. 1, n. 4, p. 24-36, nov./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Tempo reversivo e espaço transfigurado: etnocídio nas veredas do sertão. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 161-193, fev. 2011.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 246 p.

DAYRELL, Carlos. Os geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do agrobusiness. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 189-272.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro (Distrito Federal), v. 1, n. 1, p. 19-67, jan. 1939.

DELPEUCH, Bertrand. *Em defesa de uma agricultura camponesa*. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas – PTA, 1989. 44 p.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O patrimônio natural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 1-20.

DEMATTEIS, Giuseppe. Apresentação – O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

DEUS, José Antônio Souza de. O etnoambientalismo e as novas territorialidades indígenas em curso no contexto regional da Amazônia Meridional e Oriental. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 59-82, jul./dez. 2008.

DEUS, Tatiana Nogueira de. *Extração e caracterização de óleo do pequi (Caryocar brasiliensis Camb.) para o uso sustentável em formulações cosméticas óleo/água (O/A)*. 2008. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Programa de Pós-graduação Multidisciplinar, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 97-124.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. (Série Biodiversidade; 4).

FELFILI, J. M. [et al.]. Potencial econômico da biodiversidade do Cerrado: estágio atual e possibilidades de manejo sustentável dos recursos da flora. In: AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. de. (Ed.). *Cerrado: ecologia e caracterização*. Planaltina-Brasília: Embrapa Cerrados-Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 177-220.

FENNY, D. [et al.]. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 17-42.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 100 p. (Tudo é história; 88).

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301. (Geografia em Movimento).

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. (Geografia em Movimento).

FERREIRA, A. B. H. *Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 126 p. (Série BNB Teses e Dissertações; 10).

GARCIA Jr., Afranio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; 8).

GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 43-78.

GOMES, Paulo César da Costa. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, A. L. [et al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas-Porto Alegre: Ed. ULBRA-Ed. da UFRGS, 2008. p. 37-46.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 22-29.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p. 15-44.

GRYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 72-75.

GUERRERO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, n. 5, ano V, p. 81-100, maio 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p. (Estudos brasileiros; 24).

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 7-36, jun. 1986.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

\_\_\_\_\_. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

\_\_\_\_\_. *Territórios Alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006a. 186 p.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton [et al.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 43-70.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. [et al.]. *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas-Porto Alegre: Ed. ULBRA-Ed. da UFRGS, 2008. p. 19-36.

HARDIN, Garret J. The Tragedy of the Commons. *Science*. v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; 7).

HEYNIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economia campesina. *Revista de La CEPAL*, Chile, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 316 p.

JAPONVAR. Lei Municipal nº 96, de janeiro de 2004, dispõe sobre proibição de colheita antecipada dos frutos do Pequizeiro e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Japonvar*, Japonvar, 12 nov. 2003.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 22 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 117 p.

LEFF, Enrique. La Ecologia Política en América Latina: um campo em construcción. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan./dez. 2003.

MACEDO, João Faria. *Pequi: do plantio à mesa*. Belo Horizonte: EPAMIG, 2005. 44 p. (Boletim Técnico; 76).

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. p. 379-394.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 273-309.

\_\_\_\_\_. *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea, 2009. 264 p. (Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação).

MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 79-96.



MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. 266 p.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001. Cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 42.646, de 05 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001, que cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 06 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2011.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton [*et al.*]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 71-107.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. 78 p. (Série Princípios).

MULS, Nair Costa. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 94-109, set./dez. 1990.

MUÑOZ, Maritza Gómez. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, Enrique. (Coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 282-322.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). *Geografia do Brasil*. 5. ed. rev. e ampl., 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 465-534. (Didática; 3).

OLIVEIRA, Washington Luis de. *Ecologia populacional e extrativismo de frutos de Caryocar brasiliense Camb. no Cerrado no Norte de Minas Gerais*. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 77-80.

PALHARES, Virgínia de Lima. *Representações da seca no imaginário dos sujeitos rurais de Inhaúma-MG*. 2010. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. 242 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana. *GEOgrafia*, Niterói, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006.

\_\_\_\_\_. As Minas e os Gerais – breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 19-45.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 23. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. 46. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004. 364 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Revista Formação*, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 1-5, 2008.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 115-129, nov. 2007.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 47-106.

\_\_\_\_\_. *Florestas anãs do Sertão – o Cerrado na História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 480 p. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Sertão, lugar desertado – o Cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 376 p. v. 2.

RIBERO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 89-166.

RIGONATO, Valney Dias. A dimensão sociocultural das paisagens do cerrado goiano: o distrito de Vila Borba. In: ALMEIDA, M. G. de. (Org.). *Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 63-95.

ROCHA, F. D.; KAPLAN, M. A. C. Avaliação da capacidade antioxidante dos extratos de sucupira branca (*Pterodon emarginatus*). *Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC*, Florianópolis, p. 1-2, 2006. Resumo expandido.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M. de.; RODRIGUES, Luciene. (Org.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SAMPAIO, A. J. de. *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia: onomástica da alimentação rural*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 329-334.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Caros Amigos*. n. 17, 1998.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed./4. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008. 392 p. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94. (Geografia em Movimento).

SEBRAE-MG. *Diagnóstico Municipal de Japonvar*. 2000. 41 p.

SERRANO, Célia. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Org.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas: Papirus, 2007. p. 9-21.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manoel. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47. (Geografia em Movimento).

SILVA, Flávio Marcus da. Agricultura e pecuária em Minas Gerais no século XVIII: uma abordagem política. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 20/21, p. 9-31, jan./dez. 1999.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Territorialidades do Pequi: Montes Claros e o Norte de Minas em questão. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009, São Paulo. *Anais eletrônicos...* Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva\\_MNS.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_MNS.pdf). Acesso em: 05 maio 2010.

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G. de.; SOARES, L. A. A. (Org.). *Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 61-83.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324 p.

SOLINÍS, Germán. O que é o território ante o espaço? In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 265-287.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 15-61.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Manoel Ferreira de. *Sobrevivência e crescimento de *Dimorphandra mollis* Benth. em semeadura direta em área de cerrado no Norte de Minas Gerais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. 493 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. [*Anais eletrônicos...*]. Caxambu-MG, 1996.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 150 p.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, Ellen F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília: Edunb; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

**ANEXO A – LEI MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A COLETA E PRESERVAÇÃO DO PEQUIZEIRO EM JAPONVAR.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR  
MINAS GERAIS

LEI MUNICIPAL Nº 96 DE JANEIRO DE 2004

DISPÕE SOBRE PROIBIÇÃO DE COLHEITA ANTECIPADA FRUTOS VERDES DO PEQUIZEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Japonvar/MG, DECRETA, e, eu Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Fica proibida, na área de jurisdição do Município de Japonvar, a colheita/retirada antecipada de frutos do pequizeiro que ainda não tenha atingido seu ponto de maturação completo, definida deiscência do fruto no chão, ou queda do mesmo, sem utilização de varas, escadas e outros meios que forcem a sua derrubada.

Art. 2º - Fica declarado como de preservação permanente e de interesse comum e imune de corte no Município de Japonvar o Pequizeiro (*Caryocar Brasiliense*).

Art. 3º - A retirada/colheita de frutos verdes e/ou qualquer outro tipo de manejo prejudicial ao desenvolvimento e reprodução da árvore, deverá ser devidamente comunicada a Política Florestal a quem por competência cabe a fiscalização, apreensão, multa e prisão dos infratores.

Art. 4º - Ao Poder Público Municipal, conjuntamente com as Associações Comunitárias e de Produtores rurais, cabe denunciar e prestar suporte para que haja uma fiscalização efetiva na preservação do Pequizeiro e na coleta de seus frutos.

Parágrafo Único – O Poder Público Municipal pode contratar fiscal para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, em 12 de novembro de 2003.

---

ERALDINO SOARES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

## APÊNDICE A - GLOSSÁRIO

**Brejo:** É uma denominação popular para as veredas no Norte de Minas Gerais. Possui solos hidromórficos. É o oásis do sertão norte mineiro. Berçário da biodiversidade animal dos cerrados e nascente dos principais cursos d'água. Espaço muito utilizado para a produção camponesa.

**Campos:** “Em cada região e bioma, recebem uma denominação que relaciona vegetação, solo e topografia: chapadas no Nordeste, gerais nas Caatingas [e cerrados] do Norte, *campos-cerrados* nos cerrados do Oeste, e simplesmente *campos* nas montanhas do Sul, e às vezes, *campos de maravalha* no Norte, mas sempre chapadões no Oeste, Norte e Nordeste” (RIBEIRO; GALIZONI, 2007, p. 117). Segundo Porto-Gonçalves (2000), os campos gerais não tem uma especificidade ecológica. Também são encontrados em outros estados. Indicam [ou indicavam?] um modo de uso, um modo de apropriação *comum*, *geral*, das terras.

**Carrasco:** Nome dado pelos camponeses à vegetação do tipo espinhenta, rala e de pequeno porte, encontrada nas bordas das chapadas de Minas Novas. Segundo Dayrell (2000), o carrasco é uma mata de porte arbóreo e subcaducifólio, entendido também como uma transição de cerrado para a caatinga arbórea. Alguns técnicos definiram como Mata Seca.

**Chapada:** Compreende os topos das elevações e serras do sertão mineiro. Possui elementos comuns de identificação: solos, vegetação típica de cerrado e/ou campos e sua posição no relevo. Utilizada secularmente para a coleta de frutos, ervas, madeira e lenha, bem como para a criação extensiva de animais (criação de “soltas”).

**Esgoto ou esgotamento:** Técnica que consiste na abertura de canais superficiais no solo para facilitar o escoamento da água do brejo ou vereda (secamento do terreno) onde será feito o plantio.

**Gerais:** De uma maneira geral, “são os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados, com solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural” (DAYRELL, 2000, p. 217). Compreende também as áreas de caatinga e mata seca no Norte de Minas.



Regional e culturalmente este termo se opõe ao modo de vida desenvolvido nas regiões de mineração de Minas Gerais, caracterizando a cultura sertaneja. Assim, conforme Dayrell (2000), Gerais não é somente a vegetação dos cerrados, mas o ambiente (físico e cultural) que compreende os cerrados e suas diversas formações.

**Geraizeiro:** É o habitante dos Gerais. Já que Gerais contem uma definição ampla, o geraizeiro pode ser entendido como todos os habitantes desse espaço. Denominação esta que preferimos optar pelo uso do termo *sertanejo*.

**Grotas:** Termo muito usado no Vale do Jequitinhonha. Em Campo Azul, também é chamado de *boqueirão*. São os espaços dos vales e encostas encaixados entre as serras e chapadas. Normalmente situam-se próximas a cursos d'água. Local de moradia e cultivo da população sertaneja.

**Pequizeiro:** Designação local, em Campo Azul, para se referir aos compradores de pequi.

**Reima:** Pode estar associada ao alimento ou ao corpo da pessoa. O indubitável é que a reima sempre está associada aos alimentos quentes, fortes e gordurosos. Para muitos camponeses e pessoas mais velhas, o alimento reimoso agita o sangue, torna-o mais denso, altera-o. Quem tem pré-disposição a reumatismo, a surgimento de feridas e micoses, está operado etc., os alimentos reimosos podem ativar esses problemas de saúde, mesmo sem a pessoa estiver sentindo qualquer sintoma. A reima causa indigestão. O pequi é tido como reimoso por isso.

**Tabuleiro:** É um espaço de transição entre o brejo ou vazante e a chapada. Conforme Dayrell (2000), esse ambiente pode ser equivalente ao campo-cerrado na literatura científica. Encontramos essa mesma denominação em Japonvar para se referir aos “gerais”. É uma área de coleta, criação a solta e plantio de algumas lavouras, a exemplo de mandioca e feijão andu.

**Vazanteiro/Barraqueiro:** Habitante das vazantes e barrancas do Rio São Francisco.

**Veredeiro:** Designação para o habitante cujo modo de vida está associado aos brejos e veredas.



**Membros da família que moram fora da propriedade:**

Nome/ parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado civil	Profissão	Religião	Local onde mora

**II- Sobre a propriedade e a casa**

1- Condição jurídica da propriedade: ( ) Própria ( ) Arrendamento ( ) Parceria ( )

Posse ( ) Outra \_\_\_\_\_

2- Como obteve acesso à terra: ( ) Compra ( ) Herança ( ) Indenização ( ) Troca

( ) Outro \_\_\_\_\_

3- Lembra-se quem era(m) o(s) proprietário(s) mais antigos?

( ) Pais ( ) Avós ( ) Bisavós ( ) Outros \_\_\_\_\_

4- Há quanto tempo mora na propriedade? \_\_\_\_\_ Na comunidade? \_\_\_\_\_

5- Qual o tamanho de sua propriedade? \_\_\_\_\_

6- Possui outra propriedade? ( ) Sim ( ) Não. Tamanho? \_\_\_\_\_

7- Conhece os limites de sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não.

E da comunidade? ( ) Sim ( ) Não

8- Possui energia elétrica? ( ) Sim ( ) Não. Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

9- Possui na propriedade: ( ) Poço artesiano ( ) Cisterna ( ) Barragem ( ) Caixa de captação da água da chuva.

10- A água para beber é: ( ) filtrada ( ) fervida ( ) outros \_\_\_\_\_

11- Origem da água para fazer comida: \_\_\_\_\_

12- Origem da água para lavar roupa: \_\_\_\_\_

13- Origem da água para os animais: \_\_\_\_\_

14- Origem da água para a agricultura: \_\_\_\_\_

15- O esgoto do banheiro é lançado em: ( ) fossa séptica ( ) fossa negra ( ) superfície do solo ( ) nos córregos e rios ( ) Outros \_\_\_\_\_

16- O esgoto da cozinha e pias é lançado em: ( ) fossa séptica ( ) fossa negra ( ) superfície do solo ( ) nos córregos e rios ( ) Outros\_\_\_\_\_

17- Destino do lixo doméstico: ( ) queimado ( ) enterrado ( ) usado como adubo ( ) jogado a céu aberto ( ) separado para reciclagem ( ) coletado pela prefeitura ( ) usado para alimentar animais ( ) jogado em córregos e rios.

18- Estrutura da casa (percepção do pesquisador):

- Estado de conservação: ( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

- A casa é de: ( ) alvenaria ( ) pau-a-pique

- A cobertura da casa é de: ( ) Laje ( ) Telha colonial ( ) Telha de amianto ( )

Outra\_\_\_\_\_

- Tipo de mobília da sala: ( ) móveis sólidos, novos e de pouca durabilidade ( ) móveis sólidos, antigos e de muita durabilidade ( ) Outra\_\_\_\_\_

19- A casa é: ( ) construída (nova) ( ) reformada.

20- Quantidade de cômodos: ( ) quarto ( ) cozinha ( ) sala ( ) banheiro ( ) área de serviço ( ) varanda.

21- Houve alguma reforma na casa? ( ) sim ( ) não.

Motivo:\_\_\_\_\_

22- Há os seguintes eletrodomésticos: ( ) Ferro elétrico ( ) Liquidificador ( ) Telefone ( ) TV ( ) Antena Parabólica ( ) Fogão a gás ( ) Geladeira ( ) Rádio ou Aparelho de Som

( ) DVD ( ) Microondas.

Outros:\_\_\_\_\_

23- Possui fogão à lenha? ( ) sim ( ) não. De onde retira a lenha?\_\_\_\_\_

### **III- Produção Agropecuária e artesanal:**

<b>Produtos agrícolas</b>	<b>Venda</b>	<b>Com-som</b>	<b>Época do Plantio</b>	<b>Época da Colheita</b>	<b>Local da venda</b>	<b>Observações</b>
Feijão						
Arroz						
Mandioca						

Milho						
Cana-de-açúcar						
Café						
Feijão Andú						

Legumes e verduras	Venda	Consumo	Época do Plantio	Época da Colheita	Local da venda	Observações

Frutas plantadas	Venda	Consumo	Época do Plantio	Época da Colheita	Local da venda	Observações

1- Quais os membros da família que são responsáveis pela produção de alimentos?

\_\_\_\_\_

2- Existe alguma divisão das tarefas realizadas entre os membros da família na propriedade?

( ) Sim ( ) Não.

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Filhos: \_\_\_\_\_

Filhas: \_\_\_\_\_

Netos: \_\_\_\_\_

3- Possui gado bovino: ( ) Sim ( ) Não. Quantidade total: \_\_\_\_\_

a) Tipo: ( ) Leiteiro: Quantidade \_\_\_\_\_ ( ) Corte:

Quantidade \_\_\_\_\_

b) Alimentação do gado: ( ) Ração ( ) Sal ( ) Pastagem Natural ( ) Pastagem plantada ( ) Outros \_\_\_\_\_

4- O leite é destinado: ( ) Consumo ( ) Venda: local \_\_\_\_\_

5- Produz: ( ) queijo ( ) requeijão ( ) doce de leite ( ) coalhada

( ) Outros: \_\_\_\_\_

a) ( ) Consumo ( ) Venda. Local: \_\_\_\_\_

6- O gado de corte é vendido para: ( ) frigoríficos ( ) abatedouros ( )

Outros \_\_\_\_\_

7- Possui cavalos: ( ) Sim ( ) Não. Quantidade \_\_\_\_\_

8- Cria porcos: ( ) Sim ( ) Não. Quantidade \_\_\_\_\_ ( ) Consumo ( ) Venda.

9- Cria frangos e galinhas: ( ) Sim ( ) Não. Quantidade \_\_\_\_\_ ( ) Consumo ( ) Venda.

10- Produção de ovos: ( ) Consumo ( ) Venda.

11- Possui horta no quintal? ( ) Sim ( ) Não. Para: ( ) Consumo ( ) Venda.

Produtos	Consumo	Venda	Local da venda	Produção coletiva	Produção individual	Responsável pela produção
Farinha mandioca						
Farinha de milho						
Cachaça						
Rapadura						
Açúcar						

12- Todos estes alimentos, as hortaliças e os produtos artesanais fazem parte dos hábitos alimentares da família? ( ) Sim ( ) Não.

13- As hortaliças e verduras melhoram a alimentação dos jovens e adultos? ( ) Sim ( ) Não.

14- No caso dos frangos e da carne de porco, se usados para alimentação, como é feito o armazenamento? \_\_\_\_\_

15- Com quem aprenderam a fazer as farinhas e os outros produtos artesanais (queijos, requeijão, doces etc.)? \_\_\_\_\_

16- Quem constrói as pedras de torrar a farinha? \_\_\_\_\_

17- Há filhos casados morando na propriedade? ( ) Sim ( ) Não.

Na mesma casa? ( ) Sim ( ) Não.

18- Como eles ajudam no trabalho da família?

\_\_\_\_\_

#### **IV- Técnicas de produção e de manejo do solo**

1- Como é feita a preparação da terra? ( ) Manual (enxada) ( ) Tração animal (arado) ( ) Maquinário ( ) Queimada ( ) Outros \_\_\_\_\_

2- Utiliza trator: ( ) Sim ( ) Não.

2.1- ( ) próprio ( ) alugado ( ) prefeitura ( ) comunitário

3- Plantio em declive:

( ) em linha reta ( ) paralelo a declividade ( ) transversal a declividade ( ) em curva de nível

4- Usa adubo: ( ) orgânico \_\_\_\_\_ ( ) químico \_\_\_\_\_

5- Para combater pragas e doenças na plantação é utilizado: ( ) agrotóxicos ( ) receita caseira.

6- Você conhece e utiliza alguma planta do Cerrado eficiente no combate à pragas e doenças?

\_\_\_\_\_

7- Deixa a terra descansar por um período? ( ) Sim ( ) Não. Quanto tempo? \_\_\_\_\_

8- Quando a terra está em descanso abrem outras áreas na mata? ( ) Sim ( ) Não.

9- Troca as plantações de lugar depois de um tempo (rotação de culturas)? ( ) Sim ( ) Não.

10- É feito consorciamento no plantio? ( ) Sim ( ) Não.

11- Origem das sementes: ( ) comprada ( ) guarda do último plantio ( ) outra \_\_\_\_\_

12- Como é feita a irrigação?

---

13- Possui assistência técnica? ( ) Sim ( ) Não. Qual \_\_\_\_\_

### **V- Aspectos sociais e econômicos**

1- Faz ou já fez uso do PRONAF? ( ) Sim ( ) Não.

Grupos: ( ) A ( ) B ( ) C ( ) A/C ( ) D ( ) E ( ) Pronaf Jovem ( ) Pronaf

Mulher

( ) Alimentos ( ) Outros: \_\_\_\_\_ . Valor: R\$ \_\_\_\_\_

2- Faz ou já fez uso de outro financiamento (particular) para custear a lavoura ou comprar gado?

( ) Sim ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

3- Participa do Programa de Compra Antecipada de Alimentos do Governo Federal (CONAB)?

( ) Sim ( ) Não.

4- Recebe bolsa família do Governo Federal? ( ) Sim ( ) Não.

5- As fontes de renda familiar são: **(Circular a principal para o entrevistado)**

( ) Lavoura ( ) Venda de gado ( ) Aposentadoria ( ) Bolsa Família ( ) Artesanato

( ) Trabalho em outra propriedade rural ( ) Trabalho na cidade ( ) Extrativismo ( )

Trabalho temporário ( ) Outros \_\_\_\_\_

6- Recebe assistência das organizações:

( ) CAA ( ) CAVE ( ) Pastoral da terra ( ) Sindicato dos Trabalhadores Rurais ( )

Emater

( ) Prefeitura ( ) Associação comunitária ( ) \_\_\_\_\_

7- Como avalia o trabalho desempenhado pela Associação em benefício da comunidade?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim.

8- Possui: ( ) Motocicleta ( ) Carro pequeno ( ) Caminhonete ( ) Caminhão.

### **VI- Extrativismo nos Cerrados**



<b>Produto nativo</b>	<b>Período de flora</b>	<b>Início da safra</b>	<b>Fim da safra</b>	<b>Usos</b>	<b>Destino do produto</b>
Pequi					
Panã					
Umbu/ imbu					
Pitomba					
Siriguela					
Baru					
Cagaita					
Jabuticaba					
Coquinho Azedo					
Mangaba					
Coco Macaúba					
Buriti					
Jatobá					

1- Dos frutos/produtos mencionados, quais são coletados pela família?

( ) Pequi ( ) Panã ( ) Umbu ( ) Pitomba ( ) Siriguela ( ) Baru ( ) Cagaita  
 ( ) Jabuticaba ( ) Coquinho Azedo ( ) Mangaba ( ) Macaúba ( ) Buriti ( )  
 Jatobá ( ) Outros: \_\_\_\_\_

2- Todos os membros da família que moram na propriedade participam da coleta do Pequi?

( ) Sim ( ) Não.

3- O pequi é coletado: ( ) Na sua propriedade ( ) Na propriedade dos parentes ( ) Na  
 propriedade dos vizinhos ( ) Em áreas de propriedade comum/coletiva

( ) Outras \_\_\_\_\_

4- Você e sua família permitem que pessoas **conhecidas** e que **moram** na comunidade façam a coleta do Pequi dentro da sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não. **Por quê?**

---

---

5- Você e sua família permitem que pessoas **desconhecidas** e que **não moram** na comunidade façam a coleta do Pequi dentro da sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não. **Por quê?**

---

---

6- As outras famílias que também realizam a coleta do Pequi se importam com a coleta dentro das suas propriedades por **pessoas da comunidade**? **Por quê?**

---

---

7- As outras famílias que também realizam a coleta do Pequi se importam com a coleta dentro das suas propriedades por pessoas que **não moram** na comunidade? **Por quê?**

---

---

8- Há “acordos” locais/internos (da comunidade) que regulam a coleta, a exploração e os cuidados com o Pequi e o Pequizeiro?

---

---

9- Você conhece alguma norma ou lei externa (prefeitura, IEF) que regula a coleta, a exploração e os cuidados com o Pequi e o Pequizeiro?

---

---

10- Vocês catam apenas os Pequis que estão no chão? ( ) Sim ( ) Não.

11- Depois que já amadureceu e caiu mais da metade dos frutos de um Pequizeiro, os demais já estão maduros? ( ) Sim ( ) Não.

Os frutos podem ser derrubados? ( ) Sim ( ) Não.

12- O Pequi coletado pela família é comercializado:

( ) na cidade local ( ) na cidade de Montes Claros ( ) para compradores de outras cidades de Minas Gerais e de outros estados ( ) Cooperativa/associação local ( ) à beira da estrada

( ) na feira ( ) Outros: \_\_\_\_\_

13- Quais as cidades fora do Norte de Minas Gerais (ou Vale do Jequitinhonha) que você vende ou já vendeu o Pequi?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14- Qual o preço da caixa/saco de Pequi vendido na última safra – 2009/2010?

Início da safra: R\$\_\_\_\_\_ Meio da safra: R\$\_\_\_\_\_ Fim da safra: R\$\_\_\_\_\_

15- O dinheiro obtido da coleta e venda do Pequi pelos membros da família é:

( ) Individual – cada um recebe pelo que trabalhou e vendeu separadamente.

( ) Coletivo – é direcionado para as despesas da família.

16- Você contrata trabalhadores para ajudar na coleta do Pequi? ( ) Sim ( ) Não. Como é feita a remuneração? ( ) diária ( ) semanal ( ) por caixa ( ) Outra: \_\_\_\_\_

Qual o valor pago pelo trabalho? R\$\_\_\_\_\_

17- Qual o significado da renda obtida com a venda do Pequi? ( ) complementa a renda familiar ( ) é a principal fonte de renda da família no período ( ) garante dinheiro extra para além da safra ( ) Outra \_\_\_\_\_

18- Você tem identificado se a quantidade anual de produção por Pequizeiro:

( ) aumentou ( ) diminuiu ( ) permanece a mesma.

**Motivo:** \_\_\_\_\_

19- Você planta ou já plantou mudas de Pequizeiro? ( ) Sim ( ) Não.

20- Você sabia que o Pequizeiro é uma árvore protegida por lei? ( ) Sim ( ) Não.

21- Você conhece casos de desmatamento ou queimada ilegal de Pequizeiros em sua região?

( ) Sim ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

22- Você conhece alguém que já foi multado pelo corte ou queima do Pequizeiro?

( ) Sim ( ) Não.

23- Perde-se muito Pequi na sua comunidade ou região? ( ) Sim ( ) Não. **Qual o motivo?**

\_\_\_\_\_

24- O que você acredita ser necessário fazer para melhorar o aproveitamento do Pequi?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25- Quais as vantagens que há na coleta de Pequi e no extrativismo dos outros produtos nativos do Cerrado?

---

---

26- E quais são as dificuldades?

---

---

27- Investir no Pequi e nos demais produtos nativos do Cerrado é uma forma de superar as dificuldades enfrentadas na área rural? ( ) Sim ( ) Não. **Por quê?**

---

---

28- Você faz ou sabe fazer alimentos derivados do Pequi? ( ) Óleo ( ) Polpa ( )  
Doces

( ) Creme ( ) Farofa ( ) Licor ( ) Pequi em conserva ( ) Outros:\_\_\_\_\_

29- Conhece e sabe preparar alguma receita com Pequi que aprendeu com os pais, avós ou outras pessoas mais velhas?

Quais?\_\_\_\_\_

30- Quais as partes e os usos possíveis do Pequi?

( ) Casca\_\_\_\_\_ ( ) Polpa\_\_\_\_\_

( ) Castanha\_\_\_\_\_ ( ) Flor\_\_\_\_\_

( ) Folha\_\_\_\_\_

31- Conhece algum tipo de uso medicinal com o Pequi?

---

---

32- Conhece algum mito, crença ou curiosidade sobre o Pequi?

---

---

33- Conhece alguma história sobre o Pequi?

---

---

34- Qual a importância do Pequi para você e sua família?

---

---

35- O que representa o Pequi na sua vida e na de sua família?

---



---

36- Você acha que o Pequi pertence à cultura local e regional? ( ) Sim ( ) Não. **Por quê?**

---



---

### **VII- Sobre a Cooperativa (somente Japonvar)**

1- Você e sua família são cooperados? ( ) Sim ( ) Não.

2- Há alguma cota de fornecimento de Pequi para a cooperativa? ( ) Sim ( ) Não.

3- Como o Pequi é fornecido para a cooperativa: ( ) com casca ( ) descascado ( ) fatiado

4- O pagamento pelo produto é feito em qual unidade de medida: ( ) quilo ( ) caixa  
( ) Outra: \_\_\_\_\_ Valor: \_\_\_\_\_

5- O lucro obtido com a venda dos produtos derivados do Pequi é repassado pela cooperativa a todos os cooperados? ( ) Sim ( ) Não.

6- Possui alguma dificuldade para trabalhar com a cooperativa? Qual?

---



---

7- A cooperativa tem capacidade para processar todo o Pequi fornecido pelos cooperados?  
( ) Sim ( ) Não. **Por quê?** \_\_\_\_\_

8- Há disputa entre os cooperados para fornecer Pequi para a cooperativa? ( ) Sim ( ) Não.

9- Do ponto de vista econômico, é mais lucrativo fornecer Pequi para a cooperativa do que para os compradores de fora? ( ) Sim ( ) Não. **Por quê?**

---



---

10- Quais outros frutos que você fornece para a Cooperativa?

---



---

### **VIII- Imaginário da “seca”**

1- Nos últimos anos, você observou que os problemas causados pela seca na região:

( ) aumentaram ( ) diminuíram ( ) permanecem inalterados

2- Quanto à quantidade anual de chuva, você observa que:

( ) aumentou ( ) diminuiu ( ) permanece a mesma

3- O período da chuva está:

( ) mais regular – começa e termina no período certo.

( ) mais irregular – chove muito em alguns períodos e menos em outros.

( ) continua da mesma forma.

4- A seca tem alterado a rotina de trabalho na roça? ( ) Sim ( ) Não.

5- O que a seca tem causado no seu dia-a-dia?

---

---

6- Quais as medidas para o enfrentamento da seca que você dispõe na sua propriedade? E na comunidade?

---

---

7- A seca atinge a produção do Pequi? Atinge também o seu ganho com a venda do Pequi?

---

---

8- Há alguma área de plantação de eucalipto na comunidade ou na região?

( ) Sim ( ) Não.

9- Qual é a empresa que planta o eucalipto? \_\_\_\_\_

10- Há quanto tempo esta empresa está na região? \_\_\_\_\_

11- Tem membros da família trabalhando nas plantações? ( ) Sim ( ) Não.

12- Você acha que as plantações de eucalipto prejudicam o meio ambiente? Como?

( ) Sim ( ) Não.

---

---

13- As plantações de eucalipto têm prejudicado a coleta do Pequi? Por quê? ( ) Sim ( ) Não.

---

---

14- Há Pequizeiros no meio das plantações de eucalipto? Por quê? ( ) Sim ( ) Não.

---

---

15- Os Pequizeiros que estão no meio das plantações de eucalipto dão fruto? ( ) Sim ( )

Não.

Por quê?

---

---